

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Programa de Pós-Graduação em Letras

Dissertação de mestrado

**POLARIZAÇÃO DISCURSIVA  
NAS RELAÇÕES DE  
ALTERIDADE NO FACEBOOK:  
UMA ANÁLISE  
SEMIOLINGUÍSTICA DE  
INTERAÇÕES POLÊMICAS**

KAIAN LAGO



Kaian Lago

POLARIZAÇÃO DISCURSIVA NAS RELAÇÕES DE ALTERIDADE NO  
FACEBOOK: UMA ANÁLISE SEMIOLINGÜÍSTICA DE INTERAÇÕES  
POLÊMICAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade da Universidade de Passo Fundo, como requisito para a obtenção do grau de mestre em Letras, sob a orientação do Prof. Dr. Ernani Cesar de Freitas.

Passo Fundo, 2024

CIP – Catalogação na Publicação

---

L177p Lago, Kaian  
Polarização discursiva nas relações de alteridade no  
Facebook [recurso eletrônico] : uma análise semiolinguística  
de interações polêmicas / Kaian Lago. – 2024.  
6 MB ; PDF.

Orientador: Prof. Dr. Ernani Cesar de Freitas.  
Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de  
Passo Fundo, 2024.

1. Análise do discurso. 2. Facebook (Rede social on-  
line) 3. Narrativa (Retórica). I. Freitas, Ernani Cesar de,  
orientador. II. Título.

CDU: 801

---

Catálogo: Bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a dissertação

**“Polarização Discursiva nas Relações de Alteridade no *Facebook*: Uma Análise Semiolinguística de Interações Polêmicas”**

Elaborada por

**Kaian Lago.**

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade, da Universidade de Passo Fundo, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Letras, Área de concentração: Letras, Leitura e Produção Discursiva”

Aprovada em: 13 de março de 2024.  
Pela Comissão Examinadora



Prof. Dr. Ernani César de Freitas  
Presidente da Banca Examinadora



Prof. Dr. Claudio Primo Delanoy  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul



Prof.ª Dr.ª Marlete Sandra Diedrich  
Universidade de Passo Fundo



Prof.ª Dr.ª Claudia Stumpf Toldo Oudeste  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras

## RESUMO

Este estudo tematiza as relações de alteridade no Facebook nas circunstâncias de polarização discursiva oriundas de interações polêmicas, por meio de uma análise semiolinguística sobre o modo como os posicionamentos ideológicos, ancorados em contraverdades, estereótipos e/ou imaginários sociais, podem afetar as características contratuais do ato de linguagem. Diante disso, o objetivo geral da pesquisa consiste em descrever e analisar como são encenados os atos de linguagem nas interações de comentários no Facebook, mediante a polarização discursiva nas relações de alteridade em caso de polêmica. São utilizados três eixos teóricos para a aplicação metodológico-analítica à pesquisa neste estudo: a Teoria Dialógica do Círculo de Bakhtin (2010a, 2010b, 2016, 2017, 2020); a Retórica Argumentativa de Ruth Amossy (2017, 2022); e, principalmente, a Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau (2004, 2005, 2010, 2016, 2019, 2022). O *corpus* de pesquisa é composto por quatro recortes de interações de comentários de uma publicação do Facebook, de fevereiro de 2022, que discorrem sobre um ato de uma professora municipal da cidade de Sapiranga (RS) que presenteou seus alunos com um lápis acompanhado de uma estrela vermelha – ato esse interpretado como propaganda político-partidária por alguns destinatários –, configurando-se enquanto interações polêmicas. A pesquisa, de natureza aplicada, aspectualiza-se exploratória e explicativa quanto aos objetivos, bibliográfica e documental no que se refere aos procedimentos técnicos e qualitativa quanto à abordagem em sua problematização. Os resultados obtidos demonstram que as interações polêmicas em comentários do Facebook, quando permeadas pela polarização discursiva, regem dois polos de semiotização do mundo distintos que evocam diferentes refrações do signo ideológico por meio de dois conjuntos de atos éticos antagonistas. Essas refrações responsivas determinam o aceite ou a recusa dos contratos de comunicação instituídos e suas particularidades – definidas pelas estratégias e visadas discursivas –, tal qual a disposição dos quatro sujeitos no ato de linguagem orientado pela situação de comunicação. Quando essas refrações se pautam na recorrência estereotípica a imaginários sociais de fundo conspiracionista, promovem uma radicalização da polarização que provoca o comprometimento das relações alteritárias do contrato de comunicação, a partir da quebra de expectativa diante da oposição manifestada pelas mais variadas contraverdades identificadas.

Palavras-chave: Polarização discursiva. Alteridade. Semiolinguística. Interações polêmicas. Facebook.

## ABSTRACT

This study discusses about the relations of alterity on Facebook in circumstances of discursive polarization arising from polemical interactions, through a semiolinguistic analysis of how ideological positions, anchored in counter-truths, stereotypes and/or social imaginaries, can affect the contractual characteristics of the act of language. That said, the general aim of the research is to describe and analyse how language acts are staged in Facebook comment interactions, through discursive polarization in relations of alterity in cases of polemic. Three theoretical axes are used for the methodological-analytical application to the research in this study: the Dialogical Theory of Bakhtin's Circle (2010a, 2010b, 2016, 2017, 2020); Ruth Amossy's Argumentative Rhetoric (2017, 2022); and, above all, Patrick Charaudeau's Semiolinguistic Theory (2004, 2005, 2010, 2016, 2019, 2022). The research corpus is made up of four clippings of interactions from comments on a Facebook post, from February 2022, which discuss an act by a municipal teacher in the city of Sapiranga (RS-Brazil) who gave her students a pencil with a red star - an act interpreted as a party political propaganda by some recipients – and which are configured as polemical interactions. The research, of an applied nature, is exploratory and explanatory in terms of its objectives, bibliographical and documentary in terms of its technical procedures and qualitative in terms of its problematization approach. The results obtained show that polemical interactions in Facebook comments, when permeated by discursive polarization, govern two different poles of semiotization of the world that evoke different refractions of the ideological sign through two sets of antagonistic ethical acts. These responsive refractions determine the acceptance or rejection of the established communication contracts and their particularities – defined by discursive strategies and discursive visions – just like the disposition of the four subjects in the act of language guided by the communication situation. When these refractions are based on the stereotypical recurrence of conspiracist social imaginaries, they promote a radicalization of polarization that compromises the alteritarian relations of the communication contract, based on the breakdown of expectations in the face of the opposition manifested by the most varied counter-truths identified.

Keywords: Discursive polarization. Alterity. Semiolinguistics. Polemical interactions. Facebook.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O ato de linguagem e os sujeitos na situação de comunicação .....	56
Figura 2 – A semiotização do mundo .....	71
Figura 3 – Condensação dos conceitos do Círculo de Bakhtin (2010a, 2010b, 2016, 2017, 2020) .....	83
Figura 4 – Condensação dos conceitos de Amossy (2017, 2020) .....	84
Figura 5 – Condensação dos conceitos de Charaudeau (2004, 2005, 2010, 2016, 2019, 2022) .....	84
Figura 6 – Disposição teórico-conceitual pré-intersectiva (plano geral) .....	86
Figura 7 – Relação de alteridade no plano semiolinguístico da polêmica (meio de intersecção teórico-conceitual visando sua aplicabilidade no corpus) .....	87
Figura 8 – Interação 1 .....	92
Figura 9 – Interação 2 .....	92
Figura 10 – Interação 3 .....	92
Figura 11 – Interação 4 .....	92
Figura 12 – A semiotização do mundo pelo processo de transformação de Rosângela Camargo .....	93
Figura 13 – A semiotização do mundo pelo processo de transformação de Cláudia Kichler .....	97
Figura 14 – Disposições contratuais entre sujeitos A, B, C e D, em suas respectivas Interações .....	122
Figura 15 – Disposições contratuais entre sujeitos B, D, E, F, H e I, em suas respectivas interações .....	137

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Disposição conceitual-analítica referente ao capítulo 2 .....	80
Quadro 2 – Disposição conceitual-analítica referente ao capítulo 3 .....	82
Quadro 3 – Etapas de análise .....	89
Quadro 4 – Categorização dos discursos dos TUi expressos nos comentários da publicação de Carina Nath .....	102
Quadro 5 – Sujeitos do discurso nos três primeiros projetos globais analisados .....	120
Quadro 6 – Sujeitos do discurso em todos os projetos globais analisados .....	135
Quadro 7 – Quadro resumitivo das 4 interações verbais polêmicas analisadas .....	141



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>8</b>
<b>2 ALTERIDADE E POLÊMICA NO AMBIENTE DO FACEBOOK: PELA SUPREMACIA DAS CONTRAVERDADES</b> .....	<b>14</b>
2.1 DA ALTERIDADE AO SIGNO IDEOLÓGICO .....	16
2.1.1 O eu e o outro no mundo unitário singular .....	18
2.1.2 Responsividade, dialogismo e interação verbal .....	21
2.1.3 O signo ideológico .....	25
2.2 UMA INTRODUÇÃO À POLÊMICA .....	30
2.2.1 Dicotomização e polarização: como desqualificar o outro.....	32
2.2.2 O <i>logos</i> e o <i>pathos</i> .....	36
2.3 VERDADE, PÓS-VERDADE, CONTRAVERDADE.....	41
<b>3 A SEMIOLINGUÍSTICA: INTERFACES DIALÓGICO-ENUNCIATIVAS</b> .....	<b>47</b>
3.1 NOÇÕES SOBRE O ATO DE LINGUAGEM COMO ENCENAÇÃO .....	50
3.1.1 Desdobramentos de um EU e um TU.....	52
3.1.2 Contratos e estratégias em um projeto global de comunicação .....	58
3.2 MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO.....	64
3.3 PROCESSOS DE UM MUNDO SEMIOTIZADO.....	69
<b>4 ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA</b> .....	<b>75</b>
4.1 A ESTRELA VERMELHA.....	76
4.2 O RECORTE METODOLÓGICO .....	78
4.3 O DISPOSITIVO DE ANÁLISE: DE INTERAÇÃO EM INTERAÇÃO.....	86
<b>5 AS INTERAÇÕES E COMENTÁRIOS DO FACEBOOK: ANALISANDO UMA ESTRELA QUE NÃO PODE SER VERMELHA NA SEMIOTIZAÇÃO DO MUNDO</b> .....	<b>90</b>
5.1 A PRIMEIRA INTERAÇÃO VERBAL POLÊMICA: FONTE-ORIGEM.....	93
5.2 O PROJETO GLOBAL DE EU <sub>c</sub> CLÁUDIA KICHLER: PROCESSOS DE PRODUÇÃO E INTERPRETAÇÃO .....	100
5.3 INTERAÇÃO 1: RECONHECIMENTO E EMOÇÃO .....	110
5.4 INTERAÇÃO 2: ACOLHIMENTO E DENÚNCIA .....	117
5.5 INTERAÇÃO 3: “LÓGICA” E CONFISSÃO.....	125
5.6 INTERAÇÃO 4: TESTEMUNHO E CONSPIRAÇÃO .....	132
5.7 DISCUSSÃO DA ANÁLISE .....	139
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>146</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>152</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Entre debates acalorados e interações passionais que suscitam polêmicas, o espaço das redes sociais tem se tornado arena de conflitos e interesses, mediados pela necessidade de validação ideológica de si e, conseqüentemente, invalidação do outro. Permeado por tal contexto, este estudo tematiza a polarização discursiva nas relações de alteridade no Facebook, procurando desenvolver uma análise semiolinguística de interações polêmicas. Delimita-se, a partir disso, o caso da polêmica e do posicionamento discursivo nas interações de comentários nesta rede social, compreendendo a situação de polarização e a problemática da alteridade que, em âmbito discursivo, afeta a configuração contratual do contexto de comunicação entre os sujeitos envolvidos na interação verbal – vez que a consideramos dialógica e ideológica.

Apresenta-se uma pesquisa que emerge de um impulso do pesquisador de desvelar alguns dos fenômenos que constituem – ideológica e valorativamente – as manifestações extra e intradiscursivas, caras à Análise do Discurso de linha francesa, mais especificamente à Semiolinguística instituída por Patrick Charaudeau, em 1983. Impulso, este, cujo princípio recai sobre tempos passados de Iniciação Científica, que formalizaram uma visão analítica não florescida abundantemente em outras áreas da Linguística, da Literatura, ou mesmo dos estudos acerca das línguas estrangeiras. A interdisciplinaridade inata à AD, bem como a possibilidade de se investigar as relações interpessoais para além do estudo da língua pela língua, constituíram, assim, um novo caminho a ser trilhado pelo autor do texto, motivando-o a voltar-se, por meio desta perspectiva, à análise daquilo que permeia suas próprias vivências particulares, sempre regidas por esse organismo vivo que habita o que nos convém chamar de discurso.

Dentre as dezenas de redes sociais difundidas na contemporaneidade, o Facebook tem ganhado destaque como arena de discussões de temas polêmicos, pelas múltiplas possibilidades de interação que oferece em tempo real. Embora algumas postagens já apresentem, por si só, certo flerte com a polêmica, é nos comentários que ela encontra terreno fértil. Nesse espaço, as discussões podem ser acompanhadas de um posicionamento rígido que alimenta a polarização, dando origem a outros esquemas discursivos que podem, até mesmo, superpor a proposição inicial do comunicante autor da postagem para com seus prováveis destinatários, estabelecendo novas relações ideológicas para além da temática central proposta por seu projeto global. Exemplo claro é o caso dos extremismos que circundam a semiotização de mundo – termo emprestado de Charaudeau (2019); quando existe uma supervalorização, da parte do TUi (sujeito interpretante), de algum fato ideológico do mundo, ao qual é atribuído valor superior

ao pretendido pelo EUc (sujeito comunicante). No caso de publicações cujo sujeito comunicante é definido enquanto uma figura pública, as chances de alimentar uma polêmica são ainda maiores, uma vez que, na atualidade, a ideologização aparenta voltar-se, especialmente, ao meio público.

Contribui para essa tendência à polarização, ainda, uma pressão social de conformidade relacionada a um posicionamento discursivo que sinalize a adesão do comunicante a um dos polos do espectro ideológico, sobretudo quando esse espectro envolve algum tipo de figura pública. Trata-se de uma pressão para que o indivíduo se identifique com o grupo. Assim, quando essa pressão por um posicionamento é concebida em torno da noção do ato de linguagem como encenação, são mobilizadas estratégias e visadas discursivas que pertencem à intenção comunicativa do sujeito comunicante, condizente com um ou mais contratos de comunicação que esse sujeito estabelece com seu(s) destinatário(s). No Facebook, a visibilidade dessas estratégias e visadas, bem como dos contratos a elas correspondentes pode recair sobre o *feedback* acerca das publicações do sujeito enunciativo, convocando, por consequência, uma resposta que se materializará sob a forma de comentários, republicações, curtidas e reações.

Com efeito, a Teoria Semiolinguística de Charaudeau (2004, 2005, 2010, 2016, 2019, 2022) já vem sendo utilizada no estudo de tipos singulares de configuração contratual, uma vez que prevê esse princípio de assimetria entre o destinatário idealizado pelo comunicante que nem sempre se identificará com o destinatário real do ato de linguagem. Por ser pautado na relação entre um EU e um TU, responsiva e ideologicamente orientados, compreende-se que tais pressupostos corroboram a Teoria Dialógica de Bakhtin (2010a, 2010b, 2016, 2020) e do Círculo de Bakhtin (2010a, 2010b, 2016, 2017, 2020) acerca do signo ideológico, dos centros de valores, da alteridade, do dialogismo e da responsividade: do ponto de vista contratual do ato de linguagem, nem sempre o outro é reconhecido como parceiro de comunicação, ao não corresponder à imagem de destinatário ideal projetada pelo sujeito comunicante. E essa invalidação, puramente ideológica, revela sua moção emotivo-volitiva, determinada pelo posicionamento.

Partindo de tal recorte teórico-metodológico, verificamos a necessidade de contemplar as especificidades do ato de linguagem no espaço digital do Facebook, quando permeado por interações polêmicas. Por isso, julgamos necessário compreender as contribuições de Ruth Amossy (2017, 2022) sobre essa modalidade de interações discursivas e sua influência as relações alteritárias do contrato de comunicação que a Teoria Semiolinguística e a Teoria Dialógica, postas em conjunto, fazem emergir. A interface entre essas teorias aplicada aos propósitos deste estudo em questão pode ser muito profícua à análise dos efeitos da polarização

e da configuração contratual, motivo pelo qual justifica-se o uso de ambas para a condução desta pesquisa. Quanto ao *corpus* escolhido para análise, justifica-se o seu uso ainda nesta introdução, onde nos detemos a explicar, em detalhes, a sua configuração.

Considerando a iminência contemporânea à polarização discursiva e ideológica, bem como a ampla difusão do Facebook nas mais diversas esferas sociais, este estudo contribui para o desenvolvimento da compreensão acerca dos processos de comunicação, discursividade e enunciação nessa rede social, sobretudo em situações marcadas pela presença desses tipos de contrato, geradores de posicionamentos extremos que evocam polêmicas relacionadas ao meio de interesse público. À comunidade científica, mostra-se pertinente por dar continuidade aos estudos da semiolinguística da Análise do Discurso de linha francesa, voltando-se à aplicação das teorias de Charaudeau (2004, 2005, 2010, 2016, 2019, 2022) para outros meios e arranjos teóricos que fomentem um aprofundamento metodológico da teoria.

Desse modo, o estudo justifica-se à medida que auxilia para a promoção de um olhar sensível sobre os fenômenos discursivos e os contratos de comunicação, que observa as fragilidades de uma polarização discursiva polêmica frente ao desenvolvimento crítico dos participantes do processo da enunciação. Ou, ainda, que colabora para uma investigação analítica fomentadora de um melhor gerenciamento dos posicionamentos ideológicos – de uma gestão do conflitual, como observa Amossy (2017). Por esse motivo, o estudo se insere na linha de pesquisa “Constituição e interpretação do texto e do discurso”, do Programa de Pós-Graduação em Letras do Instituto de Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade da Universidade de Passo Fundo.

O problema de pesquisa definido para o estudo é o seguinte: como são encenados os atos de linguagem nas interações de comentários no Facebook, mediante a polarização discursiva nas relações de alteridade em caso de polêmica? Essa problematização desdobra-se em três questões complementares:

- a) Por quais circunstâncias de discurso os contratos de comunicação propostos nos comentários do Facebook contribuem para as representações languageiras que instauram a polêmica nas interações analisadas de acordo com as estratégias discursivas do sujeito comunicante?
- b) De que maneira é construído o sentido comunicativo do ato de linguagem encenado na polarização discursiva diante das relações de alteridade e responsividade expressas na interação polêmica?

c) Em que medida os discursos encenados no ato de linguagem valem-se de contraverdades para a consolidação de estereótipos, clichês e imaginários sociais que fomentam a polarização discursiva?

O objetivo geral, por sua vez, é o de descrever e analisar como são encenados os atos de linguagem nas interações de comentários no Facebook, mediante a polarização discursiva nas relações de alteridade em caso de polêmica. Esse escopo desmembra-se nos seguintes objetivos específicos:

a) Identificar por quais circunstâncias de discurso os contratos de comunicação propostos nos comentários do Facebook contribuem para as representações languageiras que instauram a polêmica nas interações analisadas de acordo com as estratégias discursivas do sujeito comunicante;

b) Depreender de que maneira é construído o sentido comunicativo do ato de linguagem encenado na polarização discursiva diante das relações de alteridade e responsividade expressas na interação polêmica;

c) Verificar em que medida os discursos encenados no ato de linguagem valem-se de contraverdades para a consolidação de estereótipos, clichês e imaginários sociais que fomentam a polarização discursiva.

A base teórica do estudo, tendo por suporte que a proposta evidencia o movimento discursivo e a adesão opinativa, bem como a influência dos componentes sociais, valorativos e ideológicos para a formação do posicionamento discursivo em situações de polêmica, compreende três correntes teóricas: a Teoria Dialógica de Mikhail Bakhtin/Círculo de Bakhtin (2010a, 2010b, 2016, 2017, 2020); a Retórica Argumentativa de Ruth Amossy (2017, 2022); e, especialmente, a Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau (2004, 2005, 2010, 2016, 2019, 2022). Destacam-se os pressupostos de Bakhtin (2010a, 2010b, 2016, 2020) e Volóchinov (2017) sobre o ato ético responsável, os momentos concretos fundamentais da disposição recíproca, as relações de alteridade, signo ideológico, processos de construção dos enunciados (seu caráter responsivo) e interação verbal; Amossy (2017, 2022) sobre a polêmica no discurso, sua manifestação durante a interação discursiva, e a noção segundo a qual ela é uma modalidade argumentativa definida pelos processos de dicotomização e, especialmente, polarização; e Charaudeau (2004, 2005, 2010, 2016, 2019, 2022) sobre os contratos de comunicação, as estratégias e visadas discursivas, a *mise-en-scène* do ato de linguagem, as contraverdades, os modos de organização do discurso e a semiotização do mundo.

Além desses, também são utilizados referenciais de cunho complementar; entre eles, destaca-se a presença de Manuel Castells (2022), de maneira breve, sobre comunicação nas

redes sociais; Boaventura (2013, 2017), Freitas (2008, 2011) e Pauliukonis (2004, 2016) acerca dos pressupostos trabalhados por Charaudeau (2004, 2005, 2010, 2016, 2019, 2022); Augusto Ponzio (2016, 2020), Beth Brait (2012), José Luiz Fiorin (2022) e Adail Sobral (2009) sobre as relações dialógicas e valorativas, bem como demais conceitos abarcados pela Teoria Dialógica de Bakhtin (2010a, 2010b, 2016, 2020); e, ainda, Baronas e Costa (2019) e Cavalcante *et. al.* (2019), sobre polêmica, argumentação e demais contribuições da Retórica Argumentativa conforme seguido por Ruth Amossy (2017, 2022).

Metodologicamente, a pesquisa é pautada nos pressupostos de Prodanov e Freitas (2013), constituindo-se enquanto um estudo de natureza aplicada; quanto aos objetivos, é exploratória e explicativa; quanto aos procedimentos, é bibliográfica e documental; no que se refere à abordagem do problema, é qualitativa. O *corpus*, por sua vez, é constituído por quatro recortes de interações de comentários no Facebook referentes a uma situação de polêmica nessa rede social. O caso é relativo a uma publicação em vídeo<sup>1</sup>, circulada em meados de fevereiro de 2022, que apresenta uma retratação de Cláudia Kichler, representante da Secretaria Municipal de Educação da cidade de Sapiranga (RS), referente a uma polêmica envolvendo uma professora da rede municipal. A professora em questão, no início do ano letivo de 2022, presenteou seus alunos com um lápis acompanhado de uma estrela vermelha. O ato foi interpretado, por algumas pessoas, como propaganda partidária do PT (Partido dos Trabalhadores), originando um efeito de polêmica e polarização relacionado ao fato que outorgou dois posicionamentos: os favoráveis ao ato da professora e os contrários a esse ato, interpretando-o como de natureza político-partidária.

Justifica-se a escolha do *corpus* enquanto comentários das postagens por estes apresentarem uma complexa rede contratual de comunicação que, em ambos os casos, parecem deslocar-se dos propósitos do enunciador principal (autor da postagem). As interações discursivas polêmicas representam, de maneira muito ilustrativa, a polarização nos projetos de fala e a necessidade de posicionamento, mostrando-se frutífero aos propósitos de análise deste estudo. Entretanto, salienta-se que a publicação, em si, considerada a “fonte-origem” das interações, também será analisada, para que seja possível identificar os contratos de comunicação e estratégias discursivas que dela partiram e sua relação com as interações subsequentes, observadas nos comentários.

O trabalho organiza-se da seguinte maneira: em 1 Introdução, como visto, apresentamos, de maneira breve, o tema e a delimitação do estudo (tal qual uma

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://fb.watch/gK3hCAc3y2/>.

contextualização deste), a fundamentação teórica utilizada, os procedimentos metodológicos e as justificativas para a escolha do aporte teórico e do *corpus* escolhido para a análise. No capítulo 2, “Alteridade e polêmica no Facebook: pela supremacia das contraverdades”, discorreremos acerca dos conceitos bakhtinianos – da questão de valores, ancorada na alteridade, ao signo ideológico – e dos pressupostos de Ruth Amossy (2017, 2022) acerca da polêmica enquanto modalidade argumentativa no discurso e sua aplicação nas redes sociais, interligando-se aos conceitos predecessores, relativos ao Círculo de Bakhtin (2010a, 2010b, 2016, 2017, 2020). O capítulo se subdivide em três seções: 2.1 Da alteridade ao signo ideológico; 2.2 Uma introdução à polêmica; e 2.3 Verdade, pós-verdade, contraverdade.

Na sequência, o capítulo 3, “A semiolinguística: interfaces dialógico-enunciativas”, introduz as noções de Charaudeau (2004, 2005, 2010, 2016, 2019, 2022), centrais da perspectiva teórica adotada, relativas aos conceitos de *mise-en-scène* (ato de linguagem como encenação), contratos de comunicação, estratégias e visadas discursivas, modos de organização do discurso e semiotização do mundo. Subdivide-se, diante disso, nas seções: 3.1 Noções sobre o ato de linguagem como encenação; 3.2 Modos de organização do discurso; e 3.3 Processos de um mundo semiotizado. Após, no capítulo 4, “Desvelando a interação polêmica: orientação metodológica”, entra-se em debate a afiguração metodológica do estudo, apresentada em três seções: 4.1 A estrela vermelha (dedicada à apresentação do *corpus*); 4.2 O recorte metodológico; e 4.3 O dispositivo de análise: de interação em interação.

Por fim, a partir do capítulo 5 “Análise: uma estrela que não pode ser vermelha na semiotização do mundo”, expõe-se a aplicação dos pressupostos teóricos à interação verbal polêmica “fonte-origem” e às interações de comentários recortadas. Suas subdivisões seguem, respectivamente, a publicação e cada interação analisada. Após a análise, no capítulo 6 constam as considerações parciais do estudo, seguido das referências utilizadas ao longo do trabalho.

## 2 ALTERIDADE E POLÊMICA NO AMBIENTE DO FACEBOOK: PELA SUPREMACIA DAS CONTRAVERDADES

Iniciamos a fundamentação teórica deste estudo com algumas considerações sobre a especificidade ideológica, alteritária e interacional que aparenta reger o ambiente do Facebook em situações de polêmica. Nossa intenção com esse primeiro capítulo teórico é a de estabelecer as bases teórico-metodológicas fundamentais à análise semiolinguística debatida no próximo capítulo e aplicada no capítulo 5, destinado à análise do *corpus*. Por isso, três perspectivas teóricas são colocadas em evidência para tal conceitualização: a Retórica Argumentativa de Ruth Amossy (2017), a Teoria Dialógica do Círculo de Bakhtin (2010a, 2010b, 2016, 2017, 2020) e os conceitos sobre a manipulação da verdade por Charaudeau (2022). Veremos, brevemente, sobre cada uma delas.

No seio do bem-estar social residem posições ideológicas que, constantemente, entram em confronto. Suas denominações são tão diversas quanto são as possibilidades de troca na interação verbal. No viés de Amossy (2017), a polêmica provém desse conjunto de formas pelo qual denominamos os confrontos verbais e, em certas vezes, a agressividade no discurso, onde o dissenso encontra seu território particular dentre os fenômenos de interação verbal. Baronas e Costa (2019, p. 56) asseveram que “a preocupação da pesquisadora [...] é mostrar que esse tipo de dissenso tem uma função social e um funcionamento sócio-discursivo na nossa sociedade” – com ênfase nos confrontos verbais da vida pública e midiática.

Se o dissenso é um dos principais fundamentos da polêmica, não podemos deixar de lado o papel da alteridade nesse processo. Tal qual concebido pelo Círculo de Bakhtin<sup>2</sup> (2010a, 2010b, 2016, 2017, 2020), todos os desdobramentos do ato ético responsável e das interações sociais vêm-se permeados por dois centros de valores: o eu e o outro, sendo que essa relação é ativa e responsiva, recheada de tonalidades dialógicas das mais diversas variedades. Como explicitam Di Fanti, Paula e Ponzio (2021, p. 398), “a alteridade estrutura a consciência como centro de sentidos e valores de uma cultura ao longo da história. Assim, em relação dialógica, sujeitos e culturas se formam e se transformam”. Existe, então, uma verdadeira estrutura valorativa e ideológica que rege a manifestação dos confrontos verbais promulgados pela interação polêmica em um caráter *a priori*, isto é, ao nível da constituição das consciências ideológicas dos próprios sujeitos envolvidos nessa interação, anterior, até mesmo, ao ato de linguagem.

---

<sup>2</sup> Bakhtin (2010, 2016, 2020) e Volóchinov (2017).



Nas comunidades virtuais como o Facebook, essa relação entre alteridade e polêmica manifesta-se de maneira ainda mais explícita, pois dá lugar a novos fenômenos de interação verbal em favor do dissenso e da defesa de posicionamentos ideológicos, que resultam em uma polarização discursiva. Com efeito, as comunidades virtuais não seguem os mesmos modelos de comunicação das comunidades físicas. Como afirma o pesquisador Manuel Castells (2022, p. 443): “os vínculos cibernéticos oferecem a oportunidade de vínculos sociais para pessoas que, caso contrário, viveriam vidas sociais mais limitadas, pois seus vínculos estão cada vez mais espacialmente dispersos”. O que ocorre, por consequência, é uma espécie de “privatização” do indivíduo, conforme o autor. O sujeito é direcionado a si próprio e guiado, nas interações, conforme seus interesses particulares.

Diante disso, novos agrupamentos surgem, viabilizados pelo estreitamento entre os indivíduos online e seus respectivos interesses: “os usuários da internet ingressam em redes ou grupos on-line com base em interesses em comum, e valores, e já que têm interesses multidimensionais, também os terão suas afiliações on-line” (Castells, 2022, p. 442). Aplicando essa característica às situações de polêmica, vê-se que a comunicação pode tornar-se instrumento de disseminação de discursos de ódio, *fake news* e discussões inflamadas, como defende Amossy (2017), sobretudo quando consideramos que “[...] uma parte considerável das comunicações que acontecem na rede é, em geral, espontânea, não organizada e diversificada em finalidade e adesão” (Castells, 2022, p. 437).

Nesse espaço caótico, até mesmo a verdade é posta em xeque. A credibilidade de enunciados que se propõem a descrever fatos objetivos é relativizada ao ponto do surgimento do que Charaudeau (2022, p. 35) chama de contraverdades. Essas “verdades alternativas”, apoiadas em estereótipos, clichês e imaginários sociais – fruto das mais diversas formas de representação social –, podem contribuir para fenômenos como o negacionismo e a invenção de fatos que dissonam dos enunciados fatos objetivos, tal qual visto pelos processos de comunicação da chamada “era da pós-verdade”.

Neste capítulo, nos deteremos a analisar as particularidades de cada um desses fenômenos. Na seção 2.1, denominada “Da alteridade ao signo ideológico”, iniciamos tratando da visão de Bakhtin (2010a, 2010b, 2016, 2020) acerca do ato ético responsável, a alteridade, a responsividade e o signo ideológico, entre outros conceitos pertinentes ao pensamento bakhtiniano. Na seção seguinte, 2.2, “Uma introdução à polêmica”, debatemos sobre o conceito de polêmica em Amossy (2017) e as suas especificidades, buscando relacioná-las à alteridade, com ênfase na desqualificação do outro. Por fim, na seção 2.3 “Verdade, pós-verdade, contraverdade”, tematizamos os desdobramentos da verdade nesse contexto, ancorados nas

contribuições de Charaudeau (2022) e Amossy (2022) sobre os imaginários sociais, os estereótipos e os clichês, além dos casos de contraverdade.

## 2.1 DA ALTERIDADE AO SIGNO IDEOLÓGICO

“Você não ama um ser humano porque é bonito, mas ele é bonito porque você o ama”

Mikhail Bakhtin

Diz-se que Bakhtin (2010a, 2010b, 2016, 2020) foi um filósofo da existência. O uso da alcunha dá-se por, dentre centenas de outras, a afirmação de que “toda a existência possível e todo o sentido possível se dispõem ao redor de um ser humano como centro e valor único; tudo [...] deve estar correlacionado a um ser humano, deve tornar-se humano” (Bakhtin, 2020, p. 124). A partir de um encadeamento entre as definições de homem, valor e mundo, o teórico constata que a existência humana dá-se num evento único; subjetivo, particular e singular que, como destaca Fiorin (2022, p. 20), “existe na ação, no ato individual e responsável”.

Na visão de Bakhtin (2020), o agir só é verdadeiramente real quando participante do existir-evento ou, nas suas palavras, quando “é um componente real, vivo, do existir-evento: é incorporado na unidade singular do existir que vai se realizando” (Bakhtin, 2020, p. 42). Com efeito, Bakhtin (2020) busca, constantemente, reiterar a indispensabilidade do papel ativo (sua condição ao ato responsável): “[...] é apenas a relação com o contexto único e singular do existir-evento através do efetivo reconhecimento da minha participação real nele, que o torna um ato responsável” (Bakhtin, 2020, p. 101). O mundo concreto tem, pelo sujeito, seu instrumento de realização valorativa, semelhantemente a como o sujeito tem, pelo mundo concreto, sua ideia singular acerca do existir-evento.

O mundo concreto é um “mundo social e histórico e, portanto, sujeito a mudanças, não apenas em termos de seu aspecto material, mas das maneiras de os seres humanos o conceberem simbolicamente, isto é, de o representarem por meio de alguma linguagem [...]”, como acrescenta Sobral (2009, p. 24). O ato é social e historicamente definido, composto de pluralidades (de “pequenos atos”), que agem como seu aspecto particular. De mesmo modo, a experiência, dada nas formas do sensível ou do inteligível, integra a forma natural do existir. O ato ocorre *nele*, mas Bakhtin (2020) é enfático ao afirmar que não ocorre *por* ele, ou *sobre* ele. Vale lembrar, ainda, que, conforme as considerações de Castells (2022) debatidas no início deste capítulo, o meio digital do Facebook não é um mundo à parte desse existir. Ele integra o mundo concreto como uma situação particular; como um modo de representação do mundo

social e histórico por meio da linguagem, tal qual as demais situações do meio social, nas quais os sujeitos podem realizar essa representação.

Os mundos, enquanto pensamento, integram o evento singular e único, mas o existir não é pensado: “tal existir *é*, ele se cumpre realmente e irremediavelmente através de mim e dos outros – e, certamente, também no ato de minha ação-conhecimento; ele é vivenciado, asseverado de modo emotivo-volitivo” (Bakhtin, 2020, p. 58). A definição de tom emotivo-volitivo dada por Bakhtin (2020) compreende dois vieses, ambos relacionados à experimentação efetiva do mundo pelo sujeito, no agir responsável. O filósofo fala, primeiramente, sobre uma “*entonação*”; algo como uma referência, do interior, construída com relação ao dado e ao por-fazer-se. Por outro lado, também apresenta o tom enquanto uma relação afetiva; relação, esta, que o sujeito estabelece no momento da unidade do evento que o abarca, também com relação ao dado e ao por-fazer-se.

Esse mesmo tom emotivo-volitivo, como modo de reconhecimento de valor cultural, indica o momento da operação pensar-agir. Com ele, “indicamos exatamente o momento do meu ser ativo na experiência vivida, o vivenciar da experiência como minha [...]” (Bakhtin, 2020, p. 91), situando o ser em uma singularidade do existir, a saber, presente. Por ser obrigatória a indicação desse momento, também o é a singularidade do existir. Em razão disso, Bakhtin (2020, p. 96) defende o fato do meu “*não-álibi*” no existir, “que está na base do dever concreto e singular do ato, não é algo que eu aprendo e do qual tenho conhecimento, mas algo que eu *reconheço e afirmo de um modo singular e único*”. Não existem precedentes para o meu reconhecimento valorativo no existir; ele é sempre presente, sem testemunhas, sem uma indicação pré-determinada para além do caráter *a priori* do valor cultural. Não existe outro lugar a não ser o lugar único e singular que ocupo no existir valorativamente.

Adail Sobral (2009) chama a atenção para o fato de que, em Bakhtin (2020), há uma operação teórica em torno da noção de “ser concreto”, sendo “concreto” a “realização individual-relacional” (Sobral, 2009, p. 29). Em Ponzio (2020), encontra-se a mesma premissa. O teórico afirma que o valor igual a si mesmo, o “universalmente válido” não existe, “pois sua validade é reconhecida e condicionada não pelo conteúdo tomado abstratamente, mas pela sua correlação com o lugar singular daquele que participa, determina e reconhece” (Ponzio, 2020, p. 20). Porém, não se trata de um viver para si, mas, a partir de seu lugar, viver de si e deslocar-se para reconhecer o outro. Esse deslocamento, na visão de Di Fanti, Paula e Ponzio (2021, p. 398), “marca uma peculiaridade dos estudos bakhtinianos, que concebem o outro não como mero receptor, mas como sujeito tão ativo quanto o ‘eu’, que o altera e atribui acabamento, dado o seu excedente de visão [...]”. Como veremos adiante, esse deslocamento é prejudicado

no Facebook, em função dos aspectos valorativos e ideológicos que, por meio do dissenso na interação polêmica, afetam a percepção dos sujeitos de si e, especialmente, do outro na configuração contratual dos atos de linguagem.

Ora, se o reconhecimento é fundamental para a realização individual-relacional, e se o ato depende de um tom emotivo-volitivo que, como definido anteriormente, constrói-se por meio da relação – assim como a relação compõe a consciência *a priori*, determinante do presente do ato, *a alteridade é fundamento da minha existência singular* e, por consequência, de meu ato ético responsável. Bakhtin (2020) estabelece uma arquitetura em torno da qual *eu* e *outro* desenvolvem-se em sua singularidade, “segundo a qual se constituem e se dispõem todos os valores, os significados e as relações espaçotemporais” (Ponzio, 2020, p. 23). Da alteridade ao signo ideológico, a noção de arquitetura e do próprio ato ético auxiliam no fundamento dos conceitos posteriormente desenvolvidos pelas obras de Bakhtin (2010a, 2010b, 2016, 2020) e do Círculo de Bakhtin<sup>3</sup> (2010a, 2010b, 2016, 2017, 2020).

Nas próximas subseções, conferimos essa premissa tão cara ao filósofo russo, aplicando-a aos propósitos de nosso estudo. Iniciamos, na sequência, o debate acerca das figuras do eu e do outro no mundo unitário singular defendido por Bakhtin (2020), apresentando-as como um dos essenciais princípios da alteridade.

### 2.1.1 O eu e o outro no mundo unitário singular

Em um exercício de deliberação contrastiva, julgamos pertinente esclarecer o papel do outro como singularidade no existir. Conforme debatido na última seção, o eu, em Bakhtin (2020), é um centro de responsabilidade que vivencia a experiência única que é, destacamos, irrepetível, motivo pelo qual “do meu lugar único, somente eu-para-mim-mesmo sou eu, quanto todos os outros são *outros* para mim (no sentido emotivo-volitivo do termo)” (Bakhtin, 2020, p. 104). Contudo, o outro não é uma figura alheia à responsabilidade, fora do domínio de visão do eu. Isso porque ele é, em si, para si e a partir de si, um eu. Por isso, na perspectiva de Bakhtin (2020, p. 103), “[...] há tantos mundos diferentes do evento quantos são os centros individuais de responsabilidade [...], então existem tantas faces diferentes quanto são os lugares singulares”.

Essa responsabilidade do eu não pode ser evitada sob qualquer circunstância, conforme o teórico. Nem mesmo no espaço do Facebook onde, num exercício de defesa identitária de um agrupamento de consciências ideológicas – e sobre isso discutiremos posteriormente –, o sujeito

---

<sup>3</sup> Representado, neste estudo, por Valentin Volóchinov (2017).

representa, cumprindo um ato em nome/na qualidade de um representante, o faz sempre por meio de uma autorização, agregando à responsabilidade pessoal um poder específico; o poder dado pelo papel representativo. Qualquer investida de disfarçá-la não passaria de uma tentativa, porque a vivência, mesmo no caso de uma representação, é essencialmente pessoal.

Existe, em função disso, uma disposição, enquanto experimentar o existir-evento, a ser determinada por centros de valores, relações orientadas valorativamente. De acordo com Bakhtin (2020, p. 142), “a vida conhece dois centros de valores, diferentes por princípio, mas correlatos entre si: o eu e o outro, e em torno destes centros se distribuem e se dispõem todos os momentos concretos do existir”. Um mesmo objeto pode se apresentar a diferentes sujeitos no existir, permanecendo idêntico por conteúdo. Entretanto, esse objeto apresentar-se-á enquanto diferentes momentos do existir, de acordo com a correlação que estabelece comigo ou com o outro.

Nesse sentido, o eu opera enquanto o eu singular, o indispensável e irrepitível – conforme apresentado anteriormente. O outro<sup>4</sup> trata do centro de valor alheio a mim, e sobre o qual só posso vivenciar a partir de mim; “não segundo uma relação indiferente com o outro genérico e enquanto ambos exemplares do homem em geral, mas enquanto coenvolvimento concreto, relação não indiferente, [...] com o passado e o futuro de pessoas reais” (Ponzio, 2020, p. 26). Destaca-se que o conceito de outro, em si, como completa Brait (2012, p. 88), “se diferencia de outras vertentes do conhecimento que também adotam *outro* como parâmetro epistemológico. Trata-se do *outro* discursivo, ideológico e interacional”. Em outras palavras, aquele que eu, a partir desse meu lugar único e singular, compreendo e comparo, a partir de minha própria posição e orientação emotivo-volitiva.

É dessa experimentação pessoal do existir (dos centros individuais de responsabilidade), que erigem o que Bakhtin (2020, p. 114) denomina de “mundos concretos-individuais irrepitíveis, de consciências que realmente agem”. Esses mundos se compõem, para o autor, do existir-evento unitário e singular, de mesmo modo que são compostos por momentos da arquitetônica do ato; momentos de um plano concreto do mundo do ato, que fundamentam a sua construção e a sua disposição recíproca. Bakhtin (2020, p. 114-115) explica:

Estes momentos fundamentais são: eu-para-mim, o outro-para-mim e eu-para-o-outro; todos os valores da vida real e da cultura se dispõem ao redor destes pontos arquitetônicos fundamentais do mundo real do ato [...]. Todos os valores e as relações espaço-temporais e de conteúdo-sentido tendem a estes momentos emotivo-volitivos centrais: eu, o outro, e eu-para-o-outro.

---

<sup>4</sup> Nos textos de Bakhtin utilizados nesta fundamentação, encontra-se o termo *outro* sem destaque – aspas, itálico, caixa alta ou negrito. Entretanto, no texto de Beth Brait (2012), encontra-se o termo em itálico.

De tal afirmação surgiria a base do princípio de alteridade bakhtiniano, antes mesmo de ele ser expandido ao estudo da linguagem – ainda que, implicitamente, Bakhtin já a considerasse como um modo de expressão do ato responsável e, por conseguinte, dos centros individuais de responsabilidade. Como o foco do ato recai sobre a singularidade individual, Bakhtin (2020, p. 122-123) defende que “o eu-para-mim constitui o centro da origem do ato e da atividade da afirmação e de reconhecimento de cada valor, já que este é o ponto singular no qual eu responsabilmente participo no existir singular [...]”. A asserção fundamentaria tanto a visão do filósofo referente à correlação entre o caráter unitário da totalidade e as singularidades individuais irrepitíveis, quanto a afirmação da vivência “a partir de si” (simplesmente ser) em vez de “para si”, como a indicação do meu “não-álibi” no existir.

É partindo desse momento (eu-para-mim) que o papel do outro é vulnerabilizado no Facebook. Recuero (2013, p. 56, grifo nosso) defende que, nas redes sociais, a conversação também é utilizada para “construir valores e ter acesso a recursos do *grupo*, tais como a legitimação de impressões a respeito de si mesmos, o acesso a informações, o suporte e o apoio social, etc.”. O sujeito vê, na plataforma, uma ferramenta de construção de identidade que, pelas configurações comunicativas do meio digital – como visto no início deste capítulo em Castells (2022) –, exige uma validação da posição de si frente a amplitude do meio e sua diversificação valorativa. Em outras palavras, o eu precisa recorrer ao grupo para a consolidação dos valores do individual e do coletivo como forma de manutenção do eu-para-mim e, conseqüentemente, construção de um outro-para-mim atrelado ao negativo desses valores, para que fique claro, a mim, sua constituição enquanto outro<sup>5</sup>. De qualquer maneira, mesmo neste espaço, a partir de mim, vivencio a mim e ao(s) outro(s), “[...] quer esses *outros* sejam reais, imaginários, personificados, definidos ou indefinidos” (Brait, 2012, p. 87).

É possível observar, com clareza, o caminho que Bakhtin trilha com suas noções acerca da alteridade, visando definições de comportamento e manifestação do ato valorativamente orientado e a aplicação destes conceitos ao estudo da linguagem. Conforme Bakhtin (2010a, 2010b, 2016, 2020), não existe passividade. A realidade é intercomunicativa e, portanto, dialógica, no mesmo estado em que é valorativa, a partir da constituição dos centros de valores que permeiam a existência de cada um dos indivíduos. Como o próprio afirma: “esta divisão arquitetônica do mundo em eu e em todos aqueles que para mim são outros não é passiva e

---

<sup>5</sup> Outros aspectos dessa relação serão apresentados nas próximas seções, subseções e capítulos desta dissertação.

casual, mas ativa e imperativa” (Bakhtin, 2020, p. 143). Por isso, os enunciados não de ser injuntivos; dialógicos; responsivos, no sentido mais abrangente e literal desses termos.

Na próxima subseção, discorreremos sobre o componente dialógico e responsivo do enunciado, bem como sua manifestação enquanto componente dos gêneros discursivos.

### 2.1.2 Responsividade, dialogismo e interação verbal

Porquanto, até então, observamos as contribuições teórico-conceituais vistas na obra *Para uma Filosofia do Ato Responsável* (2020), é na obra *Os Gêneros do Discurso* que Bakhtin (2016) delineará as particularidades do princípio de alteridade (as relações entre eu e outro), aplicando-as ao estudo do discurso e do enunciado como unidade de comunicação discursiva. Na obra, Bakhtin (2016) volta-se ao uso da linguagem e aos campos da atividade humana refletidos nesse uso. A partir disso, destaca: “todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem” (Bakhtin, 2016, p. 11); uso que, na visão do autor, sempre se efetua na forma de enunciados, podendo estes enunciados serem orais ou escritos, mas sempre concretos e únicos.

O fato de um enunciado ser concreto e, ao mesmo tempo, único, exige certa determinação constitutiva; elementos-base que determinam seus aspectos fraseológicos, estéticos e as condições específicas de sua finalidade. Desse modo, Bakhtin (2016) afirma que três são os elementos que compõem o conjunto do enunciado: conteúdo temático, estilo e construção composicional. O primeiro evidencia o conteúdo do enunciado; como alerta Fiorin (2022, p. 69), “não é o assunto específico de um texto, mas é um domínio de sentido [...]”. O segundo expõe “a seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua [...]” (Bakhtin, 2016, p. 12). O terceiro marca o modo de operação do enunciado; sua apresentação enquanto composição discursiva (a maneira como o conteúdo inscrito em determinado conjunto de recursos se apresenta na materialidade do enunciado, tais como tempo, espaço e relação de interlocução, como lembra Fiorin (2022)).

A partir dessa definição, Bakhtin (2016, p. 12) defende que “cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados”. A esses tipos, o autor confere o termo *gêneros do discurso*. Na visão de Fiorin (2022, p. 68), “os gêneros são tipos de textos, conjuntos textuais que têm traços comuns”<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Vale o esclarecimento de que o Facebook não é um gênero discursivo, mas um meio de circulação de múltiplos gêneros, como a publicação, o videoclipe, o recente reels – que circula tanto do Facebook quanto no Instagram – e, especialmente, o comentário.

Enquanto o enunciado é elaborado segundo certa estabilidade, considerando-o inscrito em um gênero do discurso, diz-se que um gênero é estável, mas, ao mesmo tempo, mutável, “porque conserva traços que o identificam como tal e é mutável porque está em constante transformação, se altera a cada vez que é empregado, havendo mesmo casos em que um gênero se transforma em outro” (Sobral, 2009, p. 115).

Esse impasse é trabalhado, por Bakhtin (2016), na divisão entre *gêneros primários* e *gêneros secundários*. Os primários são aqueles que se relacionam com o convívio cultural simples. São os que englobam gêneros como a carta, o diálogo, a réplica do diálogo, entre outros. Trata-se do conjunto de gêneros não-englobantes; pouco organizados e pouco desenvolvidos. Por outro lado, os gêneros secundários são aqueles ligados ao convívio cultural complexo, naturalmente organizado e bem desenvolvido. “No processo de sua formação eles incorporam e reelaboram diversos gêneros primários (simples), que se formam nas condições da comunicação discursiva imediata” (Bakhtin, 2016, p.15). Ao serem englobados pelos gêneros secundários, os gêneros primários perdem o vínculo com a realidade concreta (vida cotidiana); adquirem caráter integrante do gênero secundário que os englobou<sup>7</sup>.

O enunciado adquire, doravante, posição privilegiada nos estudos de Bakhtin (2016), passando a ser considerado “um núcleo problemático de importância excepcional” (Bakhtin, 2016, p. 17). Isso advém do fato de que todo enunciado, na visão do filósofo, é dotado de historicidade e, portanto, atua enquanto instrumento de relação da língua com a vida. O vínculo que o filósofo estabelece entre discurso e enunciado, segundo Machado (2021), mostra o pensamento de discurso em um *contexto enunciativo*, em vez de considerá-lo “meramente” uma unidade de estruturas linguísticas.

Nesse sentido, Bakhtin (2016, p. 25) afirma: “toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva [...]; toda compreensão é prehe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante”. Assim como todo enunciado se estabelece em um gênero do discurso, todo enunciado é, de mesmo modo, responsivo. Na visão de Bakhtin (2016), a compreensão ativamente responsiva do ouvinte pode realizar-se imediatamente (na forma de cumprimento de ordem ou ação) ou manifestar-se como uma compreensão silenciosa (de efeito retardado, que irá responder

---

<sup>7</sup> Defendemos, neste texto, a posição de que o gênero comentário no Facebook é, de praxe, um gênero primário, pois apresenta um padrão de disposição textual muito semelhante à réplica do diálogo. Isso não significa, contudo, que ele não seja convertido em gênero secundário com uma certa frequência. Comumente, em um comentário, diferentes gêneros primários podem ser englobados: o diálogo, a carta, o meme...



posteriormente, nos discursos subsequentes). Independentemente do caso, como alerta Machado (2021, p. 156), “todo discurso só pode ser pensado, por conseguinte, como resposta”.

Como o ouvinte já é um respondente, no sentido de não ser o primeiro a quebrar o que Bakhtin (2016) chama de eterno silêncio do universo, a real unidade da comunicação discursiva recai, assim, sobre o enunciado, na consideração do autor. A própria existência do discurso depende de enunciados concretos, sempre pertencentes a determinados falantes, sendo que, fora dessa forma, não podem existir. Seus limites são definidos pela *alternância dos sujeitos do discurso* (pela alternância dos falantes). O princípio absoluto de um enunciado e o seu fim absoluto limitam-se à relação dele com enunciados de outras configurações temporais: “antes do seu início, os enunciados de outros; depois do seu término, os enunciados responsivos de outros [...]” (Bakhtin, 2016, p. 29). Daí o enunciado ser definido enquanto uma unidade real, que implica transmissão *responsiva* da palavra. Em torno disso, é possível afirmar que Bakhtin (2016)

aborda a linguagem como potência da consciência (cognoscível) que constitui o signo (como plano da expressão e plano do conteúdo, caracterizados, respectivamente, como forma composicional e conteúdo temático), marcado pelo estilo (autoral e genérico) que explicita posicionamentos valorativos (ideológicos) de sujeitos situados em tempo-espaço específicos e que especifica os códigos materiais de cada sistema. Tais particularidades compõem dimensões dessa linguagem potencial, com suas características estruturais próprias (verbal, visual, vocal ou sincrética). Essa linguagem viva, seja qual for o gênero, é sempre dialógica [...] (Di Fantí; Paula; Ponzio, 2021, p. 397).

O dialogismo estabelece-se, nessa ótica, como uma propriedade da língua – ou, mais especificamente, do enunciado –, na concepção bakhtiniana, agindo como um elemento interno da palavra: “todo discurso concreto (enunciação) encontra aquele objeto para o qual está voltado sempre, por assim dizer, já desacreditado, contestado, avaliado, [...] ou, pelo contrário, iluminado pelos discursos de outrem que já falaram sobre ele”, como afirma Bakhtin (2010a, p. 86). Dessa forma, todo enunciado é dialógico, à medida que mantém constante diálogo com enunciados que o antecedem e, também, o sucedem:

O enunciado é pleno de *tonalidades dialógicas*, e sem levá-las em conta é impossível entender até o fim o estilo de um enunciado. Porque a nossa própria ideia – seja filosófica, científica, artística – nasce e se forma no processo de interação e luta com os pensamentos dos outros, e isso não pode deixar de encontrar o seu reflexo também nas formas de expressão verbalizada do nosso pensamento (Bakhtin, 2016, p. 59).

De modo a simplificar os aspectos de conceitualização, Fiorin (2022, p. 22) assevera que “o dialogismo são as relações de sentido que se estabelecem entre dois enunciados”. Neste

ponto, os conceitos de palavra, enunciado e discurso convergem-se; agregam-se em um ponto em comum, delimitado pelas fronteiras do diálogo e da interação. Diálogo, salientamos, não se trata de, somente, uma materialidade de comunicação face-a-face – embora Bakhtin (2016) a reconheça como a forma mais simples e clara de diálogo: “há dialogismo em qualquer acontecimento que envolva sujeitos em interação discursiva” (Brait, 2012, p. 87). Trata-se da comunicação em si, do uso da linguagem, da interação que é sempre verbal – vez que o próprio pensamento, em Bakhtin (2010a, 2010b, 2016, 2020), é construído por meio da linguagem.

Assim, ao considerarmos que o sujeito se coloca em relação ao outro para sua própria constituição, o dialogismo torna-se um princípio desta constituição e, como completa Fiorin (2022), de seu princípio de ação. Ele é um produto do equilíbrio entre o singular (o único, individual) e o social (o coletivo, o dialógico em ampla escala).

O sujeito vai constituindo-se discursivamente, apreendendo as vozes sociais que compõem a realidade em que está imerso, e, ao mesmo tempo, suas inter-relações dialógicas. Como a realidade é heterogênea, o sujeito não absorve apenas uma voz social, mas várias, que estão em relações diversas entre si. Portanto, o sujeito é constitutivamente dialógico (Fiorin, 2022, p. 61).

Com base em algumas definições sobre as relações dialógicas na obra *Problemas da poética de Dostoiévski* – mais especificamente do conceito de bivocalidade como interação entre consciências –, Bakhtin (2010b) apresenta um conceito próprio sobre polêmica, subdividindo-o em polêmica velada e polêmica aberta. Ainda que não o utilizemos para fundamentar o presente estudo (optamos pelas contribuições de Amossy (2017)), julgamos pertinente contextualizar esse conceito (polêmica) dada a importância de sua relação com os conceitos de dialogismo e responsividade. De acordo com Bakhtin (2010b), grosso modo, na polêmica velada, o discurso do autor é orientado para um objeto habitual e só indiretamente ataca o discurso do outro, entrando em conflito com ele como que no próprio objeto. Já na polêmica aberta esse discurso é orientado para o discurso refutável do outro (que é, por definição, o seu objeto)<sup>8</sup>.

Retomamos então o conceito de dialogismo e verificamos daí a importância da História e da comunicação social aos fenômenos de construção da consciência, da mesma forma que a justificativa, como lembra Fiorin (2022), de que os conteúdos da consciência são, além de semióticos, sociossemióticos – formados por um conteúdo sígnico perpassado por discursos

---

<sup>8</sup> Não reproduzimos a definição direta desses conceitos por Bakhtin (2010b) devido à sua inconclusibilidade. O teórico, em vez de desenvolver explicitamente o conceito, estreitou-se a exibí-lo de modo ilustrativo na discussão que promoveu acerca da terceira variedade de discurso bivocal, como se é possível identificar em excertos da página 224 da edição referenciada neste estudo de *Problemas da poética de Dostoiévski*.

sociais. Desse modo, “[...] cada indivíduo tem uma história particular de construção de seu mundo interior, pois ele é resultante do embate e das inter-relações desses dois tipos de vozes” (Fiorin, 2022, p. 61). No discurso, signo e ideologia confluenciam em prol da vontade de discurso do falante e, anterior a ela, à sua própria consciência.

Na próxima subseção, nos detemos a estudar as particularidades do signo ideológico.

### 2.1.3 O signo ideológico

Signo e ideologia, no Círculo de Bakhtin (2010a, 2010b, 2016, 2017, 2020), mantêm uma relação de interdependência que é indispensável e decorrente da noção já debatida - de que todo discurso faz-se dialógico (pressupõe uma alteridade ao nível do enunciado e do próprio sujeito, constituindo-os). Como lembra Miotello (2021), o Círculo não vai desenvolver o conceito de ideologia na perspectiva idealista que o considera como algo já dado na cabeça do homem, mas na concretude do acontecimento. Para aprofundar essa noção, ele volta-se ao contexto, ao momento sócio-histórico determinante das relações dialógicas, e assume uma posição reveladora sobre ele: tais relações são mantidas por consciências ideológicas. Afirmar a existência desse campo ideológico nada mais foi que um desenvolvimento da noção valorativa apresentada por Bakhtin (2020), ainda em *Por uma Filosofia do Ato Responsável*, que já apresentava trilhas para a inserção do campo valorativo no mundo da linguagem. Na obra *Questões de Literatura e de Estética*, Bakhtin (2010a, p. 86) afirma:

O enunciado existente, surgido de maneira significativa num determinado momento social e histórico, não pode deixar de tocar os milhares de fios dialógicos existentes, tecidos pela consciência ideológica em torno de um dado objeto da enunciação, não pode deixar de ser participante ativo do diálogo social. Ele também surge desse diálogo como seu prolongamento como sua réplica, e não sabe de que lado ele se aproxima desse objeto.

Embora essa premissa tenha marcado presença inextinguível nos trabalhos do Círculo, coube a Valentin N. Volóchinov<sup>9</sup> (2017) a tarefa de desenvolvê-los por meio de algumas considerações contrastivas entre a filosofia moral e a psicologia objetiva, conferidas na obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, anteriormente atribuída a Bakhtin. Como defende Brait (2012, p. 88), a produção “[...] contribui para a configuração do *outro* e sua participação na constituição do sujeito e das identidades, surpreendendo-o como discurso presente no discurso [...]: o *outro* como discurso e o *outro* como receptor”. Dessarte, essa perspectiva corroboraria a

---

<sup>9</sup> De acordo com a autoria determinada.

noção de pensamento como inseparável da linguagem, atestando que o campo de valor nada mais é do que um campo ideológico, formado pelos mais diferentes pontos de experiência do mundo e da própria realidade.

Nessa obra, Volóchinov (2017, p. 91) delibera: “tudo o que é ideológico possui uma *significação*: ele representa e substitui algo encontrado fora dele, ou seja, ele é um *signo*. Onde não há *signo* também não há *ideologia*”. Além disso, a noção de signo é admitida em larga escala, já que Volóchinov (2017) considera a realidade como sociossemiótica, o que acaba por redesenhar o conceito de consciência humana. Sobre ela, Ponzio (2016, p. 82) argumenta que “é indissociável das práticas significantes, dos modos segundo os quais se orienta e se organiza a comunicação social; e o caráter e o valor do signo verbal, a sua natureza, se decidem nas próprias práticas significantes”. Por isso, o pensamento e a própria consciência dependem do signo, pois dependem da linguagem – que é, sempre e inevitavelmente, manifestada semioticamente: “o signo é assumido incluindo o ser humano, a história e a ideologia, uma vez que a linguagem é encarada como ‘organismo vivo’” (Di Fanti; Paula; Ponzio, 2021, p. 397).

Adentrando essa questão, Volóchinov (2017) defende que os produtos ideológicos fazem parte de duas realidades: a realidade natural/social e outra realidade, fora de seus limites, que é refratada. Como não existe campo ideológico sem uma materialidade sígnica, Volóchinov (2017, p. 93) comenta: “o signo não é somente uma parte da realidade, mas também reflete e refrata uma outra realidade, sendo por isso mesmo capaz de distorcê-la, ser-lhe fiel, percebê-la de um ponto de vista específico e assim por diante”, lançando olhar sobre o papel duplo do signo ideológico: o de refletir a realidade, mas também o de refratá-la por meio da criação de outra realidade – basilarmente ideológica –, respondente ao campo ideológico específico de um grupo.

Desse modo, “cada campo da criação ideológica possui seu próprio modo de se orientar na realidade, e a refrata a seu modo. Cada campo possui sua função específica na unidade da vida social” (Volóchinov, 2017, p. 94). Cada grupo social, comunidade, ou mesmo campo de atividade humana terá, a seu dispor, uma série de signos ideológicos que refletirão a realidade e a refratarão de acordo com a sua necessidade. O signo ideológico admite uma posição que não é instrumental; por ser ideológica, ela é identitária – marca os limites da identidade individual e coletiva do campo correspondente. Como Volóchinov (2017, p. 95) acrescenta, “[...] um signo se opõe a outro signo [...]. Porque a compreensão de um signo ocorre na relação deste com outros signos já conhecidos”. Novamente corroborando os pressupostos bakhtinianos, isso significa que a identidade de um grupo só existe por oposição à identidade de outro grupo. Oposição, esta, determinada pelos signos ideológicos.

Ao retomarmos a noção de que, no Facebook, o papel do outro é vulnerabilizado por uma construção de valores cara ao eu-para-mim, é a partir da refração do signo ideológico conforme a orientação dos grupos sociais neste espaço, que permite ao eu definir a sua identidade individual e coletiva. Mais do que isso, é o que possibilita o agrupamento dos indivíduos em um mesmo grupo, e o agrupamento dos “antagonistas” (todos aqueles que se enquadram na posição de “outros”, a partir dos momentos de outro-para-mim) em terrenos ideológicos que representam, em geral, o avesso aos valores e ideologias do coletivo do eu. Destaca-se a imprescindibilidade do segundo processo à manutenção do primeiro: se um signo se opõe a outro signo e a sua compreensão advém da relação dele com outro signo já conhecido, é no outro que o eu vê as fronteiras de seu papel no mundo.

O conjunto dos signos constituintes desse processo de alteridade constitui, à Volóchinov (2017), uma cadeia ideológica. Essa cadeia “se estende entre as consciências individuais, unindo-as, pois o signo surge apenas no processo de interação *entre* consciências individuais” (Volóchinov, 2017, p. 95), lembrando que, nesse contexto, a consciência possui, no conteúdo ideológico, seu princípio de existência. A interação social “ativa” o conteúdo ideológico e, por conseguinte, realiza os fenômenos da consciência: “a consciência se forma e se realiza no material sígnico criado no processo da comunicação social de uma coletividade organizada” (Volóchinov, 2017, p. 97). A realidade desses fenômenos é a do social, ou, como afirma Volóchinov (2017), dos signos sociais.

Isso porque a palavra, para Volóchinov (2017), é neutra com relação às funções ideológicas. Ela age como um “*fenômeno ideológico par excellence*” (Volóchinov, 2017, p. 98) – um componente indispensável de expressão do caráter sígnico, podendo assumir qualquer função ideológica. Então, “qualquer *refração ideológica da existência em formação*, em qualquer material significante que seja, é acompanhada pela refração ideológica na palavra como um fenômeno obrigatório concomitante” (Volóchinov, 2017, p. 101). A realidade dos signos sociais corresponde à realidade dos fenômenos ideológicos que são determinados, para o autor, pelo conjunto das leis socioeconômicas (já que elas operam as leis da comunicação sígnica).

De fato, Volóchinov (2017) frisa a sujeição do signo cultural à compreensão por meio da palavra pois, para “adentrar” o mundo ideológico – que é, por natureza, o mundo da consciência –, a palavra precisa pertencer à realidade verbal, formalizada ideologicamente pelo enunciado. “Nenhum signo cultural permanece isolado se for compreendido e ponderado, pois ele passa a fazer parte da *unidade da consciência verbalmente formalizada*” (Volóchinov, 2017, p. 101). Trata-se de uma realidade intermediária, que compreende a intersecção entre a

consciência do sujeito falante (que compreendeu/ponderou o signo em um momento anterior à sua materialização no enunciado) e o(s) sujeito(s) ouvinte(s) (que o compreende/pondera, a partir do princípio dialógico da compreensão ativamente responsiva).

Ademais, a ideologia, na concepção do Círculo, pode desdobrar-se de acordo com a relação que os indivíduos mantêm com o seio da vida social e da produção discursiva. Erigem duas ordens de ideologia: a ideologia oficial e a ideologia do cotidiano. A primeira “é entendida como relativamente dominante, procurando implantar uma concepção única de produção de mundo” (Miotello, 2021, p. 168-169). Já a segunda é “lugar do nascedouro dos sistemas de referência, na proximidade social com as condições de produção e reprodução da vida” (Miotello, 2021, p. 168-169). As propriedades dessas ordens, em termos de dominância, proximidade e distanciamento social com a vida advém do fato de que as leis socioeconômicas, em Volóchinov (2017), determinam a expressão sígnica.

Por esse motivo, a organização social passa a ter papel central nas condições da interação discursiva, conforme o estudioso. Segundo Volóchinov (2017), elas são condicionadas pelas condições mais próximas da interação, a saber, as condições da situação social concreta. Dessarte, possuem a característica de reação com relação às oscilações do meio. De acordo com Volóchinov (2017, p. 110), “ao realizar-se no processo da comunicação social, todo signo ideológico, inclusive o signo verbal, é determinado pelo *horizonte social* de uma época e de um grupo social”. O autor postula que o desenvolvimento social é acompanhado de um conjunto de objetos que recebem uma ênfase valorativa da sociedade. Esses objetos integrarão o horizonte social de um grupo em oposição a outro, já que integram sua existência material a um nível identitário.

Quando um signo ideológico exterior “choca-se” com o horizonte social específico de um grupo, por afetar as questões socioeconômicas que são constitutivas de sua existência, como resposta natural, o grupo reage a ele. Miotello (2021, p. 169) define como uma relação dialética concreta que se dá entre “sistemas específicos de atribuição de ordem ao mundo”, estabelecidos por grupos específicos que, por sua vez, implicam conjuntos ideológicos distintos. Desse modo, trata-se de uma reação ideológica e sígnica – e, por isso, “é necessário que, de algum modo, ele [o signo ideológico] toque, mesmo que parcialmente, as bases da existência material desse grupo” (Volóchinov, 2017, p. 111). Ademais, Volóchinov (2017) afirma que as ênfases ideológicas são sumariamente ênfases sociais, cuja pretensão é o reconhecimento social. Como todo grupo precisa validar a sua identidade, por meio de uma voz individual que visa o reconhecimento tanto do indivíduo, quanto do grupo ao qual o indivíduo pertence, este assumirá

uma posição de resistência com relação ao signo ideológico “adversário”, quando realizado no exterior (no material ideológico)<sup>10</sup>.

O signo ideológico, conforme Volóchinov (2017, p. 113), “transforma-se no palco de luta de classes”, assumindo, segundo o autor, ênfases multidirecionais. Comentário interessante sobre o assunto é enunciado por Miotello (2021, p. 169): “logo se vê que não cabe a possibilidade de tratar a ideologia como falsa consciência, ou simplesmente como expressão de uma ideia, mas como expressão de uma tomada de posição determinada”. Ou seja, não é possível desprender da ideologia seu caráter social, construído à medida que o sujeito interage verbalmente, colocando em oposição seus traços identitários, na visão de Volóchinov (2017), sempre materiais.

Visto a heterogeneidade das classes sociais e sua desigualdade medular que, em termos ideológicos, nunca satisfará o signo em um mesmo nível de reconhecimento aos olhos da comunidade, o valor imposto a ele, por cada grupo, também variará de acordo com seu status social. “A classe dominante tende a atribuir ao signo ideológico um caráter eterno e superior à luta de classes, apagar ou ocultar o embate das avaliações sociais no seu interior, tomando-o monoacental” (Volóchinov, 2017, p. 113). Trata-se da dialética interna do signo; sua competência em abarcar dois lados distintos. Ainda sobre a classe dominante, Volóchinov (2017, p. 113-114) acrescenta:

[...] na ideologia dominante o signo ideológico é sempre um pouco reacionário, em uma espécie de tentativa de estabilizar o momento anterior do fluxo dialético da formação social, ou seja, de enfatizar a verdade de ontem como se fosse a verdade de hoje. Isso determina a particularidade do signo ideológico de refratar e distorcer a realidade dentro dos limites da ideologia dominante.

Não há outro modo discursivo para além da polêmica que ilustre com maior precisão esse tipo de afiguração de reação ideológica. Mesmo no caso de discursos políticos, por exemplo, a ideologia dominante pode ser mascarada, ou seja, “ocultada” pela recorrência rquetípica aos valores do conservadorismo que a constitui. De fato, quando um discurso torna-se polêmico, essas características evidenciam-se: o discurso explicitamente admite a sua posição enquanto instrumento de embate identitário-ideológico, comprovando o ideal de que

---

<sup>10</sup> Exemplo interessante é o caso do jargão Pajubá, criado pela comunidade LGBTQ+: em meados de 2018, provocou intensa reação do meio ultra-conservador cristão brasileiro, que o atrelou a ideais de desconstrução dos valores heteronormativos familiares, arquetípicos deste grupo. “[...] o lado A cria um discurso para atestar e legitimar sua identidade, enquanto o lado B lança um contradiscurso com as mesmas intenções agregadas à intenção de descreditar o discurso de A [...]” (Boaventura; Lago; Freitas, 2021, p. 22).

“o ponto de vista, o lugar valorativo e a situação são sempre determinados sócio-historicamente” (Miotello, 2021, p. 170).

Essa relação entre o contexto socio-histórico e a polêmica como reação ideológica, embora não esteja marcada de maneira explícita até então, nos capítulos dedicados à fundamentação teórica deste estudo, isso ficará mais evidente nas seções que compõem o capítulo de análise, sobretudo quando nos detemos a demonstrar as configurações discursivas a partir dos posicionamentos manifestados pelos sujeitos, das interações recortadas. Por ora, na próxima seção, amparada em Ruth Amossy (2017), discutiremos sobre o caso da polêmica no discurso e o comportamento desse processo dialógico, identitário e, sobretudo, ideológico.

## 2.2 UMA INTRODUÇÃO À POLÊMICA

O estudo de Ruth Amossy (2017) considera a polêmica pela ótica da argumentação, por oposição aos usuários do termo que a consideram um fenômeno não argumentativo e coercitivo, definido, basicamente, pela paixão e pela violência. Sob seu ângulo, antes de tudo “[...] é preciso que a polêmica aborde um assunto de interesse público para que ela não seja uma simples discussão, uma disputa entre particulares” (Amossy, 2017, p. 46) como, por exemplo, uma situação que “comporta questões maiores que convocam o grande público”<sup>11</sup> (Amossy, 2017, p. 47). Outra característica da polêmica sobre a qual se debruça Amossy (2017, p. 48) é a sua fugacidade, pois “Estreitamente ligada àquilo que preocupa o público num momento preciso, a polêmica é efêmera e, muitas vezes, é tão rapidamente esquecida quanto inflamada na hora em que eclode”. Entre dezenas de razões possíveis, uma que merece destaque é a urgência dos anseios sociais eclodidos no discurso.

Uma polêmica é esquecida à medida em que outra eclode, porque as necessidades dos grupos sociais não são sempre as mesmas – a esta conclusão chega-se apenas considerando essas necessidades do ponto de vista ideológico apresentado na subseção dedicada ao estudo do signo pela visão de Volóchinov (2017). Os campos de atividade humana seguem em constante transformação. É de se esperar que o mesmo ocorra com as necessidades dos grupos linguísticos definidos por esses campos, sígnica e ideologicamente orientados. Desse modo,

---

<sup>11</sup> Citamos, no capítulo dedicado à apresentação das contribuições do Círculo de Bakhtin, o caso do jargão Pajubá mencionado em uma questão do ENEM em 2018. Tratou-se de um caso polêmico por inserir, argumentativamente, o jargão em uma categoria pública, vez que, por determinados grupos e comunidades, era visto como uma ameaça à própria integridade da família arquetípica do meio ultraconservador cristão brasileiro.



campos como o Facebook contribuem para essa fugacidade, dada a instantaneidade das condições de circulação de múltiplos discursos neste espaço.

Enfim, Amossy (2017, p. 49) anuncia o mais próximo de um conceito próprio sobre polêmica: “a polêmica é, portanto, um debate em torno de uma questão de atualidade, de interesse público, que comporta os anseios das sociedades mais ou menos importantes numa dada cultura”. Sua primeira marca, consoante a visão apresentada pela pesquisadora, é uma oposição de discurso. “O antagonismo das opiniões levantadas no interior de um confronto verbal é a sua condição primeira” (Baronas; Costa, 2019, p. 57). Mas a questão de oposição não pode ser confundida com a concepção de universos ideológicos distintos que não entram em contato – basta que rememoremos o universo da consciência verbalmente formalizada de Volóchinov (2017).

A oposição, nesse contexto, invoca confrontação. Por sua vez, “[...] a noção de confrontação designa, de partida, a ação de colocar (dois discursos) em presença e, portanto, em relação, permitindo assim uma apreciação por comparação” (Amossy, 2017, p. 49). Ainda, é importante ressaltar que Amossy (2017) distingue discurso polêmico de interação polêmica, constatando que ambas são formas assumidas pela polêmica, do ponto de vista intervencional e constitutivo. Nesse contexto, a interação polêmica é “[...] uma interação face a face ou uma interação assíncrona” (Baronas; Costa, 2019, p. 57), visto que tanto ao discurso polêmico quanto à interação polêmica, mantém-se o debate de interesse público e a característica de originar “[...] representações imprecisas dos sujeitos, que são idealizadas com base, em parte, sobre informações fidedignas provenientes da realidade, e em parte com base sobre elementos estereotípicos<sup>12</sup>” (Boaventura; Freitas, 2022, p. 75).

Relações discursivas situadas em oposição implicam um movimento, de ambas as partes, de justificativa de tomada de posição, pois é preciso validar – ideológica e identitariamente – o ponto de vista assumido, pois, conforme assevera Amossy (2017, p. 49), “argumentamos quando surge um desacordo sobre uma determinada questão e quando duas respostas opostas são dadas sobre um mesmo assunto, obrigando cada uma das partes a justificar os fundamentos da sua posição”. Esse processo não se volta somente ao próprio sujeito, mas, ao mesmo tempo, também ao lado oposto, tal qual previsto pela alteridade bakhtiniana e pela manifestação do signo ideológico. “É, portanto, a atividade que consiste em trazer argumentos em favor de sua tese e contra a tese adversa que constrói a fala polêmica” (Amossy, 2017, p. 49). Somente por esse duplo caráter, de validação dos argumentos de si e

---

<sup>12</sup> Discutiremos sobre esse componente na próxima seção.

invalidação dos argumentos do outro, é possível definir um diálogo enquanto manifestação de discursos polêmicos.

A polêmica é, então, uma estrutura de interação. Cavalcante *et al.* (2019, p. 106) acrescentam que essa estrutura considera “desde textos coconstruídos em diálogo para chegar a um acordo, até textos que supõem um desacordo profundo por lidarem com teses antagônicas discutidas no espaço público [...]”. Por ser um dos polos do *continuum* argumentativo e, portanto, uma estrutura de interação, a polêmica é decisivamente munida de traços que “consistem numa ancoragem conflitual, que se traduz pela dicotomização, pela polarização e pela desqualificação do outro – e, apenas de forma secundária, pela violência verbal e pelo pathos” (Amossy, 2017, p. 52). Essa estrutura é reveladora à medida que desconstrói a centralidade da violência e da paixão à constituição da polêmica. Como visto, “pode-se, portanto, definir a polêmica como um choque de opiniões antagônicas, marcando o caráter constitutivo que desempenha nela o conflito” (Amossy, 2017, p. 53).

Desse modo, assim como o simples debate, o conflito pressupõe a alteridade, pois, sem oposição em termos de produção de discursos, não há antagonismo. Por isso, Amossy (2017, p. 53) afirma que, considerando a polêmica do ponto de vista da interação verbal, “ela surge como um modo particular de gestão do conflito, diferente das demais modalidades discursivas por implicar o choque de opiniões antagônicas, mas similar no que se refere a gestão de uma alteridade constitutiva – nos moldes, salientamos, do que fora visto em Bakhtin.

Apoiando-se na alteridade, erigem os três elementos basilares da gestão do conflitual na polêmica (a dicotomização, a polarização e a desqualificação do outro), ambos são temas da próxima subseção.

### **2.2.1 Dicotomização e polarização: como desqualificar o outro**

A polêmica não responde aos mesmos princípios que o simples debate, na visão de Amossy (2017), pela relação que mantém com a oposição dos discursos no meio social. Amossy (2017, p. 53) assume que “se há choque de opiniões contraditórias, é porque a oposição dos discursos, na polêmica, é o objeto de uma clara dicotomização na qual duas opções antitéticas se excluem mutuamente”. No debate, procura-se uma solução, por meio da argumentação, que viabilize o encontro, a intersecção ou a convivência entre os participantes, como o mais importante produto da interação verbal. Já na dicotomização há um direcionamento à radicalização das diferenças, o que coloca a solucionabilidade em um segundo plano, tornando-a difícil ou, até mesmo, impossível.

Em outras palavras, a busca por uma precisão analítica da polêmica pela dicotomização exige “ver como as dicotomias são construídas ou desconstruídas num contexto preciso” (Amossy, 2017, p. 54). Por isso, Amossy (2017) conduz suas considerações a duas posições discursivas que se formam na polêmica dicotomizada: os actantes e os atores – em nossos termos, respectivamente, seres “virtuais” e “reais”. Expõe, ainda, que os últimos estipulam vozes concretas conectadas orquestradamente a outros dois conjuntos de oposição: “não estamos mais, então, no plano da enunciação, mas no plano da estrutura actancial que envolve um Proponente e um Oponente em face de um Terceiro” (Amossy, 2017, p. 56). Essas figuras, como a autora salienta, não são pessoas, mas papéis: “defensor da posição proposta, opositor dessa posição, ouvinte-espectador da confrontação” (Amossy, 2017, p. 56). Como resultado,

[...] a polêmica instaura uma operação de polarização, a qual se deve distinguir da dicotomização. Esta última exacerba as oposições até torná-las inconciliáveis; ela diz respeito a uma operação abstrata. A primeira realiza reagrupamentos em campos adversos entre os participantes; ela não é de ordem puramente conceitual, mas social (Amossy, 2017, p. 56).

Enquanto a dicotomização surge como operação abstrata de divisão de papéis, cuja função primária é, majoritariamente, conceitual, a polarização emerge como uma tendência a um fenômeno social de mobilização de identidade, superpondo o caráter conceitual em detrimento a um caráter fenomenológico muito ativo. “Trata-se de aderir a um grupo constitutivo de uma identidade ou de apresentar as coisas de modo a que aqueles que se sentem, de início, solidários a um dado grupo mobilizem-se em favor da tese que o reforça” (Amossy, 2017, p. 57). Ou, nas palavras de Baronas e Costa (2019, p. 63), “figuras actanciais que se colocam em lugares enunciativos opostos, instaurando dessa maneira não apenas uma divisão entre adversários, mas, sobretudo, instaurando um ‘nós’ diante de um ‘eles’”. Conforme Baronas e Costa (2019) enfatizam, o agrupamento não possui um fundamento empírico.

A polarização, de fato, mantém íntima relação com a estrutura actancial dos atores porque “se cria além, e apesar, de numerosas divergências” (Amossy, 2017, p. 57), sendo, desse modo, “um efeito da distinção entre atores e actantes” (Amossy, 2017, p. 57). Outra característica de distinção entre a dicotomização e a polarização recai sobre a identidade dos indivíduos e, grosso modo, sua correspondência com relação aos ideais (num sentido axiológico e ideológico, mesmo que Amossy (2017) não recorra diretamente a Bakhtin ou, sequer, utilize esses termos) assumidos pela sociedade. Nessa ótica,

Se a polarização vem algumas vezes sustentar identidades pré-formadas (ela pode estabelecer-se sobre uma divisão direita/esquerda, laicos/religiosos, antidiscriminação/tradicionalista cheios de preconceitos...), ela não segue necessariamente linhas de divisão preexistentes e pode reconfigurar os grupos em torno de bandeiras que clamam ao agrupamento (Amossy, 2017, p. 57).

Dessa maneira, percebemos que a dicotomização é fundamentada pelos atores e alimentada pela estrutura actancial, enquanto a polarização é fundamentada pela estrutura actancial e alimentada pelos atores, como em um processo de redesignação e reorganização dos processos dicotômicos antes determinados. Em verdade, a dicotomização sequer reivindica uma solução, por ser constitutiva, conceitual e determinante. A polarização, por seu turno, visa a solução como um certo modo de aderência: o embate precisa ser solucionado, mas a solução não está no reconhecimento da alteridade e das diferenças. Ela está na “validação da sua perspectiva de mundo em contato com pessoas que compartilham dos mesmos pontos de vista; perspectivas conflitantes são vilanizadas, deslegitimadas e utilizadas como acessório para reforço dessa identidade” (Boaventura, 2017, p. 125).

Diante disso, o desenvolvimento da dicotomização em um processo de polarização, destaca-se, “não provoca apenas um movimento de reagrupamento por identificação [...]. Trata-se de uma estratégia retórica para desacreditar o adversário” (Amossy, 2017, p. 58). Por isso, a desqualificação do outro ocupa estatuto similar aos demais elementos da polêmica, sustentando a conversão do processo dicotômico em polarização – e não operando, por conseguinte, como mero subproduto do processo. Marchete e Almeida (2021, p. 93) acrescentam que, como um segundo aspecto da polarização entre grupos sociais, a polarização “permite observar como a polêmica divide a sociedade em um ou outro polo [...] que passam a reforçar identidades de um Nós contra Eles e a rejeitar certos enunciados considerados intoleráveis”. É um processo ideológico e identitário (já que ambos são inter-relacionados), um fenômeno que consiste na negação do outro para afirmação de si, pois tanto Proponente quanto Oponente necessitam, a todo momento, reafirmar a alteridade que constitui os dois polos da polarização. Isso posto, temos que

Entender os discursos polêmicos à luz dos fenômenos de polarização implicaria, assim, considerar os papéis actanciais encarnados nos atores e seus sistemas de crenças, valores e representações, inclusive sobre os próprios grupos envolvidos nos acontecimentos repercutidos, representações materializadas em estratégias discursivas que podem derivar em uma auto apresentação entre grupos, em geral positiva, quando se trata do Nós, e negativa, quando se trata do adversário, percebido como Eles (Marchete; Almeida, 2021, p. 94).

Não se pode esquecer a importância do auditório neste processo, que não responde passivamente ao esquema de polarização. Em realidade, o auditório auxilia, mesmo que indiretamente, na orientação das abordagens antagônicas do Proponente e do Oponente, operando como parceiro de validação dos argumentos de si. Consoante Cavalcante *et al.* (2019, p. 109), na questão polêmica atualizada pela interação no espaço público (em toda a sua completude e especificidade), “os participantes da comunicação se colocam em polos radicalmente contrários, cada um buscando desacreditar seu opositor, mas também tentando atingir o terceiro, que acompanha a interação a distância” (Cavalcante *et. al.*, 2019, p. 109). Esse reconhecimento do conflito por parte de um terceiro conforme destaca Amossy (2017), pode ser tão diverso quanto os argumentos que sustentam a polarização e os aspectos ideológicos que a validam. Pode ocorrer sob a forma de marcas visíveis do contradiscurso, lacunas de alusões, saberes contextuais, etc. – sempre relacionados à necessidade de Proponente e Oponente de desqualificar o outro.

Ao nos voltarmos, de maneira breve, ao objeto de análise deste estudo, destacamos que o papel do auditório, no Facebook, é fortemente demarcado por uma acessibilidade incomum a outros meios de circulação de discursos. As redes sociais, no geral, permitem que a identidade do sujeito seja “legitimada pelos demais, gerando ainda outros valores, tais como reputação e autoridade” (Recuero, 2013, p. 58). Essa legitimação é oferecida por meio de compartilhamentos, curtidas, reações e comentários que, além de promoverem uma maior visibilidade dos discursos do sujeito, também conferem, a ele, uma maior credibilidade, de acordo com a consciência verbalmente formalizada do coletivo que refrata o signo ideológico conforme as necessidades do grupo – “sustentando” a desqualificação do outro.

Amossy (2017, p. 60) debate que “pode-se desqualificar uma tese adversária ao mesmo tempo em que se desqualifica seus defensores, atacando-os apenas pontualmente em razão de sua tomada de posição [...]”, assim como “pode-se tentar ter razão sobre um adversário num conflito profundo que ultrapassa a oposição pontual de teses antagônicas” (Amossy, 2017, p. 60). Em ambos os casos, haverá uma tendência a considerar o adversário como um indivíduo à parte (alheio à interação verbal), “a fim de que seja privado de toda possibilidade de exercer legitimamente, e eficazmente, sua influência” (Amossy, 2017, p. 59). O ataque passa, então, da esfera discursiva à esfera constitutiva da identidade social, consoante Amossy (2017); o adversário é visto como um inimigo irredutível, motivo pelo qual busca-se inferiorizá-lo, silenciá-lo, excluí-lo do diálogo ou, até mesmo, diabolizá-lo – no sentido de considerá-lo como símbolo do mal absoluto.

Diante disso, Amossy (2017, p. 61) anuncia que a polêmica pode ser considerada entre dois polos, sendo o segundo decorrente do primeiro: “a violência autorizada pela polarização social e pela confrontação de posições dicotômicas de contextos sociodiscursivos, institucionais e culturais [...]” – sobre o qual comentamos, até então, nesta subseção –; e o eixo da violência verbal e do *pathos*, ancorando-se na perspectiva que a polarização social e a dicotomização autorizam “o desenrolar da confrontação no espaço público” (Amossy, 2017, p. 61). O enfoque de ambos recai sobre a violência, mas é o segundo que trata da dissonância entre razão e emoção – em termos retóricos, o *logos* e o *pathos* –, pois nos três elementos que definem a modalidade polêmica (dicotomização, polarização e desqualificação do outro), “a emoção está na origem de todos eles” (Cavalcante *et. al.*, 2019, p. 109).

Na subseção seguinte, abordamos os conceitos de *logos* e *pathos*, procurando demonstrar a sua influência à definição do eixo da violência verbal na interação polêmica, conforme a perspectiva de Amossy (2017). Apresentamos, também, as contribuições desses conceitos à questão específica da interação verbal nas redes sociais.

### 2.2.2 O *logos* e o *pathos*

*Logos* e *pathos* pertencem, juntamente ao *ethos*, a uma tríplice conceitual que remonta à retórica aristotélica, sobre as formas de persuasão no discurso. Como afirmam Charaudeau e Maingueneau (2018), estes podem ser considerados, na retórica, tipos de argumentação ou de apresentação de provas, sempre visando a persuasão do auditório. Segundo Amossy (2017, p. 19), o *logos* abarca “a fala como discurso e razão”, isto é, as vias racionais da argumentação, a recorrência, por meio da fala, aos “ditames da razão” (Amossy, 2017, p. 19). Sua contraposição recai sobre o *pathos*: “a capacidade de despertar emoções no auditório” (Amossy, 2017, p. 19) ou, na visão de Charaudeau e Maingueneau (2018, p. 272), um “trabalho emocional”, apoiado no *ethos*, que, ao contrário do *logos*, fundamenta-se na presença de argumentos lógicos, utiliza-se da vontade para construir uma atitude emocional com relação ao objeto da persuasão.

O *ethos*, por sua vez, compreende “a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário” (Charaudeau; Maingueneau, 2018, p. 220). Ponto interessante sobre *ethos* é levantado por Charaudeau e Maingueneau (2018): embora sua origem remonte à retórica aristotélica – diferenciando-se, com o passar dos anos,

da tradição de Isócrates<sup>13</sup> –, duas são as apropriações mais comuns do termo nas ciências da linguagem: o viés utilizado pela pragmática e aquele retomado e (re)elaborado pela Análise do Discurso de linha francesa.

No caso da pragmática, o termo é utilizado, conforme Charaudeau e Maingueneau (2018, p. 220), sobretudo, por Ducrot, “em oposição ao sujeito empírico situado no exterior da linguagem [...]”. Isto é, como a imagem de si na centralidade da enunciação, sua fonte. Na Análise do Discurso, contudo, Maingueneau é um dos expoentes teóricos, principal, a (re)elaborar sua utilização. Daí decorre que “o enunciador deve legitimar o seu dizer: em seu discurso, ele se atribui uma posição institucional e marca sua relação a um saber [...]” (Charaudeau; Maingueneau, 2018, p. 220). Desse modo, o *ethos* como imagem de si desenvolve-se na enunciação, à medida que o enunciador legitima seu dizer.

É possível apropriar-se de qualquer uma dessas abordagens para analisar discursos de interações polêmicas. Porém, não é nossa intenção nos deter ao *ethos* polifônico construído no interior da linguagem, segundo Ducrot, nem ao *ethos* enunciativo de Maingueneau, vez que pretendemos enfatizar o caráter interacional dos contratos de comunicação, não vendo necessidade em desvelar as potenciais imagens discursivas de si, produzidas por cada sujeito envolvido nos atos de linguagem, que compõem o *corpus* deste trabalho.

Contudo, ainda que, semelhantemente a Amossy (2017), não nos apropriemos do conceito de *ethos* para trabalhar as questões de razão e emoção na polêmica, sob a ótica da persuasão – como o faz, por exemplo, Maingueneau ao tratar da ampliação do termo –, sua presença faz-se relevante para a observação da razão e da emoção (*logos* e *pathos*), nos esquemas de persuasão dessa modalidade argumentativa. Em outras palavras, as contribuições que ambas dão à polêmica, sobretudo quando consideramos as questões de violência e desqualificação do outro.

Amossy (2017) destaca que a violência e a paixão não fundamentam a polêmica, mas a exacerbam, já que, em seu lugar, o que a define é a ancoragem no conflito, como visto, “por sua tendência à dicotomização e à polarização e por seu desejo de desqualificar o outro” (Amossy, 2017, p. 61). Contudo, Amossy (2017, p. 146) alerta para o fato de que “a inscrição da emoção, e mais ainda da paixão violenta, no discurso [...] lhe transmite um impulso por si só contagiante”. A autora corrobora a visão de alguns pesquisadores como Charaudeau (2004, 2005, 2010, 2016, 2019, 2022), de que existe uma vinculação entre a racionalidade e o afeto.

---

<sup>13</sup> Essa prevê o *ethos* como “um dado preexistente fundado na autoridade individual e institucional do orador (sua reputação, seu estatuto social etc.)” (Charaudeau; Maingueneau, 2018, p. 220).

Ela detém-se ao caso específico da indignação, na qual “o que choca é o caráter injusto da situação em que alguém prospera sem merecer” (Amossy, 2017, p. 147), concordando com a retórica aristotélica no que concerne ao sentimento de justiça imbricado nesse sentimento, pois, para Amossy (2017, p. 148), “o sentimento perpassa todo o raciocínio”.

O que entra em jogo, nesse processo, é o conjunto de acepções dos sujeitos sobre o outro e, mais especificamente, sobre o próprio objeto da polêmica. Cavalcante *et al.* (2019, p. 109-110) destacam que “são o afeto e o julgamento de valores e de crenças que levam os sujeitos à indignação, um sentimento universal [...] que desencadeia as manifestações de posicionamentos dicotômicos na modalidade polêmica”. Discursos polêmicos exacerbados pela paixão violenta levam a certas combinações, de acordo com Amossy (2017, p. 162), que manifestam a paixão e a razão por meio de um “envolvimento mais ou menos forte do locutor em seu discurso”. Decorrente disso, a relação com o outro, na perspectiva da autora, pode ver-se marcada por três modalidades de discurso polêmico, crítica e constitutivamente: a acusação, a injunção e a instigação.

A primeira compreende o caso da expressão de “emoções fortes concentradas sobre a indignação e a cólera, fornecendo apenas indiretamente as razões das emoções” (Amossy, 2017, p. 164-165). A segunda, por sua vez, “alivia” a expressão dessas mesmas emoções, dando espaço, em seu lugar, aos argumentos que justificam cada uma delas. No caso da terceira, trata-se da utilização de uma denúncia velada – o *pathos* só é expresso de maneira indireta, porque existem argumentos racionais aos quais o locutor recorre. Amossy (2017, p. 165) afirma, então, que “a escolha de cada uma das modalidades é ditada pelo tipo de interação polêmica praticada”, mantendo certa relação com o protesto.

Há, ademais, o caso de quando o alvo do ataque não é explicitado – sendo, em seu lugar, inscrito no intertexto e, conseqüentemente, inferido pelos agentes. Sobre ele, Amossy (2017, p. 64) comenta que “faz da palavra do orador um contradiscurso poderoso que é bastante polêmico (polêmico até demais, julgaram alguns), sem que a violência verbal nem, aliás, a emoção intervenham”. A polêmica opera, a todo momento, pela dualidade *logos-pathos*, ora caracterizando-se pela violência verbal, ora pelo processo “técnico” da violência ideológica, permitindo, até, uma convergência entre ambas, visto que “Razão e emoção não se excluem, nem se complementam, mas se interpenetram, são provocadas uma pela outra, em dosagens variáveis de combinação” (Cavalcante *et al.*, 2019, p. 109-110).

No Facebook, a polêmica pode, como via de regra, manter sua manifestação atrelada à violência verbal e ao *pathos*, bem como pode manifestar-se em seu modo “*in natura*”, quando o *pathos* ocupa um papel de coadjuvante, em detrimento à ascensão do *logos*. Amossy (2017)



debate que a polêmica manifestada pela violência verbal nas discussões ocorridas em meio eletrônico converte-se, obrigatoriamente, em discussões inflamadas, que mobilizam o *pathos* por meio de relações de explicitação e ocultamento de identidade e que afetam, também, a responsabilização de cada sujeito (no sentido mais amplo do termo, compreendendo seu agir ético e suas noções civis, políticas e ideológicas, como concebido pelo Círculo de Bakhtin (2010a, 2010b, 2016, 2017, 2020)).

A pesquisadora afirma que “no que diz respeito à violência na internet, é particularmente uma regra o uso de pseudônimos, pois permite aos participantes intervirem no espaço virtual sob uma identidade emprestada, geralmente posta em causa” (Amossy, 2017, p. 173). A característica, contudo, nem sempre é seguida à risca, pois “vários são aqueles, no entanto, que insistem nos perigos da não responsabilização” (Amossy, 2017, p. 173). Esse é o caso do Facebook, nas ocasiões de não uso de perfis fakes e/ou pseudônimos na construção dos perfis pessoais. Nesses casos, “o ataque político é assumido por um ator social que se posiciona abertamente e ele próprio se responsabiliza por promover uma causa ou por combater um abuso” (Amossy, 2017, p. 173). O ato ético responsável (Bakhtin, 2022) desse sujeito constitui-se pela defesa da causa dos seus semelhantes, o que pode, por consequência, englobar o combate à causa defendida por seus dessemelhantes ou antagonistas.

Essa responsabilidade é cara ao indivíduo, no que concerne à manutenção de seu status social. Dessarte, “[...] é no interior de um jogo de máscaras que ocorre uma despersonalização e, por isso uma ‘desresponsabilização’ tanto na esfera jurídica quanto na esfera social e na ética (a pessoa do internauta não pode ser penalizada)” (Amossy, 2017, p. 173). Assim, ao considerarmos que o agir responsável engloba o sujeito em sua constituição (afetando sua posição de eu-para-mim, conforme visto anteriormente nesta dissertação), o processo também pode ser visto enquanto uma “despersonalização”, no sentido de ser um desligamento da persona de seu eu-sujeito-social (seu eu-para-o-outro), para dar lugar a um novo eu, situado no actancial.

É diante dessas noções que Amossy (2017, p. 174) fundamenta a utilização do termo discussões inflamadas, pois “é nesse contexto que se coloca a questão da violência verbal da polêmica no CMP (comunicação mediada por computador) e a forma particular como ela é dita e revestida: [...] discussões que, além de inflamadas, são violentas”. A discussão inflamada violenta leva a um agravamento do conflito, que “não é puro fruto de uma interação na internet: ele se relaciona a um contexto político, cultural e religioso [...]” (Amossy, 2017, p. 174). Isto é, as discussões inflamadas expressam um conflito que é exterior à internet, mas que encontram nela um desenvolvimento. Em síntese, a polêmica que já se vê exacerbada pela influência do

*pathos* e da paixão virulenta encontra, no ciberespaço, novos estímulos que a catapultam a uma exacerbação ainda maior.

Sob outra perspectiva, Amossy (2017) afirma que as discussões inflamadas pertencem a um conjunto de rotinas interacionais, que podem ser convencionais ou, até mesmo, irreverentes. Segundo essa teórica, “isso explica, sem dúvida, por que, embora as explosões de violência verbal sejam infrações manifestas aos códigos de polidez, os participantes as aceitam ou as toleram, mesmo denunciando-as sem, contudo, abandonar o jogo” (Amossy, 2017, p. 175). Exemplo claro é o das interações de comentários, objeto de análise deste estudo. Ao observar um comentário dissonante do posicionamento do sujeito, este vê-se na obrigação de responder a ele. O autor do comentário, por sua vez, também é provocado a uma resposta. E assim se inicia o jogo actancial entre Oponente e Proponente, papéis ora desempenhados por uma das figuras discursivas, ora desempenhados pela outra.

A comunicação do ciberespaço (Amossy, 2017), em caso de polêmica, precisa manter-se nessa linha tênue, entre a violação do código de ética discursivo-comportamental do meio extradigital (validado pelas normas sociais de amplo e estrito espectro) e a rotina interacional prescrita pelo ambiente, que pressupõe a expressão desenfreada, inflamada e violenta. “Até na sua brutalidade, essas interações participam de um ritual que modela as relações agonísticas no fundamento da polêmica” (Baronas; Costa, 2019, p. 61). O que é posto em evidência é um esquema de tração entre o *logos* e o *pathos*; intercalações de razão e emoção que modulam o envolvimento ideológico e emocional (emotivo-volitivo, nos moldes bakhtinianos) dos sujeitos envolvidos no debate polêmico.

Sendo assim, ao considerar que a polêmica, sobretudo neste caso, depende de um interesse público, não é incorreto afirmar que ela depende de *estereótipos* ou *imaginários sociais* bem estabelecidos na sociedade que, por conseguinte, atuam como fundamentadores de sua disposição nas relações de alteridade manifestadas na interação verbal e em seus desdobramentos (dialogismo e responsividade). Na busca por uma verdade expressa por esses estereótipos – que nada mais são do que saberes construídos socialmente, obtém-se os argumentos julgados necessários para a manutenção do debate e que acabam por regular os contratos de comunicação, sobre os quais discorreremos no capítulo 3 desta dissertação.

A próxima seção dedica-se a uma apresentação da noção de verdade na linguagem e do papel dos estereótipos e imaginários sociais na interação polêmica.

### 2.3 VERDADE, PÓS-VERDADE, CONTRAVERDADE

Não é uma tarefa fácil estabelecer um conceito definitivo sobre “verdade”, sobretudo se a proposta for condizente a uma reflexão filosófica acerca do termo, como afirma Charaudeau (2022). Na linguagem, entretanto, a definição pode ser um pouco mais clara, quando considerada a ótica de que “a linguagem está ligada à razão na medida em que constrói o pensamento no e por meio do *logos*” (Charaudeau, 2022, p. 20). Desse modo, Charaudeau (2022, p. 20) defende o ideal de que, na linguagem, “a verdade é considerada através da atividade de linguagem que fornece os meios para estabelecer categorias de ‘veracidade’, com critérios de comprovação, mesmo que tudo seja subjetivo e interpretativo”. Nela, apresenta-se uma dicotomia, de acordo com o pesquisador: o *logos*, pela construção do pensamento, mas também uma subjetivação, pela intencionalidade do sujeito falante e pela intersubjetividade de sua relação com o outro. Grosso modo, a verdade depende de seu efeito, isto é, da interpretação do receptor obtida a partir de um jogo de influências entre os interlocutores na relação de alteridade:

[...] a verdade não é julgada apenas em relação ao que o locutor diz do mundo e da maneira como ele representa o mundo, mas a partir da relação interacional e transacional em face do outro, do que está em jogo nessa relação por meio da qual se constrói certa representação da realidade (Charaudeau, 2022, p. 21).

A representação, consoante Charaudeau (2022), relaciona-se com a veracidade que possui dois aspectos: um voltado ao próprio sujeito (a veracidade do falante ou de sua crença no que é relatado como verdade) e outro voltado ao mundo (a veracidade do relato em si). Se desdobra, por conseguinte, em uma tripla orientação, pois, de acordo com Charaudeau (2022, p. 22), “para o mundo para dar conta dele, para si em relação ao seu saber, para Outrem em um duplo ato de transmissão e de interpretação”. Por isso, a verdade apoia-se no saber, que é construído “por meio da linguagem, na e pela linguagem” (Charaudeau, 2022, p. 23). O saber, por sua vez, constrói um real, sendo real a “atividade significante do homem por meio do exercício da linguagem em suas diversas operações [...]” (Charaudeau, 2022, p. 24), e que só pode ser julgado verdadeiro ou falso com base em um ato de fala que sobrepõe o ato de discurso que o instaurou na enunciação.

Charaudeau (2022) levanta, então, a perspectiva de construção do saber por meio das representações sociais, nas quais erige “um modo de conhecimento do mundo socialmente partilhado, gerando, por meio da produção de discursos, imaginários que são portadores de saberes, que estão ancorados na cultura e no inconsciente coletivo” (Charaudeau, 2022, p. 25).

O saber, nesse contexto, pode advir de duas fontes: saberes de conhecimento (apoiados na veracidade do relato em si) e saberes de crença (apoiados na veracidade do falante ou de sua crença no que é relatado como verdade)<sup>14</sup>. Ambos os saberes, na visão de Charaudeau (2022), desvelam um posicionamento do sujeito frente ao ato de enunciação.

Os imaginários sociais decorrentes são “uma proposta de visão sobre os fenômenos do mundo que resulta dos saberes que são construídos e circulam nas comunidades humanas, saberes que podem se excluir mutuamente ou se sobrepor” (Charaudeau, 2022, p. 26). Esse pesquisador afirma que esses imaginários podem mudar de acordo com os domínios das práticas sociais, adquirindo um valor positivo ou negativo. Portanto, possuem uma relação intrínseca com as culturas, sendo “um modo de apreensão do mundo que resulta de um processo de representação por meio de uma atividade intersubjetiva, ao mesmo tempo afetiva e racional” (Charaudeau, 2022, p. 26). Na perspectiva de Sousa e Moura (2021, p. 51), os imaginários estão presentes “na memória coletiva dos grupos, cujos imaginários constroem por meio da história”. Por combinarem questões de razão, emoção e imaginação, investem-se, ao nível do universo de pensamento, tanto de *logos*, quanto de *pathos* e *ethos*, a depender das circunstâncias contextuais.

Conceito similar ao de imaginários sociais é encontrado em Amossy (2022), referente aos estereótipos e clichês. Os primeiros, consoante a autora, tratam das imagens coletivas cristalizadas na sociedade. Amossy (2022, p. 55) afirma ser um consenso entre as abordagens teóricas a concepção de estereótipo como “fator de tensão e de dissenso nas relações intercomunitárias e interpessoais”. No entanto, afirma que os estereótipos não devem ser observados apenas pela ótica de seus malefícios, vez que eles também auxiliam na construção da identidade social “e nos comportamentos e interações que se relacionam a ela” (Amossy, 2022, p. 57). Por isso, como defende Carmelino (2014, p. 5), “os estereótipos também podem promover a categorização valorativa (rápida e fácil) de grupos sociais”. E, ao fazê-lo, podem operar como “um fator de identificação do indivíduo com esse grupo: o indivíduo adere ao estereótipo [...]” (Carmelino, 2014, p. 5). Nesse aspecto, resgatando a influência do signo ideológico ao processo de alteridade, os estereótipos contribuem para a refração desses signos, promovendo uma identificação. Em tal cenário,

A problemática da identidade, é claro, tem relevância na medida em que o sujeito adquire sua identidade, em parte, por alteridades, ou seja: em oposição ao outro, o que não é muito diferente quanto ao acesso do locutor ao estereótipo. O indivíduo sobre o qual é imposto o estereótipo também adere a uma simplificação identitária para lidar

---

<sup>14</sup> Mais detalhes sobre eles são apresentados na seção 3.3 da dissertação.

com a complexidade do mundo real, ou seja: adere a um conjunto de valores muitas vezes manifestados discursivamente para permitir a interação e negociação sociais, por isso o estereótipo tende a ser *suficientemente* preciso aos propósitos de quem o impõe (Boaventura; Freitas, 2022, p. 76).

Já os clichês, segundo Amossy (2022), são figuras de estilo cristalizadas na língua. Eles “correspondem em particular a expressões que marcam a intensidade, baseadas em comparações [...] ou a metáforas cristalizadas [...]” (Amossy, 2022, p. 104). Seu papel social é muito próximo ao dos estereótipos, pois, apoiados nestes, contribuem para a consolidação, disseminação e potencialização das imagens coletivas construídas na sociedade. Os estereótipos, modulados ou não por clichês, formam imaginários sociais, que validam esses estereótipos e estabelecem novos clichês. Porém, isso não significa que eles não possam ser recusados, contestados ou, até mesmo, reelaborados no ato de linguagem. Como argumentam Boaventura e Freitas (2022, p. 75):

Sobretudo quando se discute um tema complexo em público, caso das redes sociais, tendemos a recorrer a representações em baixa resolução de nossos interlocutores para conseguirmos lidar com sua complexidade enquanto indivíduos. Engajamos parcialmente de acordo com a sua imagem prévia e acessada no momento da enunciação, e parcialmente de acordo com o seu estereótipo, modelo pronto disponível na cultura e composto de elementos simplificados o suficiente para serem avaliados rapidamente em um diálogo.

Chegamos, pois, ao domínio da “pós-verdade”, objeto de debate de Charaudeau (2022). Esse teórico, apoiando-se na definição do dicionário Oxford que, grosso modo, apresenta o termo como um adjetivo responsável por denotar as circunstâncias nas quais as crenças pessoais sobrepõem-se aos fatos objetivos, critica precisamente o uso do termo “fatos objetivos”, pois

os fatos pertencem à realidade bruta e é o olhar que pode ser considerado objetivo ou subjetivo, por meio da forma de descrever essa realidade, em uma dada circunstância do discurso. É o enunciado que precisa ser julgado, porque é ele que testemunha o saber que preside essa descrição, e não a realidade (Charaudeau, 2022, p. 132).

Charaudeau (2022) lembra que tudo passa pela interpretação, no que se refere a descrever o mundo. Por isso, a partir do ato de fala, o saber científico (de conhecimento) e o saber por experiência (de crença) dão origem a duas figuras de verdade: a científica e a factual. A partir da inclinação a uma delas, o sujeito, na pós-verdade, não lida com a anulação dos fatos, mas com a sua interpretação. Entretanto, tampouco trata-se de uma transformação ou desvio dos fatos objetivos, como destaca Charaudeau (2022, p. 133), mas da “representação que o ato de fala dá desses fatos, dependendo de se recorrer ao saber científico ou saber por experiência.

Trata-se da maneira como o que é enunciado se apresenta como verdade”. Este é o terreno que faz emergir *contraverdades*.

De acordo com Charaudeau (2022), essas contraverdades são notícias falsas, difamações, calúnias ou rumores que, como lembra o autor, não são de hoje. Discursivamente, elas se organizam conforme a procedência: “há aquelas que procedem de uma *negação* dos fatos; outras, de uma *invenção* dos fatos” (Charaudeau, 2022, p. 135). Comentemos, inicialmente, sobre a negação: “negar de forma sistemática fatos comprovados ou demonstrados, transformando-os em um sistema de pensamento, gera um discurso *negacionista*” (Charaudeau, 2022, p. 135), porém, conforme esse autor, não basta negar um fato para que um discurso seja caracterizado como negacionista. Este discurso pertence à esfera das contraverdades factuais.

Diante disso, “é preciso que essas contraverdades sejam acompanhadas de explicações que busquem contestar a existência, as causas ou consequências desses fatos, sinalizar a ausência de provas ou declará-las falsas, maquiadas, falaciosas” (Charaudeau, 2022, p. 135). Além dessa contestação, afirma Charaudeau (2022), também podem ocorrer novas *storytellings*: novas explicações sobre o fato, que aponta outras evidências, outras causas ou outras explicações, denunciado, por consequência, a explicação oficial fornecida (que este considera falsa). Mais além, Charaudeau (2022, p. 136) argumenta que “quando o conhecimento cientificamente comprovado é desafiado, um contradiscurso teorizando com contra-argumentos e provas é estabelecido”. Testemunhos também podem ser invocados, com a intenção de fundamentar esses contra-argumentos.

Esses movimentos correspondem, curiosamente, ao que é a matriz ideológica da direita, sem que, por vezes, os atores tenham consciência. Efetivamente, o discurso fundador da ideologia de direita é que ‘a natureza se impõe ao homem’, assim como a natureza é um mundo individualista, desigual e predatório – a *struggle for life* de Darwin, vindo em socorro do liberalismo econômico –, não servindo de nada ir contra isso. Daí a ideia de que o Estado não precisa se opor ao que os indivíduos desejam (Charaudeau, 2022, p. 137).

Devido aos efeitos da polarização, como debatido na seção 2.2.1 com base em Amossy (2017), nenhuma dicotomia discursiva, num ambiente polêmico, vê-se livre das amarras ideológicas que a convertem em um embate entre forças antagônicas. Como lembram Marchete e Almeida (2021, p. 93-94), “ao criar uma imagem de si e do outro como polos actanciais [...], os actantes filtram de forma polarizada o conhecimento sociocultural geral, tomando como verdades inquestionáveis crenças e valores que determinados grupos podem ter ou não”. Corroborando esse pensamento, Charaudeau (2022, p. 137) assevera que os discursos

negacionistas “convertem uma questão que exige um saber científico sobre o verdadeiro e o falso em saber de crença em torno do bem e do mal”. Exemplifica, ainda, utilizando o caso das *fake news* disseminadas nas redes sociais e na ampla mídia por Donald Trump e Jair Bolsonaro em seus respectivos contextos.

Um dos modos de manifestação do negacionismo é a participação dos discursos revisionistas, que “reelaboram”, interpretativamente, um saber histórico. Charaudeau (2022) argumenta ser o caso de quando, por meio de uma credibilidade geralmente pessoal, o sujeito não transmite uma opinião, mas mexe com a credibilidade de um saber histórico-científico, “revisando” a história conhecida. Contudo, o fenômeno não é uma mera manipulação, “pois o sujeito acredita no que diz e não tem vontade de enganar, desde que, é claro, não haja um projeto de impostura para fins ideológicos” (Charaudeau, 2022, p. 139). Por isso, é o seu efeito que se torna manipulatório, e não a sua intenção, “pois é suscetível a perturbar uma parte da opinião, aquela que está inclinada, por diversas razões, a rejeitar uma categoria de indivíduos [...]” (Charaudeau, 2022, p. 139).

Segundo Charaudeau (2022), os discursos negacionistas influenciam os imaginários sociais porque os redirecionam a “outras verdades”. Tais “verdades alternativas” criam novos estereótipos. Por isso, “o estereótipo geralmente é relacionado à noção de preconceito, sendo tratado de um ponto de vista negativo” (Carmelino, 2014, p. 5). Por consequência, ocorre, também, uma reversão de ônus da prova: “os negacionistas acusam aqueles que sustentam uma narrativa historicamente fundamentada de se engajar no negacionismo, o que é característico do discurso conspiracionista. [...]” (Charaudeau, 2022, p. 139). Como argumenta o pesquisador, o sujeito enunciativo de discursos negacionistas não se contenta em, somente, negar os fatos. Ele precisa fornecer “explicações”: “as teorias da conspiração [...] só fazem suas acusações por meio de afirmações sem procedimentos demonstrativos” (Charaudeau, 2022, p. 140). Consequentemente, elas ativam, consoante Charaudeau (2022), um ideal de “tarefa de juízes” nos interlocutores.

Sobre as invenções, essas são as mais literais formas de contraverdades. Englobam a criação de informações falsas, que circulam no meio público e na mídia, com as mais diversas intenções – embora Charaudeau (2022) exemplifique, especialmente, o caso da esfera política, como quando Donald Trump e Jair M. Bolsonaro, respectivamente nos EUA e no Brasil, fizeram circular informações falsas com a intenção de desacreditar os adversários. Porém, também é o caso de histeria coletiva e armas de destruição em massa – caso lembrado pelo pesquisador, sempre com fins ideológicos bem determinados. “Esses estereótipos são acessados constantemente em debates nas redes sociais digitais e utilizados, não raro, como

desqualificadores” (Boaventura; Freitas, 2022, p. 76). Essas redes ativam um “senso de justiça” nos interlocutores, visto que “às vezes, até mesmo, as redes sociais com a retransmissão da mídia configuram-se como um tribunal de condenação, mesmo que a justiça tenha decidido arquivar” (Charaudeau, 2022, p. 143).

Tornados claros os processos que regem a manifestação da polêmica no Facebook, nos voltamos, agora, ao ato de linguagem. Cabe, nesse ponto, adentrar ao campo de análise discursivo, observando o regulamento da comunicação na interação verbal e seus múltiplos fenômenos, vez que já são reconhecidos elementos ideológicos e identitários que permeiam essa interação, sobretudo na dicotomia entre o sujeito social e os papéis desempenhados por ele no ato de linguagem.

Adentramos, no próximo capítulo, na Semiologia de Charaudeau (2004, 2005, 2010, 2016, 2019, 2022), estabelecendo as interfaces dialógico-enunciativas pertinentes a este estudo.



### 3 A SEMIOLINGUÍSTICA: INTERFACES DIALÓGICO-ENUNCIATIVAS

No capítulo anterior, apresentamos os pressupostos da Teoria Dialógica do Círculo de Bakhtin (2010a, 2010b, 2016, 2017, 2020) e da Retórica Argumentativa de Ruth Amossy (2017, 2022), procurando estabelecer vínculos teórico-conceituais que se entrecruzassem em um grande ponto comum: o discurso, ou, especificamente, *o discurso como produto social, historicamente organizado e ideologicamente orientado*, que influencia de maneira direta na manifestação das interações polêmicas em toda a sua problemática, desde os níveis identitários e sógnico-ideológicos, aos comportamentais dos sujeitos individuais e coletivos.

Esse caminho coloca em evidência o próprio conceito de discurso, na problemática de sua heterogeneidade. Invoca, por conseguinte, uma necessidade de reconhecimento e estabelecimento do chamado campo da linguagem, sobre o qual Charaudeau (2005, 2016, 2018, 2019) debruça-se para estabelecer sua Semiologia. A intenção desse capítulo é, portanto, a de apresentar as influências, definições e perspectivas que nortearam o pesquisador francês nesse processo de conceitualização de um braço teórico-metodológico da linguística que considera os caracteres histórico, social e valorativo-ideológico do discurso.

O foco teórico de Charaudeau (2004, 2005, 2010, 2016, 2019, 2022) com relação ao estabelecimento da Semiologia não é a de realizar uma exploração histórica do campo da linguagem, tampouco uma exploração exegética. O autor afirma que “o sujeito que faz exegese jamais está seguro de falar pelo (no lugar do) outro. *Ele nunca acabará com essa intertextualidade que se interpõe entre a linguagem e ele*” (Charaudeau, 2016, p. 15). Nota-se que o emprego do termo intertextualidade, por Charaudeau (2016), nos remete não somente à questão discursiva material – isto é, ao texto –, mas, essencialmente, à questão heterogênea da constituição do discurso e do próprio sujeito enquanto produtor de discursos.

Falar pelo outro torna-se uma impossibilidade discursiva, tal qual concebido pelos moldes bakhtinianos<sup>15</sup>. Charaudeau (2019, p. 42) defende que “[...] todo discurso, antes de representar o mundo, representa uma relação, ou, mais exatamente, representa o mundo ao representar uma relação”. Vê-se que embora Charaudeau (2016), assim como Amossy (2017, 2022), não relacione explicitamente a sua Teoria Semiologia (TS) à perspectiva bakhtiniana, ele recorre às questões ideológicas, intencionais e valorativas do meio social para

---

<sup>15</sup> Mais além, enquanto, de um lado, a perspectiva dialógica de Bakhtin (2010a, 2010b, 2016) e do Círculo de Bakhtin (representado, neste trabalho, especialmente pela presença de Volóchinov (2017)), trabalha a alteridade enquanto constitutiva da relação valorativamente orientada entre as pessoas; sob outro ângulo, Charaudeau (2004, 2005, 2010, 2016, 2019, 2022) a compreende como um dos princípios de organização do discurso.

a expressão linguística (o ato de linguagem, para respeitar a sua definição conceitual). Não à toa, que

[...] todo ato de linguagem é um fenômeno de troca entre dois parceiros (quer estejam diante um do outro ou não) que devem reconhecer-se como semelhantes e diferentes. [...] Assim, segundo este princípio, cada um dos parceiros está engajado num processo recíproco (mas não simétrico) de reconhecimento do outro, numa interação que o legitima enquanto tal - o que é uma condição para que o ato de linguagem seja considerado válido (Charaudeau, 2005, p. 2).

Do mesmo modo, o reconhecimento de dois seres no discurso (ao menos de um ponto de vista inicial) aproxima-se dos pressupostos defendidos pela Teoria da Enunciação – mais especificamente de Èmile Benveniste, como lembra Boaventura (2013), no que se refere aos papéis de um EU e um TU enquanto atores do discurso para a relação interdependente entre esses protagonistas do ato de linguagem.

Em vista disso, a concepção de Charaudeau (2004, 2005, 2010, 2016, 2019, 2022) corrobora, além da visão dialógica de discurso em toda a sua completude, a relação formosido proveniente do conceito de aparelho formal da enunciação (Benveniste, 1989). A construção de sentido na Semiologia, como lembra Freitas (2008, p. 254), “está sob a responsabilidade de um sujeito, movido por uma determinada intenção, ou seja, um sujeito que tem, em sua mente, um projeto visando influenciar alguém [...]”.

Igualmente, Machado (2006, p. 14) discute que, partindo da “junção” de conceitos benvenisteanos e bakhtinianos, Charaudeau dá início à “volta do ‘sujeito’, conceito que havia sido completamente ‘pulverizado’ por Barthes, nos anos 60, e depois, de certa forma, por Pêcheux e seus seguidores”. Motivo pelo qual, na ótica de Freitas (2008, p. 267), a abordagem do autor francês “situa a troca verbal em uma ambiência interacional de ordem sociolinguística, sem dúvida mais próxima dos trabalhos etnometodológicos norte-americanos do que da esfera ideológica da AD francesa, representada essencialmente por M. Pêcheux”. O distanciamento com relação ao termo ideologia – nos moldes bakhtinianos, mas, especialmente, peucheteanos, marca uma escolha, de acordo com Machado (2006, p. 16) da noção de “social” em vez de “ideologia”: “mas, evidentemente, todos sabem que o ‘social’ abarca tudo: a história, as ideologias, assim como também os rituais, normas e crenças que regem a vida do homem em sociedade”, sendo, em vez de uma substituição, uma *ampliação* desse ideal.

Outros teóricos comentam sobre as influências teórico-metodológicas da perspectiva de Charaudeau (2004, 2005, 2010, 2016, 2019, 2022). Giering (2004, p. 10) afirma que o autor, além dos postulados de Benveniste, parte “de trabalhos como os de Bernstein, Halliday, Hymes,

Fishman, Labov e Goffmann, nos quais termos como participantes, atores e parceiros podem ser encontrados”. Conforme Pauliukonis (2016, p. 107), a TS inscreve-se na corrente de base interativo-comunicacional, “que trata a *problemática* dos sentidos do ato de linguagem, a partir das perspectivas da *Enunciação* e da ação intersubjetiva dos enunciadores”. No âmbito de uma intersecção, conforme sintetiza Barros (2020, p. 27), “as condições de troca linguageira é que tornam reais as intenções que animam os falantes a construir a comunicação, pois é nelas que põem em ação os atributos da dialogia” – marcando, novamente, a contribuição do Círculo de Bakhtin (2010a, 2010b, 2016, 2017, 2020) e de Benveniste à perspectiva teórica da TS.

Assim como Amossy (2017, 2018), Charaudeau (2016) considera a relevância dos aspectos identitários e argumentativos na linguagem. Porém, diferentemente da pesquisadora que considera o dissenso como o princípio da argumentação – sobretudo no caso polêmico –, este observa o consenso como tal princípio do ato de linguagem, levando em consideração a alteridade. “Em suma, no jogo de *agressão e de cumplicidade* jogado pelos atores da linguagem, na afirmação de uma *especificidade* e de um *consenso* que se interpelam de forma dialética no mesmo ato linguageiro” (Charaudeau, 2016, p. 20). Os atos de linguagem, portanto, sobrevivem dessas dicotomias, na visão desse autor.

Eles compõem-se como atos que “*falam* o mundo através das condições e da própria instância de sua transmissão”, pois “o mundo não é dado a princípio. Ele *se faz* através da estratégia humana da significação” (Charaudeau, 2016, p. 20). Como acrescenta Giering (2004, p. 10), trata-se do entendimento de “um ato de comunicação como um fenômeno que combina o dizer e o fazer”. Por isso, traça-se, finalmente, seus limites teórico-metodológicos: “o Método seguido deverá então ser duplo: elucidante do ponto de vista do *como* e abstratizante do ponto de vista do *do quê*” (Charaudeau, 2016, p. 21).

De maneira semelhante, vê-se justificada a sua constituição etimológica: *a Semiolinguística é uma análise linguística e semiótica*. Linguística porque visa a conceituação dos fatos linguageiros, estruturalmente. Semiótica porque se interessa pelo objeto signo constituído em intertextualidade. A Semiolinguística atua como “braço semiológico da Análise do Discurso [...]”, como afirma Boaventura (2013, p. 49). Uma análise que observa o signo no processo de comunicação, a competência linguageira ao analisar um texto e, especialmente, a contribuição desses componentes na realização do ato de linguagem, do discurso.

É um modo de análise da construção linguística, que relaciona os fatos de linguagem (a que convimos, hoje, denominar de “intradiscursivos”) a outros elementos de ordem psicológica e social (os “extradiscursivos”). “Nessa perspectiva, o que se pretende é tratar do fenômeno da construção psico-socio-linguageira do *sentido*, a qual se realiza através da intervenção de um

sujeito, sendo, ele próprio, psico-socio-linguageiro" (Charaudeau, 2005, p. 11, grifo nosso). Trata-se de contemplar as particularidades do sujeito enquanto ser social, da perspectiva macro, no que se refere às circunstâncias comunicativas contextuais que o permeiam, mas também da perspectiva micro, relativa às intenções comunicativas deste mesmo sujeito, compreendendo que um componente leva ao outro.

Na próxima seção, tomamos o ato de linguagem, princípio da construção psicolinguageira, como objeto de debate.

### 3.1 NOÇÕES SOBRE O ATO DE LINGUAGEM COMO ENCENAÇÃO

Charaudeau (2016) concebe a comunicação como sendo *assimétrica*, por não haver uma correspondência direta entre a intenção comunicativa de um locutor (um EU) e a compreensão esperada de seu destinatário (um TU), além de não se ter domínio sobre as intenções comunicativas do parceiro de comunicação, já que elas pertencem a seu universo próprio de consciência. Ambos os parceiros realizam, então, uma criação de hipóteses uns sobre os outros, por meio da operação de uma *encenação* desses sujeitos no discurso (uma *mise-en-scène*), em torno da qual se desenvolve a estruturação do ato de linguagem.

Grosso modo, o sujeito comunicante cria imagens de um interlocutor que não é o real do ato de linguagem, mas uma idealização deste real. Porém, esse processo não parte só do comunicante. O sujeito interpretante também realiza hipóteses e, por consequência, uma idealização de parceiro ideal, que corresponde às suas expectativas/intenções comunicativas. Ao processo que parte do sujeito comunicante, Charaudeau (2016) denomina *aposta*. É por meio dela, ou, de “ganhar” ou “perder” essa aposta, que conseguimos desvelar as intenções comunicativas do sujeito comunicante, sua idealização de destinatário (chamada, por Charaudeau (2016), de interlocutor-destinatário) e, ainda, o sujeito interpretante real, chamado, por Charaudeau (2016), de interlocutor-interpretante.

Embora a assimetria da comunicação, na visão de Charaudeau (2016), seja intrínseca a qualquer ato de linguagem, destacamos que, no caso do Facebook, ela intensifica-se em determinadas circunstâncias. Isso ocorre em função da ausência de formas de interação face-a-face, que prejudicam, de certo modo, a assertividade<sup>16</sup> das hipóteses criadas tanto pelo sujeito comunicante, quanto pelo interlocutor-interpretante. As formas de interação “múltiplas” (e que

---

<sup>16</sup> Num sentido ideológico e intencional do termo, que corresponde ao sucesso da aposta por meio da identificação de TUD por TUi, conforme tratamos na próxima subseção.

corroboram as asserções de Castells (2022) e Recuero (2013) utilizadas, anteriormente, nesta dissertação) também contribuem para a intensificação: atos de linguagem iniciados em um debate entre comentários podem “migrar” para a sub plataforma das mensagens instantâneas e vice-versa, complexificando a criação de hipóteses dos sujeitos e o próprio processo de *mise-en-scène*.

Na assimetria da comunicação, desenvolve-se a noção de ato de linguagem como evento de produção e interpretação de discursos, definindo as suas circunstâncias. Machado (2006, p. 18) propõe que a terminologia “atos de linguagem” pode ter sido uma escolha de Charaudeau em detrimento a “enunciados”, “porém, um ato de linguagem deve ser visto não só pelo fato de conter um ‘Eu’ que se dirige a um ‘Tu’, em determinado lugar e hora, mas também como algo carregado de uma intencionalidade e motivado por uma visada de influência”. Por isso, Charaudeau (2016, p. 29) defende que as circunstâncias do discurso dependem da “relação que o sujeito enunciator e o sujeito interpretante mantêm face ao propósito linguageiro” e, também, da “relação que esses dois mesmos sujeitos mantêm, um diante do outro”.

A encenação, no ato de linguagem, relaciona-se a *saberes partilhados* entre os protagonistas da linguagem. Isto é, “saberes supostos a respeito do mundo: as práticas sociais partilhadas; saberes supostos sobre os pontos de vista recíprocos dos protagonistas do ato de linguagem: os filtros construtores de sentido” (Charaudeau, 2016, p. 29). Uma vez definidas as circunstâncias de discurso, esses saberes determinam a dupla dimensão do fenômeno linguageiro (o explícito/implícito considerado tanto no evento de produção, quanto no de interpretação do ato de linguagem). A título de síntese, “o ato de linguagem não deve ser concebido como um ato de comunicação resultante da simples produção de uma mensagem que um Emissor envia a um Receptor [...]” (Charaudeau, 2016, p. 44). Como lembra Freitas (2011, p. 115, grifo nosso), este é “*um encontro dialético* (é este encontro que funda a atividade metalinguística de elucidação dos sujeitos da linguagem)”. Elucidação, esta, que é definida, por Charaudeau (2016), por dois processos: um de Produção e um de Interpretação.

O processo de Produção é criado por um EU (sujeito real do ato de linguagem), dirigido a um TU (destinatário idealizado por ele); e o processo de Interpretação é criado por um TU’ (destinatário real, interpretante) com relação ao EU’ (imagem que este detém do sujeito real do ato de linguagem). “O ato de linguagem torna-se então um ato *interenunciativo* entre *quatro sujeitos* (e não 2), lugar de encontro imaginário de dois universos de discurso que não são idênticos” (Charaudeau, 2016, p. 45). Dois sujeitos reais e dois sujeitos actanciais – como concebe Amossy (2017) àqueles exclusivos do universo do discurso. “Enfim, não basta analisar o dito, também é preciso considerar o não dito” (Novais, 2020, p. 30, grifo nosso). Todas essas

figuras são subordinadas aos dois universos de discurso ideologicamente orientados pelos processos de valor da alteridade que compõem os saberes partilhados na circunstância de discurso correspondente.

Na subsecção seguinte, apresentamos e examinamos esses quatro sujeitos, conforme estabelecido por Charaudeau (2016) e debatido por seus estudiosos.

### 3.1.1 Desdobramentos de um EU e um TU

Após definir que o ato de linguagem mobiliza quatro sujeitos em vez de dois, Charaudeau (2016) desenvolve os conceitos acerca desses sujeitos, definindo, finalmente, as quatro figuras que nortearam a noção de ato de linguagem como encenação (como ato interenunciativo). Essas figuras são: o sujeito destinatário (TUD, antes TU), o sujeito interpretante (TUi, antes TU'), o sujeito enunciador (EUe, antes EU') e o sujeito comunicante (EUc, antes EU)<sup>17</sup>. Percebe-se que, com a alteração, Charaudeau (2016) redesenha tanto o papel do EU quanto o do TU, na perspectiva de desconstrução da comunicação unilateral emissor – receptor (ativa partindo do primeiro e passiva partindo do segundo). Como comenta Freitas (2011, p. 114), nessa ótica, as duas figuras estão dispostas em interconectividade, de modo que se observa:

o TU não como um simples receptor, mas, sim, como um sujeito que elabora uma interpretação em função do ponto de vista que tem sobre as circunstâncias do discurso e sobre o EU. O EU, por sua vez, descobrindo que o TU-interpretante não é o mesmo que ele imagina, descobre-se como um outro EU, sujeito falante fabricado pelo TU-interpretante.

No desdobramento dessa noção, os sujeitos compõem-se da seguinte maneira: o sujeito destinatário (TUD) “é o interlocutor fabricado pelo EU como destinatário ideal, adequado ao seu ato de enunciação” (Charaudeau, 2016, p. 45). Por ser fruto das expectativas e das intenções comunicativas do EU, ele “não tem poder sobre si mesmo no discurso, pois seu papel é construído pelo locutor” (Carvalho, 2015, p. 45), desse modo, não possuindo nenhuma relação efetiva com o TU real fora do domínio de sua consciência (do EU). Ele pertence a um lugar, do EU, onde este “supõe que sua fala será totalmente transparente para TUD” (Charaudeau, 2016,

---

<sup>17</sup> Encontra-se, também, as nomações “EU-comunicante”, “EU-enunciador”, “TU-destinatário” e “TU-interpretante”, no lugar de, respectivamente, “sujeito comunicante”, “sujeito enunciador”, “sujeito destinatário” e “sujeito interpretante”. De acordo com Machado (2019), essas eram as nomações dos primeiros escritos de Charaudeau, como os de 1983.

p. 45). Nas ocasiões em que lhe falta a transparência – isto é, que o TUD não corresponde às expectativas do EU –, é que se diz que o EU “perdeu” a aposta.

O TUD sempre estará presente no ato de linguagem, de acordo com Charaudeau (2016), independentemente de estar marcado (explícito na fala do EU), ou não. Quando esse for o caso, cabe às Circunstâncias de Discurso e/ou ao Contrato de Comunicação apresentá-lo. De maneira semelhante, o TUD pode manifestar-se singular ou pluralmente. No discurso político, por exemplo, é muito comum a projeção de múltiplos TUD, pois o público é misto e a intenção da figura política é a de mobilizar o maior número possível de sujeitos destinatários. Mesmo ocorre no Facebook: o EUC prevê múltiplos TUD, advindos de seu próprio coletivo – e que ativarão os componentes ideológico-identitários de seu grupo, conforme discutimos nas seções anteriores –, mas também os do grupo antagonista, que se veem mobilizados a interagir com a intenção de desacreditar o primeiro grupo.

O TUI, por sua vez, é “um ser que age fora do ato de enunciação produzido pelo EU” (Charaudeau, 2016, p. 46). Ele intervém no ato de linguagem, já que Charaudeau (2016) considera esse ato uma totalidade. Entretanto, o sujeito interpretante pertence ao universo próprio do TU real. “O TUI é o sujeito responsável pelo processo de interpretação que escapa, devido a sua posição, do domínio do EU” (Charaudeau, 2016, p. 46). Enquanto, por um lado, o TUD mantém uma relação de transparência com o EU, o TUI mantém, com este, uma relação de opacidade. “O TUI só depende dele mesmo e se institui no instante exato em que opera um processo de interpretação” (Charaudeau, 2016, p. 46).

Diante disso, embora sempre presente no ato de linguagem, o TUI não pertence ao processo de produção (sequer aparece nele). Exemplificando, Charaudeau (2016) explicita o caso das ordens, nas quais há a implicação de um TUD que se vê obrigado a executá-la, mas que, no real, entra em confronto com o TUI, que pode, perfeitamente, transgredi-la. Desse modo, *TUI pode se identificar com o TUD, ou não*. Vale comentar que, em ambientes como o Facebook, nos quais os sujeitos não estão dispostos face-a-face nas interações e/ou, ainda, são estimulados a interagirem por outras formas para além do diálogo simples, há uma tendência muito maior à não identificação de TUD por TUI, uma vez que o público, nesses ambientes, é misto e heterogêneo.

Charaudeau (2016, p. 46) defende que “o TUI tem por tarefa, em seu ato interpretativo, recuperar a imagem do TUD que o EU apresentou e, ao fazer isso, deve aceitar (identificação) ou recusar (não identificação) o estatuto do TUD fabricado pelo EU”. Porém, por sua opacidade, também pode haver a detecção de um TUD que não é correspondente à intencionalidade do EU (não é o destinatário projetado por EUC). “Evidentemente, o TUI também é mais ou menos livre

(ou sujeito a restrições) em suas reações, já que depende de um conjunto de *Circunstâncias de Discurso* que fazem com que se encontre numa relação de força face ao EU” (Charaudeau, 2016, p. 46). TUi calcula, em função disso, os riscos de suas possíveis reações (pois, como visto, também idealiza um EU, na busca por sua intencionalidade). Ainda, Charaudeau (2016) postula que o TUi constrói interpretações baseadas em suas experiências pessoais, ou seja, aquelas que constituem seu arcabouço valorativo – e, ousemos, ideológico.

No universo do EU, o “EUE é um ser de fala sempre presente no ato de linguagem: seja explicitamente marcado [...], seja apagado na configuração verbal do discurso [...]” (Charaudeau, 2016, p. 48). Pode-se observar esta figura por ambos os processos do ato de linguagem (produção e interpretação). Pelo lado da produção, “o EUE é uma imagem de enunciador construída pelo sujeito produtor da fala (EUC) e representa seu traço de intencionalidade nesse ato de Produção” (Charaudeau, 2016, p. 48). Já pelo lado da interpretação, “o EUE é uma imagem de enunciador construída pelo TUi como uma hipótese (processo de intenção) de como é a intencionalidade do EUC *realizada no ato de produção*” (Charaudeau, 2016, p. 48).

O EUE é uma construção tanto de EUC, quanto de TUi. As imagens podem coincidir, como também podem distanciar-se – reiterando o fato de que este é o mais provável, uma vez que tratamos de universos de consciência totalmente distintos que, a menos que as Circunstâncias do Discurso ou os contratos de comunicação<sup>18</sup> coloquem em evidência, tornarão quase impossível uma assimilação, aproximação ou correspondência. Em todo o caso, “o EUE (assim como o TUD) é um ser que existe no e pelo ato de produção-interpretação” (Charaudeau, 2016, p. 48), não pertencendo, de qualquer forma, ao universo “não-actancial” – fora dos limites do ato de linguagem.

Quanto ao EUC (sujeito comunicante), de acordo com Charaudeau (2016, p. 48), é “um sujeito agente que se institui como locutor e articulador de fala [...]. Ele é o iniciador do processo de produção, processo construído em função das *Circunstâncias de Discurso* que o ligam ao TU e que constituem sua intencionalidade”. É a figura exclusiva do universo do EU, o sujeito *real*. Ou, nas palavras de Charaudeau, “a testemunha de um determinado *real*, mas de um real pertencente ao seu universo de sentido” (Charaudeau, 2016, p. 48). Sendo o iniciador do processo de produção, o EUC assume um papel fundamental de *ordenação*, já que, de acordo com Giering (2004, p. 16), “o subjetivo ordenador da organização da linguagem passa pela

---

<sup>18</sup> Trataremos do conceito na subseção seguinte.



identidade enunciativa que o sujeito comunicante dá a si mesmo, a qual variará conforme os papéis que ele é levado a assumir [...].”

EUC não pode revelar-se totalmente, como argumenta Charaudeau (2016), por existirem certas restrições impostas pelas Circunstâncias de Discurso. Charaudeau (2016, p. 49) explica que “EUE é apenas *uma máscara de discurso* usada por EUC. É por isso que EUC, consciente desse estado de fato, pode jogar, com finalidades estratégicas, tanto o jogo da transparência entre EUE e EUC quanto o da ocultação de EUC por EUE”. Desse modo, assim como pode haver uma identificação de TUD por TUi, também pode haver uma identificação entre EUC e EUE do ponto de vista da interpretação de TUi.

Charaudeau (2016) apresenta um ponto interessante sobre esse jogo de transparência e ocultação entre EUC e EUE. O autor afirma que “[...] um texto interpretado fora de suas circunstâncias de produção induz à construção de uma imagem do EU que responde às referências sociolinguageiras de cada indivíduo” (Charaudeau, 2016, p. 50). Em outras palavras, o EUE produz um *efeito de discurso*: quando concebido isoladamente, não permite acesso a EUC. A título de exemplo, o teórico francês cita o caso da oração “não se mendiga seu direito. O direito é obtido através de uma luta digna” (Charaudeau, 2016, p. 49) que, dependendo das referências sociolinguageiras de cada um, pode construir uma grande variedade de EUC, como “revolucionário”, “homem de esquerda”, “sindicalista”, entre outras, quando, em realidade, foi proferida por Hitler. Veremos, no capítulo dedicado à análise do *corpus*, ser um caso semelhante que constitui as interações verbais polêmicas no Facebook.

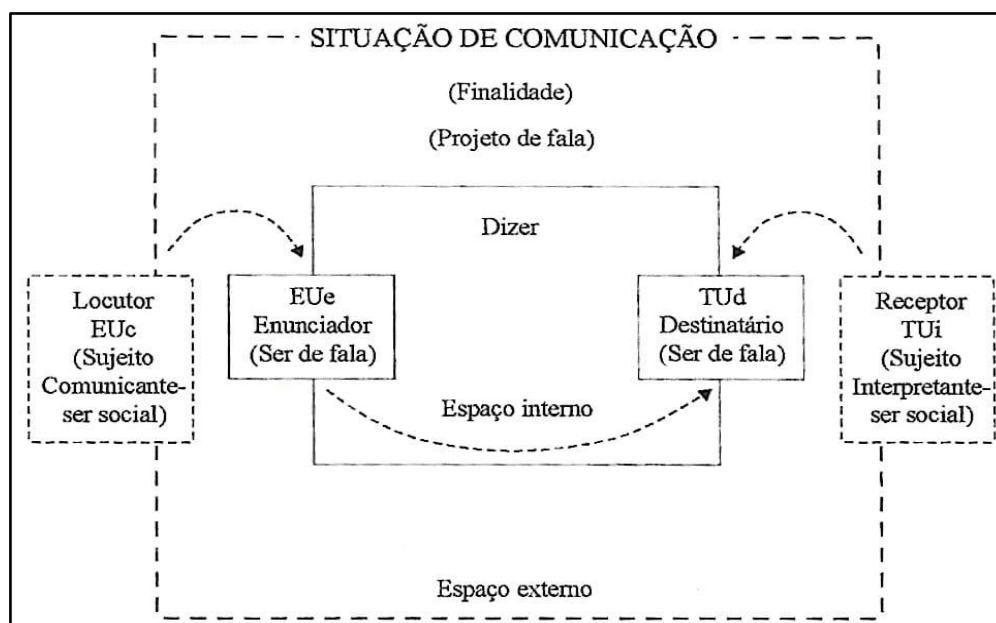
Evidentemente, essas referências sociolinguageiras interferem no processo de interpretação de TUi na mesma medida em que interferem no sucesso da “aposta” de EUC, que depende dessa compreensão por parte do TUi. Sendo assim, “O EUC participa da totalidade do ato de linguagem, apesar de sua posição de exterioridade [...], e o conhecimento que o TUi pode ter do EUC intervém no processo interpretativo” (Charaudeau, 2016, p. 50). Distingue-se, por conseguinte, na visão de Charaudeau (2016), o responsável pelo ato de fala, que é o EUE, do responsável pelo ato de produção, que é o EUC, definindo, ainda, que “EUC depende do conhecimento que TUi tem dele”, pois “um mesmo ato de linguagem pode ser interpretado por diferentes TUi e, com isso, o EUC pode ser conhecido de diferentes maneiras” (Charaudeau, 2016, p. 51).

Desse modo, o sucesso do ato de linguagem, do ponto de vista da intencionalidade de EUC, vai depender de seus artifícios para estabelecer uma aposta crível. “De uma maneira geral, todo ato de linguagem envolve *n* estratégias para o EUC e muitas possibilidades interpretativas para o TUi” (Charaudeau, 2016, p. 51), como veremos na próxima subseção. Além disso, uma

vez considerado que o ato de linguagem não é, na visão de Charaudeau (2016), um simples produto da intenção de um emissor destinado a um receptor (tampouco produto de um processo simétrico entre essas duas figuras), esse teórico assevera que “todo ato de linguagem resulta de um jogo entre o implícito e o explícito [...]” (Charaudeau (2016, p. 52), obedecendo, por consequência, a três princípios.

Esses princípios preveem que todo e qualquer ato de linguagem (independentemente da esfera): “(i) vai nascer de circunstâncias de discurso específicas; (ii) vai se realizar no ponto de encontro dos processos de produção e de interpretação; (iii) será *encenado* por suas entidades, desdobradas em sujeito de fala e sujeito agente” (Charaudeau, 2016, p. 52). Pode-se representar da seguinte maneira (Figura 1), consoante o autor:

**Figura 1 – O ato de linguagem e os sujeitos na situação de comunicação**



Fonte: Charaudeau (2016, p. 52)

O ato de linguagem vê-se, desse modo, composto por dois circuitos de produção de saber, conforme o autor. O circuito da fala configurada e o circuito externo à fala configurada. No primeiro, “se encontram seres de fala, que são instituídos como imagem do sujeito enunciador (EUE) e de sujeito destinatário (TUD), oriundos de um saber intimamente ligado às representações languageiras das práticas sociais” (Charaudeau, 2016, p. 53). Completando conforme as palavras de Emediato (2007, p. 5), neste circuito, EUE e TUD ocupam a posição de “[...] seres de palavra e correspondem a encenações languageiras”. Por isso, trata-se de um mundo virtual, de criação, já que é operado pelas duas figuras do discurso que respondem ao

momento da situação de discurso e que, por isso, não correspondem às figuras reais. Como argumenta Rebello (2021), é o espaço interno o responsável por colocar em cena a *mise-en-scène* do ato de linguagem.

No segundo, “se encontram os seres agentes [...] como imagem de sujeito comunicante (EUc) e de sujeito interpretante (TUi), conforme um saber ligado ao conhecimento da organização do “real” (psicossocial) que sobredetermina esses sujeitos” (Charaudeau, 2016, p. 53). Trata-se do mundo “real”, não criado e que, embora dependa inteiramente do momento da situação de discurso, não é fruto de expectativas/intenções de outro além do próprio sujeito envolvido no ato de linguagem. Por esse motivo, EUc e TUi “[...] são seres empíricos psicossociais, ou seja, correspondem a representações históricas circulantes no espaço social [...]” (Emediato, 2007, p. 5).

A partir dessa noção, Charaudeau (2016) admite uma dupla representação do mundo falado pelos quatro sujeitos, que varia de acordo com a esfera na qual esses se encontram (os dois circuitos): “quando esse mundo é considerado no circuito da fala, corresponderá a uma representação discursiva; se ele for considerado no circuito externo, como testemunha do real, corresponderá a uma representação da situação de comunicação” (Charaudeau, 2016, p. 53). Em outras palavras, “no espaço externo, os *parceiros* do jogo comunicativo assumem *papéis sociais* [...]. No espaço interno, os *protagonistas* da encenação discursiva assumem *papéis discursivos*” (Emediato, 2007, p. 4). Segundo Charaudeau (2016), o esquema do ato de linguagem permite que se descrevam algumas estratégias do discurso simples, como a mentira, o segredo, a provocação e a demagogia<sup>19</sup>. Não obstante, assim como permite a descrição das estratégias simples, também permite a compreensão das complexas.

O ato de linguagem mostra-se, assim, “condicionado pela competência individual de seu criador, como também pelas imposições de ordem psicossocial que o rodeiam” (Freitas, 2011, p. 120). Por mobilizar um “jogo de apostas” que, por conseguinte, constrói-se com base em contratos e estratégias, Charaudeau (2016) afirma se tratar tanto de uma expedição, quanto de uma aventura. Tal é o tema da próxima subseção.

---

<sup>19</sup> Essas estratégias do discurso simples são abordadas, pelo autor, na página 53 da obra “Linguagem e discurso: modos de organização” (2016), utilizada nesta dissertação. Indicamos a leitura atenta para esclarecimentos.

### 3.1.2 Contratos e estratégias em um projeto global de comunicação

Considera-se que o ato de linguagem, do ponto de vista da produção, é uma expedição, de acordo com Charaudeau (2016), por seu aspecto intencional. Ele “participa sempre de um projeto global de comunicação concebido pelo sujeito comunicante (EUc)” (Charaudeau, 2016, p. 56). Nesse projeto global, o EUc não deve poupar esforços, utilizando-se de seu arcabouço relacional e suas competências comunicativas, para que seu ato seja bem sucedido, pois “[...] o interpretante precisa reconhecer que seu interlocutor tem um propósito que o torna digno de ser escutado. O direito à palavra, portanto, é o próprio fundamento da relação interativa [...]” (Pauliukonis, 2004, p. 73). Essa relação é mantida por três elementos: saber do falante, poder comunicar e saber fazer. Como visto, “tal sucesso estará na coincidência de interpretações que poderá ocorrer entre o sujeito interpretante (TUi) e o destinatário (TUd)” (Charaudeau, 2016, p. 56). Por isso, o EUc utilizará contratos e estratégias.

Os contratos são, na visão do teórico, espécie de convenções, relacionadas às práticas sociais, que os indivíduos mantêm e que afetam o modo como representam essas práticas no domínio discursivo. Em suas palavras, Charaudeau (2016, p. 56) assevera que “a noção de *contrato* pressupõe que os indivíduos pertencentes a um mesmo corpo de práticas sociais estejam suscetíveis de chegar a um acordo sobre as representações languageiras dessas práticas sociais”. Esse “acordo”, na perspectiva de Barros (2020, p. 28), orienta os indivíduos a seguirem “restrições que visam ao sucesso do ato languageiro”. Já na visão de Freitas (2011, p. 120), a relação contratual depende “de componentes mais ou menos objetivos, tornados pertinentes pela expectativa que é própria a cada ato languageiro”.

Assim como as esferas de atividade humana regulam os gêneros discursivos na visão do Círculo de Bakhtin (2010a, 2010b, 2016, 2017, 2020), essas esferas (práticas, para respeitar o uso terminológico de Charaudeau (2004, 2005, 2010, 2016, 2019, 2022)), também estabelecem arcabouços estereotípicos, sociossemióticos e, sobretudo, comportamentais às suas representações languageiras, na visão do autor. Desse modo, tais são os componentes de um contrato, como argumenta Machado (2006): além do intencional (englobante das “expectativas”), o componente comunicacional e o psicossocial, respectivamente ligados aos dados internos e externos da relação contratual, sobre os quais discutimos adiante.

Os contratos preexistem os sujeitos do discurso, pois integram a vida social (as relações sociais), concretizando-se na interação verbal. Desse modo, antes mesmo de EUc iniciar o ato de linguagem, dando sequência a seu projeto global, ele já modula-se a esse conjunto de representações. Dessarte, EUc supõe, sobre o outro, um reconhecimento, a partir da

competência linguageira, que seja análogo ao de si. “Nesta perspectiva, o ato de linguagem torna-se uma *proposição* que o EU faz ao TU e da qual ele espera uma contrapartida de convivência” (Charaudeau, 2016, p. 56). Além disso, o contrato de comunicação garante a configuração da identidade discursiva das instâncias de produção e interpretação, como afirma Charaudeau (2016). Esse fundamento recai sobre a questão do dispositivo de troca. As trocas sociais, pela perspectiva de Barros (2020, p. 28, grifo nosso), “só se realizam mediante sua submissão a alguns fatores inerentes à *situação* das trocas linguageiras (dados externos), juntamente com as características resultantes desses fatores (dados internos) [...]” – por isso, os contratos definem os gêneros discursivos, e não o contrário.

No “jogo de apostas” de EUc, depreende-se a utilização de estratégias, de acordo com Charaudeau (2016), que concebem, organizam e encenam as suas intenções, visando a produção de certos efeitos, cuja finalidade pode ser a de persuadir ou seduzir o sujeito interpretante (TUi), “para levá-lo a se identificar – de modo consciente ou não – com o sujeito destinatário ideal (TUD) construído por EUc” (Charaudeau, 2016, p. 56). Os procedimentos aos quais o EUc recorre, nessa ocasião, além de contratos de reconhecimento, giram em torno de dois eixos: “a fabricação de uma *imagem de real* como lugar de uma verdade exterior ao sujeito e que teria força de lei” (Charaudeau, 2016, p. 57); e “a fabricação de uma *imagem de ficção* como lugar de identificação do sujeito com um outro, imagem esta que constitui um lugar de projeção do imaginário desse sujeito” (Charaudeau, 2016, p. 57). Vê-se, então, uma ligação intrínseca entre as estratégias e as noções de verdade – debatidas no capítulo anterior.

O comunicar, para Charaudeau (2016), torna-se invólucro de uma dupla aposta do EUc: a já mencionada referente ao sucesso do contrato proposto, cuja finalidade é a identificação de TUi por TUD, mas, também, uma outra finalidade definida pela espera de que “as estratégias que empregou na comunicação em pauta irão produzir o efeito desejado” (Charaudeau, 2016, p. 57). Evidentemente, uma contribui para o sucesso da outra, de maneira que, caso uma não seja bem sucedida, provavelmente a outra não o será, pois a manutenção do contrato invoca um bom emprego das estratégias, do mesmo modo que essas não podem se efetivar na ausência de uma configuração contratual – supondo que houvesse como “escapar” dos contratos no ato de linguagem.

De acordo com Machado (2006, p. 19), “o espaço das estratégias discursivas que existe em todos os tipos de contratos representa a margem de manobra que nós, enquanto sujeitos comunicantes, dispomos para executar nossos projetos de fala [...]”. Daí sua relação com a credibilidade tanto da aposta, quanto do próprio sujeito comunicante. Pauliukonis (2004, p. 68) afirma que “[...] o uso obrigatório de estratégias ou operações discursivas destina-se a garantir

a credibilidade do que é transmitido”. Veremos, nesta subseção, que uma estratégia “mal interpretada” (no sentido de ter seu efeito despercebido pelo interpretante ou, até mesmo, percebido de maneira não condizente com as expectativas do comunicante) pode comprometer todo o jogo de apostas, levando à recusa imediata do contrato proposto. Cabe às estratégias garantirem essa credibilidade de acordo com as intenções do comunicante e as restrições da situação de comunicação, motivo pelo qual apresenta diferentes subdivisões, consoante tais aspectos circunstanciais.

Três são as concepções de estratégias, na perspectiva de Charaudeau (2005, 2016), a saber: legitimação, credibilidade e captação. A legitimação é aquela “utilizada para significar que o sujeito falante entra em um processo de discurso, que deve conduzir a que reconheça que tem direito à palavra e legitimidade para dizer o que diz” (Charaudeau; Maingueneau, 2018, p. 295). A credibilidade compreende a recorrência a *tipos de posicionamento*, visando a determinação de uma posição de verdade (semelhantemente à estratégia de legitimação), cuja intenção é a de definir “o caráter de veracidade dos propósitos de uma pessoa [...]” (Charaudeau; Maingueneau, 2018, p. 143). Por fim, sobre a captação, Charaudeau e Maingueneau (2018, p. 93) defendem ser a estratégia da sedução/persuasão do parceiro, que o induza a entrar no “universo do pensamento” – universo de intencionalidade do sujeito falante, partilhando, por consequência, seus valores, emoções etc.

Na obra *A manipulação da verdade*, Charaudeau (2022) apresenta outras formas de estratégia, relacionadas a um “fazer crer”. Embora o pesquisador, neste caso, volte-se ao discurso político – mais especificamente ao caso da manipulação voluntária com efeito de “impostura” nesta esfera discursiva –, consideramos pertinente englobar essas categorizações, por, neste estudo, tratarmos de antagonismos discursivos polêmicos no Facebook (polarizações) que, assim como o discurso político, dizem respeito ao meio público. Eles visam, como o primeiro, “atingir o maior número possível de um auditório heterogêneo” (Charaudeau, 2022, p. 104), pois, “entre a instância política e a instância cidadã circula uma palavra que produz efeitos de espelho distorcidos” (Charaudeau, 2022, p. 104). Charaudeau (2022) admite as estratégias de imprecisão, negação, sigilo e ignorância.

A estratégia da imprecisão “consiste em fazer declarações ou promessas de forma suficientemente geral, vaga, rebuscada e, às vezes, ambígua para não se comprometer demais em realizá-las [...]” (Charaudeau, 2022, p. 105). Pela ótica da argumentação – resgatando o viés das contribuições de Amossy (2017, 2022), é a estratégia da “superfície”, quando os argumentos empregados são, na visão do EUc, talvez, suficientes para persuadir o TUi, mas não para comprometer a sua credibilidade enquanto enunciador. Como Charaudeau (2022) completa, é

a ação de esconder o óbvio; de desviar a atenção, no discurso, de um objeto pertinente, a outro que “distraia” o destinatário (TUD).

Ao reavermos a perspectiva de Amossy (2017, 2022), relacionando a estratégia de imprecisão com a sua ótica retórico-argumentativa, adentramos em um terreno teórico-metodológico no qual os conceitos de seus modelos de análise e aqueles provenientes da Semiologia podem, de alguma maneira, confundir-se, exigindo, de nossa parte, uma diferenciação. Cavalcante *et. al.* (2019, p. 104) demonstram, de maneira bastante clara, que “é esse empenho em reconstruir a dinâmica das estratégias persuasivas [...] em textos perpassados por embates discursivos que diferencia a análise da argumentação nos discursos, de Amossy, da semiologia charaudiana [...]”. Por um lado, em Amossy (2017, 2022), a argumentação é fim para os meios estratégicos empregados, residindo no interior do discurso. Por outro lado, em Charaudeau (2004, 2005, 2010, 2016, 2019, 2022), as estratégias e a argumentação são meios para um fim dúbio de persuasão e influência.

Compreende-se que, ao mesmo tempo em que ambas as perspectivas parecem ser dissonantes, também são consonantes, sobretudo quando se observa o caso da polêmica, conforme comentado por Cavalcante *et. al.* (2019). Esses autores defendem que, nesse caso, os argumentos utilizados quando a polêmica é atualizada em espaço público são retomados, mas a sua mobilização e, conseqüentemente, seu arranjo dependem “de uma série de fatores ligados ao contrato comunicativo estabelecido no momento e à escolha dos gêneros, além das formas composicionais que eles podem comportar” (Cavalcante *et. al.*, 2019, p. 110). No comentário, esses estudiosos articulam tanto a relação entre Amossy (2010, 2017) e Charaudeau (2004, 2005, 2010, 2016, 2019, 2022), quanto a relação entre esses teóricos e o Círculo de Bakhtin (2010a, 2010b, 2016, 2017, 2020), tal qual proposto nesta dissertação.

Na estratégia de negação, Charaudeau (2022, p. 106) apresenta uma ideia de sentido geral concebida em torno do refutamento de algo que se sabe, com visadas a “defender uma razão sabidamente falsa para justificar uma ação” – o agir de má-fé. Muitas vezes, reitera o autor, essa estratégia é empregada quando há um comprometimento da credibilidade do comunicante, no que se refere à sua responsabilidade. Há, então, a negação da própria responsabilidade. Pode-se apelar, nesse caso, à honorabilidade da pessoa, seu status social, entre outras artimanhas comentadas por Charaudeau (2022).

O sigilo é a forma de estratégia do “abster-se de dizer, de fazer declarações públicas, subtraindo algumas informações. Uma ausência de palavra que se chama ‘mentira por omissão’” (Charaudeau, 2022, p. 107). No caso político – e, defendemos, aqui, de quem fala em seu nome –, trata-se da representação da *razão de Estado*: “razão suprema, erigida como

princípio de verdade, que justifica que uma ação não seja desvelada ‘para o bem da República’, teria dito Platão” (Charaudeau, 2022, p. 107). Essa razão engloba a defesa da identidade do indivíduo a um nível pessoal e coletivo, pois, também na visão de Charaudeau (2022), encontra-se a premissa de que defender a integridade do povo faz com que se reforce a sua própria identidade.

Por último, na ignorância, pode-se aludir a um conjunto de casos estereotípicos, todos ligados à possibilidade de que, “acusado de mentira ou dissimulação, o responsável político alegue o caráter não intencional do ato cometido. Ao declarar ‘eu não sabia’, o acusado alega inocência, o que o exime parcialmente de sua responsabilidade” (Charaudeau, 2022, p. 109). Alguns casos arquetípicos são o de um erro de cálculo, quando não houve previsão de um resultado negativo e o caso de uma relação direta da informação com os fatos, quando essa informação pode corroborar as alegações da oposição.

Conforme Charaudeau (2016), as estratégias apresentam visadas<sup>20</sup> de acordo com a intencionalidade do EUC no ato de linguagem, partindo, assim, da instância de produção. O teórico afirma: “a expectativa ou o que está em jogo para qualquer ato de linguagem pode ser descrito em termos de visadas, que correspondem a uma intencionalidade psicossociodiscursiva, a do sujeito falante [...]” (Charaudeau, 2010, p. 2). Esse autor as apresenta, preliminarmente, sob a ótica do discurso propagandista, definindo três visadas essenciais desse tipo de configuração contratual: as visadas de prescrição, informação e incitação. A primeira é promulgada por um fazer-fazer: por meio de uma posição de autoridade, o EU dispõe de um poder de sanção segundo o qual o TU se encontra em posição de dever-fazer. A segunda, por sua vez, evoca um fazer-saber: por meio de uma legitimação de posição de saber, coloca o TU em posição de dever saber. Já no caso da última, ausente de autoridade, o EU investe em uma incitação de dever crer no TU, com a finalidade de fazer-criar para, posteriormente, fazer-fazer.

Ademais as visadas de prescrição, informação e incitação (respectivamente fazer-fazer, fazer-saber e fazer-criar), Rebello (2021, p. 49) apresenta a visada de fazer-sentir, como “provocar no outro um estado emocional agradável ou desagradável”. Em outras leituras, também são encontradas as visadas de solicitação, instrução e demonstração que, em conjunto com as visadas de prescrição, informação e incitação, constituem, conforme Charaudeau (2004), as seis principais visadas discursivas do ato de linguagem. A visada de solicitação é

---

<sup>20</sup> Como veremos na seção 3.2, na visão de Charaudeau (2004, 2010), as visadas também definem qualquer situação de comunicação, para além de sua contribuição às estratégias discursivas de EUC.



definida por um fazer-responder (termo nosso): “*eu* quer ‘saber’ e ele está, então, em posição de inferioridade de saber diante do *tu* mas legitimado em sua demanda; *tu* está em posição de ‘dever responder’ à solicitação” (Charaudeau, 2004, p. 5). A visada de instrução é a do fazer-saber-fazer (termo nosso), na qual o TU deve seguir um modelo de fazer proposto pelo EU, de acordo com seu saber e a legitimidade que detém para transmiti-lo sob a forma de saber-fazer. Por fim, a visada de demonstração é a que se define por um fazer-avaliar ou, mesmo fazer-avaliar-fazer (termos nossos): o EU, investido de uma posição de autoridade do saber e de legitimidade para transmiti-lo, precisa de uma avaliação do TU, para que este possa fazê-lo.

Retornando ao que defendemos, anteriormente, acerca da relação das estratégias com a noção de verdade<sup>21</sup>, assumimos que a verdade é “uma questão de representações individuais e coletivas que variam segundo as épocas e as culturas, e a fala, com sua subjetividade, é ao mesmo tempo testemunha e fiadora” (Charaudeau, 2022, p. 18) – justificando, por meio dela, o porquê de o ato de linguagem poder ser considerado uma expedição. Porém, como visto, Charaudeau (2016) reitera que o ato de linguagem não é somente uma expedição, mas também uma aventura do EUc. Essa afirmação provém do fato de que “toda essa encenação intencional se encontra revista e corrigida – ou pode até mesmo ser mal-recebida – pelo sujeito interpretante que detecta e interpreta, à sua maneira, tais contratos e estratégias” (Charaudeau, 2016, p. 57).

A “expedição” debruça-se sobre o domínio do processo de produção e de interpretação. Charaudeau (2016) explica que, enquanto o EUc é “senhor” de sua encenação no processo de produção, no da interpretação (recepção), tal domínio é do TUi. Há algumas situações que comprovam essa premissa, conforme o autor: O TUi pode não reconhecer os efeitos produzido por EUc em sua determinada instância de comunicação; o próprio EUc pode não dominar seu próprio inconsciente, deixando “marcas” de suas reais intenções que não são expressas no ato de linguagem; e o TUi pode, simplesmente, não ter consciência sobre o contexto sócio-histórico no qual se desenrolou o ato de linguagem – ou seja, em função dos saberes partilhados que constituem as circunstâncias de discurso, os saberes que o TUi detém podem não ser suficientes para essa compreensão.

Nesse contexto, entra em ação o fenômeno de “legitimação de fala”, como afirma o autor. O EUc, na ativação do EUe, “pode reativar seu estatuto de EUc, ocultá-lo, deixá-lo apenas transparecer, torná-lo ambíguo, ampliá-lo (blefar), etc., de acordo com o grau de

---

<sup>21</sup> Justificamos o resgate dos conceitos dos quatro sujeitos e dos dois circuitos de saber, visualizados na Figura 1, neste e a partir deste ponto do texto, por nossa escolha metodológica de priorizar a apresentação dos mesmos e dos conceitos de contratos e estratégias, antes de prosseguirmos com as demais conceitualizações e discussões. Essa escolha é consoante a seguida por Charaudeau (2016), na obra *Linguagem e discurso*, utilizada nesta dissertação.

credibilidade que pensa ter junto ao sujeito interpretante” (Charaudeau, 2016, p. 58). Caso típico, segundo Charaudeau (2016), é o de quando o EUC sabe que está legitimado no circuito externo à fala configurada: pode apresentar qualquer configuração de EUE.

Por isso, ademais de um conjunto de restrições que codificam as práticas languageiras, Charaudeau (2016) também defende que os contratos de comunicação *sobredeterminam* os protagonistas da linguagem (os quatro sujeitos), dependendo de um *Implícito Codificado* que “é constituído pelo conjunto das restrições que codificam as práticas languageiras, [...] das condições de produção e de interpretação [...]” (Charaudeau, 2016, p. 60). Nesse caso, o Implícito codificado é, ao teórico, o conjunto de saberes partilhados pelos sujeitos circunscritos em uma circunstância de discurso do ato de linguagem. Boaventura (2013, p. 73) completa essa noção afirmando que o contrato “estrutura uma situação de troca verbal”. Situação esta, que, conforme Carvalho (2015, p. 58), “corresponde, no modelo do contrato de comunicação, aos dados externos do contrato”.

Isso explica por que Charaudeau (2005) atribui diferentes níveis à estruturação do ato de linguagem, considerando a interdependência entre o espaço externo e o espaço interno da situação de comunicação. As estratégias do discurso, ligadas ao contrato, pertencem ao nível discursivo que, de acordo com o autor (Charaudeau, 2005), compreende a “intervenção” do sujeito falante enquanto sujeito enunciativo, visando, lembremos, a influência e persuasão, em que “a influência é um processo geral de tentativa de modificação da ação e do pensamento de um ou mais destinatários” (Cavalcante *et. al.*, 2019, p. 103). Isso posto, compreendemos o projeto global de comunicação do sujeito comunicante como um dos pilares da Semiologia de Charaudeau (2004, 2005, 2010, 2016, 2019, 2022). Porém, como argumenta Boaventura (2013), existem elementos que *sobredeterminam* esse projeto, bem como a configuração contratual e as estratégias empregadas. Isto é, “todo um modo de pôr em cena (*mise-en-scène*) e uma organização a que se deve obedecer” (Boaventura, 2013, p. 63).

Na próxima seção, abordamos a organização do discurso proposta por Charaudeau (2004, 2005, 2010, 2016, 2019, 2022) e a sua influência para o estabelecimento da *mise-en-scène* do ato de linguagem, mais especificamente o modo enunciativo e a sua manifestação.

### 3.2 MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO

Observamos, até então, que Charaudeau (2004, 2005, 2010, 2016, 2019, 2022) procura descrever os fenômenos de discurso e de comunicação dando ênfase ao papel dos sujeitos do ato de linguagem. Nesse contexto, “o importante para a decodificação de um texto é colocar em

evidência as estratégias específicas e os procedimentos peculiares do modo como eles se organizam no discurso [...]” (Pauliukonis, 2004, p. 76). Por isso, para analisar esses fenômenos, o pesquisador francês propõe instrumentos de reflexão e descrição do discurso, considerando-o pela ótica da comunicação verbal, conforme já debatido pelas acepções observadas na seção anterior deste capítulo.

Comunicar, isto é, o ato de comunicação é, segundo Charaudeau (2016, p. 67), “um *dispositivo* cujo centro é ocupado pelo *sujeito falante* (o locutor, ao falar ou escrever), em relação com um outro parceiro (o interlocutor)”. Esse dispositivo possui quatro componentes, sendo eles: a) a situação de comunicação (englobante dos aspectos físico e mental que compõem os parceiros, que são determinados, pelo pesquisador, por uma identidade e conectados por um contrato de comunicação); b) os modos de organização do discurso – nas palavras de Charaudeau (2016, p. 68), elementos que “constituem os princípios de organização da matéria linguística, princípios que dependem da finalidade comunicativa do sujeito falante [...]”; c) a língua, como “material verbal estruturado em categorias linguísticas que possuem, ao mesmo tempo e de maneira consubstancial, uma *forma* e um *sentido*” (Charaudeau, 2016, p. 68); e d) o texto, defendido por Charaudeau (2016, p. 68) como o “resultado material do ato de comunicação e que resulta de escolhas conscientes (ou inconscientes) feitas pelo sujeito falante dentre as *categorias da língua* e os *Modos de organização do discurso* [...]”. O autor ainda salienta que cabe às restrições impostas pela situação de comunicação a tarefa de determinar tais escolhas.

Além disso, Charaudeau (2016, p. 68) adverte para que não se confunda Modos de Organização com gêneros discursivos, pois “um mesmo gênero pode resultar de um ou de vários modos de organização do discurso e do emprego de várias categorias de língua”. Isso não significa, entretanto, que não haja afinidade entre alguns modos de organização e determinados gêneros discursivos, sobretudo quando considerada a situação de comunicação. Pauliukonis (2016, p. 113) justifica esse posicionamento terminológico do teórico, explicitando a sua abordagem:

A preferência do Autor pela expressão *modo de organização* do discurso, em lugar do termo *tipo textual* [...] parece atender prioritariamente à necessidade de se destacar o *papel da pessoa do discurso* em todos os passos da escolha das categorias da língua e da organização do discurso, e mais ainda, à relação de dependência de tudo quanto acontece no *ato de comunicação* aos parceiros desse ato, que são os verdadeiros organizadores de cada “encenação” discursiva e representam aí seu papel.

Não é possível definir a situação de comunicação, segundo Charaudeau (2016), sem haver uma clara distinção entre os conceitos de situação e de contexto. Por isso, esse teórico procura definir ambas a partir de suas respectivas posições com relação ao ato de linguagem. Por um lado, contexto é “interno ao ato de linguagem e sempre configurado de alguma maneira [...]” (Charaudeau, 2016, p. 69). Por outro lado, a situação é externa, “embora constitua as condições de realização desse ato” (Charaudeau, 2016, p. 69).

A situação de comunicação, como uma totalidade do espaço de troca, é formada por algumas características: características físicas, mantidas pelos parceiros e pelo canal de transmissão; as características identitárias dos parceiros; e as características contratuais. Sobre as primeiras, Charaudeau (2016) observa, no caso dos parceiros, se eles estão presentes fisicamente (um ao outro) ou não, se são únicos ou múltiplos (de um ponto de vista representativo) e se estão próximos um do outro ou, pelo contrário, afastados – a disposição de um com relação ao outro. No caso do canal de transmissão, debruça-se às questões: se o canal é oral ou gráfico, se é direto ou indireto – sofre interferência direta de um meio de comunicação –, e quais são os códigos semiológicos que o compõem (além do código verbal). “É na situação que programamos o ato de linguagem e aí entram ações bastante específicas, como avaliar o interlocutor tendo em mira suas condições pragmáticas de abrir um diálogo com o sujeito falante” (Barros, 2020, p. 27), por isso, é na situação que se desenrola a validação do comunicante com relação ao interpretante.

As características identitárias englobam, de acordo com Charaudeau (2016), as características sociais, socioprofissionais, psicológicas e relacionais. Portanto, consideram-se elementos como classe, sexo, raça, profissão, traços comportamentais, intimidade entre os parceiros da troca linguageira etc. Já as características contratuais são as do próprio contrato, isto é, de como esse admite o processo de troca linguageira – que pode ser dialogal ou monologal –, de quais são os rituais de abordagens que permeiam o contato com o interlocutor e os papéis comunicativos. Conforme Novais (2020, p. 34), este é o espaço de validação do interpretante com relação ao comunicante: “caso não tenha conhecimentos necessários para perceber as convenções e todas as circunstâncias envolvidas no ato comunicacional, ele não reconhecerá o direito à fala do outro”.

Na questão contratual de troca linguageira, desse modo, “o *contrato de troca* implica uma situação de comunicação *dialogal*, e o contrato de *não troca* uma situação *monologal* [...]” (Charaudeau, 2016, p. 70). A situação dialogal é aquela, segundo Charaudeau (2016), na qual os parceiros estão presentes fisicamente e, portanto, o contrato possibilita a troca por meio de um canal de transmissão oral (sendo perceptível pelos dois parceiros). A situação monologal,

por seu turno, prevê a situação em que os parceiros não estão presentes fisicamente; por isso, o contrato não possibilita a troca, ainda que o canal de transmissão possa ser oral ou gráfico. Tal é a situação contratual da interação no Facebook, ainda que essa interação seja simultânea, como nas trocas de mensagem instantânea.

Charaudeau (2016) comenta que a situação monologal é aquela na qual não é possível perceber imediatamente o interlocutor e as suas reações, dando lugar a uma idealização destas, por parte do EUC. “Logo, não está ‘à mercê’ de seu interlocutor e pode organizar o que vai dizer de maneira *lógica e progressiva*” (Charaudeau, 2016, p. 72). Uma série de particularidades desdobra-se nessa característica contratual: a ordem das palavras é progressiva, a construção é contínua e hierarquizada, a própria sucessão do sentido dos termos é hierarquizada e, ainda, faz-se necessária uma explicitação: “quando o canal de transmissão é gráfico, daquilo que poderia ser significado através da entonação e da mímica” (Charaudeau, 2016, p. 72).

Assim sendo e retomando a questão dos modos de organização do discurso, Charaudeau (2016) apregoa um agrupamento de quatro modos: o modo enunciativo, o modo descritivo, o modo narrativo e o modo argumentativo. Todos eles são permeados pelas visadas de incitação a fazer. A sua manifestação pode se dar por meio da execução de uma ordem, de um pedido, de uma constatação, ou, até, de uma história. Por não ser nossa intenção, neste estudo, debater sobre a argumentação no discurso, tampouco a narração e a descrição, nos deteremos, em especial, ao modo enunciativo, considerado, por Charaudeau (2016), englobante dos demais, vez que eles se realizam por um aparelho enunciativo. Vejamos, contudo, um breve detalhamento dos modos descritivo, narrativo e argumentativo, antes de partirmos para o enunciativo, para efeito de curiosidade.

Os modos descritivo e narrativo, por compreenderem a expressão de uma visão de mundo do locutor no discurso, podem confundir-se sem uma análise atenta, como alerta Charaudeau (2016). Sua diferença essencial faz-se, de acordo com o autor, pela diferença entre “descrever” e “narrar”. Desse modo, o modo descritivo busca “identificar os seres do mundo classificando-os, sem necessariamente estabelecer entre eles uma relação de causalidade” (Charaudeau, 2016, p. 112), o que significa que basta mostrá-lo sem reconhecê-lo, na perspectiva do autor francês. O modo narrativo, de outro modo, “leva-nos a descobrir um mundo que é construído no desenrolar de uma sucessão de ações que se influenciam umas às outras e se transformam num encadeamento progressivo” (Charaudeau, 2016, p. 157). Assim, enquanto no modo descritivo o locutor assume um papel de observador, no narrativo, ele é testemunha.

Chegando ao modo argumentativo, Charaudeau (2016, p. 201) comenta ser o caso de um “contato apenas com um saber que tenta levar em conta a experiência humana, através de certas operações de pensamento” ou, ainda, “a mecânica que permite produzir argumentações [...]” (Charaudeau, 2016, p. 207). Nesse contexto, argumentar é “uma atividade discursiva que, do ponto de vista do sujeito argumentante, participa de uma dupla busca [...]” (Charaudeau, 2016, p. 206). Essa dupla é definida pelo autor a partir da busca pela racionalidade – que visa a consolidação de um ideal de verdade relativo a fenômenos do universo –, e a busca pela influência – cuja intenção é a consolidação de um ideal de persuasão, “o qual consiste em compartilhar com o outro (interlocutor ou destinatário) um certo universo de discurso até o ponto em que este último seja levado a ter as mesmas propostas [...]” (Charaudeau, 2016, p. 206). Em ambas, segundo Charaudeau (2016), mantém-se a característica constitutiva do modo argumentativo de inscrever-se em uma finalidade racionalizante – marcação da lógica num princípio de não-contradição, diferentemente dos modos descritivo e narrativo que circunscrevem uma finalidade, respectivamente, descritiva e mimética.

Finalmente, define-se o modo enunciativo por “uma *categoria de discurso* que aponta para a maneira pela qual o sujeito falante age na encenação do ato de comunicação [...]” (Charaudeau, 2016, p. 81). Charaudeau (2016) ainda menciona que, nesse contexto, utiliza-se a ideia de “enunciar” enquanto organização das categorias da língua com a finalidade de se posicionar em relação ao interlocutor – que integra, por consequência, a situação de comunicação. Esse modo de organização possui três funções, de acordo com Charaudeau (2016), ligadas ao comportamento do locutor e suas intenções com o parceiro de troca linguageira. Essas funções dizem respeito aos comportamentos alocutivo, elocutivo e delocutivo. De acordo com Charaudeau (2016, p. 82), o primeiro visa “estabelecer uma *relação de influência* entre locutor e interlocutor [...]”, o segundo, “revelar o *ponto de vista* do locutor [...]”; já o terceiro visa “*retomar* a fala de um terceiro [...]”. Comentemos brevemente sobre cada caso.

O comportamento alocutivo, segundo Charaudeau (2016), implica um ponto de vista acional. Isso, pois, o locutor age sobre o interlocutor no momento quando enuncia a sua posição, lhe impondo um tipo de comportamento. Do mesmo modo, provoca, no interlocutor, uma resposta ou reação já que mantém, com esse, uma relação de influência. Nesse comportamento também se manifestam dois papéis do locutor com relação ao interlocutor: um papel de superioridade, em que o locutor atribui a si uma autoridade que impõe a execução de uma ação ao parceiro; e um papel de inferioridade, no qual se produz, como afirma Charaudeau (2016, p.

82), “uma ‘solicitação’ do locutor ao interlocutor, o que estabelece entre ambos uma *relação de petição*”.

No comportamento elocutivo, o locutor procurará, por meio do enunciar, manifestar “*seu ponto de vista sobre o mundo (o Propósito referencial), sem que o interlocutor esteja implicado nessa tomada de posição*” (Charaudeau, 2016, p. 83). Há, dessarte, um efeito de modalização subjetiva, reitera Charaudeau (2016). O ponto de vista do locutor é revelado de maneira interna, situando-se em seu próprio universo de discurso – ao qual o interlocutor não tem acesso. Charaudeau (2016) afirma ser o caso dos pontos de vista de modo de saber, de avaliação (julgamento), de engajamento (adesão) e de decisão.

O comportamento delocutivo, em termos gerais, corresponde ao “apagamento” do locutor no ato de enunciação, conforme concebido por Charaudeau (2016). Isto é, a substituição de seu caráter subjetivo por uma objetividade que marca “[...] a maneira pela qual os discursos do mundo (provenientes de um terceiro) *se impõem a ele*” (Charaudeau, 2016, p. 83), conferindo-lhe o papel de testemunha (visão externa). Diante desse comportamento, Charaudeau (2016) defende que duas são as possibilidades: o propósito se impõe por si só (o locutor apenas coloca-se diante dele, conforme um grau de asserção), ou o propósito é um texto já existente (já produzido por outro locutor, o que confere, ao locutor imediato, o papel de relator).

Nota-se o papel da informação nos três comportamentos, no que se refere a, por meio dela, transmitir uma noção de verdade ao sujeito destinatário. Extensa é a produção de Charaudeau (2016) relacionada a esses pressupostos. Porém, ao considerar a informação como discurso, o pesquisador propõe um singular modelo de análise que extrapola os contratos jornalísticos e/ou midiáticos, dizendo respeito a qualquer categoria contratual da vida pública mediada pela informação.

Na próxima seção, última deste capítulo, compreenderemos a perspectiva de Charaudeau (2016) em relação ao fenômeno por ele denominado “semiotização do mundo”.

### 3.3 PROCESSOS DE UM MUNDO SEMIOTIZADO

Ao tratar de informação como discurso, Charaudeau (2019) volta-se à dicotomia discurso x língua, de modo a estabelecer seus limites e fronteiras. Define, então, que a língua é o sistema, a organização da fabricação de discursos e que relaciona a forma com o sentido. O discurso, por sua vez, é “a imbricação das condições extradiscursivas e das realizações intradiscursivas que produz sentido” (Charaudeau, 2019, p. 40), isto é, a imbricação das

circunstâncias do ato de linguagem, como visto, em sua completude, contemplando elementos como a intencionalidade de quem fala, a identidade dos sujeitos, as condições físicas e psicossociais do ato, etc.

Se o sentido ocupa posição tão central na concepção de Charaudeau (2019) sobre o discurso, o seu processo de desvelamento e investigação não deve ser outro senão o de descrição desse sentido, levando em conta o âmbito da informação. Nesse caso, Charaudeau (2019) afirma ser uma correlação entre dois polos, do mesmo modo que implica a interrogação de três aspectos: a mecânica de construção do sentido; a natureza do saber transmitido; e o efeito de verdade que o sujeito pode produzir no receptor.

Charaudeau (2019, p. 41) justifica a correlação entre dois polos pela afirmativa de que “o sentido nunca é dado antecipadamente. Ele é construído pela ação languageira do homem em situação de troca social”, posto que a sua construção fica a cargo de um processo de *semiotização do mundo*, que “possibilita a passagem de uma referenciação externa à língua para o *real* construído pelo discurso” (Pauliukonis, 2016, p. 112), tornando-se produto de um duplo processo: a transformação e a transação.

A transformação é o processo que consiste em “transformar o ‘mundo a significar’ em ‘mundo significado’, estruturando-o segundo um certo número de categorias que são, elas próprias, expressas por formas” (Charaudeau, 2019, p. 41). Nesse processo, englobam-se modos de organização descritivo, narrativo e argumentativo, pois o informador, além de identificar os seres do mundo, irá aplicar a eles certas propriedades, visando o receptor. Sua justificativa é explicada por Pauliukonis (2004, p. 69), a partir do entendimento de que o mundo a significar nos é apresentado por meio de textos ou fragmentos textuais que sempre são “oferecidos e selecionados segundo uma ideologia ou uma intenção comunicativa, a qual precisa ser reconhecida pelo receptor, para ser compreendida” (Pauliukonis, 2004, p. 69). Nesse processo, entra em ação o projeto global do EUC.

O processo de transação é aquele que “comanda” a transformação, com base em uma significação psicossocial do ato de linguagem. Abrange alguns subprocessos: a formulação das hipóteses sobre a identidade do outro (tanto da parte de EUC com relação a TUD, quanto de TUI com relação a EUC); o efeito que pretende produzir nele, o tipo de relação que pretende estabelecer; e a regulação prevista em função dos dois primeiros elementos. Charaudeau (2019, p. 41) discorre que a transação põe em circulação um objeto de saber: objeto que um dos participantes detém e o outro não, “estando um deles encarregado de transmitir e o outro de receber, compreender, interpretar, sofrendo ao mesmo tempo uma modificação com relação a seu estado inicial de conhecimento”. É, pois, um tratamento da transformação que regerá tanto

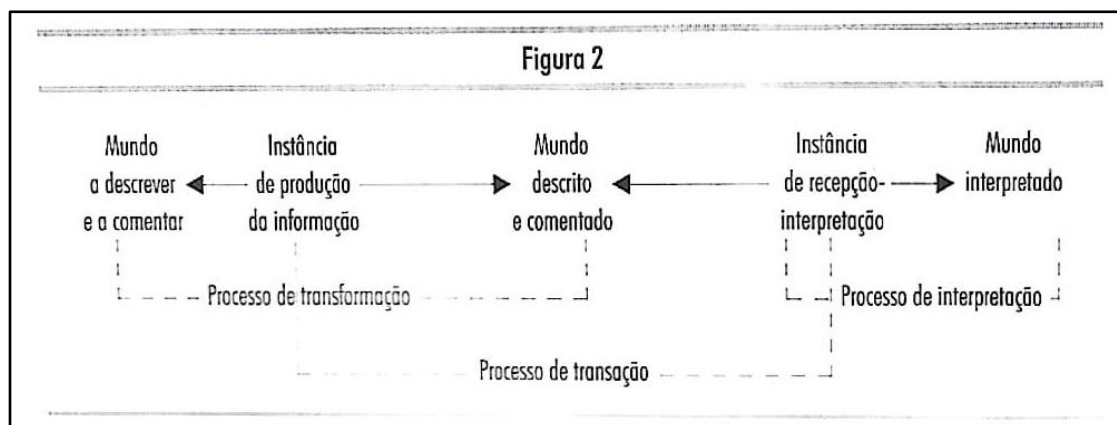


a produção discursiva (a “transmissão” da informação), quanto a interpretação do receptor – a “recepção” da informação, do ponto de vista da compreensão do objeto transformado pelo sujeito que a transmitiu (no caso, admitido, por nós, como o EUC).

Sendo assim, a contraparte do processo de transformação não é o processo de transação, embora Charaudeau (2019) o contemple anteriormente, mas sim um terceiro processo, que é o de interpretação<sup>22</sup>. Esse autor defende que “a interpretação se processará segundo os parâmetros que são próprios ao receptor, e que não foram necessariamente postulados pelo sujeito informador” (Charaudeau, 2019, p. 42-43). Em termos ideológicos e resgatando o conceito de Volóchinov (2017) sobre a unidade da consciência verbalmente formalizada, esses parâmetros são as noções ideológicas individuais admitidas pela consciência do receptor (sujeito interpretante) e que, portanto, não são acessadas, sob hipótese alguma, pelo sujeito informador.

A relação que o processo de interpretação mantém com a transação é, em função disso, muito íntima, pois “toda informação depende do tratamento que lhe é imposto neste quadro de transação” (Charaudeau, 2019, p. 43). Vejamos a ilustração do esquema final de semiotização do mundo conforme a Figura 2:

**Figura 2 – A semiotização do mundo**



Fonte: Charaudeau (2019, p. 42)

Vê-se uma linha clara de relação entre os processos que, além de conectar o fluxo da informação no discurso, também conecta os sujeitos no ato de linguagem. Como adverte Pauliukonis (2016, p. 112), “não se pode considerar isoladamente cada processo, uma vez que

<sup>22</sup> Charaudeau (2019) não o considera um dos polos/processos de semiotização porque a interpretação não semiotiza: ela *interpreta*. O mundo descrito e comentado (semiotizado) no processo de transformação sustentado pela transação não pode ser confundido com a ideia de mundo particular do receptor (que cria um “espelho” desse mundo semiotizado, sendo o mundo interpretado).

são interdependentes e sempre complementares”. Na visão de Freitas (2008, p. 265), essa característica de interdependência advém da relação que os processos mantêm com relação ao saber: “tais processos se efetuam segundo procedimentos diferentes, sendo, no entanto, solidários um do outro: isso se deve ao princípio de pertinência, que exige um saber em comum [...]”. Charaudeau (2019) afirma, então, que, como o saber não tem natureza (por ser uma construção da atividade linguageira), sua estruturação depende do modo como o olhar do homem é orientado. Retomamos, pois, as duas formas de saber apresentadas na seção 2.3 desta dissertação: os saberes de conhecimento (voltados à veracidade do relato em si) e os saberes de crença (voltados à veracidade do falante ou de sua crença no que é relatado como verdade).

Os saberes de conhecimento, na concepção de Charaudeau (2019, p. 43), são aqueles “que procedem de uma representação racionalizada da existência dos seres e dos fenômenos sensíveis do mundo”. Estabelecem-se pela tentativa de “converter” o mundo singular em um mundo inteligível, facilitando o processo de assimilação de suas informações pelo sujeito interpretante. Desse modo, apresentam “marcas no *continuum* de sua materialidade, determinando fronteiras que permitam distinguir o que é semelhante do que é diferente, estabelecendo relações de contiguidade e de substituição [...]” (Charaudeau, 2019, p. 43-44). Essas marcas colocam-no em oposição aos saberes de crença, pois tratam de dados científicos e técnicos que depreendem um instrumento intelectual de análise.

Esse caráter de certo compromisso com o tratamento técnico-intelectual da informação beneficia esse tipo de conhecimento, de acordo com Charaudeau (2019), aproveitando-se dos preconceitos sociais favoráveis à ideia de objetividade e realismo, “o que constitui uma espécie de garantia quanto à estabilidade da visão estruturada do mundo” (Charaudeau, 2019, p. 44). Ainda de acordo com o autor, os saberes de conhecimento categorizam-se conforme a suposta natureza da informação percebida e o modo pelo qual ela é percebida e descrita, erigindo três categorias-base: a existencial, a evenemencial e a explicativa.

Na existencial, “a percepção mental é determinada pela descrição da existência de objetos do mundo em seu ‘estar aí’, estando em algum lugar (o espaço), num certo momento (o tempo), e num certo estado (as propriedades) [...]” (Charaudeau, 2019, p. 44). São tipos de enunciados que lidam com a percepção e a descrição como forma de esclarecimento de uma conduta desejada ou imposta, como completa Charaudeau (2019). A evenemencial lida com a percepção determinada pela “descrição do que ocorre ou ocorreu, isto é, do que modifica o estado do mundo (dos seres, de suas qualidades, dos processos nos quais estão implicados)” (Charaudeau, 2019, p. 45). É a categoria que articula a verossimilhança, focando no processo da ação ou na identificação dos atores implicados, em detrimento à aspectualização dos

fenômenos como o faz a primeira categoria. A explicativa, por fim, lida com a finalidade dos acontecimentos. Charaudeau (2019, p. 45) afirma ser a “determinada pela descrição dos porquê, [...] isto é, dos motivos ou intenções que presidiram o surgimento do acontecimento e de seus desdobramentos”. Compreende a descrição dos meios, considerados, por Charaudeau (2019), os argumentos necessários ao destinatário para a sua interpretação.

Os saberes de crença são os que “resultam da atividade humana quando esta se aplica a comentar o mundo, isto é, a fazer com que o mundo não mais exista por si mesmo, mas sim através do olhar subjetivo que o sujeito lança sobre ele” (Charaudeau, 2019, p. 45). Enquanto os saberes de conhecimento procuram lidar com a objetividade, os de crença, por sua vez, lidam com a subjetividade. Como propõe Charaudeau (2019, p. 45), “uma tentativa não mais de inteligibilidade do mundo, mas de *avaliação* quanto à sua legitimidade, e de *apreciação* quanto ao seu efeito sobre o homem e suas regras de vida”. Paradoxalmente, são os saberes de crença que operam as normas ideais, ou melhor, que *criam* normas ideais, na perspectiva de Charaudeau (2019).

As normas regulam os discursos produzidos operando certos padrões de referência e, conforme discutido na seção 2.3, boa parte dos imaginários sociais. Esses padrões voltam-se a dois aspectos, consoante Charaudeau (2019): os comportamentos dos sujeitos (o que se pode ou não se pode fazer) e a justificativa desses comportamentos (os julgamentos desses comportamentos: se são “do bem” ou “do mal”). Charaudeau (2019, p. 46) sintetiza as características dos saberes de crença afirmando:

As crenças dependem, pois, de sistemas de interpretação: há sistemas que avaliam o possível e o provável dos comportamentos em dadas situações, procedendo por hipóteses e verificações que permitem, em seguida, fazer previsões [...]; outros há que apreciam os comportamentos segundo um julgamento positivo ou negativo, [...] procedendo a afirmações que ganham valor de evidência sob diferentes pontos de vista [...].

Como podemos perceber, as crenças podem influenciar a polêmica que lida explicitamente com dicotomias nos sistemas de interpretação (positivo x negativo, bem x mal...), fortalecidas pelas discussões inflamadas do meio digital e ancoradas por estereótipos nada amigáveis sobre os grupos sociais. É um fenômeno concomitante da polêmica sua fundamentação em saberes de crença, conforme verificaremos no capítulo dedicado à análise do corpus, nesta dissertação, do mesmo modo que é seu fundamento o tratamento, por meio desses saberes, da verdade. Ademais o que fora discutido na seção 2.3, acerca das manifestações da verdade na visão de Charaudeau (2022), destacamos que o autor também compreende duas

noções sobre ela, decorrentes de sua concepção sobre informação como discurso: *valor* de verdade e *efeito* de verdade.

O valor é o que “se realiza através de uma construção explicativa elaborada com a ajuda de uma instrumentação científica que se quer exterior ao homem” (Charaudeau, 2019, p. 49), enquanto o efeito “surge da subjetividade do sujeito em sua relação com o mundo, criando uma adesão ao que pode ser julgado verdadeiro pelo fato de que é compartilhável com outras pessoas [...]” (Charaudeau, 2019, p. 49). Grosso modo, o primeiro advém da *evidência*, da *comprovação*, enquanto o segundo, da *convicção* e da *opinião*. Sobre o segundo, Novais (2020, p. 54-55) refere que “ao lado da força persuasiva da imagem construída pelo sujeito comunicante, temos a influência do destinatário idealizado para o alcance do efeito de verdade”. Assim, para além de um subproduto do processo de semiotização do mundo, o efeito de verdade opera, principalmente, como um modo de persuasão e influência do sujeito comunicante para com o sujeito destinatário, participando de seu projeto global de comunicação.

Comentadas algumas das contribuições de Charaudeau (2004, 2005, 2010, 2016, 2019, 2022) à Semiologia, conferimos, adiante, sua aplicação ao corpus escolhido para análise. Dessa forma, no próximo capítulo, apresentamos a orientação metodológica do estudo para, em seguida, demonstrarmos a análise realizada.

#### 4 ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA

Não são poucos os casos em que o julgamento, a acusação, a controvérsia e a polarização discursiva servem como base para atitudes e comportamentos agressivos em interações polêmicas, que fomentam posicionamentos pautados em contraverdades visando a desqualificação do outro. Com efeito, os fenômenos de julgamento, acusação e polarização discursiva, embora intensificados pelas condições de comunicação das redes sociais, preexistem esse espaço, circulando na mídia, no movimento “boca a boca” e nas ideologias cotidianas, atravessando a aspectualização de tempo e de espaço do discurso.

A proposta desta pesquisa nasce desses casos estereotípicos, em que a polarização discursiva, na interação polêmica, pode levar os sujeitos, atores psicossociais, do ato de linguagem, por meio de contratos e estratégias, a produzirem e fazerem circular representações languageiras fundamentadas em contraverdades, recorrendo a estereótipos, clichês e imaginários sociais que catapultam um ciclo de desqualificação do outro, prejudicando as relações alteritárias do próprio contrato de comunicação. Trata-se de um contexto no qual florescem atos éticos de deslegitimação e, potencialmente, violência verbal, movendo o caráter responsivo dos enunciados de um reconhecimento e defesa de si (aos níveis individual e coletivo) a uma total invalidação e inferiorização do outro, em um processo de refração dos signos ideológicos circundantes da unidade da consciência verbalmente formalizada.

Instigados por essa questão, propomos descrever e analisar como são encenados os atos de linguagem nas interações de comentários no Facebook, mediante a polarização discursiva nas relações de alteridade em caso de polêmica. Em decorrência, procuramos contribuir para a o desvelamento dessas interações polêmicas que prejudicam o convívio pacífico dos sujeitos nas redes sociais, favorecem a consolidação de informações falsas e tendências contemporâneas de contraverdade (como o negacionismo e a invenção) e, ainda, oferecem, ilusoriamente, respaldos discursivo-ideológicos para ações agressivas e criminosas no espaço das redes sociais, disseminando ideais de que esse espaço é isento de justiça e consequências para tais atos.

Na próxima seção (4.1), mostramos o corpus escolhido para análise. Na seção seguinte (4.2), resgatamos o aporte teórico utilizado no estudo, apresentando, em detalhes, a configuração metodológica que orientou nosso processo de fundamentação e análise. Na seção 4.3, por último, demonstramos os instrumentos e procedimentos analíticos que nos guiarão no próximo capítulo, dedicado à análise do *corpus*.

#### 4.1 A ESTRELA VERMELHA

A luz emitida por estrelas, como argumenta Hawking (2015) parafraseando as descobertas de Newton, gera um espectro de luz que varia de acordo com a sua temperatura e a distância em que está do observador. “Estrelas diferentes apresentam espectros distintos, mas o brilho relativo das cores é sempre exatamente o que se esperaria encontrar na luz emitida por um objeto incandescente” (Hawking, 2015, p. 58). Isso faz com que certas cores sejam mais facilmente encontradas em estrelas do que outras, como é o caso da cor vermelha.

De acordo com o Instituto de Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IF/UFRGS, 2012), as estrelas mais comuns do universo são as estrelas vermelhas, que são frias e de baixa luminosidade (categorizadas, não à toa, como anãs vermelhas). Tal é o objeto físico, perdido entre os confins do universo e que só nos alcança por meio de uma luz pálida. Unindo ao desconhecimento desse fato, a relativamente recente ressignificação do símbolo “estrela vermelha”, considerado, por alguns, como representativo do Partido dos Trabalhadores (PT), percebem-se alguns fenômenos semióticos que, explicados pela semiotização do mundo, conforme Charaudeau (2016), superpõem a proposição inicial do sujeito comunicante: não existem estrelas vermelhas fora dos domínios do PT.

Vale justificar, entretanto, que não é somente Charaudeau (2016), a partir do conceito de semiotização do mundo, que versa sobre a conversão de objetos físicos em material ideológico. Volóchinov (2017, p. 92) afirma que “qualquer objeto físico pode ser percebido como a imagem de algo [...]. Essa imagem artístico-simbólica de um objeto físico já é um produto ideológico. O objeto físico é transformado em um signo”. Desse modo, até mesmo um objeto físico esquivo e distante pode representar uma realidade fora de seus limites materiais, refratando outra realidade que, como visto, superpõe a proposição inicial do sujeito comunicante.

Tal foi um caso ocorrido no início de 2022. Em Sapiranga (RS), uma professora da rede municipal presenteou os alunos com um lápis acompanhado, na ponta, de uma estrela vermelha em EVA<sup>23</sup>. No mesmo dia, a avó de uma aluna divulgou um vídeo<sup>24</sup> reagindo negativamente ao ato que, segundo ela, havia sido uma clara propaganda partidária do PT, vez que não haveria justificativa para a escolha da cor vermelha e do formato estrela postos em conjunto. No dia

---

<sup>23</sup> Etileno Acetato de Vinila (polímero; espuma sintética flexível utilizada para os mais diversos fins, sobretudo em escolas, para a confecção de materiais didáticos, decorações, etc.).

<sup>24</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/100070968777303/videos/677720999925185>. Acesso em: 15 jun. 2023.

seguinte, Carina Nath, prefeita da cidade de Sapiranga, publicou outro vídeo no qual Cláudia Kichler, Secretária de Educação do município, manifesta-se, publicamente, a respeito da ocasião, com a intenção de esclarecer o aparente mal-entendido.

Até o dia 27/05/2023, a publicação de Carina já havia acumulado 37 mil reações, 27 mil comentários e 1 milhão e 200 mil visualizações. A legenda da publicação, por sua vez, trouxe uma explanação condizente ao posicionamento assumido por Cláudia Kichler. Nos comentários, a interação polêmica floresceu: houve aqueles que se posicionaram em defesa da professora, da secretária e da prefeita, desqualificando, por conseguinte, a acusação da avó; e aqueles que se posicionaram a favor dessa, procurando desqualificar a ação da professora e/ou a explicação fornecida por Carina Nath. Reações de “amei”, “haha”, “grr” e “curtida” fomentaram a polarização, dando origem, até, a discursos que manifestaram violência verbal. Dentre as interações, selecionamos quatro (4) delas – Figuras 8 a 11 - para compor o *corpus* de análise, as quais são apresentadas, de maneira respectiva, no capítulo de análise.

De modo a preservar a identidade dos sujeitos envolvidos nas interações, ocultamos o nome e a foto de seus perfis, com exceção da autora da postagem (Carina Nath), substituindo-os pelas denominações “Sujeito A, B, C, D, E, F, G, H e I”. Suprimimos, também, menções de uns sujeitos com relação a outros e as datas de cada comentário, visando, novamente, a sua preservação. Destacamos, contudo, que essas supressões não influenciarão na análise proposta por nosso dispositivo metodológico, vez que a data de postagem dos comentários mostra-se irrelevante aos nossos propósitos e, por sua vez, as indicações de comentário-resposta (que demonstram a relação entre os sujeitos, quem responde a quem), em cinza-claro, foram preservadas.

Quanto às interações, em si, optamos pela denominação “Interação 1”, “Interação 2”, “Interação 3” e “Interação 4”. Os critérios utilizados para o recorte e seleção dessas postagens (interações) foram consoantes à exploração de sua instrumentalização, no que se refere à apresentação de interações polêmicas que demonstrem discursos favoráveis à ação da professora e, também, à ação da avó. Por mobilizarem, em diferentes níveis, as características defendidas por Amossy (2017, 2022) como constitutivas da interação polêmica nas redes sociais (dicotomização, polarização, desqualificação do outro e discussões inflamadas), consideramos todas elas como parte de uma complexa rede, cujo princípio recai sobre a interação polêmica considerada “fonte-origem” entre o discurso de Rosângela Camargo (avó), o discurso de Cláudia Kichler (Secretária de Educação) e o discurso de Carina Nath (prefeita de Sapiranga). Nosso enfoque analítico, no que se refere à descrição do projeto global, recai sobre o discurso de Cláudia Kichler (Secretária de Educação), por ser este o discurso aos quais

respondem, de maneira direta, as interações de comentários recortadas. Não ignoramos, contudo, os fios dialógicos que esta mantém com a publicação da avó<sup>25</sup> da “aluna-alvo” do ato da professora municipal, e da legenda fornecida por Carina Nath<sup>26</sup>.

A partir desse delineamento, explorando os critérios de seleção e tratamento dos recortes feitos para fins desta pesquisa, justificamos a escolha desses como *corpus* de análise com base em três características específicas de sua configuração interacional polêmica: a) o deslocamento das interações dos propósitos dos dois sujeitos comunicantes (EUc), respectivamente, autor da publicação (Carina Nath) e autor do vídeo (Cláudia Kichler); b) a explicitação de uma polarização discursiva visível a partir dos posicionamentos assumidos pelos sujeitos interpretantes nas interações (TU<sub>i</sub>); e c) o fato de as interações polêmicas relacionarem-se à esfera da educação, que mobiliza diferentes imaginários sociais, estereótipos e clichês os quais, já há vários anos, têm servido como instrumento de desvalorização desta classe de profissionais – docentes – na qual este pesquisador vê-se inserido.

Os procedimentos metodológicos, o resgate do aporte teórico utilizado, bem como o meio de intersecção entre os conceitos mobilizados são, respectivamente, temas da próxima seção.

## 4.2 O RECORTE METODOLÓGICO

Metodologicamente, a pesquisa é pautada nos pressupostos de Prodanov e Freitas (2013), constituindo-se enquanto um estudo de natureza aplicada, por “gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 51). Quanto aos objetivos, trata-se de um estudo exploratório e explicativo, pois, consoante Prodanov e Freitas (2013, p. 51-52), “tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento [...]”, ao

---

<sup>25</sup> Em função das limitações dimensionais de espaço desta dissertação, optamos por não reproduzir integralmente a transcrição do discurso da avó, apresentando, em seu lugar, a transcrição de um excerto do vídeo. O trecho em questão é transcrito no capítulo de análise, e a nossa intenção, para com o recorte, é o de estabelecer os vínculos dialógicos que ele mantém com o discurso de Cláudia Kichler. Porém, sugerimos a outros pesquisadores da área que, com base neste estudo, possam realizar relações teórico-conceituais e analíticas com o material completo.

<sup>26</sup> Reproduziremos, na análise, a legenda fornecida por Carina Nath na publicação do vídeo. Entretanto, semelhantemente ao caso da reprodução da transcrição do vídeo da avó, não nos deteremos à análise do projeto global do EUc correspondente a esse discurso (Carina Nath), em função das limitações dimensionais do texto desta dissertação. A escolha justifica-se por, além da questão dimensional, os discursos das interações recortadas responderem diretamente, em todos os casos, ao discurso da secretária, em detrimento ao discurso da prefeita, aos quais respondem apenas de maneira indireta. Novamente, sugerimos a outros pesquisadores da área que realizem uma análise suplementar com o material completo.



mesmo tempo em que “procura explicar os porquês das coisas e suas causas, por meio do registro, da análise, da classificação e da interpretação dos fenômenos observados” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 53).

Em relação aos procedimentos técnicos, é bibliográfica e documental, sendo “elaborada a partir de material já publicado” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 54) e “materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com ‘os objetivos da pesquisa’” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 55). Desse modo, no que se refere à abordagem, a pesquisa é qualitativa, pois, conforme Prodanov e Freitas (2013, p. 70): “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”.

Partimos, dessarte, de três correntes teóricas distintas – mas complementares –, com o intuito de favorecer a promoção de um olhar analítico e interdisciplinar sobre o tema, respondendo a problematização concebida e procurando alcançar os objetivos propostos: a Teoria Dialógica de Bakhtin (2010a, 2010b, 2016, 2020) e do Círculo de Bakhtin (2010a, 2010b, 2016, 2017, 2020); a Retórica Argumentativa de Ruth Amossy (2010, 2017) e a Semiologia de Charaudeau (2004, 2005, 2010, 2016, 2019, 2022). Estabelecemos, diante delas, três eixos teórico-conceituais para o afunilamento da aplicação dos conceitos mobilizados, posteriormente, em nosso dispositivo de análise: alteridade, polêmica e *mise-en-scène*, englobando o ato de linguagem como encenação a partir do projeto global do EUc, os contratos e as estratégias discursivas.

Desse modo, consideramos a perspectiva já construída nos capítulos dedicados à fundamentação teórica do estudo que a *mise-en-scène*, sobretudo na interação polêmica, tem, na alteridade, um de seus princípios-base, pois, a partir dela, se desenvolvem os saberes partilhados que constituem as circunstâncias de comunicação, o manejo dos imaginários sociais, estereótipos e clichês aos quais o EUc recorre em seu projeto global, além de vários outros desdobramentos sobre os quais pretendemos discorrer.

Iniciamos com uma breve recapitulação dos conceitos mobilizados nos dois capítulos da fundamentação que, como afirmamos, convergem nos conceitos de alteridade, polêmica e *mise-en-scène*. Propomos uma categorização desses conceitos, organizando-os de acordo com o capítulo em que os apresentamos, o teórico utilizado e, ainda, a proposta analítica segundo a qual os aplicaremos no caso das interações que compõem nosso *corpus* de pesquisa – isto é, a consideração de base analítica inicial a ser especificada no contexto de cada interação, baseada no projeto global do EUc.

No capítulo 2, apresentamos os conceitos advindos do Círculo de Bakhtin (2010a, 2010b, 2016, 2017), Amossy (2017, 2022) e Charaudeau (2022), com a intenção de estabelecer os dois primeiros eixos e a sua inter-relação: como a interação polêmica, por meio de seus elementos constituintes e apoiada em estereótipos, clichês e imaginários que consolidam contraverdades, podem comprometer as relações alteritárias do contrato de comunicação no Facebook, pela quebra de expectativa diante da oposição manifestada por essas contraverdades – ou em termos menos efusivos, podem contribuir para um efeito de polarização que intensifica a desqualificação do outro. Os conceitos apresentados pelo capítulo, bem como a proposta analítica sobre eles pode ser conferida no Quadro 1:

**Quadro 1 – Disposição conceitual-analítica referente ao capítulo 2**

<b>Conceito mobilizado</b>	<b>Teórico(s)</b>	<b>Proposta analítica</b>
Ato ético responsável	Bakhtin (2020)	O projeto global do EUC, tal qual a compreensão ativamente responsável do TUi, orientam-se segundo sua disposição do mundo unitário singular, compondo atos éticos responsáveis.
Tom emotivo-volitivo	Bakhtin (2020)	O ato ético de cada sujeito vê-se permeado por um tom emotivo-volitivo acerca do mundo e dos sujeitos do ato de linguagem, com relação ao dado e ao por fazer-se.
Centros de valores (eu e outro) <sup>27</sup>	Bakhtin (2020)	Os sujeitos do ato de linguagem definem-se por centros de valores (eu e o outro), sobre o qual se dispõe seu ato ético responsável e seu tom emotivo-volitivo.
Momentos fundamentais (eu-para-mim, etc.)	Bakhtin (2020)	Os centros de valores desdobram-se, no ato ético, em sua arquitetônica, definida pelos momentos concretos fundamentais de disposição com relação a si e ao outro, no mundo unitário singular.
O conjunto do enunciado	Bakhtin (2016)	O enunciado é um conjunto marcado por conteúdo temático, estilo e construção composicional, em torno do qual o EUC organiza seu discurso, intencionalmente.
Os gêneros do discurso	Bakhtin (2016)	O discurso proferido pelo EUC circunscreve-se em um ou mais gêneros do discurso, de acordo com o tipo relativamente estável de enunciado que o rege.
Responsividade	Bakhtin (2016)	A compreensão do(s) TUi(s) é ativamente responsável, já formulando respostas ou interpelações, antes mesmo da consolidação da aposta do EUC.
Dialogismo e interação verbal	Bakhtin (2016)	O discurso do EUC vê-se permeado por tonalidades dialógicas de discursos/enunciados anteriores a ele, visíveis no processo de interação verbal.
Signo ideológico	Bakhtin (2010a);	O discurso do EUC realiza-se com base em um material sócio-ideologicamente orientado, de acordo com a totalidade de seu

<sup>27</sup> Consideramos este conceito, juntamente com os momentos concretos fundamentais da disposição recíproca, como parte do conceito maior de alteridade, motivo pelo qual esse, embora determinante nesta dissertação, não se faz presente no quadro conceitual-analítico.

	Volóchinov (2017)	projeto global e os fios dialógicos existentes nele.
Reflexão e refração do signo ideológico	Volóchinov (2017)	Ao nível da consciência do EUC e do TUi, o signo ideológico reflete e refrata a realidade, estabelecendo novos vínculos dialógicos e ideológicos.
Unidade da consciência verbalmente formalizada	Volóchinov (2017)	O meio de intersecção entre as consciências permeadas pela reflexão e refração do signo ideológico compõe uma unidade da consciência verbalmente formalizada, durante o ato de linguagem e, por conseguinte, a interação verbal.
Horizonte social e signo como palco de luta	Volóchinov (2017)	Por ser ideológico, o signo refletido e refratado manifesta horizontes sociais nos quais os sujeitos do ato de linguagem veem-se inseridos.
Polêmica (uma gestão do conflitual)	Amossy (2017)	A polêmica, no discurso, pode ser considerada um modo de gestão do conflitual entre posições ideológicas antagônicas, definidas a partir do arcabouço sógnico-ideológico demonstrado pelos sujeitos do ato de linguagem e as relações valorativas que esses mantêm entre si e com relação ao mundo, na manifestação de seu ato ético.
Dicotomização, polarização e desqualificação do outro	Amossy (2017)	A polêmica define-se com base em três elementos: dicotomização, polarização e desqualificação do outro, estando presentes no projeto global do EUC, durante a interação verbal.
<i>Logos e pathos</i> na polêmica	Amossy (2017)	A interação verbal polêmica, em sua finalidade de persuasão, pode ser definida por recorrências à razão ou à emoção.
Discussões inflamadas	Amossy (2017)	No espaço digital, a interação polêmica converte-se em discussões inflamadas, sempre regidas por um “jogo” entre <i>logos</i> e <i>pathos</i> , mas nem sempre pela violência verbal.
Imaginários sociais	Charaudeau (2022)	Os sujeitos detêm, no nível da consciência ideológica (e, portanto, social), imaginários sobre o mundo e os outros. Esses imaginários são ativados pelo projeto global do EUC e pela compreensão ativamente responsiva do TUi.
Esteretótipos e clichês	Amossy (2022)	O projeto global do EUC e a compreensão ativamente responsiva do TUi ativa estereótipos e clichês no discurso, que vão relacionar-se com os imaginários sociais que esses seres sociais detêm no nível da consciência.
Contraverdades	Charaudeau (2022)	Tanto o discurso do EUC, quanto a compreensão ativamente responsiva do TUi podem fundar-se em contraverdades para a deslegitimação de fatos objetivos e a consolidação de “verdades alternativas”, consoante sua intencionalidade e sua orientação identitário-ideológica.
Negacionismo e invenção	Charaudeau (2022)	Duas são as formas de contraverdade sobre as quais o EUC e TUi podem apoiar-se: negacionismo e invenção (às vezes, até, convergindo-se entre si).

Fonte: elaborado pelo pesquisador (2023)

No capítulo 3 demonstramos, então, como a Semiolinguística proposta por Charaudeau (2004, 2005, 2010, 2016, 2019, 2022) parte do mesmo núcleo comum (a alteridade) para instituir a assimetria da comunicação e desvelar as intenções comunicativas dos sujeitos no ato

de linguagem, bem como o tratamento dado, por eles, à informação do mundo, quando esta converte-se em discurso. Apresentamos, do mesmo modo, a influência das circunstâncias de discurso e da situação de comunicação no processo do ato de linguagem como encenação (*mise-en-scène*) – compreendendo, portanto, os conceitos de contratos de comunicação, estratégias e visadas discursivas, os quatro sujeitos, etc. Nesse caso, os conceitos podem ser visualizados no Quadro 2:

**Quadro 2 – Disposição conceitual-analítica referente ao capítulo 3**

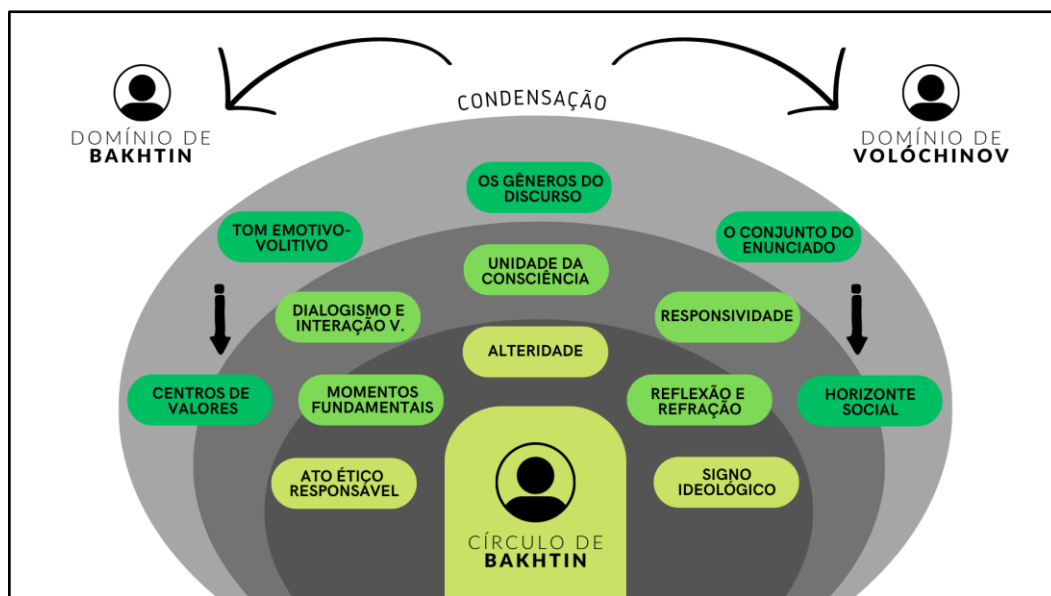
<b>Conceito mobilizado</b>	<b>Teórico(s)</b>	<b>Proposta analítica</b>
Assimetria da comunicação	Charaudeau (2016)	A comunicação é assimétrica, pois o EUC não possui domínios sobre a compreensão do TUI, e vice-versa.
As circunstâncias de discurso	Charaudeau (2016)	O sucesso da comunicação (do ponto de vista intencional do EUC) depende de circunstâncias de discurso, definidas pelos saberes partilhados entre os sujeitos envolvidos no ato.
Ato de linguagem como encenação ( <i>mise-en-scène</i> )	Charaudeau (2016)	O ato de linguagem concretiza-se com base em uma encenação, no discurso, entre sujeitos idealizados (seres de fala) e sujeitos concretos (seres sociais).
Os quatro sujeitos da linguagem	Charaudeau (2016)	Esses sujeitos desdobram-se em 4: EUC, EUE, TUD e TUI.
O projeto global de EUC (aposta)	Charaudeau (2016)	O ato de linguagem parte de um projeto global do EUC, direcionando-se a um TUD, idealizado por ele, ao qual este faz uma aposta.
Os circuitos de produção de saber	Charaudeau (2016)	A configuração dos quatro sujeitos segue dois circuitos: um interno e um externo à fala configurada.
Contratos de comunicação, estratégias discursivas e visadas	Charaudeau (2004, 2005, 2016)	A aposta do EUC institui contratos de comunicação que, no projeto global, mobiliza estratégias discursivas e visadas com finalidade de adesão. As estratégias e as visadas, consoante ao projeto global, visam a identificação de TUD por TUI.
A situação de comunicação	Charaudeau (2016)	A situação na qual discorre o ato de linguagem interfere nos saberes partilhados que compõem as circunstâncias de discurso, vez que definem a disposição das relações de alteridade de acordo com o meio físico, o canal de transmissão e os códigos semiológicos que compõem o ato.
O modo enunciativo e os comportamentos do locutor	Charaudeau (2016)	Do ponto de vista enunciativo, o EUC debruça-se em três comportamentos em seu projeto global: alocutivo, delocutivo e elocutivo, de acordo com suas intenções para com o TUI.
A semiotização do mundo	Charaudeau (2019)	A informação presente no discurso do EUC e o modo como o TUI a compreende responsivamente, passa por um processo de semiotização do mundo, que transforma o mundo a significar em um mundo significado.
Os saberes de conhecimento e de crença	Charaudeau (2019)	O processo de semiotização, bem como a consolidação das contraverdades apoia-se na natureza do saber transmitido, que pode ser de conhecimento ou de crença.

Valor de verdade e efeito de verdade	Charaudeau (2019)	A transmissão dos saberes revela discursos com valor de verdade ou efeito de verdade.
--------------------------------------	-------------------	---

Fonte: elaborado pelo pesquisador (2023)

Dada a multiplicidade de conceitos, tal qual o modo como esses se inter-relacionam em cada campo teórico apresentado, assumimos a possibilidade de uma condensação deles, conforme a proposta analítica de cada um. Retomamos, respectivamente, três considerações pertinentes à sua organização: a) os conceitos do Círculo englobam domínios teóricos relativos a Bakhtin (2010a, 2010b, 2016, 2020) e Volóchinov (2017); b) os conceitos de Amossy já dispõem de uma pré-intersecção com aqueles do Círculo e de Charaudeau (2004, 2005, 2010, 2016, 2019, 2022); e c) os conceitos de Charaudeau (2004, 2005, 2010, 2016, 2019, 2022) são postos em articulação com os conceitos do Círculo de Bakhtin (2010a, 2010b, 2016, 2017, 2020) e Amossy (2017, 2020). Podemos visualizar, desse modo, três esquemas conceituais de condensação (Figuras 3, 4 e 5).

Figura 3 – Condensação dos conceitos do Círculo de Bakhtin (2010a, 2010b, 2016, 2017, 2020)



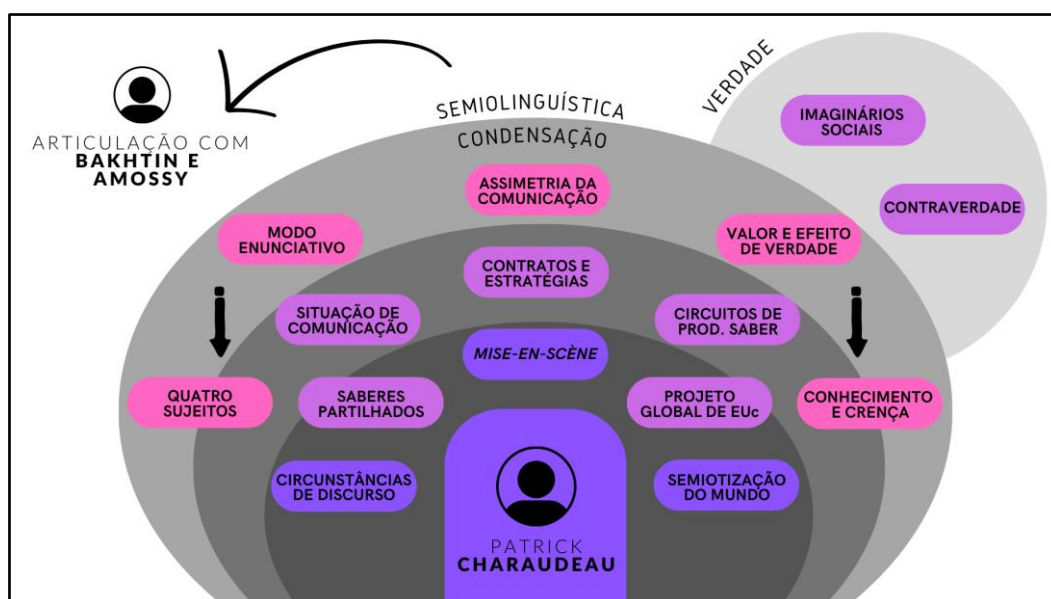
Fonte: elaborado pelo pesquisador (2023)

Figura 4 – Condensação dos conceitos de Amossy (2017, 2020)



Fonte: elaborado pelo pesquisador (2023)

Figura 5 – Condensação dos conceitos de Charaudeau (2004, 2005, 2010, 2016, 2019, 2022)



Fonte: elaborado pelo pesquisador (2023)

No caso do Círculo de Bakhtin (2010a, 2010b, 2016, 2017, 2020), os conceitos de tom emotivo-volitivo e centros de valores convergem aos momentos fundamentais da arquitetônica do ato ético responsável que, a partir do componente dialógico posto na interação verbal, alcançam o campo da unidade da consciência verbalmente formalizada, permeada pelo signo ideológico que, responsivamente, reflete e refrata a realidade e o horizonte social. Essa relação

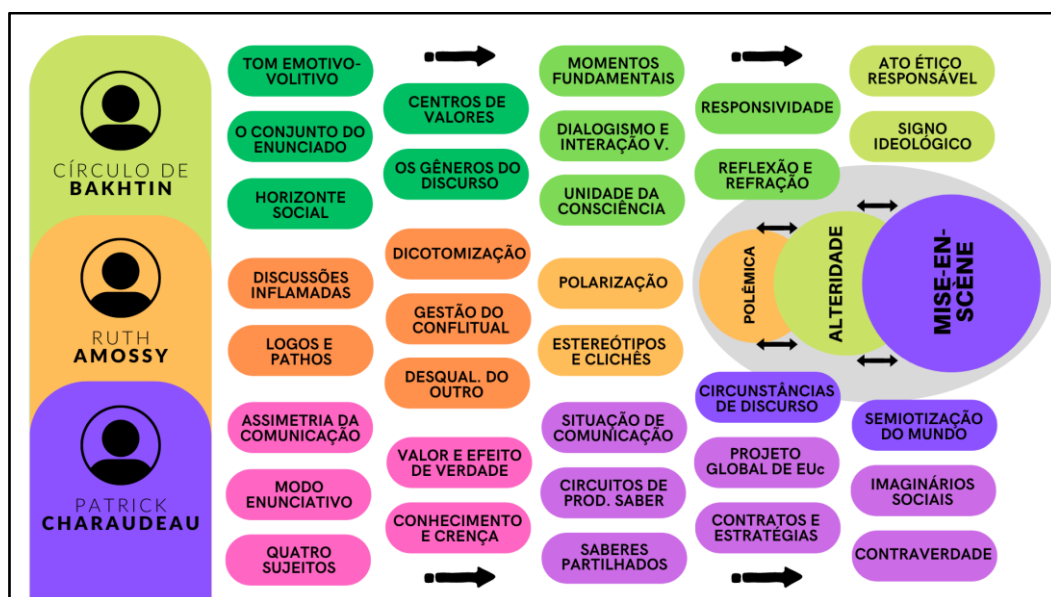
sígnica, ideológica e dialógica integra o conjunto do enunciado e, por conseguinte, a manifestação dos gêneros do discurso. O conjunto da teia conceitual, por sua vez, condensa-se no primeiro eixo teórico-conceitual: a alteridade, pois pressupõe a disposição do eu e do outro para a sua ramificação.

Em Amossy (2017, 2022), sob influência dos conceitos de signo ideológico, alteridade e responsividade, observamos os elementos constitutivos da polêmica (dicotomização, polarização e desqualificação do outro), com ênfase na função da polarização na mobilização dos estereótipos, clichês e imaginários sociais que consolidam contraverdades. A polêmica é considerada pela ótica da gestão do conflitual que, no ambiente do espaço digital – sobretudo nas redes sociais –, converte-se em discussões inflamadas que alimentam a dicotomização e, especialmente, a polarização. Os conceitos condensam-se, diante disso, na polêmica, na polarização e na recorrência aos estereótipos e clichês, aspergindo nos conceitos emprestados do Círculo de Bakhtin (2010a, 2010b, 2016, 2017, 2020) e Charaudeau (2022).

No caso de Charaudeau (2004, 2005, 2010, 2016, 2019, 2022), partindo de uma articulação com as considerações postas por Amossy (2017, 2022) e o Círculo de Bakhtin (2010a, 2010b, 2016, 2017, 2020), os conceitos de assimetria da comunicação, modo enunciativo e os quatro sujeitos convergem ao eixo da alteridade e da polêmica, integrando, na condensação, os contratos, as estratégias, as visadas e a situação de comunicação, que mantêm estreita relação com as circunstâncias de discurso e, por conseguinte, com os saberes partilhados. Desdobrando-se no eixo da polêmica, vê-se o processo de semiotização do mundo guiado pelos circuitos de produção de saberes de conhecimento e crença que, no projeto global do EUc, referenciam os imaginários sociais para a consolidação das contraverdades. Como resultado, vê-se a condensação desses fundamentos nos conceitos de *mise-en-scène*, semiotização do mundo e circunstâncias de discurso.

Após a condensação dos conceitos mobilizados, podemos vislumbrar um princípio de intersecção horizontal entre eles (uma “pré-intersecção”), tendo por fim os três eixos teórico-conceituais sobre os quais comentamos anteriormente: alteridade, polêmica e *mise-en-scène*: em uma extremidade, a polêmica (por seu traço específico) e na outra extremidade, a *mise-en-scène*, considerada, por nós, condição basilar de configuração das relações de alteridade, quando consideradas do ponto de vista do ato de linguagem. Esse plano geral de disposição dos conceitos é demonstrado na Figura 6:

Figura 6 – Disposição teórico-conceitual pré-intersectiva (plano geral)



Fonte: elaborado pelo pesquisador (2023)

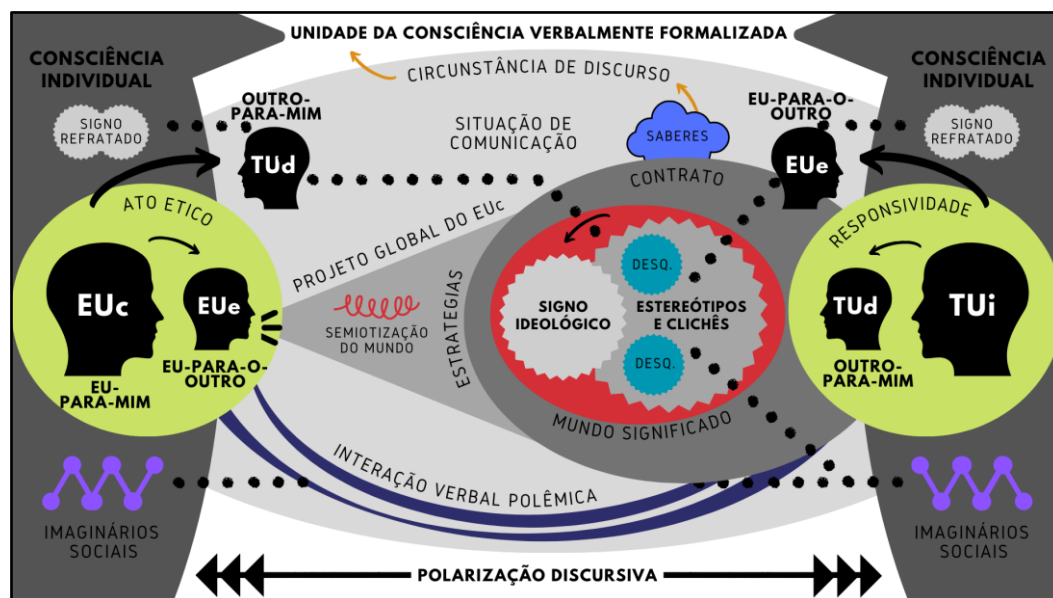
Levando em consideração essa disposição teórico-conceitual pré-intersectiva, a análise do *corpus* escolhido seguirá um dispositivo descrito e comentado na seção a seguir.

#### 4.3 O DISPOSITIVO DE ANÁLISE: DE INTERAÇÃO EM INTERAÇÃO

Para estabelecermos nosso dispositivo de análise, partimos da “pré-intersecção” apresentada, antes, pela Figura 6, desenvolvida com base nos três eixos que instituímos (polêmica, alteridade e *mise-en-scène*). Como afirmado, consideramos a última como categoria teórica basilar para o entrelaçamento e desenvolvimento das demais, visto que o enfoque do estudo está na análise semiolinguística da materialidade languageira semiotizada – o *corpus*. Podemos, desse modo, visualizar um novo esquema de disposição intersectiva (teórico-conceitual), que abrange a aplicabilidade dos conceitos demonstrados pelo plano geral da Figura 6. Essa nova disposição, englobante da relação de alteridade no plano semiolinguístico da polêmica, é demonstrada pela Figura 7 descrita na sequência.



**Figura 7 – Relação de alteridade no plano semiolinguístico da polêmica (meio de intersecção teórico-conceitual visando sua aplicabilidade no corpus)**



Fonte: elaborado pelo pesquisador (2023)

Conforme a Figura 7, a relação de alteridade no plano semiolinguístico da polêmica desenvolve-se, discursivamente, no espaço das circunstâncias de discurso que, por sua vez, englobam a situação de comunicação regente da interação verbal polêmica na qual o projeto global dos sujeitos comunicantes é manifestado. Ademais, todo o processo de interação verbal seguirá as particularidades circunstanciais desse espaço, direcionando as particularidades do ato de linguagem do nível de consciência à materialidade discursivo-enunciativa (o discurso em si). Detalhemos, brevemente, esse fenômeno.

No interior da consciência individual do sujeito comunicante (EUc), a informação do mundo sofre uma refração baseada nos imaginários sociais já internalizados pelo sujeito em momento anterior ao ato de linguagem. A partir dessa refração, o sujeito comunicante realiza sua aposta, por meio do projeto global (de comunicação), direcionando-se ao sujeito destinatário (TUd). Ao fazê-lo, o sujeito comunicante (EUc) age responsabilmente com relação ao outro, consolidando os momentos fundamentais da disposição recíproca (eu-para-mim, outro-para-mim e eu-para-o-outro) pois, seguindo o caráter intrínseco e constitutivo da alteridade à interação verbal, EUc reconhece seu parceiro de comunicação – considerando-o com base em sua própria idealização de destinatário, ou seja, TUd.

Sua aposta é, então, manifestada pelo contrato de comunicação e um determinado conjunto de estratégias discursivas que compreendem as suas visadas e a sua intencionalidade, buscando a identificação de TUd (sujeito destinatário) por TUi (sujeito interpretante), a partir

do processo de semiotização do mundo que, operado por ele EUC (sujeito comunicante), transforma o mundo a significar em mundo significado, em pleno acordo à refração ideológica que determinou a transformação da informação no momento anterior ao ato de linguagem (como explanado no parágrafo anterior). Por sua vez, é o contrato de comunicação, no interior do projeto global, que veicula a informação transformada.

A informação, carregada de material signico-ideológico, reflete e refrata a realidade fora dos domínios do ato de linguagem, ativando os imaginários sociais do interior da consciência individual de TUi (sujeito interpretante) – por meio da recorrência a estereótipos e clichês –, criando assim o meio de intersecção entre essa consciência e a consciência de EUC (sujeito comunicante) – a unidade da consciência verbalmente formalizada. O signo ideológico vê-se determinado, diante disso, pelos saberes partilhados entre os sujeitos, que fundamentam as circunstâncias de discurso.

Como a situação de comunicação é a do ambiente digital (Facebook), constituída pelas particularidades desse ambiente de disseminação de discursos na interação verbal polêmica, cria-se um ambiente de polarização discursiva. Assim, o discurso de EUC, por último, sob efeito de uma dicotomização, busca desqualificar o outro, de modo condizente à função e intenção do projeto global do EUC.

A análise seguirá, portanto, um conjunto de escolhas/determinações metodológicas e etapas de análise, de acordo com esse plano intersectivo apresentado pela Figura 7. Tais escolhas são: a) análise preliminar da interação verbal polêmica “fonte-origem” e do projeto global de EUC Cláudia Kichler (Secretária de Educação), com relação a um TUD, de perfil social genérico, composto pela população de Sapiranga (RS), considerando a sua influência para o desenvolvimento das interações de comentários da publicação da prefeita Carina Nath; b) análise subsequente do projeto global dos sujeitos comunicantes (EUC), autores dos comentários postados, com relação também a um TUD de perfil social genérico definido, principalmente, por Cláudia Kichler, Carina Nath e potencial público virtual (outras pessoas que os EUC sujeitos A, C, E e G pressupõem que irão visualizar seu comentário); e c) análise do desenvolvimento conceitual das interações verbais polêmicas – partindo da condensação anteriormente descrita, que tem por princípio o projeto global de comunicação dos respectivos EUC em uma totalidade que compreende desde o ato ético responsável até as questões constitutivas da interação polêmica, aspergindo nas relações de alteridade entre esses comunicantes e os sujeitos destinatários e interpretantes (TUD e TUi).

Doravante, a análise seguirá etapas conforme descritas no Quadro 3:

### Quadro 3 – Etapas de análise

Etapa	Considerações/base analítica
1	Apresentação da primeira interação verbal polêmica “fonte-origem”, entre EUE Rosângela Camargo, EUE Cláudia Kichler e EUE Carina Nath, a partir do processo de semiotização do mundo sob influência do agir ético responsável das enunciantoras, a refração do signo ideológico e a mobilização de estereótipos, clichês, contraverdades e imaginários sociais que dão origem à polarização que é desenvolvida, posteriormente, nas interações de comentários.
2	Análise do projeto global de EUC, Cláudia Kichler, compreendendo: a) a idealização de EUE e dos TUD e a apresentação de TUI aos quais esse projeto é direcionado, bem como a configuração de seu discurso (seu aspecto enunciativo, considerando os elementos relativos aos gêneros do discurso); b) o contrato de comunicação instituído pela comunicante (EUC), as estratégias discursivas e as visadas empregadas para o sucesso da aposta; c) como se consolida a unidade da consciência verbalmente formalizada e os saberes partilhados para o estabelecimento das circunstâncias de discurso, bem como de que maneira essas influenciam no ato de linguagem e na compreensão ativamente responsiva dos TUI; d) como a situação de comunicação opera, diante dessas configurações, a polarização discursiva, sob efeito da dicotomização e do processo de desqualificação do outro na gestão do conflitual, de acordo com o modo de organização do discurso enunciativo; e e) a influência do projeto global de EUC, Cláudia Kichler para o desenrolar da interação verbal polêmica nas interações de comentários da publicação de Carina Nath.
3	Análise do projeto global de EUC, sujeito A, compreendendo a recorrência aos mesmos elementos observados no projeto global de EUC, Cláudia Kichler, sob interferência da interação verbal polêmica “fonte-origem” <sup>28</sup> .
4	Verificação de como é, portanto, caracterizada a interação polêmica e a sua influência para as relações de alteridade no Facebook.

Fonte: elaborado pelo pesquisador (2023)

Embora tenhamos apresentado, na fundamentação teórica do estudo e na seção de demonstração do recorte metodológico, uma linearidade dos conceitos, de acordo com a forma como os respectivos teóricos os apresentam nas obras utilizadas, salientamos que não seguiremos essa linearidade na análise do *corpus* devido que as ocorrências de significação, efeitos de sentido, ocorrem à medida que os fatos se configuram discursivamente. Sendo assim, recorreremos a eles conforme as necessidades analíticas da materialidade linguístico-discursiva, respeitando a intersecção apresentada nas Figuras 6 e 7.

Explicitamos, no próximo capítulo, a análise orientada pelo dispositivo acima descrito, expondo a aplicação dos pressupostos teóricos à interação “fonte-origem” (seção 5.1), projeto global de EUC Cláudia Kichler (seção 5.2) e, na sequência, às interações de comentários (postagens do Facebook) recortadas (seções 5.3 em diante).

<sup>28</sup> Tal é o processo a ser repetido com todos os demais EUC autores de comentários nas interações (sujeitos C, E e G).

## 5 AS INTERAÇÕES E COMENTÁRIOS DO FACEBOOK: ANALISANDO UMA ESTRELA QUE NÃO PODE SER VERMELHA NA SEMIOTIZAÇÃO DO MUNDO

O título deste capítulo talvez não expresse, com fidelidade, a complexidade dos processos de produção e interpretação de discursos que, ao longo das interações verbais polêmicas identificadas nos recortes do *corpus*, aparentam guiar as relações de alteridade entre os sujeitos envolvidos nas circunstâncias de discurso que encenam o ato de linguagem em um processo interacional e comunicativo. Mais do que uma estrela que não pode ser vermelha, o objeto em EVA sequer pode ser uma estrela. Por que não um coração? Ou uma bandeira do Brasil?

Como afirmamos no capítulo anterior, dedicado à orientação metodológica do estudo, três discursos compõem a interação verbal polêmica “fonte-origem” das interações de comentários desenvolvidas na publicação de Carina Nath, respectivamente: o discurso da avó (Rosângela Camargo), o discurso da secretária municipal (Cláudia Kichler) e o discurso da prefeita (Carina Nath), que endossa o dito enunciado pela secretária. Porém, afirmamos, também, não ser possível apresentarmos, na íntegra, a transcrição do vídeo de reação da avó (Rosângela Camargo), na mesma medida em que apresentamos o discurso de Cláudia Kichler e a legenda de Carina Nath, em função do espaço dimensional do texto desta dissertação. Por isso, reproduzimos, em seu lugar, um excerto considerável desse discurso, considerando a sua influência para o estabelecimento da interação polêmica “fonte-origem”. Observemos o trecho a seguir:

[...] O lápis tá aqui, ó [mostra o lápis], vocês observem esse lápis. [...] Eu disse “mas por que uma estrela vermelha?” e ela disse assim “os outros alunos todos perguntaram por que que a estrela era vermelha”. E sabe o que que ela respondeu? “Pra vocês escreverem o futuro de vocês”. Agora vocês que têm dúvida, vocês que são contra ideologia político-partidária ou qualquer tipo de ideologia dentro de sala de aula, uma criança com sete anos... isso aqui, ó [mostra o lápis] é apologia à estrela do PT. [...] se é pra minha neta usar alguma coisa, é isso aqui, ó [mostra outro lápis com uma bandeira do Brasil feita em EVA na ponta]: comprei um lápis igual e eu fiz isso aqui. Porque isso aqui é a bandeira do Brasil. [...] Não vão transformar a minha neta num zumbi igual esses que tão aí hoje, com vinte, vinte e cinco anos, e andam com uma bandeira vermelha nas costa, que não sabem nem o porquê. Que falam, que pregam socialismo e dentro do ensino fundamental tá sendo pregado isso [...]. Eu quero saber, através da Secretaria de Educação de Sapiranga, por que isso tá sendo permitido. Eu tenho esse direito. [...] Eu não tô pregando nenhuma outra ideologia. É o nosso país, é a nossa pátria. [...] Porque isso aqui é o futuro dela, ó [mostra o lápis com a bandeira do Brasil na ponta] [...]. Agora, isso aqui [mostra o lápis com a estrela vermelha na ponta] é escravização. [...] Porque eu não aceito esse tipo de coisa dentro de escola, que não seja pregado nem de direita, nem de esquerda, escola não é pra isso. [...] (Camargo, 2022).

No vídeo de Cláudia Kichler – lembremos, publicado por Carina Nath apenas um dia depois da publicação do vídeo da avó –, a secretária da Educação de Sapiranga (RS) apresenta uma retratação frente ao ocorrido. Nele, Cláudia afirma:

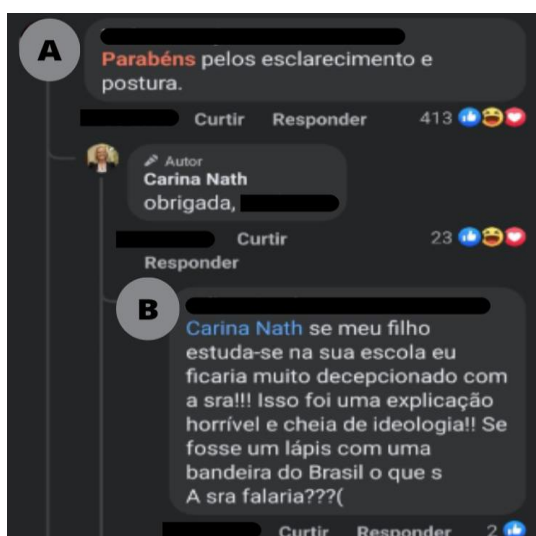
Venho a público me manifestar sobre um vídeo que está circulando nas mídias sociais, desde ontem, 22 de fevereiro. Nesse vídeo, a avó de uma aluna da rede municipal afirmou que no primeiro dia de aula a professora teria presenteado todos os alunos da turma com um lápis com estrela vermelha, fazendo apologia política em sala de aula. Após fazer a postagem, denegrindo a imagem da Escola Dr. Décio, a avó procurou a SMED para relatar o fato. A secretaria, cumprindo o seu papel de trabalhar com ética e transparência, procurou a equipe diretiva da escola e a professora para esclarecer a situação, pois acreditamos que, antes de denegrir a imagem de alguém ou de uma instituição, devemos conversar, ouvir as partes envolvidas e, depois, tomar uma decisão. O trabalho realizado em nossas escolas é feito de maneira responsável, sempre priorizando o sucesso dos alunos. A professora, apesar de estar muito triste, esclareceu que seu único objetivo era acolher os alunos com uma pequena lembrança confeccionada com o material que tinha em casa. Comprou um lápis, fez uma estrela com EVA vermelho, com glitter, pois essa cor ela tinha em quantidade suficiente para suas duas turmas de alfabetização. Entregou uma mensagem e destacou que havia escolhido o vermelho porque era a cor do coração, representando o amor que ela sente pelos seus alunos, e a estrela porque seus alunos são as estrelinhas que vão brilhar durante o ano. A Secretaria acredita nas intenções da professora, assim como eu que, ao longo dos meus 36 anos de professora, acompanho o trabalho das nossas escolas e sei quanto amor e dedicação são oferecidos aos nossos alunos pelos nossos professores (Kichler, 2022).

A explanação de Carina Nath (Prefeita de Sapiranga), por sua vez, condizente ao posicionamento assumido por Cláudia Kichler, é verificada em:

LAMENTÁVEL! O nobre gesto de uma professora da rede municipal em confeccionar uma lembrança para dar as suas turmas no primeiro dia de aula, como forma de boas-vindas no ano letivo, foi motivo de ataques de cunho político nas redes sociais. A equipe da SMED averiguou o ocorrido e conforme a explicação da Secretária Cláudia Kichler isso não se passou de um mal entendido (Nath, 2022).

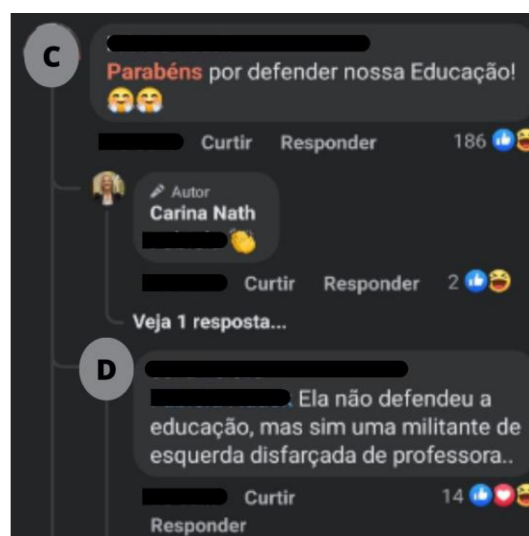
No que se refere às oito interações de comentários recortadas da publicação de Carina Nath (contendo o vídeo de Cláudia Kichler), são elas:

Figura 8 – Interação 1



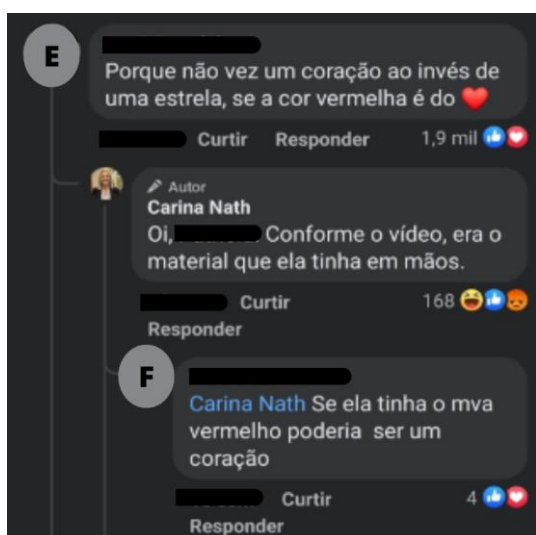
Fonte: Facebook (2023)

Figura 9 – Interação 2



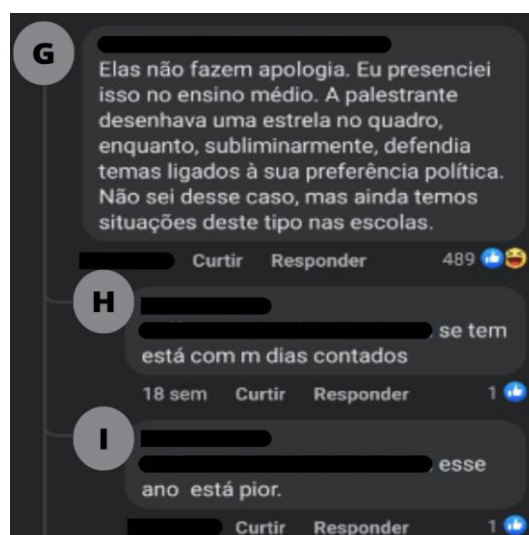
Fonte: Facebook (2023)

Figura 10 – Interação 3



Fonte: Facebook (2023)

Figura 11 – Interação 4



Fonte: Facebook (2023)

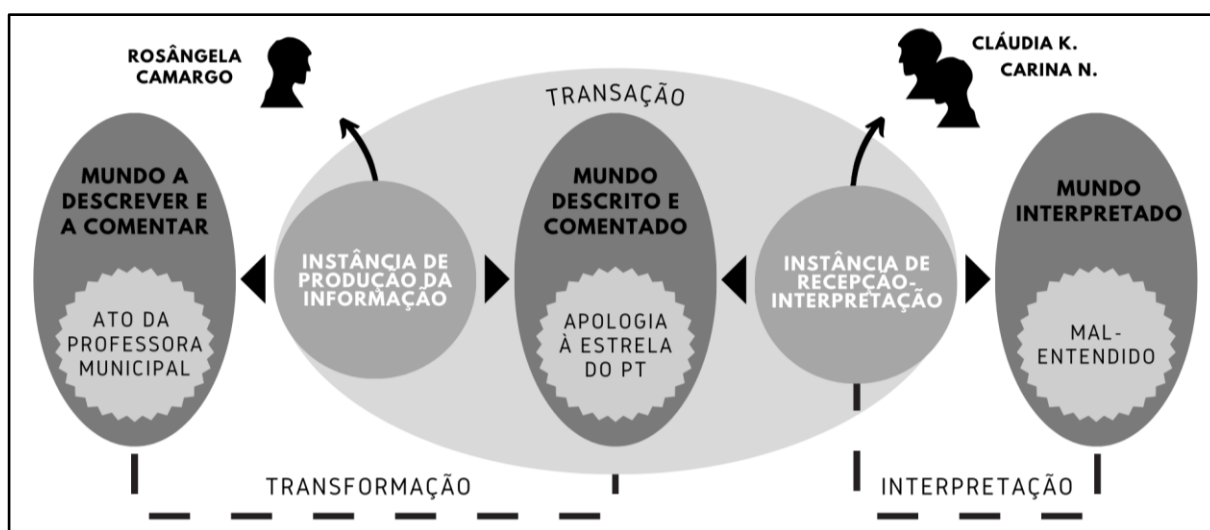
Na próxima seção, analisamos a interação verbal polêmica que se manifesta entre os três discursos. Nas seções subsequentes, analisamos o projeto global de EUc Cláudia Kichler, corroborado por Carina Nath, e as interações de comentários, no Facebook, provocadas por suas proposições, tal qual a influência do discurso da avó para o desenvolvimento desses atos de linguagem.

## 5.1 A PRIMEIRA INTERAÇÃO VERBAL POLÊMICA: FONTE-ORIGEM

O uso da alcunha “fonte-origem” para a designação da primeira interação verbal polêmica observada no *corpus*, conduzida, no discurso, pelo projeto global de EUC Rosângela Camargo, EUC Cláudia Kichler e EUC Carina Nath, relaciona-se de maneira direta com o título deste capítulo de análise: a semiotização do mundo. Ao considerarmos que a semiotização “depende do tipo de alvo que o informador escolhe e da coincidência ou não coincidência deste com o tipo de receptor que interpretará a informação dada” (Charaudeau, 2019, p. 42), vislumbramos um esquema de transação cujo princípio recai sobre o discurso de EUC Rosângela Camargo (ao enunciar, EUC), segundo uma instância de produção da informação que, a seu modo, descreve e comenta a atitude da professora municipal, direcionando-se ao próprio coletivo (seu TUD esperado, formado pelo público espectador do seu Facebook), quanto à Secretaria de Educação de Sapiranga. Iniciemos nossa análise a partir desse ponto.

À Rosângela (EUC que se enuncia EUC), o ato da professora municipal (mundo a descrever e a comentar) tratou-se de uma “apologia à estrela do PT” (mundo descrito e comentado), sendo, a seu ver, uma expressão ideológica político-partidária. Porém, na instância de recepção-interpretação ocupada por TUi Cláudia Kichler e TUi Carina Nath, o mesmo ato tratou-se de um “mal-entendido”, vez que o objetivo da professora, segundo o discurso de EUC Cláudia Kichler asseverado por EUC Carina Nath, era o de presentear os estudantes. Esse esquema de semiotização é demonstrado na Figura 12:

Figura 12 – A semiotização do mundo pelo processo de transformação de Rosângela Camargo



Fonte: elaborado pelo pesquisador (2023)

A divergência entre o processo de transformação conduzido por EUC Rosângela Camargo e o processo de interpretação realizado por TUi Cláudia Kichler e TUi Carina Nath fundamenta-se pela unidade da consciência verbalmente formalizada, na qual os signos “se formam como que círculos crescentes de respostas e ressonâncias verbais” (Volóchinov, 2017, p. 101). O signo estrela vermelha, refletido no ato da professora municipal e refratado no interior da consciência de EUC Rosângela Camargo como uma “apologia à estrela do PT”, é refratado de maneira diferente por TUi Cláudia Kichler e TUi Carina Nath.

No entanto, essa refração não é justificada apenas pelo caráter ideológico do signo do horizonte social dos dois coletivos antagonistas: com efeito, a refração dissonante fundamenta-se com base em duas concepções diferentes acerca do existir frente ao mundo unitário singular. Isto é, ela faz ver dois agrupamentos distintos de ato ético responsável, intrinsecamente polarizados – mesmo que gerados sob um mesmo tom emotivo-volitivo de providência –, ao provocar um emergir de um “momento desse vivenciar-asseverar global”, cuja singularidade única “não pode ser pensada, mas somente vivida de modo participativo” (Bakhtin, 2022, p. 58). O primeiro deles é definido pela responsabilidade assumida pela avó de falar em nome de um povo, definido, por ela, como os que “são contra ideologia político-partidária ou qualquer tipo de ideologia dentro de sala de aula”.

O segundo deles, por sua vez, é definido por uma dupla responsabilidade: a que EUC Cláudia Kichler e EUC Carina Nath assumem em nome da professora municipal, o que se observa nos excertos: “a Secretaria acredita nas intenções da professora, assim como eu que, ao longo dos meus 36 anos de professora, acompanho o trabalho das nossas escolas e sei quanto amor e dedicação são oferecidos aos nossos alunos pelos nossos professores” e “o nobre gesto de uma professora da rede municipal [...] foi motivo de ataques de cunho político nas redes sociais”; e a que EUC Carina Nath assume em nome de Cláudia Kichler, visualizada, por seu turno, no excerto: “a equipe da SMED averiguou o ocorrido e conforme a explicação da Secretária Cláudia Kichler isso não se passou de um mal entendido”<sup>29</sup>.

Entretanto, considerando que, na concepção de Bakhtin (2022, p. 59), o existir só é definível pelas “categorias da participação real, isto é, do ato, pelas categorias do efetivo experimentar operativo e participativo da singularidade concreta do mundo”, Cláudia Kichler não pode assumir a responsabilidade do agir ético da professora municipal, já que o ato ético dessa docente pertence, exclusivamente, ao seu universo de pensamento e de singularidade no

---

<sup>29</sup> Nas interações de comentários recortadas, existem outras passagens nas quais Carina Nath busca a assunção de uma responsabilidade em nome de Cláudia Kichler.



mundo unitário. Cláudia assume uma responsabilidade, nesse agir, apenas sua, embora tente envolver, nela, a responsabilidade da professora municipal, corroborando a ideia que “tudo isso que é genérico adquire sentido e valor a partir do lugar único do singular, do seu reconhecimento, na base do seu ‘não-álibi’ no existir” (Ponzio, 2020, p. 20).

Por sua vez, ao assumir responsabilidade em nome de um papel representativo de uma parcela do povo que é “contra ideologia político-partidária ou qualquer tipo de ideologia dentro de sala de aula”, EUc Rosângela Camargo procura transferir uma referência externa à língua ao real do discurso, isto é, o processo que Pauliukonis (2016, p. 112) denomina “a passagem do significado (sentido de língua) para a significação (sentido de discurso)”. Assim, no discurso, EUc Rosângela Camargo fundamenta o processo de transformação em saberes de crença, projetando um EUE condizente a seu posicionamento. A comunicante (EUc) promove uma avaliação da legitimidade tanto da professora municipal, quanto de seu ato, desqualificando o coletivo antagonista (apreciação: “não vão transformar a minha neta num zumbi igual esses que tão aí hoje”) e, por conseguinte, dando origem ao fenômeno de polarização (polêmica) que se desenvolverá tanto na resposta de EUc Cláudia Kichler e EUc Carina Nath, quanto nas interações dos comentários publicados.

Contudo, após a interpretação do mundo descrito e comentado por EUE (o sujeito enunciador projetado) Rosângela Camargo, por TUI Cláudia Kichler e TUI Carina Nath e, ao mesmo tempo, precisamente no momento em que Cláudia Kichler assume a posição de comunicante (EUc), um novo processo de transformação do ato da professora municipal se inicia, pois, para se retratar, EUc Cláudia Kichler, consoante as noções debatidas por Charaudeau (2019), precisa descrever, contar e explicar os fatos decorridos. Isto é, pôr em ação o “ato de informar”.

Dessa maneira, para a comunicante (EUc Cláudia Kichler), tal ato (mundo a descrever e a comentar) não passou, como visto, de um “presente”, cujo objetivo era o de “acolher os alunos com uma pequena lembrança confeccionada com o material que tinha em casa”; um “nobre gesto”, como afiançado por EUc Carina Nath – motivo pelo qual, segundo ela, a interpretação de Rosângela não tenha passado de um “mal-entendido”. Mas, ao contrário de EUc Rosângela Camargo que fundamenta o processo de transformação em saberes de crença, EUc Cláudia Kichler fundamenta-o em saberes de conhecimento, por meio das categorias evenemencial e explicativa, pois põe em xeque a verossimilhança, “dependendo do consenso que pode estabelecer-se, no interior de uma comunidade social, sobre a maneira de compartilhar a experiência do mundo e representá-la”, ao mesmo tempo em que fornece, aos destinatários, “os meios (os argumentos) até então desconhecidos para ele, para tornar inteligíveis os

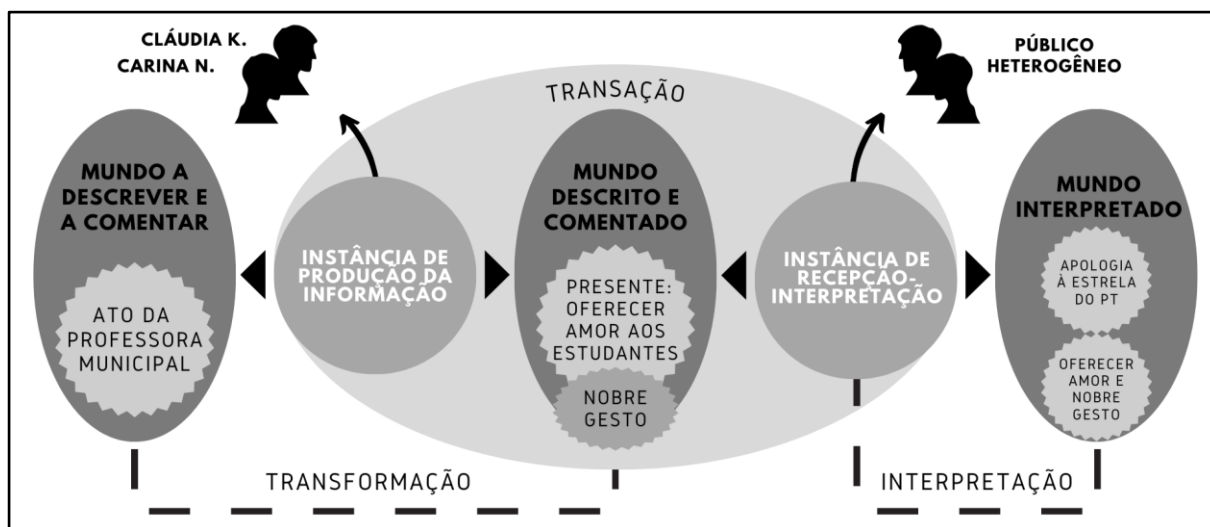
acontecimentos do mundo [...]” (Charaudeau, 2019, p. 45). Detalhemos esse processo discursivo.

Diz-se, em primeiro lugar, que os saberes de conhecimento que fundamentam o discurso de EUc Cláudia Kichler são de categoria-base evenemencial devido ao fato de que, ao enunciar, projetando uma imagem EUe, a comunicante (EUc) descreve o ocorrido à sua maneira, reforçando seu caráter inocente e padecedor (natureza/processo da ação) e identifica os atores implicados (professora da rede municipal e avó), recorrendo à credibilidade de si e da professora como sujeitos munidos de saber/representantes da boa educação municipal e da avó como uma pessoa leiga no assunto, conforme o excerto: “A Secretaria acredita nas intenções da professora, assim como eu que, ao longo dos meus 36 anos de professora, acompanho o trabalho das nossas escolas e sei quanto amor e dedicação são oferecidos aos nossos alunos pelos nossos professores”.

Em segundo lugar, trata-se de uma categoria-base explicativa de saberes de conhecimento porque EUc Cláudia Kichler fornece uma informação acerca da finalidade do acontecimento, o que reforça o emprego da primeira categoria, apresentando “fundamento na razão” (Charaudeau, 2019, p. 45). A finalidade foi a de oferecer amor aos estudantes e, não, a de fazer apologia política. Desse modo, EUc Cláudia descreve os meios para esta finalidade justificando a escolha da cor vermelha, do material EVA e do formato estrela, de modo a formular argumentos que orientem o TUD a interpretar a informação de acordo com a explicação fornecida: “[...] essa cor ela tinha em quantidade suficiente para suas duas turmas de alfabetização. [...] havia escolhido o vermelho porque era a cor do coração [...] e a estrela porque seus alunos são as estrelinhas que vão brilhar durante o ano”. Desse modo, busca transmitir a informação apoiada em um valor de verdade conferido, a ela, por sua posição de autoridade como Secretária de Educação e como professora.

Contudo, como observaremos, posteriormente, ao analisarmos as interações de comentários recortadas, na instância de recepção-interpretação ocupada por um público destinatário de perfil social genérico e diversificado, parte significativa dos TUi não aceita a significação proposta por EUc Cláudia Kichler e a imagem projetada de EUe, identificando-se, em seu lugar, com a significação proposta por EUc Rosângela Camargo. Esse esquema de semiotização, por sua vez, é demonstrado na Figura 13:

Figura 13 – A semiotização do mundo pelo processo de transformação de Cláudia Kichler



Fonte: elaborado pelo pesquisador (2023)

Vemos, pois, duas ativações distintas de imaginários sociais que amparam a refração do signo ideológico determinante ao processo de transformação, ao compararmos os modos como EUc Rosângela Camargo (avó) e EUc Cláudia Kichler (Secretária de Educação) transformam o mundo a significar. Observemos as seguintes passagens, retiradas, respectivamente, dos discursos de Rosângela Camargo (EUc/EUe) e Cláudia Kichler (EUc/EUe): “Não vão transformar a minha neta num zumbi igual esses que tão aí hoje, com vinte, vinte e cinco anos, e andam com uma bandeira vermelha nas costa, que não sabem nem o porquê. Que falam, que pregam socialismo e dentro do ensino fundamental tá sendo pregado isso [...]. [...] Eu não tô pregando nenhuma outra ideologia. É o nosso país, é a nossa pátria. [...] Porque eu não aceito esse tipo de coisa dentro de escola, que não seja pregado nem de direita, nem de esquerda, escola não é pra isso. [...]”; e “A secretaria, cumprindo o seu papel de trabalhar com ética e transparência [...]. O trabalho realizado em nossas escolas é feito de maneira responsável, sempre priorizando o sucesso dos alunos. [...] A Secretaria acredita nas intenções da professora, assim como eu que, ao longo dos meus 36 anos de professora, acompanho o trabalho das nossas escolas e sei quanto amor e dedicação são oferecidos aos nossos alunos pelos nossos professores”.

Como podemos perceber, por um lado, ao nível da consciência de EUc Rosângela Camargo (ao enunciar, EUe), ancorada nos imaginários sociais de seu coletivo, há a recorrência aos estereótipos: a) professores, sobretudo da rede municipal, são militantes esquerdistas e comunistas que buscam, constantemente, “doutrinar” as crianças por meio de suas ideologias<sup>30</sup>;

<sup>30</sup> Esse estereótipo é utilizado principalmente pelos sujeitos B, D e G, nas interações de comentários.

b) a cor vermelha e o formato estrela são símbolos do partido PT (Partido dos Trabalhadores); c) o “povo de bem” é aquele avesso à esquerda e ao comunismo; e d) professores não são militantes esquerdistas e comunistas se utilizam, em vez do formato estrela e da cor vermelha, o símbolo da bandeira do Brasil – o que pressupõe que o signo bandeira do Brasil é isento de ideologias.

Por outro lado, ao nível da consciência de EUc, que se enuncia EUe, Cláudia Kichler, também ancorada nos imaginários sociais de seu coletivo, esta recorre aos estereótipos: a) pessoas e instituições ligadas aos setor educacional são vítimas constantes de denegrição<sup>31</sup> de imagem; b) secretarias de educação trabalham com ética e transparência – tal qual seus representantes; c) o trabalho dos professores, nas escolas, é responsável e sempre prioriza o sucesso dos alunos; e d) representantes de secretarias de educação acompanham de perto o trabalho realizado nas escolas amparadas pela rede. A secretária também utiliza os clichês “ao longo dos meus 36 anos de professora” e “apologia política” que, amparados pelos estereótipos a que esta recorre, contribuem para a consolidação do processo de transformação ali percorrido.

Dessa maneira, em ambos os casos, os estereótipos determinam “a adesão a uma opinião estabelecida, uma imagem compartilhada” que “permite, ademais, ao indivíduo proclamar indiretamente sua adesão ao grupo do qual deseja fazer parte” (Amossy, 2022, p. 56). No entanto, faz-se necessário compreender que, no caso dos estereótipos ativados, no ato de linguagem, por EUe Rosângela Camargo, esses compõem-se de contraverdades negacionistas, ao seguirem uma lógica de generalização que, a partir de fatos isolados em número e grau mínimos, superestimam atitudes, opiniões e posicionamentos, contestando e reelaborando a sua existência (Charaudeau, 2022), ao mesmo tempo em que declaram uma ausência de provas a favor da professora municipal.

A avó (EUc) não nega os fatos, em si, mas a sua natureza. Aponta, fundamentada nos imaginários sociais de “professor = esquerdista = comunista = doutrinador” – que sustentam os estereótipos aos quais recorre –, novas explicações sobre o fato, baseando-se nas evidências empíricas que compõem esse grupo de estereótipos. Consequentemente, denuncia a explicação oficial e converte, tal qual a perspectiva de Charaudeau (2022), a dicotomia entre verdadeiro e falso, na luta de bem x mal. Daí seu caráter polarizante e polêmico: os estereótipos utilizados são criados como verdades alternativas no processo de “tarefa de juízes” (Charaudeau, 2022, p.

---

<sup>31</sup> Reconhecemos que o uso do termo é carregado de um racismo estrutural, contudo, optamos por sua utilização por ser o termo utilizado por Cláudia Kichler.

140), apoiando-se na tendência de rejeitar três categorias de indivíduos: os professores, os de posicionamento político de esquerda e os funcionários públicos.

Diante disso e retornando ao caráter comum de recorrência estereotípica por EUC Rosângela Camargo e EUC Cláudia Kichler (no discurso, ambas projetando EUE), observemos que, também em ambos os casos, os processos de transformação do ato da professora municipal por essas enunciadoras – fundamentados, lembremos, pelo caráter ideológico do signo refratado pelo horizonte social dos dois coletivos antagonistas (que, por sua vez, são amparados pelas recorrências estereotípicas aos imaginários sociais) e, também, pelo papel representativo que procuram desempenhar em seu ato ético responsável – demonstram uma clara assimetria. É a intenção de EUC Rosângela Camargo informar para fazer-criar opondo-se ao ato da professora municipal, ao mesmo tempo que denunciando-a ao próprio coletivo<sup>32</sup>. Em contraste, percebe-se a intenção de EUC Cláudia Kichler e EUC Carina Nath informar para fazer-criar um consentimento, que evoca sensibilidade do TUD. Faz-se necessário, nessa circunstância discursiva, compreendermos o esquema da *mise-en-scène* desenrolada no ato de linguagem que atuou de forma regente no processo de transformação instaurador da interação verbal polêmica.

Conforme discorremos no capítulo anterior dedicado à orientação metodológica do estudo, as interações de comentários recortadas (publicações) que compõem o *corpus* de análise respondem diretamente ao discurso de EUC Cláudia Kichler, sendo que sequer têm acesso direto ao discurso de EUC Rosângela Camargo. Desse modo, considerando a importância do discurso da enunciadora Cláudia Kichler para a contrapartida das interações, tal qual a necessidade de desvelarmos a assimetria do ato de linguagem dessa EUE para com relação a seu público destinatário (TUD), adentramos, a seguir, no campo específico de seu projeto global de comunicação<sup>33</sup>, endossado por EUC Carina Nath.

---

<sup>32</sup> Essa aposta é recusada por TUi Cláudia Kichler e TUi Carina Nath.

<sup>33</sup> Na obra “Linguagem e discurso” (Charaudeau, 2016), utilizada como principal referencial teórico do autor nesta dissertação, são observados os empregos dos termos “projeto global” e “projeto de fala”. Justificamos a escolha do primeiro termo no texto deste capítulo de análise por sua abrangência; como Charaudeau (2016, p. 48) argumenta, o termo “projeto de fala” equivale ao termo “intencionalidade”, sendo representado, sobretudo, pela imagem de enunciador construída por EUC. De outro modo, o termo “projeto global”, como apresentamos na página 57 deste estudo, engloba a totalidade da expedição do EUC, do ponto de vista da produção, englobando, por conseguinte, a sua intencionalidade (seu projeto de fala), tal qual a utilização de contratos, estratégias e visadas discursivas.

## 5.2 O PROJETO GLOBAL DE EUc CLÁUDIA KICHLER: PROCESSOS DE PRODUÇÃO E INTERPRETAÇÃO

Introduzimos esta seção com o resgate das considerações acerca do agir ético responsável de EUc Cláudia Kichler que, como afirmamos na seção anterior, assume uma responsabilidade apenas sua, embora tente envolver, nela, a corresponsabilidade da professora municipal. Em decorrência desse agir, isto é, desta disposição no mundo unitário singular, EUc Cláudia Kichler manifesta, no discurso (EUe), uma percepção de si (eu-para-mim) enquanto autoridade munida de legitimidade para dizer o que diz – no caso, defender a ação da professora esclarecendo que não passou de um mal-entendido, pois “um ato é ético somente quando é governado inteiramente por uma norma moral apropriada, que tenha determinado conteúdo de caráter geral” (Bakhtin, 2022, p. 72). Essa ideia é confirmada pelo emprego dos excertos enunciados: “a secretaria, cumprindo o seu papel de trabalhar com ética e transparência [...]”; “ao longo dos meus 36 anos de professora [...]” e “o trabalho realizado em nossas escolas é feito de maneira responsável, sempre priorizando o sucesso dos alunos”.

Ao enunciar, desse modo, o sujeito projetado por EUc Cláudia Kichler é um sujeito enunciator (EUe) “esclarecedor”, que manifesta a busca da comunicante por uma contrapartida de sensibilidade do TUd (um TUd “sensibilizador”), por meio de um contrato de consentimento, cujo reconhecimento é indispensável à intercompreensão (Charaudeau, 2004). Esse contrato é definido pelas visadas de informação, de incitação e de demonstração, que culminam em duas estratégias concomitantes: a legitimação e a credibilidade. EUc Cláudia impõe, ao TUd, um fazer-saber, apoiando-se em sua legitimidade de posição de saber, marcada pelo emprego, no discurso, dos enunciados mediante excertos destacados: “a secretaria, cumprindo o seu papel de trabalhar com ética e transparência [...]”; “ao longo dos meus 36 anos de professora [...]” e “o trabalho realizado em nossas escolas é feito de maneira responsável, sempre priorizando o sucesso dos alunos”.

Com efeito, o emprego dessas afirmações não somente apresenta a visada de informação, como também exprime a estratégia de legitimação: Cláudia possui autoridade no assunto referido e, portanto, tem a pertinência de dizer o que diz; premissa que o TUd deve saber, corroborando “a intenção pragmática do *eu* em relação com a posição que ele ocupa como enunciator na relação de força que o liga ao *tu*” (Charaudeau, 2004, p. 4). A partir de então, EUe (em demanda do EUc Cláudia) incita o TUd a crer na verdade revelada (fazer-creer) e posicionar-se diante dela, em sua defesa (fazer-fazer). Espera, então, que, por meio de uma demonstração – apoiada na sua legitimação enquanto posição de autoridade para dizer o que

diz –, o TUi avalie positivamente sua premissa, identificando-se com TUd e aderindo a ela para dispor-se de acordo com seu posicionamento ideológico (contrário ao da avó), pois esse posicionamento, apoiado na estratégia de credibilidade, parece ser o mais pertinente. Trata-se de uma intencionalidade, como defende Charaudeau (2010), psico-sociodiscursiva.

É uma característica tanto do discurso de EUc (ao enunciar, EUe) Rosângela Camargo, quanto de EUc (ao enunciar, EUe) Cláudia Kichler a procura por prever a reação de um público destinatário de perfil social genérico e heterogêneo (TUd) que se sabe corroborar, em parte, as intenções da antagonista<sup>34</sup>. Porém, como EUc Cláudia Kichler é uma figura pública e politicamente representativa, seu status social é evidenciado: “não é mais o que é dito que conta, mas a origem enunciativa externa do que é dito” (Charaudeau, 2004, p. 1). Desse modo, EUc Cláudia Kichler institui um TUd “público geral” (“sensibilizador”) que engloba três esferas de coletivos: o coletivo antagonista; o próprio coletivo definido pelos grupos que, ideologicamente, assumem posicionamento igual ou similar ao de si; e, ainda, um terceiro coletivo que ainda não se posicionou, mas que escolherá um dos dois polos – que irá se sensibilizar com seu discurso e assumir que, ao contrário do defendido pela avó (Rosângela Camargo), a ação da professora foi superestimada, sendo, injustamente, interpretada como um ato político propagandista<sup>35</sup>.

Ao verificarmos os múltiplos TUi expressos nos comentários da publicação – apresentados no início deste capítulo e detalhados nas próximas seções, nos discursos dos sujeitos A, B, C, D, E, F, G, H e I –, os analisamos, de maneira breve, de modo a contemplar o processo de interpretação do projeto global de EUc Cláudia Kichler. Porquanto parte do público identifica-se com o TUd projetado por EUc Cláudia Kichler<sup>36</sup> (TUd “sensibilizador”), aceitando o contrato de consentimento, a maioria desse público não identifica-se com esse sujeito projetado<sup>37</sup>, recusando esse contrato de comunicação. Esses discursos são visíveis no Quadro 4:

---

<sup>34</sup> Considerando que, do ponto de vista de Rosângela Camargo (avó), as antagonistas sejam Cláudia Kichler e Carina Nath, enquanto, do ponto de vista destas, Rosângela assuma tal posição.

<sup>35</sup> Recordamos que Charaudeau (2016) assevera a existência de um público destinatário idealizado e composto por vários perfis TUd que correspondem a um mesmo ato de linguagem, porém assimétrico, polemizado e polarizado, no caso do corpus proposto para análise, conforme discutido na seção anterior.

<sup>36</sup> Caso dos TUi A e C, conforme Quadro 4.

<sup>37</sup> Caso dos TUi B, D, E, F, G, H e I, conforme Quadro 4.

**Quadro 4 – Categorização dos discursos dos TUi expressos nos comentários da publicação de Carina Nath**

<b>Sujeito interpretante (TUi)</b>	<b>Discurso (enunciado do comentário/resposta do comentário)</b>	<b>Relação com o contrato de consentimento</b>	<b>Identificação com TUD “sensibilizador”</b>
<b>Sujeito A</b>	“Parabéns pelos esclarecimento e postura.”	Aceite do contrato	Sim
<b>Sujeito B</b>	“se meu filho estuda-se na sua escola eu ficaria muito decepcionada com a sra!!! Isso foi uma explicação horrível e cheia de ideologia!! Se fosse um lápis com uma bandeira do Brasil o que s A sra falaria???”	Recusa do contrato	Não
<b>Sujeito C</b>	“Parabéns por defender nossa Educação! 😊😊”	Aceite do contrato	Sim
<b>Sujeito D</b>	“Ela não defendeu a educação, mas sim uma militante de esquerda disfarçada de professora..”	Recusa do contrato	Não
<b>Sujeito E</b>	“Porque não vez um coração ao invés de uma estrela, se a cor vermelha é do ❤️”	Recusa do contrato	Não
<b>Sujeito F</b>	“Se ela tinha o MVA vermelho poderia ser um coração”	Recusa do contrato	Não
<b>Sujeito G</b>	“Elas não fazem apologia. Eu presenciei isso no ensino médio. A palestrante desenhava uma estrela no quadro, enquanto, subliminarmente, defendia temas ligados à sua preferência política. Não sei desse caso, mas ainda temos situações deste tipo nas escolas.”	Recusa do contrato	Não
<b>Sujeito H</b>	“se tem está com m dias contados”	Recusa do contrato	Não
<b>Sujeito I</b>	“esse ano está pior.”	Recusa do contrato	Não

Fonte: elaborado pelo pesquisador (2023)

A esquematização do Quadro 4 evidencia os desdobramentos de aceite ou recusa do contrato de consentimento. Porém, é necessário destacar que, em alguns casos específicos, o aceite e a recusa são mostrados de maneira clara e objetiva, marcando explicitamente o posicionamento dos sujeitos, em detrimento aos demais sujeitos cujo posicionamento pode ser demonstrado de maneira indireta. O aceite do contrato – e, conseqüentemente, identificação com TUD “sensibilizador” –, caso dos TUi A e C é visto explicitamente nos enunciados: “parabéns pelos esclarecimento e postura” (sujeito A) e “parabéns por defender nossa educação” (sujeito C). Por sua vez, a recusa do contrato – e, por conseguinte, não-identificação com TUD “sensibilizador” –, caso dos demais sujeitos interpretantes (TUi), é visto de modo explícito em: “[...] isso foi uma explicação horrível e cheia de ideologia!” (sujeito B) e “se ela tinha o mva vermelho poderia ser um coração” (sujeito F).



No caso da recusa do contrato nota-se que, mesmo aqueles que marcam, no discurso, seu posicionamento de maneira indireta, manifestam um TUi que responde de modo opositivo à não-identificação pela imagem projetada por EUc Cláudia Kichler de TUD “sensibilizador”, como também à aposta da comunicante, ao mobilizar o ser de fala EUe Cláudia Kichler “esclarecedor”. Essa parcela de sujeitos compreende, assim, um TUi múltiplo “revelador” que se orienta, ideologicamente, conforme o representante de seu coletivo: Rosângela Camargo. Em um modelo sintético, podemos dispor os quatro sujeitos do ato de linguagem da seguinte forma:

EUc Cláudia Kichler – EUe Cláudia Kichler “esclarecedor” → TUD múltiplo  
 “sensibilizador” – TUi múltiplo “revelador”

Ao nos determos às particularidades desse processo notamos, também, que esses sujeitos interpretantes (TUi) que recusam o contrato de consentimento parecem crer que o discurso de EUc Cláudia Kichler, ao manifestar o EUe “esclarecedor”, apenas procura “encobrir” o cunho político propagandista do ato da professora municipal (basta que resgatemos o discurso do sujeito B, por exemplo: “[...] isso foi uma explicação horrível e cheia de ideologia!”), motivo pelo qual o substituem por uma nova projeção de EUe, sob seu domínio interpretativo (isto é, do ponto de vista do processo de interpretação): um EUe Cláudia Kichler “omissor”. Desse modo, a disposição dos quatro sujeitos assume a seguinte forma:

EUc Cláudia Kichler – EUe Cláudia Kichler “esclarecedor” → TUD múltiplo  
 “sensibilizador” – TUi múltiplo “revelador” – EUe Cláudia Kichler “omissor”

Retornamos, agora, ao domínio do processo de produção orientado por EUc Cláudia Kichler e manifestado por EUe Cláudia Kichler “esclarecedor”. Rememorando os pressupostos bakhtinianos de que “o elemento expressivo é uma particularidade constitutiva do enunciado” (Bakhtin, 2016, p. 56), o discurso de Cláudia Kichler (EUe) é definido por um conteúdo temático (domínio de sentido) de retratação, marcado por estilo formal, mas que não explora abundantemente os recursos lexicais, de modo a não dificultar a compreensão de TUD múltiplo “sensibilizador”, já que esse compõe-se do público-geral, formado tanto por aqueles que detêm um bom domínio da língua – em termos lexicais –, quanto aqueles que não o detêm. Tal linha

tênu e entre o lexicalmente acessível e o inacessível é verificada, em especial, nos trechos: “Venho a público me manifestar [...]”, “[...] antes de denegrir a imagem de alguém ou de uma instituição, devemos conversar, ouvir as partes envolvidas e, depois, tomar uma decisão” e “A professora, apesar de estar muito triste, esclareceu que seu único objetivo era acolher [...]”.

Bakhtin (2016, p. 17) nos lembra que “todo estilo está indissolavelmente ligado ao enunciado e às formas típicas de enunciados, ou seja, aos gêneros do discurso”. Desse modo, a construção composicional fica a cargo de recursos que provocam um distanciamento do fato, relatando o ocorrido, ao mesmo tempo em que marca uma relação de interlocução apelativa, pois depreende do destinatário um consentimento, em função do contrato de comunicação que institui. Observa-se essa característica, em especial, nos trechos: “a secretaria, cumprindo o seu papel de trabalhar com ética e transparência, procurou a equipe diretiva da escola e a professora para esclarecer a situação” e “o trabalho realizado em nossas escolas é feito de maneira responsável, sempre priorizando o sucesso dos alunos”. Trata-se, portanto, de um discurso circunscrito no gênero secundário vídeo, que organiza uma complexa rede de gêneros primários, entre eles: o diálogo, o relato e a nota.

Essa afiguração enunciativa marcada pelo contrato de consentimento faz ver uma percepção de EUC Cláudia Kichler com relação ao momento outro-para-mim ligeiramente distinta da imagem projetada de TUD “sensibilizador”, na qual a comunicante reconhece o outro com todos os seus valores, em sua “consciência emotiva-volitiva” (Bakhtin, 2022, p. 104). Atentemos ao trecho: “[...] antes de denegrir a imagem de alguém ou de uma instituição, devemos conversar, ouvir as partes envolvidas e, depois, tomar uma decisão”. EUC Cláudia Kichler considera o outro como o coletivo antagonista que corrobora o posicionamento da avó (já que é este outro que fomenta a criação de seu discurso de retratação), rotulando-o, indiretamente, como “denegridor”, compreendendo, ao mesmo tempo, que este é um outro intransponível. Por isso, projeta o TUD “sensibilizador” objetivando a identificação dos TUI contrários ao papel de “revelador”, de mesmo modo que projeta EUC “esclarecedor” demonstrando um eu-para-o-outro composto por uma imagem múltipla de transparência, autoridade, experiência e sabedoria, de modo a opor-se ao outro-para-mim marcado por suas expectativas.

O aceite do contrato de consentimento pelos sujeitos A e C e a sua recusa pelos sujeitos B, D, E, F, G, H e I não marcam apenas a identificação, pelos primeiros, e a não-identificação, pelos segundos, de TUD “sensibilizador”. Eles marcam, também, respectivamente, o aceite e a

recusa dos estereótipos<sup>38</sup> ativados por EUC Cláudia Kichler e manifestados por sua contraparte como ser de fala (EUC Cláudia Kichler), cumprindo sua função identitário-ideológica que “expressa simbolicamente a sua identificação com uma coletividade, assumindo seus modelos [...]” (Amossy, 2022, p. 56). Novamente, verifica-se a atuação do fenômeno de refração do signo ideológico, que é refletido no discurso de Cláudia Kichler (EUC) e, como destacado por Volóchinov (2017, p. 91), se trata de “outra realidade que se encontra fora dos seus limites” – isto é, fora dos limites dos sujeitos que recusaram o contrato de consentimento, a identificação por TUD “sensibilizador” e, ainda, os estereótipos mobilizados por EUC Cláudia Kichler.

Nessa situação comunicativa, enquanto pelo projeto global dessa enunciadora havia a intenção de refletir as realidades do ato da professora municipal e do equívoco da avó (Rosângela Camargo), tal realidade sofre uma refração, ao entrar em contato com a consciência ideológica de TUI “revelador”. Essa realidade refratada é a que considera que estrelas são símbolos do PT, bem como a cor vermelha e, ainda mais, ambos postos em conjunto, como verifica-se nos excertos: “Porque não vez um coração ao invés de uma estrela, se a cor vermelha é do ❤️” (Sujeito E), “Se ela tinha o MVA vermelho poderia ser um coração” (Sujeito F) e “Elas não fazem apologia. Eu presenciei isso no ensino médio. A palestrante desenhava uma estrela no quadro, enquanto, subliminarmente, defendia temas ligados à sua preferência política. [...]” (Sujeito G).

Mais além, o horizonte social deste grupo, conforme verificado pela semiotização do mundo orientada por EUC Rosângela Camargo, não admite outra interpretação dos signos “estrela” e “vermelho”, pois estes são os imaginários sociais que circundam a sua compreensão do mundo – isto é, a “ênfase valorativa que acompanha todo conteúdo” (Volóchinov, 2017, p. 110). Em função disso, a informação agregada de valor de verdade passa, nessa esfera, por uma conversão a um efeito de verdade, pois a credibilidade de EUC Cláudia Kichler como secretária e professora não é suficiente para validar o sentido da informação fornecida pelo projeto global da comunicante.

Sob o domínio da unidade da consciência verbalmente formalizada, visando o reconhecimento social (Volóchinov, 2017), prossegue a polarização discursiva, que opera a situação de comunicação, tal como configura o contato entre os sujeitos conforme as especificidades da interação polêmica e a *mise-en-scène*. Mobiliza-se, no debate, dois assuntos

---

<sup>38</sup> Lembremos: a) pessoas e instituições ligadas aos setor educacional são vítimas constantes de denegrição de imagem; b) secretarias de educação trabalham com ética e transparência – tal qual seus representantes; c) o trabalho dos professores, nas escolas, é responsável e sempre prioriza o sucesso dos alunos; e d) representantes de secretarias de educação acompanham de perto o trabalho realizado nas escolas amparadas pela rede.

de interesse público comum: educação pública e política partidária, do mesmo modo que, a partir dos estereótipos e clichês, ativam-se dois conjuntos distintos de imaginários sociais que contribuem para a consolidação de representações imprecisas dos sujeitos. Por meio delas, cria-se uma dicotomização baseada por dois polos argumentativos, identitários e ideológicos: os favoráveis à atitude da professora e, por conseguinte, do discurso de EUC Cláudia Kichler e os favoráveis à reação da avó (Rosângela Camargo) e, dessa maneira, contrários à atitude da professora e ao discurso de Cláudia – “posições inconciliáveis” (Amossy, 2017, p. 54). Tais polos organizam-se de acordo com os saberes partilhados evocados, nesta circunstância de discurso, a partir da ativação dos imaginários sociais, já prevendo a compreensão ativamente responsiva do grupo antagonista.

A polarização discursiva desenvolve-se em torno de uma gestão do conflitual que visa validar os argumentos de si (de seu coletivo) e invalidar os argumentos do outro, colocando um “nós” diante um “eles” (Amossy, 2017). Tanto EUC Cláudia Kichler quanto a parcela de não identificação de TUD “sensibilizador” por TUI “revelador” assumem uma posição de “Proponente”, enxergando, no adversário, um “Oponente”, em face de um “Terceiro” definido pela situação de comunicação e pelas circunstâncias de discurso – vale lembrar que os TUI “revelador” só assumem essa posição quando comunicam, isto é, quando se tornam EUC. Esse “Terceiro” é o público comum do Facebook; os “espectadores” da interação, o terceiro coletivo que mencionamos no início desta análise, definido pelos sujeitos que ainda não se posicionaram, mas escolherão um dos dois polos.

A verificação dessas posições – grosso modo, defensor da posição proposta, opositor dessa posição, ouvinte-espectador da confrontação –, fica a cargo da desqualificação do outro, técnica utilizada tanto por EUC Cláudia Kichler, quanto pelos TUI “revelador”, quando assumem a posição de EUC. Em ambos, “as partes implicadas devem trazer suas razões e fazer valê-las refutando as do adversário” (Amossy, 2017, p. 51). O primeiro caso é mostrado nos excertos: “Após fazer a postagem, denegrindo a imagem da Escola Dr. Décio [...]” e “[...] antes de denegrir a imagem de alguém ou de uma instituição, devemos conversar, ouvir as partes envolvidas e, depois, tomar uma decisão”. Neles, como afirmamos anteriormente, Cláudia rotula a avó – antes mesmo que TUI “revelador” se manifestasse nos comentários, comprovando a ideia de responsividade –, como “denegridora”. Porém, o processo é fortalecido pelo segundo enunciado que agrega, à Rosângela Camargo, outra posição: a de “impulsiva”. Ao fazê-lo, Cláudia coloca-se em posição de sujeito racional, em detrimento à avó (Rosângela), que seria irracional. Observa-se que Cláudia recorre ao *logos* para expressar esse posicionamento,

apoiada na própria credibilidade enquanto figura pública munida de autoridade e, portanto, símbolo de seriedade e boa postura.

Já no segundo caso verifica-se a desqualificação partindo de EUE “revelador” por meio do enunciado proferido, sobretudo, pelo sujeito comunicante (EUC) D: “[...] militante de esquerda disfarçada de professora”, que inferioriza o papel profissional da professora por meio da conotação negativa dos termos “militante” e “de esquerda”. A construção das duas formas de desqualificação – partindo, respectivamente, de EUC Cláudia Kichler (ao enunciar, EUE “reconhecedor”) e EUC sujeito D (ao enunciar, EUE “revelador”) – converte-se de uma dicotomização a uma polarização discursiva, justamente por seu aspecto actancial cuja intenção é desacreditar o adversário, promovendo um reagrupamento do coletivo por identificação e rejeitando os enunciados antagonistas. De maneira semelhante, é tal construção que permite desvelarmos o papel do “Terceiro” nesse processo. Neste caso, em oposição ao observado no projeto global de Cláudia Kichler, os múltiplos TUi “revelador” recorrem, ao tornarem-se EUC e, no discurso, EUE “revelador”, ao *pathos*, em sua maioria, buscando apelar às emoções de um povo que pode validar os seus argumentos – tal questão é explorada nas próximas seções de nossa análise.

Por meio das reações de “haha”, “amei” e “gr”, o público constituinte do auditório da interação entre Cláudia Kichler, autores de comentários e respondentes de comentários legitimam a parte com a qual se identificam, identitária e ideologicamente, de mesmo modo que deslegitimam o grupo antagonista, validando a desqualificação do outro empregada pelo representante de seu pólo ideológico. Eles assumem uma reprovação que “chama à exclusão radical da praga”, por meio da assunção de uma função social, como afirma Amossy (2017, p. 61). Como afirmamos há pouco, sob o domínio da unidade da consciência verbalmente formalizada, a polarização discursiva opera a situação de comunicação – o espaço de troca no qual os enunciadores se colocam em relação com o(s) parceiro(s) interlocutor(es) (Charaudeau, 2016). Essa polarização é, portanto, definida por: a) as características de influência do auditório no espaço virtual do Facebook; b) as características identitárias dos sujeitos envolvidos na interação (EUC Cláudia Kichler, TUi “revelador”, EUE “revelador”, etc.), tal qual seu movimento constante entre os papéis actanciais de Proponente e Oponente; e c) as características contratuais de aceite por parte de TUi “sensibilizador” (por identificarem-se com TUD “sensibilizador”) e recusa por parte de TUi “revelador”, que caracterizam uma implicação de situação monológica.

Diante desse contexto e levando em conta os discursos pela ótica do modo enunciativo, vê-se um comportamento alocutivo partindo de EUC Cláudia Kichler com relação a TUD

“sensibilizador”. Relembremos o excerto: “A secretaria, cumprindo o seu papel de trabalhar com ética e transparência, [...] pois acreditamos que, antes de denegrir a imagem de alguém ou de uma instituição, devemos conversar, ouvir as partes envolvidas e, depois, tomar uma decisão”. Nele, Cláudia espera impor, sobre o destinatário, um comportamento de inferioridade, que o coloque na posição de observar a atitude da avó como impulsiva e denegridora (pela desqualificação) para que se posicione contrária a ela, confirmando a visada de incitação (fazer-crer para, em seguida, fazer-fazer).

Já o múltiplo TUi “revelador” manifesta ora um comportamento elocutivo, ora um comportamento delocutivo – de testemunha, pois “faz a retomada, no ato de comunicação, de Propósitos e Textos que não pertencem ao sujeito falante [...]” (Charaudeau, 2016, p. 83). O primeiro caso é explicitado, sobretudo, pelo sujeito E no excerto: “Porque não vez um coração ao invés de uma estrela, se a cor vermelha é do ❤️”, que oferece um julgamento do fato por meio da manifestação de um ponto de vista ao qual o interlocutor não possui acesso. O segundo, por sua vez, é demonstrado pelos demais sujeitos, enfaticamente por sujeito G (“Elas não fazem apologia. Eu presenciei isso no ensino médio [...]”) e sujeito H (“se tem está com m dias contados”). Esses comportamentos determinam, na perspectiva de Charaudeau (2016), a posição que o comunicante (Cláudia) ocupa com relação ao outro. Há uma pretensão em demonstrar seus pontos de vista (definidos, lembremos, por contraverdades), ao mesmo tempo em que se procura ignorar, em alguns casos, a presença de Cláudia Kichler e/ou do autor do comentário principal, ou mesmo de conferir, a si, um papel de “testemunha que relata um fato”, buscando, também, a desqualificação do outro para retroalimentar a interação verbal polêmica.

Por isso, embora todos os discursos sejam envolvidos por emoção em maior ou menor grau (recorrência ao *pathos*), são os discursos de EUE “revelador” que recorrem, em maior grau, à paixão violenta, provocando discussões inflamadas, pois faz emergir, nas circunstâncias de discurso, “um componente verbal desregrado libertado de qualquer inibição [...] que compreende injúrias, insultos e uma linguagem ultrajante” (Amossy, 2017, p. 174). Por um lado, os sujeitos B, D, H e I expressam, no discurso, uma modalidade de acusação: não há explicação para as emoções de cólera e indignação manifestadas: “se meu filho estuda-se na sua escola eu ficaria muito decepcionada com a sra!!! Isso foi uma explicação horrível e cheia de ideologia!! [...]” (Sujeito B), “Ela não defendeu a educação, mas sim uma militante de esquerda disfarçada de professora.” (Sujeito D), “se tem está com m dias contados” (Sujeito H) e “esse ano está pior.” (Sujeito I). Em seu lugar, estas dão espaço a um “ódio gratuito”, direcionado à Cláudia Kichler.

Por outro lado, os sujeitos E, F e G expressam tanto uma modalidade de injunção, quanto uma de instigação: a expressão de sua indignação é indiretamente marcada pelos argumentos de contraverdade que as justificam e realizam, por consequência, uma denúncia velada da atitude da professora e do discurso de Cláudia Kichler, como se protestassem contra ambas<sup>39</sup>: “Porque não vez um coração ao invés de uma estrela, se a cor vermelha é do ❤️” (Sujeito E), “Se ela tinha o MVA vermelho poderia ser um coração” (Sujeito F) e “[...] Eu presenciei isso no ensino médio. A palestrante desenhava uma estrela no quadro, enquanto, subliminarmente, defendia temas ligados à sua preferência política. Não sei desse caso, mas ainda temos situações deste tipo nas escolas.” (Sujeito G).

Assim sendo, o que ocorre é o agravamento de conflitos que são exteriores ao Facebook: a polarização direita x esquerda e a deslegitimação dos funcionários públicos – especialmente de professores, como se comprova pelos estereótipos “a” (professores, sobretudo da rede municipal, são militantes esquerdistas e comunistas que buscam, constantemente, “doutrinar” as crianças por meio de suas ideologias) e “c” (o “povo de bem” é aquele avesso à esquerda e ao comunismo”, sobre os quais discutimos anteriormente. No ambiente da rede social, esses conflitos operam segundo suas rotinas interacionais, motivo pelo qual situam-se na linha tênue entre a violação do código de ética discursivo-comportamental do meio extradigital (manifestado pelas contraverdades, pela recorrência aos estereótipos negativos ligados aos coletivos da esquerda, professores e funcionários públicos) e a expressão desenfreada, inflamada e violenta que o Facebook prescreve nas interações.

Contudo, dada a ausência do uso de pseudônimos, o público EUe “revelador” admite a responsabilidade pela promoção de seus ideais, ligados ao ultraconservadorismo de extrema-direita, mesmo correndo o risco de perder status social a partir da violência verbal manifestada em seus discursos, pois “encontra os valores culturais como já dados [...] e toda a sua atividade se resume a reconhecer a sua validade para si” (Bakhtin, 2022, p. 89). Com efeito, a influência do discurso de EUc Cláudia Kichler é tão forte, a partir da manutenção contratual, das circunstâncias do discurso, da situação de comunicação e de seu caráter intrinsecamente responsivo (ainda mais considerando que é situado na rotina interacional do Facebook), que o jogo de máscaras e, conseqüentemente, a despersonalização são substituídos por um impulso contagiante (Amossy, 2017) de defesa identitária e ideológica, que desenrola novas interações polêmicas e novas configurações circunstanciais e contratuais nos comentários. Como veremos

---

<sup>39</sup> As particularidades do projeto global desses sujeitos são discutidas em momento posterior.

adiante, são essas as configurações que comprometem as relações alteritárias do contrato de comunicação no Facebook.

Prosseguimos nossa discussão analisando, na sequência, a Interação 1 (Figura 8).

### 5.3 INTERAÇÃO 1: RECONHECIMENTO E EMOÇÃO

Consolidadas as configurações discursivas e contratuais do projeto global de EUC Cláudia Kichler, podemos partir para a primeira interação de comentário recortada, já compreendendo-a da instância de recepção oposta à instância de produção conduzida por essa comunicante. Resgatemos, assim, o discurso do Sujeito A, componente responsável pelo desenrolar da primeira interação verificada: “Parabéns pelos esclarecimento e postura”. Como afirmamos anteriormente, o sujeito aceita o contrato de consentimento promulgado por EUC Cláudia Kichler “esclarecedor” e, ainda, identifica-se com TUD “sensibilizador” e com os estereótipos, imaginários e clichês que acompanham esse sujeito do discurso projetado. Esse processo de aceite e identificação, embora já visível da instância de recepção, florescerá no momento em que esse sujeito (sujeito A) assume a posição de comunicante, isto é, quando projeta um enunciador (EUC), pois “é preciso que o EUC descreva uma ação através de sua fala e que o TUi possa imaginar que o EUC tenha um ‘poder’ efetivo com relação à ação descrita [...]” (Charaudeau, 2016, p. 50). Tal é o processo que nos propomos a detalhar nesta subseção.

A afirmação “parabéns pelos esclarecimentos e postura” faz ver que o discurso do sujeito A define-se por um conteúdo temático de congratulação, marcado por um estilo informal e objetivo que, aliado a uma construção composicional cujo sentido é o de convivência, demonstra, abertamente, um posicionamento de aprovação com relação a Cláudia Kichler, Carina Nath e a professora municipal, e desaprovação com relação ao grupo antagonista. Nesse caso, verificamos que o enunciado é indissociável das unidades temáticas, tal qual previsto por Bakhtin (2016). A questão genérica do discurso promulga a ideia de congratulação desenvolvida no seu projeto global: o comentário, desta vez como gênero secundário, veicula um hiperlink na palavra “parabéns”, que desencadeia um efeito na tela do espectador. O enunciado integra a “série de gêneros sumamente difundidos no cotidiano [...] que a vontade discursiva individual do falante só se manifesta na escolha de um determinado gênero e sua entonação expressiva” (Bakhtin, 2016, p. 39).

Ao enunciar, esse sujeito, por meio de seu projeto global, procura responder diretamente ao discurso de Cláudia Kichler, que compõe o seu TUD, demonstrando a opacidade de TUi com relação à intencionalidade do EUC (Charaudeau, 2016). Contudo, depara-se com um duplo TUi,



definido por Carina Nath na afirmação e o sujeito B. O “obrigada” enunciado pela primeira interpretante demonstra a sua identificação com o TUD projetado, baseado na imagem de reconhecimento (o sujeito A espera ser reconhecido por reconhecer o posicionamento de Cláudia Kichler e, portanto, de Carina Nath). O segundo, ao contrário, ao afirmar “se meu filho estuda-se na sua escola eu ficaria muito decepcionada com a sra!!! Isso foi uma explicação horrível e cheia de ideologia!! Se fosse um lápis com uma bandeira do Brasil o que s A sra falaria???”), não se identifica com esse TUD “reconhecedor”, revelando um TUI “desaprovador” que, no contexto da publicação, participa da totalidade dos múltiplos TUI “revelador”. Ele projeta, com relação ao EUE “reconhecedor”, um EUE “mentiroso” que, por sua vez, também participa, no universo de sentido do TUI “revelador”, do complexo projeto de EUE “omissor”, no qual se inserem Cláudia Kichler e Carina Nath. Neste caso, o esquema dos sujeitos manifesta-se do seguinte modo:

EUC Sujeito A – EUE Sujeito A “reconhecedor” → TUD “reconhecedor” – TUI múltiplo  
 “reconhecedor” e “desaprovador” – EUE Sujeito A “mentiroso”

Desse modo, o sujeito A institui um contrato de reconhecimento e congratulação com relação ao TUD “reconhecedor”, que é prontamente recusado por um TUI “desaprovador”, que é parte dos múltiplos TUI “revelador”. Porém, esse contrato é aceito por Carina Nath que, como visto, identifica-se com o TUD “reconhecedor”. O contrato é formulado com base nas visadas de prescrição e demonstração: EUC sujeito A espera que Cláudia Kichler e Carina Nath reconheçam suas congratulações e validem seu posicionamento (fazer-fazer), por um “poder de sanção” (Charaudeau, 2010, p. 58) que, por conseguinte, validará a própria ação, por meio de uma avaliação desses dois sujeitos destinatários (fazer-avaliar). Engloba, diante disso, as estratégias de credibilidade e captação: o sujeito A, por meio da demonstração de seu posicionamento de acordo com Claudia Kichler e Carina Nath, procura garantir a veracidade dos propósitos de ambas, ao mesmo tempo em que as evoca para seu universo de pensamento, a fim de ser reconhecido.

A recusa do contrato, por parte do sujeito B, é marcada pela instituição de um novo contrato de reprimenda que, com base em uma visada de fazer-sentir e uma estratégia de credibilidade, pretende instaurar, por seu posicionamento, uma verdade alternativa formada pelo seu centro de valor – sob influência dos imaginários sociais que o compõem – e ativada pela resposta de Carina Nath ao sujeito A. Desse modo, esse contrato, direcionado ao TUD

Carina Nath, só é possibilitado pela resposta de Carina com relação ao sujeito A, como se o projeto global de EUC sujeito B não fosse suficientemente forte, ideologicamente, para existir fora de seus limites. Essa questão é justificada pela asserção de Machado (2019, p. 769) de que “o saber linguageiro constrói-se com uma soma de vários atos de linguagem, que trazem em si certas expectativas referentes a sua apreensão ou não pelo seu receptor ou pelos seus receptores”.

A justificativa para essa configuração contratual, levando em conta a disposição dos quatro sujeitos demonstrada no quadro anterior, é vista, perpendicularmente, na manifestação de seus respectivos atos éticos postos em relação aos esquemas de semiotização do mundo, já que esse processo ganha sentido na relação “com a situação social dos interagentes” (Pauliukonis, 2016, p. 112). O sujeito A assume uma responsabilidade, em seu ato ético, que busca representar a responsabilidade da professora municipal e de Cláudia Kichler, semelhantemente ao ato de Cláudia Kichler com relação à professora. Porém, também semelhante ao primeiro caso, não pode realizá-lo, pois a sua responsabilidade é singular e única, tal qual a responsabilidade de Cláudia Kichler e da professora. Em seu lugar, manifesta uma nova responsabilidade, que é “pseudo-representativa”, num tom emotivo-volitivo de exposição: na sua singularidade, o sujeito A, exposto à polarização presente na interação verbal polêmica, responsabiliza-se pela assunção do discurso de Cláudia Kichler como esclarecedor e exemplo de boa postura.

Lembremos que “o tom emotivo-volitivo, que abarca e permeia o existir-evento singular, não é uma reação psíquica passiva, mas uma espécie de orientação imperativa da consciência, orientação moralmente válida e responsabilmente ativa” (Bakhtin, 2020, p. 91). Desse modo, sua singularidade enquanto centro de valor desenvolve-se, por um lado, em torno desse posicionamento: o eu-para-mim, partindo desse sujeito, é composto pela ideia, de si, enquanto autoridade pública munida de saber. Esse sabe que o ato da professora municipal foi um mal entendido; sabe que Cláudia Kichler foi assertiva em sua explicação; sabe que a postura adotada por Cláudia Kichler e Carina Nath foi a correta e possui legitimação (autoridade) suficiente para parabenizá-las. Por outro lado, o outro-para-mim (consoante a projeção de TUd “reconhecedor”), é o outro vítima, que necessita de amparo, mas que, ao mesmo tempo, pode reconhecê-lo (o sujeito A), por suas congratulações. Por isso, o eu-para-o-outro manifesta-se um reconhecedor, tal qual seu EUC projetado: é aquele que reconhece e deve ser reconhecido por reconhecer; conforme Bakhtin (2020, p. 123), consolidando-se como um “centro de origem realmente concreto [...] de valorações reais [...]”.

Já na esfera de responsabilidade do sujeito B, verificada pela recusa do contrato de reconhecimento e congratulação, esse manifesta uma nova responsabilidade, também visando representar o posicionamento da avó – motivo pelo qual, inclusive, situa-se dentre os múltiplos TUi “revelador”. Nesse novo ato “pseudo-representativo”, assume uma responsabilidade de represália, num tom emotivo-volitivo de ousadia; tem de, em nome da avó e seguindo o modelo “revelador”, repreender a explicação de Cláudia Kichler e o próprio ato da professora municipal, assumindo um eu-para-mim condizente ao promulgado por Rosângela Camargo: o sujeito arquetípico “voz do povo”<sup>40</sup>. Isto é, aquele que possui autoridade suficiente para repreender figuras públicas, sabe a “real verdade” acerca da atuação dessas figuras e, ainda, possui empatia para colocar-se no lugar de outras pessoas, também do meio público, contra o “vilão” que é a figura pública (outro-para-mim).

Diferentemente do sujeito A, o sujeito B manifesta um eu-para-o-outro que não é direcionado, diretamente, ao próprio coletivo: este mostra-se um sujeito de coragem, um “policia do meio público” que, com seu discurso, é capaz de denunciar, repreender e intimidar o outro (seu antagonista). “A inclusão responsável na singularidade única reconhecida do ser-evento é o que constitui a verdade [*pravda*] da situação” (Bakhtin, 2020, p. 95). Como essa responsabilidade, avessa à Cláudia, Carina, à professora municipal e ao sujeito A, é diametralmente oposta a esses quatro sujeitos que compartilham a mesma noção sobre o mundo, também é oposta a sua própria acepção da realidade, quando comparada à dos quatro sujeitos.

Podemos considerar, então, dois esquemas de semiotização do mundo, levando em conta a interpretação do sujeito A e do sujeito B, que influenciam em seus respectivos projetos globais e na própria constituição da *mise-en-scène* que ali se desenvolve, cada uma correspondendo a um “organismo de informação” (Charaudeau, 2016, p. 43). No primeiro caso, o sujeito A realiza um processo de interpretação da informação transformada por Cláudia Kichler que coincide com o TUD “sensibilizador” projetado por essa comunicante. Corroborando, portanto, os saberes de conhecimento aos quais Cláudia Kichler recorre para a transformação da informação e não só reconhece Cláudia como uma figura de legítima autoridade, como também assevera a sua admiração com relação a ela e Carina Nath.

Em contraste, a interpretação do sujeito B coincide com o grupo de TUi “revelador”, que nega o valor de verdade expresso pelo discurso tanto de EUc Cláudia Kichler – EUE “esclarecedor”, quanto de EUc sujeito A – EUE “reconhecedor”, consolidando o EUE

---

<sup>40</sup> Detalharemos esse perfil de sujeito adiante, quando abordarmos a questão dos estereótipos, clichês e imaginários sociais.

“mentiroso” e “omissor” acerca dessa figura. Também, nega a natureza do saber de conhecimento que orientou a transformação da informação no projeto global da primeira, dando lugar a um “guia de saber se comportar e julgar” (Charaudeau, 2019, p. 46). Nesse caso, contudo, a refração do signo ideológico refletido pelo discurso de Cláudia Kichler e corroborado pelo sujeito A tende a um limite mais específico do que a noção de que estrelas são símbolos do PT, bem como a cor vermelha. Essa refração fundamenta-se em outro estereótipo enraizado nos imaginários sociais do coletivo ultraconservador de direita que compõe o TUi “revelador”: a noção de que discursos considerados “de esquerda” são ideológicos, num sentido pejorativo do termo, como se existissem discursos isentos de ideologia que pertencessem, por natureza, ao seu coletivo.

O clichê “se fosse... o que você faria?”, adotado pelo sujeito B em “se fosse um lápis com uma bandeira do Brasil o que a sra. falaria?” promulga a recorrência a esse estereótipo, apelando ao *pathos* para a expressão de seu posicionamento (por ter como intenção “suscitar afetos no auditório” (Amossy, 2017, p. 137). É verdade que o sujeito A também realiza recorrência a estereótipos, como: a) figuras públicas munidas de autoridade realizam “esclarecimentos”; e b) figuras públicas munidas de autoridade mantém uma determinada postura. Entretanto, o caso estereotípico levantado por sujeito B destaca-se por ancorar-se em contraverdades, configurando um discurso conspiracionista, tal como definido por Charaudeau (2022) e observado no discurso de Rosângela Camargo<sup>41</sup>. Essas contraverdades focalizam nos imaginários sociais de “professor = esquerdista = comunista = doutrinador”, com ênfase no último termo: se um ato foi realizado, mobilizando os símbolos de estrela e da cor vermelha por um professor, só pode ser uma “doutrinação de esquerda”; uma ideologização (novamente no sentido pejorativo) da atuação pedagógica.

A polarização discursiva, na unidade da consciência verbalmente formalizada como “*ato ideológico consciente*” (Volóchinov, 2017, p. 101) caracteriza-se, portanto, pelo embate entre dois posicionamentos ideológicos distintos que alimentam a interação verbal polêmica em ampla esfera, na qual estes se encontram: aceitar e reconhecer a explicação fornecida por Cláudia Kichler e compartilhada por Carina Nath, por um lado, e recusar e revelar, emotivamente, uma suposta verdade acerca dessa explicação e desse compartilhamento, sequencialmente à interação verbal iniciada, em momento anterior, por Rosângela Camargo, Cláudia Kichler e Carina Nath. Nota-se a mobilização predominante de *pathos* em ambos os casos. O sujeito A apela ao TUD Cláudia Kichler e Carina Nath (“reconhecedor”) um

---

<sup>41</sup> Vide seção 5.1.

reconhecimento, mostrando-se contente com as explicações fornecidas. Por sua vez, o sujeito B apela ao TUD Carina Nath uma confissão, mostrando-se decepcionado. Na apelação, os dois lados recorrem ao próprio coletivo ao mesmo tempo em que procuram, direta ou indiretamente, desqualificar o adversário. Ambos os lados põem em causa “a racionalidade da polêmica e sua capacidade de contribuir para a deliberação, isto é, de construir um espaço público em que as decisões podem ser tomadas com base em um debate aberto” (Amossy, 2017, p. 138).

Do ponto de vista do sujeito A, este é um Proponente que fala em nome do povo, direcionado a um Oponente que é o coletivo formado pelos múltiplos TUi “revelador”. Esse povo que o sujeito A procura representar, como já introduzimos, engloba o coletivo TUD “sensibilizador”. Contudo, volta-se a uma esfera um pouco mais específica desse coletivo: o povo que é esclarecido e próximo da esfera política – que confia em seus representantes e é dotado de autoridade para falar em nome do povo, em um processo de defesa identitária desses representantes. “Nesse processo de construção da consciência, as vozes são assimiladas de diferentes maneiras” (Fiorin, 2022, p. 61).

O oposto ocorre com relação ao sujeito B: este é um Proponente que fala em nome da avó que fala em nome de um outro povo, caracterizado pelo estereótipo do “povo de bem”. Novamente, especifica-se esse coletivo: não se trata de uma totalidade de TUi “revelador”, mas de uma parcela dele que compreende os sujeitos que não confiam nos seus representantes, mas que são dotados de autoridade, pelo coletivo, para falar em nome dessa parcela do povo que sabe uma suposta verdade. Verdade, esta, que não é a transmitida pelo discurso dos representantes – uma verdade alternativa ou, como visto, uma contraverdade. Tal parcela é a que coloca as necessidades do povo acima, até mesmo, de seus representantes. Pertencem à configuração de sujeito “que pensa sob a aparência de sujeito científico, que se libertaria de qualquer motivação política” (Charaudeau, 2022, p. 138). Por isso, embora origina-se, dialogicamente, no discurso da avó, prioriza a representação do povo em detrimento a ela.

A complexidade da interação 1 é determinada por essa afiguração rica em *pathos* e tonalidades dialógicas que priorizam a “voz do povo” (uma representação de um povo), em vez de uma voz que procura, diretamente, representar os representantes (respectivamente, Cláudia Kichler e Carina Nath em um polo e a avó e o meio ultraconservador de direita no outro polo). Porém, essa afiguração não é exclusiva dos sujeitos A e B. Nas reações, também se observa a presença do *pathos* e da priorização de representação do povo. As reações de “curtida” e “amei” impulsionam os discursos do sujeito A, Carina Nath e Sujeito B (neste, em menor grau), validando-os ao próprio coletivo. As reações de “haha”, entretanto, ironizam esses discursos,

enfraquecendo a legitimação com relação ao auditório (público-geral), que possui perfil social genérico.

Então, no esquema resumitivo da situação de comunicação, podemos visualizar: a) as características de influência do auditório marcadas pela recorrência ao *pathos* sob as formas predominantes e contrastivas de concordância e ironia; b) as características identitárias formadas pela busca de uma responsabilização representativa (que busca representar uma parcela do povo e, em menor grau, os seus respectivos representantes); e c) as características contratuais de aceite por parte de TUi “reconhecedor” com relação a TUd “reconhecedor” e recusa desse por TUi “desaprovador” que, no contexto, participa de TUi “revelador”. Esse esquema permite que compreendamos a interação numa circunstância de discurso englobante de discussões inflamadas, pois a emoção circunda a relação ideológica entre os sujeitos, estabelecida pelos saberes partilhados dissonantes no que se refere aos processos de interpretação: “[...] o polemista [...] se compromete e compromete sua pessoa civil em um combate em que ele pode pagar um preço alto [...]” (Amossy, 2017, p. 173).

O sujeito A não utiliza modalidades de acusação, injunção ou instigação para expressar o seu posicionamento na interação. Em seu lugar, “esconde” o alvo do ataque indireto, inscrevendo-o no intertexto – e que, posteriormente, é inferido pelo Sujeito B. Este, por sua vez, utiliza injunção e acusação: demonstra suas emoções (decepção), explicando apenas indiretamente o motivo delas (a suposta ideologização da atuação pedagógica) e, ainda, baseia-se nela para realizar uma denúncia, cuja função é a de nutrir e intensificar o imaginário social ativado na interação – como visto, a ideia de que professores são doutrinadores e “ideologizam” (pejorativamente) as aulas.

O desenvolvimento dessa interação entre sujeito A e sujeito B, como previsto, demonstra o agravamento dos conflitos exteriores ao Facebook, que expusemos em momento anterior nesta análise. Porém, destacamos que, no caso da interação 1, há um enfoque na deslegitimação dos funcionários públicos – representados pela classe de professores –, em detrimento à polarização direita x esquerda. Ela opera segundo a rotina interacional do Facebook, mas agrava-se pela influência do *pathos* e dos estereótipos e imaginários sociais com fundo de contraverdade. Vemos, pois, o primeiro sinal de comprometimento das relações alteritárias do contrato de comunicação nesta rede social. *O outro não é mais uma figura que devo deslegitimar a fim de legitimar a mim mesmo e ao meu coletivo. Ele assume a posição de “alvo” frente a minha luta, enquanto sujeito ideológico, com relação a ideais que são maiores do que eu, mas que, no ato de linguagem, sobredeterminam o meu coletivo. Ele é demonizado,*

e, como tal, “só pode ser excluído porque é impensável estabelecer um diálogo com Satã em pessoa” (Amossy, 2017, p. 60).

Nas próximas interações, essa característica ficará ainda mais evidente, à medida que novos contratos, novos estereótipos e diversos imaginários sociais são ativados, durante a *mise-en-scène*, por vezes superando a necessidade de defesa identitária de si à promoção de um ódio gratuito que procura eliminar, discursiva e ideologicamente, o adversário do ato de linguagem e do próprio processo de discurso.

Nossa análise continua, na sequência, com o recorte que compõe a interação 2.

#### 5.4 INTERAÇÃO 2: ACOLHIMENTO E DENÚNCIA

Ao longo da análise da interação 1, na subseção anterior, observamos que as relações alteritárias do contrato de comunicação no ato de linguagem (totalidade da *mise-en-scène*), definem-se pelo reconhecimento (a partir do contrato de comunicação) e emoção (a partir da recorrência ao *pathos*). Padrão muito semelhante pode ser identificado no caso da interação 2. Novamente, nos deparamos com dois sujeitos em processo de comunicação, que são mediados por um terceiro agente (Carina Nath), em uma polarização discursiva que caracteriza interação verbal polêmica, cumprindo a premissa de Amossy (2017, p. 72), de que “ela implica que dois ou mais adversários se engajem em uma discussão falada ou escrita, em que um tenta levar a melhor sobre o outro”.

Ao longo desta subseção, procuraremos estabelecer os vínculos teórico-conceituais que nos permitem constatar essas semelhanças entre as duas interações, do ponto de vista da *mise-en-scène* e da refração do signo ideológico concomitante ao projeto global do sujeito responsável pelo desenvolvimento das interações nos comentários. Assim, seguindo o mesmo caminho trilhado na subseção anterior, retomamos o discurso do sujeito C: “Parabéns por defender nossa Educação! 😊😊”. Lembremos que, tal qual sujeito A, esse aceita o contrato de consentimento de EUe Cláudia Kichler “esclarecedor”, identificando-se com o TUd “sensibilizador” e as especificidades estereotípicas projetadas pela enunciadora Cláudia Kichler.

O discurso “Parabéns por defender nossa Educação! 😊😊” manifesta um conteúdo temático de congratulação equivalente ao discurso “parabéns pelos esclarecimentos e postura”, do sujeito A. Também como o anterior, esse é marcado por estilo informal e objetivo atrelado à construção composicional de sentido “convivência”. Contudo, por sua vez, adiciona, a ela, um

sentido de acolhimento, por inserir-se no mesmo campo ideológico que EUE Cláudia Kichler, ao afirmar “nossa Educação!”<sup>42</sup>. Essa inserção é fundamentada por Fiorin (2022, p. 31), em: [...] todo enunciado se dirige não somente a um destinatário imediato, cuja presença é percebida mais ou menos conscientemente, mas também a um superdestinatário, cuja compreensão responsiva, vista sempre como correta, é determinante da produção discursiva”. Sua validação também é obtida por meio da configuração genérica do comentário, pelo mesmo efeito de hiperlink na palavra “parabéns”, explicitando o posicionamento, do sujeito C, favorável à Cláudia Kichler e seu coletivo, e desfavorável ao coletivo antagonista.

A recepção de sua aposta, por meio do projeto global, não é outra senão a mesma encontrada por sujeito A: um duplo TUi, definido por Carina Nath na utilização do emoji de palmas, e na resposta de sujeito D: “Ela não defendeu a educação, mas sim uma militante de esquerda disfarçada de professora.”. Nessa multiplicidade, rememoremos: “os TUi constroem interpretações em função de suas experiências pessoais, isto é, de suas próprias práticas significantes” (Charaudeau, 2016, p. 47). Desse modo, TUi Carina Nath identifica-se com o TUD projetado por EUC sujeito C. Porém, sua imagem não é mais a de “reconhecedor”, embora a característica “sujeito espera ser reconhecido por reconhecer o posicionamento de Cláudia Kichler” seja mantida. Expliquemos, brevemente, esse fenômeno.

Como afirmado anteriormente, o discurso de sujeito C adiciona um sentido de acolhimento à construção composicional cujo sentido previsto era o de reconhecimento. Em função dessa reelaboração, dois processos são originados: a) o contrato de “reconhecimento e congratulação”, padrão ao coletivo TUD “sensibilizador”, é substituído por um contrato de “acolhimento e congratulação” – inserindo o fator “reconhecimento” à congratulação, vez que, nessa configuração, é necessário “acolher para reconhecer” – tal é a competência linguageira de reconhecimento análoga à do comunicante (Charaudeau, 2016); e b) um TUD projetado “reconhecedor” não é suficiente para garantir o sucesso da aposta do comunicante, tampouco o aceite do contrato. É preciso, então, atrelar à imagem de reconhecedor, outra imagem: a de acolhedor – pois o sucesso do contrato, como visto, incide “na coincidência de interpretações que poderá ocorrer entre o sujeito interpretante (TUi) e o destinatário (TUD)” (Charaudeau, 2016, p. 56). Por isso, o TUD projetado é o de “reconhecedor-acolhedor”, que não somente “reconhece o sujeito comunicante por reconhecer o posicionamento de Cláudia Kichler”, mas

---

<sup>42</sup> Conforme veremos a seguir, esse sentido atuará como intensificador do reconhecimento identificável no contrato de comunicação desse sujeito.



também “reconhece e acolhe o sujeito comunicante por reconhecer e acolher o posicionamento de Cláudia Kichler, assumindo, ideologicamente, a sua autoridade”.

O único entrave da identificação de TUi Carina Nath por TUd “reconhecedor-acolhedor” é dada pela impossibilidade de assunção do ato ético de Cláudia Kichler por essa interpretante. Como afirma Bakhtin (2020, p. 66), “somente do interior de minha participação pode ser compreendida a função de cada participante”. Porém, o emoji “palmas” é suficiente para revelar essa identificação e, por conseguinte, o aceite do contrato de “acolhimento e congratulação”. O oposto ocorre na não-identificação de TUi sujeito D por TUd “reconhecedor-acolhedor”: em seu lugar, esse sujeito revela um TUi “denunciador”, que justifica a não-identificação por uma acusação que torna o sujeito C indigno de acolhimento (“[...] uma militante de esquerda disfarçada de professora”). Esse TUi “denunciador” integra a parcela TUi “revelador” observada no início desta análise.

Vemos, então, que, assim como o sujeito A, o sujeito C, ao assumir a responsabilidade em nome de Cláudia Kichler e Carina Nath, desenvolve um centro de valor eu-para-mim composto pela ideia, de si, enquanto autoridade munida de saber, mas que a integra, a ela, uma outra autoridade, em nome do povo, que possui o poder de acolher a explicação de Cláudia Kichler e a postura de Cláudia e Carina, para além de seu simples reconhecimento (seguindo sua disposição contratual, descrita adiante). Vale rememorar que esse “povo” não é o mesmo a quem recorre Rosângela Camargo e seu coletivo, na representatividade da responsabilidade do ato ético. Trata-se do “povo” linearmente oposto a este (o coletivo que não acredita que estrelas são, necessariamente, símbolos do PT; que não acredita que professores são militantes de esquerda disfarçados; etc). “A lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica, da interação sógnica de uma coletividade” (Volóchinov, 2017, p. 98).

Por essa moção, com relação ao outro, de defesa do povo “atacado” por sujeito D e ao contrário do observado na interação 1, o outro-para-mim, embora também direcionado ao próprio coletivo, demonstra uma imagem dupla, constituída por esse coletivo e o antagonista. Isto é, trata-se de um outro diretamente explicitado (TUd “reconhecedor-acolhedor” – Cláudia Kichler e Carina Nath), que pode reconhecê-lo; e um outro “virtual”, uma figura ideológica conspiracionista da qual o eu precisa proteger o próprio coletivo, reforçando o papel de defesa identitário-ideológica desempenhada por ele (“parabéns por DEFENDER a nossa educação”). Por isso, também, o eu-para-outro faz-se, novamente, equivalente à projeção de EUE: o acolhedor. Já no caso da responsabilidade manifestada por sujeito D, esse corrobora a representatividade do posicionamento da avó (Rosângela Camargo), tal qual sujeito B na interação 1 (eu-para-mim “voz do povo”), inclusive no tocante à manifestação do outro-para-

mim e do eu-para-o-outro “policial do meio público”, consolidando a projeção de TUi “denunciador”.

Desse modo, porquanto na instância de recepção do projeto global do sujeito A, a parcela de recusa do contrato de comunicação fazia ver um TUi “desaprovador”, que operava antagonismo com relação ao EUE sujeito A “reconhecedor”, desta vez, essa parcela revela o TUi “denunciador” em oposição a um EUE sujeito C “acolhedor”. Esse interpretante projeta, por consequência, um EUE “conspirador” que se insere, no universo de sentido do TUi “revelador”, do complexo projeto de EUE “omissor”, no qual estão Cláudia Kichler e Carina Nath. Observemos que o EUE “conspirador”, projetado por TUi “denunciador”, só existe em função do caráter conspiracionista dos discursos do coletivo TUi “revelador”. Em outras palavras, é a figura que só é um conspirador porque os sujeitos que a definiram como tal, são, opositoriamente, conspiracionistas – já que é característica do conspirador, como assinala Charaudeau (2022, p. 140), apresentar-se como vítima e colocar-se como acusador. No quadro de manifestação dos sujeitos do discurso, observa-se a seguinte configuração:

EUC Sujeito C – EUE Sujeito C “acolhedor” → TUD “reconhecedor-acolhedor” – TUi múltiplo “reconhecedor-acolhedor” e “denunciador” – EUE Sujeito C “conspirador”

Considerando a multiplicidade de sujeitos de comunicação nos atos de linguagem observados até então, que partem, respectivamente, do projeto global de EUC Cláudia Kichler, EUC Sujeito A e EUC Sujeito C, elaboramos um quadro resumitivo-comparativo (Quadro 5), de modo a clarificar a utilização e recorrência a cada um dos quatro sujeitos do discurso:

**Quadro 5 – Sujeitos do discurso nos três primeiros projetos globais analisados**

	<b>Projeto global de EUC Cláudia Kichler</b>	<b>Projeto global de EUC Sujeito A</b>	<b>Projeto global de EUC Sujeito C</b>
<b>Sujeito comunicante (EUC)</b>	EUC Cláudia Kichler (sujeito físico, do mundo)	EUC Sujeito A (sujeito físico, do mundo)	EUC Sujeito C (sujeito físico, do mundo)
<b>Sujeito enunciador (EUE) pela instância de produção</b>	EUE Cláudia Kichler “esclarecedor”	EUE Sujeito A “reconhecedor”	EUE Sujeito C “acolhedor”
<b>Sujeito destinatário (TUD)</b>	TUD múltiplo “sensibilizador”	TUD “reconhecedor”	TUD “reconhecedor-acolhedor”
<b>Sujeito interpretante (TUi)</b>	TUi múltiplo “revelador”	TUi múltiplo “reconhecedor” e “desaprovador”	TUi múltiplo “reconhecedor-acolhedor” e

			“denunciador”
<b>Sujeito enunciador (EUe) pela instância de recepção</b>	EUe Cláudia Kichler “omissor”	EUe Sujeito A “mentiroso”	EUe Sujeito C “conspirador”
<b>Contrato de comunicação por EUc</b>	Contrato de consentimento	Contrato de reconhecimento e congratulação	Contrato de acolhimento e congratulação

Fonte: elaborado pelo pesquisador (2023)

O contrato de acolhimento e congratulação, instituído por sujeito C, marca a utilização das visadas de prescrição e demonstração – como visto no contrato de reconhecimento e congratulação instituído por sujeito A –, intrínsecas ao efeito que se espera produzir de, respectivamente, reconhecimento, validação e avaliação. Contudo, tem-se acrescido, neste caso, a visada de fazer-sentir (por buscar “satisfazer o princípio de emoção ao produzir efeitos de dramatização” (Charaudeau, 2019, p. 92)). Esse acréscimo justifica-se pelo componente de efeito “acolhimento”, observado na configuração contratual e projeção de TUd “reconhecedor-acolhedor”, sobre os quais discutimos nos parágrafos anteriores.

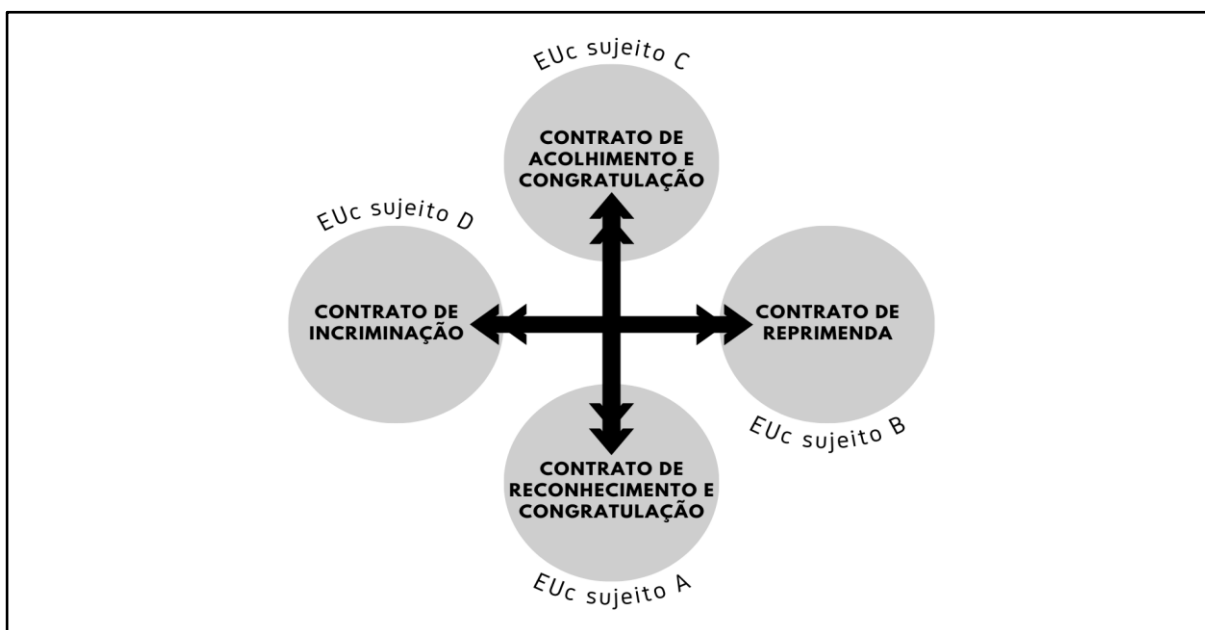
Grosso modo, EUc sujeito C espera que Cláudia Kichler e Carina Nath reconheçam para acolher suas congratulações, validando seu posicionamento (fazer-fazer), novamente validando a própria ação por meio de uma avaliação dos dois sujeitos destinatários (fazer-avaliar). Porém, desta vez, esse reconhecimento só pode ser obtido por um estado emocional cuja responsabilidade de incitação pertence à EUc (fazer-sentir). Sentindo-se “acolhido” e “disposto a acolher”, os TUd podem reconhecer o EUc, dando continuidade ao processo. Por isso, as estratégias utilizadas são, de praxe, as de credibilidade e captação: EUc sujeito C busca determinar o caráter de veracidade dos propósitos de seu coletivo (Cláudia Kichler e Carina Nath) e, para isso, precisa induzir o público destinatário a seu universo de pensamento (lembremos, pelo estado emocional; “[...] nos apelos emocionais que prevalecem em cada comunidade sociocultural e no conhecimento dos universos de crenças que aí circulam [...]” (Charaudeau, 2019, p. 92)).

Em oposição a esse contrato – isto é, partindo de sua recusa –, por parte de sujeito D, esse, ao enunciar, institui um novo contrato de incriminação, visto de maneira explícita no trecho “[...] uma militante de esquerda disfarçada de professora”. Devido à noção de que “as circunstâncias que determinam o Contrato de comunicação são de ordem socioinstitucional” (Charaudeau, 2016, p. 61), nota-se que esse contrato de incriminação é, por um lado, perpendicularmente disposto ao contrato de acolhimento e congratulação promulgado por

sujeito C e, por conseguinte, ao contrato de reconhecimento e congratulação originário do projeto global de sujeito A, sendo, por outro lado, paralelamente disposto ao contrato de reprimenda de sujeito B com relação a sujeito A.

Isso ocorre por dois motivos: a) a repetição da recorrência à visada de fazer-sentir e estratégia de credibilidade, utilizadas por sujeito B no contrato de reprimenda, que instauram uma verdade alternativa com base no seu respectivo centro de valo, o que coloca os sujeitos em semelhantes “estatutos sociolinguageiros”, relacionados ao contrato de comunicação (Charaudeau, 2016, p. 60); e b) pela unidade da consciência verbalmente formalizada que rege as refrações do signo ideológico no coletivo ao qual sujeitos B e D pertencem e que, por consequência, determinam seu agir ético responsável em nome de uma representatividade de Rosângela Camargo, que só existe em oposição ao coletivo antagonista (Cláudia Kichler, Carina Nath e sujeitos A e C). Em outras palavras, é como se, mesmo que não pertencessem a um mesmo esquema de *mise-en-scène* (ato de linguagem), as interações verbais entre sujeito A e sujeito B (por um lado) e sujeito C e sujeito D (por outro lado), participassem de um mesmo esquema ideológico-comunicativo: o esquema da unidade da consciência verbalmente formalizada que é consolidado pela situação de comunicação e pelas circunstâncias de discurso (as interações que remetem a uma mesma publicação do Facebook). A Figura 14 detalha essas duas disposições:

**Figura 14 – Disposições contratuais entre sujeitos A, B, C e D, em suas respectivas interações**



Fonte: elaborado pelo pesquisador (2023)

Por haver uma relação ideológica entre esses dois esquemas interativos de ato de linguagem, há, também, uma relação ideológica entre os esquemas de semiotização do mundo (Charaudeau, 2019) conduzidos por esses sujeitos, que referenciam, direta ou indiretamente, o esquema principal de semiotização manifestado tanto por Rosângela Camargo, quanto por Cláudia Kichler. Do ponto de vista do sujeito C, esse desenvolve o processo de interpretação da informação transformada por Cláudia Kichler, corroborando TUd “sensibilizador” e os saberes de conhecimento que fundamentam a transformação da informação conduzida por essa comunicante, confirmando a construção de “uma explicação empírica do mundo fenomenal” (Charaudeau, 2019, p. 44). Neste caso, entretanto, assevera um acolhimento com relação à comunicante e Carina Nath, cujo efeito participa da manifestação do estado de admiração – do qual sujeito A se vale, no seu processo de interpretação.

Opondo-se a ele, a interpretação do sujeito D integra a interpretação de sujeito B, também coincidindo com o grupo de TUi “revelador” e negando o valor de verdade do discurso de EUc Cláudia Kichler – EUe Cláudia Kichler “esclarecedor” e EUc sujeito C – EUe sujeito C “acolhedor”, “em confronto com normas que foram estabelecidas socialmente [...]” (Charaudeau, 2019, p. 46). A refração do signo ideológico observada é aquela fundamentada no estereótipo “professores, sobretudo da rede municipal, são militantes esquerdistas e comunistas que buscam, constantemente, “doutrinar” as crianças por meio de suas ideologias” – precisamente o mesmo estereótipo utilizado por Rosângela Camargo na transformação da informação referente ao ato da professora municipal.

Quanto à refração do signo ideológico (Volóchinov, 2017) em relação ao sujeito C, a partir da recorrência estereotípica, observa-se a fundamentação no estereótipo “professores são defensores da educação”, que participa da totalidade de “o trabalho dos professores, nas escolas, é responsável e sempre prioriza o sucesso dos alunos” – estereótipo utilizado por Cláudia Kichler em seu projeto global. Com efeito, ao afirmar “nossa Educação”, o sujeito C não só se inclui no coletivo de Cláudia Kichler e Carina Nath, supostamente dotado de poder para validar seu posicionamento, como também exclui o antagonista do grupo ao qual a educação municipal pertence, consolidando um efeito de “nossa educação, não deles”. À semelhança das definições de Amossy (2017, p. 58): “[...] a exacerbação de oposições (a dicotomização) se concretiza, *in loco*, numa divisão de grupos antagônicos, em que cada um afirma sua identidade social opondo-se e fazendo do outro o símbolo do erro e do mal”.

Seguindo o mesmo esquema ideológico observado no caso da interação 1, há uma forte apelação ao *pathos* em ambas as perspectivas discursivas (sujeito C e sujeito D), pois elas perturbam o julgamento do público ao apelarem “mais para uma identificação espontânea do

que para uma reflexão madura” (Amossy, 2017, p. 139). O primeiro, como visto, pretende o acolhimento do próprio coletivo e, ao mesmo tempo, a exclusão/repressão do antagonista (são acusadores/conspiracionistas que não participam da totalidade da “nossa educação”). O segundo, por seu turno, pretende a denúncia (por meio de EUE sujeito D “denunciador”), ancorando-se nas mesmas contraverdades de caráter conspiracionista recorridas por Rosângela Camargo e sujeito B, que são baseadas nos imaginários sociais: “professor = esquerdista = comunista = doutrinador”. O uso do termo “militante”, no sentido pejorativo, confirma esse ideal: o ato da estrela vermelha foi uma “militância”; novamente uma ideologização (no sentido pejorativo) da atuação pedagógica.

A esfera da unidade da consciência verbalmente formalizada vê-se, assim, permeada por uma nova especificidade de polarização discursiva, definida pelo embate dos mesmos posicionamentos ideológicos antagonistas que são anteriores a esse ato de linguagem (entre sujeitos C e D), acrescida dos componentes valorativo-ideológicos “acolhimento” e “denúncia”. “Essa cadeia da criação e da compreensão ideológica, que vai de um signo a outro e depois para um novo signo, é única e ininterrupta: sempre passamos de um elo sógnico, e portanto material, a outro elo também sógnico” (Volóchinov, 2017, p. 95). Trata-se de, em um extremo, reconhecer e acolher a explicação fornecida por Cláudia Kichler e compartilhada por Carina Nath; e, no outro extremo, recusar e denunciar essa explicação, tal qual a congratulação presente no discurso do sujeito C – novamente, os dois lados recorrem ao próprio coletivo enquanto procuram desqualificar o coletivo adversário, pois “o negacionismo é verdade para alguns, impostura para outros” (Charaudeau, 2022, p. 140).

Observemos que esse duplo direcionamento se relaciona de maneira muito íntima às representações Proponente e Oponente assumidas tanto pelo ponto de vista de sujeito C, quanto do ponto de vista de sujeito D. Tal qual interação 1, ambos pretendem assumir a posição de Proponente que fala em nome de um povo, que não é o mesmo povo do coletivo antagonista (como discutimos anteriormente, no início desta subseção). O povo de sujeito C é o povo acolhedor (familiar) que integra a parcela TUd “sensibilizador”: o povo que participa pessoalmente da educação pública (assumindo seus valores e ideologias) e cuja autoridade para falar em nome dessa educação advém, justamente, de seu caráter pessoal.

Em contraste, o povo de sujeito D é o povo inconformado, que também participa pessoalmente da educação pública, mas não assume seus valores e ideologias, já que esses são, supostamente, uma mentira – como “um tema ideológico sempre recebe uma ênfase social” (Volóchinov, 2017, p. 111), tal ênfase é exclusiva do coletivo ao qual sujeito C pertence. São os que sabem e dominam a verdade alternativa (contraverdade) e que possuem autoridade,

também por seu caráter pessoal, de revelá-la, denunciando a verdade apresentada pelos representantes (motivo pelo qual participam de TUi “revelador”). Ambos os posicionamentos dependem de uma legitimação do auditório que é obtida, prontamente, pelas reações de “curtida”, “amei” e “haha” presentes nos comentários e que impulsionam as suas respectivas ideologias.

O esquema resumitivo da situação de comunicação, nesse caso, mantém os componentes “a” e “b” identificados na primeira interação (as características de influência do auditório marcadas pela recorrência ao *pathos* sob as formas predominantes e contrastivas de concordância e ironia; e as características identitárias formadas pela busca de uma responsabilização representativa (que busca representar uma parcela do povo e, em menor grau, os seus respectivos representantes)). Contudo, altera-se no componente “c”, relativo às características contratuais que, na interação 2, manifestam-se pelo aceite de TUi “reconhecedor-acolhedor” por TUd “reconhecedor-acolhedor” e recusa desse TUd por TUi “denunciador”. Ainda assim, situam a interação numa circunstância de discurso englobante de discussões inflamadas, pois suscita o “jogo de máscaras” no qual os sujeitos concedem, a si, todos os direitos, “a ponto de os piores excessos serem temidos” (Amossy, 2017, p. 174).

Ao finalizarmos a análise da interação 1, na subseção anterior, comentamos que o desenvolvimento da interação entre os sujeitos A e B demonstram um agravamento dos conflitos exteriores ao Facebook, o que já era previsto por nosso dispositivo metodológico. O que não prevíamos, entretanto, eram as intensas semelhanças ideológicas, polarizantes e contratuais entre o esquema de *mise-en-scène* dessa interação e da interação 2, analisada nesta subseção. Tal proximidade faz ver que o comprometimento das relações alteritárias do contrato de comunicação no Facebook pode participar das rotinas interacionais da rede social de maneira intrínseca, como se a premissa “o outro é um ‘alvo’ frente a minha luta, enquanto sujeito ideológico”, fosse inata à essas interações verbais.

As próximas análises conduzidas – respectivamente relativas às interações 3 e 4 – desvelarão a veracidade dessa premissa, ao demonstrarem outra tendência ao pêndulo ideológico que não a favorável ao coletivo de Cláudia Kichler e Carina Nath. Prosseguimos, na próxima subseção, com a análise da interação 3.

### 5.5 INTERAÇÃO 3: “LÓGICA” E CONFISSÃO

Os comentários que desencadearam as interações verbais observadas nas últimas duas subseções, como observado, penderam ao aceite do contrato de consentimento promulgado por

EUc – EUe Cláudia Kichler, concordando, ideologicamente, com essa comunicante. A partir deste ponto, isto é, da interação 3, poderemos conferir o outro lado da polarização: a esfera de desencadeamento inicial por aqueles que recusaram esse contrato, opondo-se, explicitamente, à Secretária de Educação e à Prefeita de Saporanga. Porém, as divergências não cessarão nesses componentes; enquanto nas duas primeiras interações, o foco dos atos de linguagem estava na credibilidade, em si, dos professores municipais, funcionários públicos, etc, observaremos que, no caso das interações 3 e 4, há o retorno do fator determinante da interação verbal polêmica iniciada pelo projeto global de Rosângela Camargo e desdobrado nos milhares de comentários da publicação de Cláudia Kichler: a estrela vermelha de EVA.

O enfoque na estrela vermelha é verificado, prontamente, no discurso do sujeito E: “Porque não vez um coração ao invés de uma estrela, se a cor vermelha é do ❤️”. Por meio de um conteúdo temático de questionamento e instigação, esse discurso inaugura a utilização de uma construção composicional de sentido desconfiança, que não mais utiliza o *pathos* (a emoção) para mobilizar o destinatário, conforme detalharemos ao longo desta subseção. O estilo informal e objetivo, presente em todos os comentários observados até então, adquire, aqui, um novo sentido cuja validação, ao comunicante, é lógica. E é por meio dessa lógica que o posicionamento do sujeito E é demonstrado, corroborando o posicionamento de Rosângela Camargo e desaprovando o posicionamento de Cláudia Kichler, Carina Nath e os demais representantes desse coletivo. Tal qual debatido por Amossy (2017, p. 140), “[...] a polêmica se funda numa dicotomização de posições que leva a uma polarização [...], mas que não se manifesta necessariamente por marcas discursivas de emoção ou por apelos à paixão”.

Ao adentrar nos domínios do projeto global de sujeito E (envolvente do discurso observado no parágrafo anterior), verificamos a mesma procura em responder diretamente o discurso de Cláudia Kichler que observamos nos projetos globais dos sujeitos A e C, acrescida da intenção de mobilizar apoio do próprio coletivo – para definir o antagonista como “defensor de um ponto de vista caracterizado por sua má-fé [...]” (Amossy, 2017, p. 58). Por questionar-instigar, o sujeito E não espera uma justificativa de Cláudia Kichler ou outro sujeito desse coletivo para a utilização da estrela vermelha, pois essa justificativa já foi dada pela secretária no vídeo da publicação. O que esse sujeito comunicante espera é uma confissão; uma admissão de culpa, que coloque os sujeitos desse coletivo em desvantagem ideológica. Por isso, ele projeta um TUD “confessador”.

Os sujeitos interpretantes (TUi), respectivamente Carina Nath e sujeito F, não se identificam com essa projeção de destinatário. A primeira, ao afirmar “Conforme o vídeo, era o material que ela tinha em mãos”, revela um TUi “explanador”, condizente ao EUe



“esclarecedor” manifestado por Cláudia Kichler na interação fonte-origem. Conforme Freitas (2008, p. 281), “tudo o que se pode dizer sobre as intenções de um sujeito comunicador são hipóteses de um sujeito interpretante (TUi), diferentes das hipóteses de outros sujeitos interpretantes”. Assim, essa projeção corrobora o sentido de explicação envolvida em seu discurso, mas que coloca EUE sujeito E em posição de “desatento”, pois a informação fornecida por Carina Nath é a repetição da explicação de Cláudia Kichler no vídeo da publicação.

O segundo, por sua vez, que afirma “Se ela tinha o mva vermelho poderia ser um coração”, não responde diretamente ao discurso desse sujeito (embora manifeste concordar ideologicamente com ele), respondendo, em seu lugar, ao discurso de Carina Nath. Portanto, o que ele faz é assumir a mesma posição ideológica que EUE sujeito E “instigador”, repetindo-a em um TUi “instigador” – destacamos, sem assumir seu ato ético, mas assumindo o mesmo tom emotivo-volitivo, já que “viver uma experiência, pensar um pensamento, ou seja, não estar, de modo algum, indiferente a ele, significa antes afirmá-lo de uma maneira emotivo-volitiva” (Bakhtin, 2020, p. 87). Esse participa da totalidade dos múltiplos TUi “revelador” da publicação fonte-origem e projeta um EUE, com relação ao comunicante sujeito E, de “confrontador”, que opõe-se ao EUE “desatento” projetado por TUi Cláudia Kichler “explanador”. Conferimos, a seguir, tal esquema dos sujeitos:

EUC Sujeito E – EUE Sujeito E “instigador” → TUD “confessador” – TUi múltiplo  
 “explanador” e “instigador” – EUE Sujeito E “desatento” e “confrontador”

Dessa configuração dos quatro sujeitos é possível depreender o contrato instituído por sujeito E: um contrato de confissão, direcionado a TUD “confessador”. Considerando a não-identificação de ambos os sujeitos interpretantes (Carina Nath e sujeito F) por esse TUD, esse contrato é recusado por ambos. Sua afiguração é determinada pela utilização das visadas de informação, incitação e solicitação: por meio de uma autoridade aferida, a si, pela representação da usual “voz do povo”, que legitima a posição de saber que “estrelas vermelhas são símbolo do PT”, o sujeito E coloca os TUD em posição de dever-saber esse mesmo fato. Porém, “[...] não é bem das condições de emergência da verdade que se trata, mas sim das *condições de veracidade*” (Charaudeau, 2019, p. 88) – no contexto, ligadas à credibilidade (autoridade) do comunicante. Como a autoridade não é, em si, suficiente para a produção do sentido pretendido no destinatário, o comunicante utiliza-se da informação que ele mesmo forneceu para incitar um dever crer no TUD, já visando um fazer-fazer que, no caso, é a confissão. Essa mesma lógica

provoca, no destinatário, um efeito de resposta de retratação (como se esse fosse obrigado a respondê-lo) e, então, dever-responder a sua solicitação: novamente, a confissão.

As estratégias de credibilidade e captação sustentam a utilização de todo esse processo orientado pelas visadas discursivas: ao demonstrar seu posicionamento, sujeito E evoca uma posição de verdade, ligada a dois fatos: “estrelas vermelhas são símbolo do PT” e “vermelho é a cor do coração, e não de nenhum outro símbolo”, de modo a validar a posição de si e, especialmente, de Rosângela Camargo, a quem espera representar em seu ato ético responsável – “levando em conta a margem de liberdade e de restrições de ordem relacionam de que dispõe” (Charaudeau, 2016, p. 56). Ao apresentar uma lógica fundamentada nesses dois fatos de sua posição de verdade (cor vermelha = coração, logo estrela vermelha = PT), o sujeito induz o destinatário a entrar em seu universo de pensamento, onde esses fatos são verídicos e fazem sentido, mesmo configurando-se enquanto contraverdades, como discutiremos adiante.

Ao recusar o contrato e assumir a posição de comunicantes projetando, em seguida, sujeitos enunciadore, Carina Nath e sujeito F instituem dois novos contratos, respectivamente um contrato de explanação e um contrato de contestação – destacamos: o primeiro direcionado à sujeito E e o segundo direcionado à Carina Nath, mantendo a característica de ambos serem regulados pelo mesmo “contrato englobante e sobredeterminante” (Charaudeau, 2016, p. 61) - o contrato de confissão de sujeito E. O primeiro age, baseado em uma visada de informação e em uma estratégia de legitimação, como um contra-argumento ao posicionamento apresentado por sujeito E. Ao repetir a explicação/justificativa relativa à estrela vermelha fornecida por Cláudia Kichler no vídeo, Carina usufrui da legitimação de si enquanto prefeita de Sapiroanga para colocar o TUd sujeito E em posição de dever saber que a utilização da estrela vermelha justificou-se pelo material que a professora tinha em mãos, em oposição à posição de verdade oferecida pelo sujeito.

No caso do segundo contrato, vê-se a utilização das mesmas visadas e estratégias utilizadas por sujeito E na instituição do contrato de confissão (visadas de informação, incitação e solicitação e estratégias de credibilidade e captação). Pauliukonis (2016, p. 110) reafirma que “o contrato de comunicação também permite aos parceiros que se reconheçam um ao outro por meio de traços identitários que reúnem as condições necessárias para a realização do ato de comunicação”. Com efeito, o sujeito F aposta na repetição com a mesma intenção de confissão por parte do coletivo antagonista, não só assumindo a responsabilidade para agir em nome do mesmo “povo” defendido por sujeito E, como também de agir em nome do próprio sujeito E.

A disposição, no agir ético, dessas singularidades manifesta uma multiplicidade valorativo-ideológica fiel à própria multiplicidade de responsabilidades (em função das

diferentes ênfases valorativas concebidas ao signo social “estrela vermelha”), pois “a realidade dos fenômenos ideológicos é a realidade objetiva dos signos sociais” (Volóchinov, 2017, p. 98). Eu-para-mim, partindo de sujeito E, é a ideia de sujeito munido de conhecimento (um suposto conhecimento, alternativo ao fornecido pelos antagonistas). Esse sujeito domina a verdade alternativa, por seu posicionamento reacionário frente à educação (estrelas vermelhas são símbolo do PT, logo a ação da professora foi um ato propagandístico político-partidário). O sujeito manifesta, por isso, um outro-para-mim que é um ocultador; um sujeito que também sabe/domina a verdade alternativa (suposta única verdade) e faz questão de escondê-la, motivo pelo qual deve, tanto, confessá-la<sup>43</sup>. No entanto, o sujeito E sabe que a confissão não será dada de maneira voluntária, pois, se fosse, já teria ocorrido. Como resposta, esse sujeito manifesta, então, um eu-para-o-outro logicamente questionador: o sujeito que, ao instigar baseando-se na lógica empírica de que “vermelho é a cor do coração, não de estrelas”, pode levar o destinatário a confessar – o sujeito, utilizando-se de seu próprio caráter questionador, pode levar o destinatário ocultador a confessar “seu crime”.

Notamos que essa disposição é reforçada por sujeito F, mas sua oposição encontra-se na esfera de responsabilidade manifestada por Carina Nath, quando recusa o contrato de confissão e a identificação por TUd “confessador”. O eu-para-mim, adquire, nessa esfera, uma ideia de explanação didática; a prefeita assume uma superioridade com relação ao antagonista, ligada à sua posição de saber e autoridade como funcionária pública em nome de uma professora (apresentando “[...] um conjunto de técnicas de saber dizer, de saber comentar o mundo” (Charaudeau, 2019, p. 49). Desse modo, compreende o outro (outro-para-mim) como um desinformado; um sujeito incapaz de interpretar funcionalmente uma informação (a fornecida pelo vídeo), o que motivaria uma repetição dessa informação por seu próprio discurso. Por consequência, evoca um eu-para-o-outro de integridade, paciência e sabedoria, que não é o sujeito que reage negativa ou agressivamente ao desacordo, mas sim o que ensina; que explana e auxilia os desfavorecidos a compreenderem a verdade factual.

A lógica “vermelho é a cor do coração, não de estrelas” é a que determina o esquema de semiotização do mundo, pela interpretação dos sujeitos E e F, que corrobora a interpretação analisada, nas interações anteriores, por sujeitos B e D (a informação transformada por Cláudia Kichler e corroborada por Carina Nath é falsa, por esconder a “real verdade” ligada à ideia de propaganda político-partidária). Volóchinov (2017, p. 111) argumenta que “para que um objeto,

---

<sup>43</sup> Vê-se o primeiro sinal do componente “complô” apresentado por Charaudeau (2022) e explicitado na próxima interação analisada.

independentemente do tipo da sua realidade, entre no horizonte social de um grupo e provoque uma reação ideológica signíca, é necessário que ele esteja relacionado com as premissas socioeconômicas essenciais da existência desse grupo [...]”. Assim, verificamos o retorno da ideia de que uma utilização alternativa da estrela vermelha, conforme explicação de Cláudia Kichler, é, literalmente, inconcebível a essas consciências ideológicas, pois não existe fora dos domínios da unidade da consciência verbalmente formalizada dos sujeitos que acreditam que estrelas vermelhas não são, necessariamente, símbolos do PT.

Os estereótipos que validam essa diferença refratária são, desta vez: a) professores, sobretudo da rede municipal, são militantes esquerdistas e comunistas que buscam, constantemente, “doutrinar” as crianças por meio de suas ideologias; b) a cor vermelha e o formato estrela são símbolos do partido PT (Partido dos Trabalhadores); e c) o “povo de bem” é aquele avesso à esquerda e ao comunismo; pois esses são os que contribuem para a formulação do estereótipo lógico “vermelho é a cor do coração, não de estrelas”, pelo lado dos sujeitos E e F; seguindo a recorrência estereotípica realizada por Rosângela Camargo.

Na outra esfera, ocupada por Carina Nath, vê-se os estereótipos: a) secretarias de educação trabalham com ética e transparência – tal qual seus representantes; e b) representantes de secretarias de educação acompanham de perto o trabalho realizado nas escolas amparadas pela rede; que, por sua vez, participam da formulação dos estereótipos: “a) figuras públicas munidas de autoridade realizam “esclarecimentos”; e b) figuras públicas munidas de autoridade mantém uma determinada postura. Por meio dessas, é possível a consolidação de TUi múltiplo “explanador”.

O que se observa, a partir dessas recorrências estereotípicas, é o mesmo contraste encontrado nas interações 1 e 2, entre, de um lado, a disseminação de verdades factuais – “práticas da experiência” com “objetividade” e “realismo” (Charaudeau, 2019, p. 44) – e, de outro lado, a mais variada utilização de contraverdades – por propor “outra narrativa”, “outra *storytelling*, fornecendo outra explicação [...]” (Charaudeau, 2022, p. 135). Os sujeitos E e F, ao negar a natureza dos saberes de conhecimento manifestados por Cláudia Kichler e Carina Nath, priorizam a disseminação de saberes de crença, de acordo com o imaginário social recém exposto. Essa configuração discursiva é a que configura os discursos de sujeitos E e F como contraverdades de natureza negacionista pois, novamente, recorre à lógica “se um ato foi realizado, mobilizando os símbolos de estrela e da cor vermelha por um professor, só pode ser uma ‘doutrinação de esquerda’”, tal qual observado nas interações anteriores.

O antagonismo entre essas duas esferas de valor é o que estabelece a polarização discursiva materializada na *mise-en-scène* e, como visto, na unidade da consciência

verbalmente formalizada. Os dois posicionamentos distintos formalizam o embate discursivo entre confessar uma suposta verdade alternativa conforme os imaginários sociais do coletivo ao qual os sujeitos E e F pertencem e, no outro extremo, explicar/repetir a verdade factual, oposto a essa verdade alternativa, que é admitida pelo coletivo de Cláudia Kichler e Carina Nath, mesmo que não haja influência direta e intensa do *pathos*. Conforme completa Amossy (2017, p. 63): “uma grande implicação da polêmica pode acontecer sem um recurso marcado pela emoção, quer se trate de afetos expressos pelo locutor, quer se trate de sentimentos que este pretende suscitar no público”.

Desse modo, a utilização do *logos* (lógica), no discurso de sujeito E, não serve apenas à consolidação do contrato de confissão do projeto global de EUC sujeito E; ele opera como instrumento para a desqualificação do adversário, sendo utilizado por ambos os coletivos como forma de estupificar o coletivo antagonista – movimento denominado por Amossy (2017, p. 58) de “manobra de difamação”. Aos sujeitos E e F, Cláudia Kichler, Carina Nath e demais sujeitos desse coletivo são mentirosos/ocultadores, por não revelarem a real verdade (lembremos, a verdade alternativa), motivo pelo qual a lógica seria suficiente para evocar uma confissão. “[...] os negacionistas obrigam os especialistas [...] a discutir suas evidências” (Charaudeau, 2022, p. 140). De outro modo, à Carina Nath, Cláudia Kichler e demais sujeitos de seu respectivo coletivo, os sujeitos E e F são, como debatido anteriormente, desinformados e desfavorecidos, mas, mais além, também estúpidos, por não compreenderem a informação explicitada por Cláudia Kichler no vídeo da publicação. É nesse momento que, em ambos os casos, admite-se as mesmas posições de Proponente e Oponente identificadas nas interações 1 e 2, sempre visando a representatividade em nome de um povo ambíguo, cujos dois lados servem, respectivamente, aos dois coletivos.

O papel das reações nessa interação, em um grau maior do que o encontrado nas interações 1 e 2, propulsiona a representação Proponente pela ótica de sujeito E e Oponente por Cláudia Kichler e Carina Nath, demonstrando um posicionamento, do auditório, totalmente favorável a essa afiguração. Essa demonstração é dada por dois vieses, um direto e um indireto. As reações de “curtida” e “amei” marcam a concordância direta com o discurso de sujeito E, enquanto as reações de “haha” e “grr”, no comentário de Carina Nath, marcam a concordância indireta por ironizar/desacreditar a repetição da explicação fornecida pela enunciadora. Dado seu extenso volume (1,9 mil reações no primeiro e 168 no segundo), a presença dessas reações enfraquece o caráter de perfil social genérico do auditório como um todo, favorecendo, por conseguinte, a explicitação do posicionamento do coletivo de sujeitos E e F, em detrimento ao coletivo antagonista.

A situação de comunicação define-se, portanto, por: a) as características de influência do auditório marcadas pela recorrência ao *pathos* sob as formas predominantes e contrastivas de concordância e ironia (bem como no caso das interações 1 e 2), mas pendendo ao apagamento do Oponente, por meio de uma maior mobilização de sujeitos; b) as características identitárias formadas pela consolidação de centros de valores que, apoiados no *logos*, formam uma polarização discursiva em torno de duas noções distintas sobre verdade (uma verdade factual e uma verdade alternativa); e c) as características contratuais de recusa do contrato de confissão por TUi “explanador” e TUi “instigador” que, no contexto geral, servem ao favorecimento do posicionamento de TUi “confrontador” e, posteriormente, TUi “revelador” (advindo do ato de linguagem desenvolvido por EUc Cláudia Kichler).

Desse modo, embora não haja, nessa interação, uma presença forte de emoção regendo a relação ideológica entre os sujeitos (*pathos*), ela constitui-se em torno de uma circunstância de discurso de discussões inflamadas, pois o desequilíbrio entre *logos* e *pathos*, pendendo à utilização do primeiro, demonstra a utilização das modalidades de injunção e instigação por parte de sujeito E que, na publicação, serve a um propósito de evocação do auditório, trazendo à tona a influência do *pathos*. Essa característica é determinante para que compreendamos o caso arquetípico da polarização pelo viés do coletivo ao qual Rosângela Camargo e os sujeitos B, D e F pertencem e que alcança um protagonismo na próxima interação.

Na sequência, conferimos a análise da interação 4, última das interações recortadas.

## 5.6 INTERAÇÃO 4: TESTEMUNHO E CONSPIRAÇÃO

No tocante à interação 4, observamos a consolidação do processo de polarização desenvolvido pelas interações anteriores, cujo enfoque recai sobre o embate entre o coletivo ultraconservador de direita e os funcionários públicos da educação municipal, a partir da manifestação explícita do posicionamento do primeiro coletivo, que compreende os comunicantes Rosângela Camargo e sujeitos B, D, E e F, sendo compartilhado por sujeitos G, H e I. Da mesma forma que foi possível analisarmos a interação 2 de modo comparativo com relação à interação 1, podemos descrever os processos discursivo-ideológicos identificados na interação 4 em comparação com a interação 3, vez que ambas também compartilham da mesma esfera ideológica, no que se refere ao posicionamento manifestado pelo primeiro sujeito comunicante do primeiro comentário.

Resgatemos o discurso proferido por sujeito G: “Elas não fazem apologia. Eu presenciei isso no ensino médio. A palestrante desenhava uma estrela no quadro, enquanto,

subliminarmente, defendia temas ligados à sua preferência política. Não sei desse caso, mas ainda temos situações deste tipo nas escolas”. Tal discurso manifesta um conteúdo temático de relato cuja validação interliga-se a uma construção composicional voltada ao sentido de testemunho, consolidado por um estilo formal que garante a credibilidade do comunicante e inaugura a utilização do caráter “pseudo-intelectual” nas interações analisadas até então. Bakhtin (2020, p. 51) nos lembra que “o conteúdo-sentido que foi abstraído da ação-ato pode ser integrado a um certo existir aberto e único, mas, naturalmente, [...] tal existir é, por princípio, estranho à viva historicidade”. Desse modo, por meio de seu ato ético, sujeito G, ao testemunhar, não estabelece uma relação entre o conteúdo-sentido e o existir efetivo, mas sim a uma nova realidade, exclusiva do existir evento do próprio ato. Conforme veremos adiante, mesmo sendo uma realidade alheia à existência histórica, ela ainda assim é suficiente para suscitar as emoções pretendidas no público destinatário.

Ao relatar, por meio dessa credibilidade, o sujeito institui um contrato de testemunho, segundo o esquema constitutivo do relato “formal pseudo-intelectual”, que é voltado ao aceite ou recusa (aposta), por parte do(s) destinatário(s), do caráter de veracidade da informação transmitida. Desse modo, o sujeito utiliza as estratégias de legitimação e captação, pois conduz o discurso de modo a autoafirmar uma legitimidade (baseada no relato), para suas afirmações, induzindo o destinatário projetado a entrar em seu universo de pensamento, utilizando-se do componente institucional intrínseco ao contrato, já que esse “deve ser pensado como algo construído na interação entre locutor e interlocutor, tendo em vista que a base do discurso é institucional [...]” (Novais, 2020, p. 46). Por sua autoridade, enquanto sujeito ideológico, advir, puramente, da credibilidade de testemunho cristalizada na instituição de seu coletivo, o comunicante recorre às visadas de incitação e demonstração para suprir uma falta de evidências (fatos objetivos) de outras fontes, incitando o destinatário a crer na veracidade da própria autoridade institucional, pois, ao fazê-lo, caberá a ele avaliar positivamente o testemunho (crer nele).

A aposta segue, portanto, segundo esse modelo discursivo-ideológico, que é explicitado na definição dos quatro sujeitos do discurso: ao expor seu relato, afirmando “temos situações deste tipo nas escolas”, o comunicante EUc sujeito G direciona-se ao próprio coletivo, projetando um EUe “testemunhador-atestador” voltado a um TUD “alarmador” que concorde com seu posicionamento e seja incitado a uma posição de “sobrevivo” frente a um potencial ataque do coletivo antagonista. Como afirma Charaudeau (2004, p. 1), “é o estatuto do ator social e o papel que ele representa que são determinantes para julgar a conformidade de um discurso em relação ao domínio no qual ele é produzido”. Sendo assim, novamente observa-se

a presença de um múltiplo TUi, porém, ao contrário das interações anteriores, cuja multiplicidade de TUi refletia a multiplicidade de destinatários (do ponto de vista ideológico) – isto é, que tanto aceitavam como recusavam a identificação com o TUD projetado –, neste caso, os dois TUi (sujeitos H e I) aceitam a identificação, manifestando-se, respectivamente, enquanto TUi “alarmador-ameaçador” e “alarmador-observador”.

Diz-se que, no caso do primeiro, há um TUi que, além de alarmador (pela identificação com o TUD correspondente) é, também, “ameaçador”, pelo discurso “se tem está com m dias contados”, que ameaça literalmente as ações do coletivo antagonista. Já no caso do segundo, há a presença de “observador” pela constatação, de sujeito I, de que “esse ano está pior”. Esse processo, analisado a partir do aceite, por sujeitos H e I, da identificação por TUD “alarmador”, comprova a presença do contrato de testemunho, partindo de sujeito G, que “fornece um estatuto sociolinguageiro aos diferentes sujeitos da linguagem” (Charaudeau, 2016, p. 60).

Além disso, observa-se a mesma configuração responsável, em torno dos centros de valores, na disposição recíproca analisada na interação 3: sujeito G, em eu-para-mim, é um sujeito munido de conhecimento sobre uma verdade alternativa. Porém, diferente de sujeito E, que validava essa posição por meio de uma lógica de senso comum (“vermelho é a cor do coração, não de estrelas”), o sujeito G a valida por meio de um envolvimento pessoal com a informação (um tom emotivo-volitivo de “vivi, logo, é verdade”, em função do testemunho). É esse tom emotivo-volitivo que “entra em relação afetiva comigo na unidade do evento que nos abarca” (Bakhtin, 2020, p. 86) o que fortalece ainda mais a disseminação do ideal “sujeito que sabe a real verdade”.

Como consequência, esse sujeito manifesta um eu-para-o-outro que não é mais um mero questionador (conforme sujeito E), mas, precisamente, um testemunhador-atestador, tal qual o EUE projetado. Trata-se do sujeito que é testemunha direta da ideologização realizada pelo coletivo antagonista e, por ter “sentido na pele” esse ataque, pode garantir a sua veracidade. Como assinala Volóchinov (2017, p. 107-108), “todas essas formas de interação discursiva estão estreitamente ligadas às condições de dada situação social concreta, e reagem com extrema sensibilidade a todas as oscilações do meio social”. Seu outro-para-mim, em decorrência, é composto por uma dupla imagem – como observado na interação 2 –, representada, respectivamente, pelo próprio coletivo (de maneira direta) e pelo coletivo antagonista (de maneira indireta). No caso do primeiro, há a evocação dos sujeitos do próprio coletivo como sujeitos intervencionistas, que podem utilizar a informação/testemunho fornecida pelo sujeito para “combater” os adversários. No caso do segundo, recorre-se ao



mesmo ocultador manifestado por sujeito E, na interação 3: um sujeito que também sabe/domina a verdade alternativa (suposta única verdade) e faz questão de escondê-la.

Na perspectiva dos sujeitos H e I, ao aceitarem o contrato de testemunho e identificarem-se com TUd “alarmador”, mantém-se a mesma disposição recíproca geral de responsabilidade, cujas diferenças servem ao propósito de reforçar os ideais de sujeito G, em nome de uma representatividade tanto desse sujeito, quanto de Rosângela Camargo, pois “[...] todos os enunciados no processo de comunicação, independentemente de sua dimensão, são dialógicos” (Fiorin, 2022, p. 21-22). Esses sujeitos interpretantes projetam, então, com relação ao comunicante EUc sujeito G, um EUe “delator”, que participa de TUi “revelador” da interação fonte-origem, pois, ao testemunhar, expõe a verdade alternativa que tanto sujeito G, quanto eles (sujeitos H e I) dominam. O cenário dos sujeitos do discurso pode ser visualizado do seguinte modo:

EUc Sujeito G – EUe Sujeito G “testemunhador-atestador” → TUd “alarmador” – TUi múltiplo “alarmador-ameaçador” e “alarmador-observador” – EUe Sujeito G “delator”

Atualizando o quadro resumitivo-comparativo demonstrado na interação 2, com a multiplicidade dos sujeitos de comunicação em todos os atos de linguagem analisados, observamos a seguinte disposição conforme consta no Quadro 6:

**Quadro 6 – Sujeitos do discurso em todos os projetos globais analisados**

	<b>Projeto global de EUc Cláudia Kichler</b>	<b>Projeto global de EUc Sujeito A</b>	<b>Projeto global de EUc Sujeito C</b>	<b>Projeto global de EUc Sujeito E</b>	<b>Projeto global de EUc Sujeito G</b>
<b>Sujeito comunicante (EUc)</b>	EUc Cláudia Kichler (sujeito físico, do mundo)	EUc Sujeito A (sujeito físico, do mundo)	EUc Sujeito C (sujeito físico, do mundo)	EUc Sujeito E (sujeito físico, do mundo)	EUc Sujeito G (sujeito físico, do mundo)
<b>Sujeito enunciador (EUe) pela instância de produção</b>	EUe Cláudia Kichler “esclarecedor”	EUe Sujeito A “reconhecedor”	EUe Sujeito C “acolhedor”	EUe Sujeito E “instigador”	EUe Sujeito G “testemunhador-atestador”
<b>Sujeito destinatário (TUd)</b>	TUd múltiplo “sensibilizador”	TUd “reconhecedor”	TUd “reconhecedor-acolhedor”	TUd “confessador”	TUd “alarmador”
<b>Sujeito</b>	TUi múltiplo	TUi múltiplo	TUi múltiplo	TUi múltiplo	TUi múltiplo

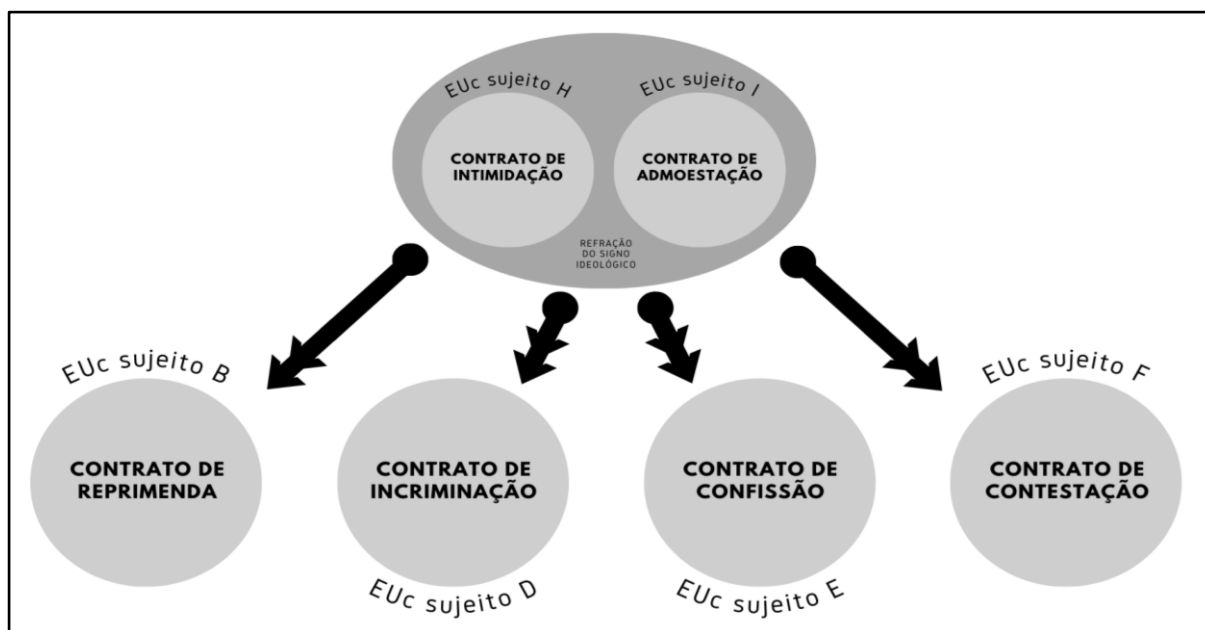
<b>interpretante (TUi)</b>	“revelador”	“reconhecedor” e “desaprovador”	“reconhecedor-acolhedor” e “denunciador”	“explanador” e “instigador”	“alarmador-ameaçador” e “alarmador-observador”
<b>Sujeito enunciador (EUE) pela instância de recepção</b>	EUE Cláudia Kichler “omissor”	EUE Sujeito A “mentiroso”	EUE Sujeito C “conspirador”	EUE Sujeito E “desatento” e “confrontador”	EUE Sujeito G “delator”
<b>Contrato de comunicação por EUC</b>	Contrato de consentimento	Contrato de reconhecimento e congratulação	Contrato de acolhimento e congratulação	Contrato de confissão	Contrato de testemunho

Fonte: elaborado pelo pesquisador (2023)

Ao enunciar, os sujeitos H e I (interpretantes que aceitam a identificação por TUD “alarmador”) instituem dois novos contratos, direcionados a sujeito G, que servem aos propósitos ideológicos desse sujeito, já que “[...] *as formas do signo são condicionadas, antes de tudo, tanto pela organização social desses indivíduos quanto pelas condições mais próximas da sua interação*” (Volóchinov, 2017, p. 109). Trata-se de, respectivamente, um contrato de intimidação e um contrato de admoestação. Bem como observado no caso do contrato de incriminação de sujeito D com relação a sujeito C (na interação 2), esses dois contratos integram a unidade da consciência verbalmente formalizada sob a qual se desenvolvem as refrações do signo ideológico no coletivo ultraconservador de direita (que engloba, além dos sujeitos H e I, os sujeitos B, D, E, F e G) pertencem e que, por consequência, determinam seu agir ético responsável em nome de uma representatividade de Rosângela Camargo – existente, apenas, em oposição ao coletivo antagonista e afirmado de maneira emotivo-volitiva (Bakhtin, 2020).

Desse modo, esses contratos de intimidação e admoestação também se dispõem paralelamente com relação aos contratos de reprimenda de sujeito B (interação 1), de incriminação de sujeito D (interação 2), de confissão por sujeito E e de contestação, por sujeitos F, compartilhando da recorrência à visada de fazer-sentir e estratégia de credibilidade, que instauram uma verdade alternativa. Diz-se ser esse o caso pelo fato de os comunicantes representarem o discurso por meio de uma interpretação e, conforme Charaudeau (2022, p. 133), “a interpretação não representa a realidade do mundo, mas o significante real que é construído a partir dela [...]”. Na Figura 15, conferimos essa disposição contratual:

**Figura 15 – Disposições contratuais entre sujeitos B, D, E, F, H e I, em suas respectivas interações**



Fonte: elaborado pelo pesquisador (2023)

Esses seis contratos compartilham, entre si, uma relação ideológica cuja referência recai sobre o esquema principal de semiotização do mundo manifestado por Rosângela Camargo (sua transformação do ato da professora municipal), dando sequência a “certa posição do falante que suscita resposta em relação à qual se pode assumir uma posição responsiva” (Bakhtin, 2016, p. 29-30). Compartilham, também, portanto, da mesma refração do signo ideológico, pautada nos mesmos estereótipos identificados nas interações anteriores, com ênfase em: a) professores, sobretudo da rede municipal, são militantes esquerdistas e comunistas que buscam, constantemente, “doutrinar” as crianças por meio de suas ideologias; e b) o “povo de bem” é aquele avesso à esquerda e ao comunismo.

Percebemos que, em maior grau do que nas outras interações analisadas, se recorre ao imaginário social de conspiração, dado que a) os sujeitos revertem o ônus da prova em prol da disseminação do grupo antagonista como um grande “complô” (Charaudeau, 2022); e b) a configuração contratual do comunicante e sua aposta são feitas de modo a validar o próprio testemunho (e obter essa validação dos destinatários) para contra argumentar a explicação fornecida por Cláudia Kichler. Basta rememorarmos que, em uma interação entre três sujeitos, dois afirmam terem sido vítimas da “ideologização” do coletivo antagonista: “[...] Eu presenciei isso no ensino médio [...]” (sujeito G) e “esse ano está pior” (sujeito I), confirmando a premissa de Charaudeau (2022, p. 140) de que “realizar essa inversão do ônus da prova faz assumir a responsabilidade do ‘conspiracionismo’ pelo grupo que, por meio do conhecimento dos fatos comprovados, defende um saber estabelecido”.

Embora esse esquema ideológico pareça pender ao *pathos*, por haver intenção de mobilizar, no destinatário, um senso de intervenção (uma reação frente a “injustiça” da “ideologização”), observamos uma operação segundo *logos*, por seguir a mesma estratégia utilizada por sujeito E na interação 3 (oferecer uma “lógica”, uma explicação alternativa para os fatos). Neste caso, *o pathos advém do logos*: “[...] de forma recíproca, os raciocínios válidos são em alguma medida baseados em sentimentos, que são parte integrante de premissas partilhadas a partir das quais esses raciocínios são construídos” (Amossy, 2017, p. 147). Grosso modo, é o efeito de verdade da lógica oferecida (“vivi, logo, é verdade”) que mobiliza os interpretantes emotivamente.

Sendo assim, na esfera da unidade da consciência verbalmente formalizada, alimenta-se a polarização discursiva identificada nas interações de comentários anteriormente analisadas, entre o meio ultraconservador de direita e os funcionários públicos da educação municipal, com a diferença de, desta vez, crescer-se, ao primeiro coletivo, o desenvolvimento do componente valorativo-ideológico de conspiração, que potencializa a atuação das representações de Proponente e Oponente partindo desse coletivo. Nesta ótica, o Proponente é aquele que, por ser testemunha das supostas más ações do antagonista, possui conhecimento sobre uma real verdade (a mesma verdade alternativa a que recorre Rosângela Camargo e os demais sujeitos desse coletivo) e sobre a qual deve fazer, portanto, o Oponente confessar responsabilidade e assumir as consequências decorrentes dela. Ademais a semelhança por meio da unidade da consciência verbalmente formalizada, o fato de a projeção de Proponente ser a mesma por todos os sujeitos do coletivo ultraconservador de direita é explicada por Amossy (2017, p. 58) em “[...] a tese defendida na controvérsia está tão intimamente integrada à visão de mundo do locutor [...] que ele não pode se afastar dele sem perda de identidade”.

Por isso, o Oponente é a representação do “mau e ocultador”: o grupo que não é mau pela natureza “má” de suas ações, mas por, além de manifestar ações dessa natureza, fazer questão de escondê-las. Dois são os traços que confirmam essa premissa. Em primeiro lugar, o trecho “[...] enquanto, subliminarmente, defendia temas ligados à sua preferência política” (sujeito G), que enfatiza a atuação “às escuras” da suposta má ação; e, em segundo lugar, a legitimação conferida a esse ideal por parte do auditório, demonstrada nas mais de 400 reações de “curtida” no comentário de sujeito G que é, também, atestada pelo próprio discurso de sujeito I (“esse ano está pior”).

A situação de comunicação, nesta última interação, manifesta-se, portanto, da seguinte maneira: a) novamente, características de influência do auditório marcadas pela recorrência ao *pathos* sob as formas de concordância e ironia (como observado nas interações 1, 2 e 3),

pendendo, desta vez, à primeira (concordância), pelas reações de “curtida”; b) características identitárias definidas pela mesma consolidação de centros de valores demonstrada na interação 3 (geradores de uma polarização discursiva em torno de duas noções distintas sobre verdade), pautada em *logos*, mas que, no contexto da interação 4, servem ao propósito de questionar a integridade dos funcionários públicos da educação, por uma suposta ocultação da verdade alternativa; c) características contratuais de aceite do contrato de testemunho promulgado por sujeito G, por parte de TUi “alarmador-ameaçador” e TUi “alarmador-observador” com relação a TUD “alarmador” que favorecem, de maneira muito semelhante ao observado na interação anterior, a consolidação de TUi “revelador” (advindo da *mise-en-scène* regida por EUC Cláudia Kichler).

Na próxima seção, tecemos uma discussão da análise obtida por meio das quatro interações recortadas.

## 5.7 DISCUSSÃO DA ANÁLISE

Ao longo da análise conduzida nas seções anteriores, verificamos diferentes configurações contratuais, situacionais e polêmico-ideológicas que, como adiantado em alguns momentos, irão convergir a um mesmo resultado: o comprometimento das relações alteritárias do contrato de comunicação. Para chegar nesse resultado, retomemos, brevemente, algumas das observações obtidas desde o detalhamento da primeira interação polêmica (“fonte-origem”) entre Rosângela Camargo, Cláudia Kichler e Carina Nath.

Nessa interação “fonte-origem”, demonstramos que a condição basilar para o estabelecimento do projeto global de EUC Cláudia Kichler recaiu sobre dois processos distintos de semiotização do mundo, que evocaram duas noções também distintas sobre o existir no mundo unitário singular e, conseqüentemente, dois agrupamentos de ato ético, imaginários sociais e estereótipos – que seriam, mais tarde, nas interações de comentários, invocados por sujeitos de ambos os coletivos. Na primeira esfera, isto é, processo de transformação conduzido por Rosângela Camargo, o mundo a descrever e a comentar (ato da professora municipal), tratou-se de uma apologia à estrela do PT, como dito pela própria enunciativa. Já na esfera antagonista, encontrou-se o mundo descrito e comentado “presente: oferecer amor aos estudantes” ou, nas palavras da enunciativa, “uma pequena lembrança confeccionada com o material que tinha em casa”.

Tal polarização desenvolver-se-ia no projeto global de EUC Cláudia Kichler. A comunicante, ao instituir, por meio de um sujeito enunciativo “esclarecedor”, um contrato de

consentimento que se utilizou do *logos*, promoveu um reagrupamento de ambos os coletivos – manifestado nas interações de comentários e definido pelo aceite ou recusa desse mesmo contrato. Assim, verificamos que a maior parte dos sujeitos nos comentários recusou esse contrato admitindo uma projeção de sujeito interpretante (TUi) “revelador”, que seria resgatada, a todo momento, pelos sujeitos desse coletivo nas quatro interações analisadas.

No domínio dessas interações, demonstramos que, respectivamente, as interações 1 e 2, por um lado, e 3 e 4, por outro lado, compartilharam de um semelhante esquema contratual e ideológico, manifestado pelo posicionamento dos sujeitos na interação verbal polêmica (polarização). Desse modo, as duas primeiras interações marcaram a utilização do *pathos* como artifício de credibilização dos sujeitos comunicantes que representam o coletivo professores e funcionários públicos (Cláudia Kichler e Carina Nath). Dois contratos de comunicação foram os responsáveis pela consolidação desse processo ideológico, amparados pela unidade da consciência verbalmente formalizada regente do processo de semiotização do mundo conduzido por Cláudia Kichler e Carina Nath: um contrato de reconhecimento e congratulação e um contrato de acolhimento e congratulação.

Na outra extremidade, depreendemos que as interações 3 e 4, por meio da utilização do *logos* e de contratos de subversão relacionados à unidade da consciência verbalmente formalizada desse coletivo em específico, consolidaram o apelo a contraverdades como forma de validação/credibilização de si, de seus representantes (Rosângela Camargo) e, especialmente, desqualificação do outro. O modo de operação dos contratos instituídos pelos sujeitos desse coletivo, tal qual seu direcionamento, fundamentam essa premissa: demonstramos a presença de, respectivamente, contratos de reprimenda, incriminação, confissão, contestação, testemunho, intimidação e admoestação que, com exceção do antepenúltimo, eram direcionados a destinatários (TUd) do coletivo antagonista, alimentando um embate ideológico de fundo conspiracionista – sobre o qual discutiremos adiante.

Como nosso objetivo foi o de descrever e analisar como são encenados os atos de linguagem nas interações de comentários no Facebook, *mediante a polarização discursiva nas relações de alteridade em caso de polêmica*, nas quatro interações analisadas podemos enfatizar a contribuição de certos elementos para a manutenção dessa estrutura de polarização nas relações de alteridade. Em outras palavras, elementos que, a partir da análise semiolinguística e dialógica conduzida nas últimas seções, permitem-nos desvelar, estritamente, as relações entre os sujeitos, levando em conta a polarização.

Esses elementos são: a) a adesão ideológica do primeiro sujeito comunicante da interação (o autor do comentário); b) a relação contratual mantida entre os sujeitos da interação

(se há embate entre contratos ideologicamente opostos ou relação contratual de conviência); c) qual a estratégia retórica utilizada pelo primeiro sujeito comunicante, determinando a natureza da interação verbal polêmica (se ela pende ao *pathos* ou ao *logos*); d) quais as formas de desqualificação empregadas pelos sujeitos dos dois coletivos; e e) se houve ou não contraverdades determinando o posicionamento ideológico de um ou mais dos sujeitos envolvidos na *mise-en-scène*. Todos esses elementos são descritos no Quadro (7) resumitivo que é apresentado na sequência:

**Quadro 7 – Quadro resumitivo das 4 interações verbais polêmicas analisadas<sup>44</sup>**

	<b>Interação 1</b>	<b>Interação 2</b>	<b>Interação 3</b>	<b>Interação 4</b>
<b>Adesão ideológica do primeiro EUc (autor do comentário)</b>	Cláudia Kichler e Carina Nath (funcionários públicos e prof.)	Cláudia Kichler e Carina Nath (funcionários públicos e prof.)	Rosângela Camargo (meio ultraconservador de direita)	Rosângela Camargo (meio ultraconservador de direita)
<b>Relação contratual e/ou de embate ideológico</b>	Contrato de reconhecimento e congratulação X Contrato de reprimenda	Contrato de acolhimento e congratulação X Contrato de incriminação	Contrato de confissão = Contrato de contestação X Contrato de explanação	Contrato de testemunho = Contrato de intimidação = Contrato de admoestação
<b>Estratégia retórica na dicotomização</b>	<i>pathos</i>	<i>pathos</i>	<i>logos</i>	<i>logos</i>
<b>Formas de desqualificação</b>	Sujeito A: inscrição do alvo do ataque no intertexto X Sujeito B: injunção e acusação, ativando o imaginário social “professores são doutrinadores”	Sujeito C: antagonista como uma ameaça à educação (da qual o coletivo precisa ser defendido) X Sujeito D: mesma configuração da interação anterior, acrescida da utilização pejorativa do termo “militante”	Sujeito E: apresentação de lógica como artifício de estupidificação de um antagonista ocultador X Carina Nath: apresentação de lógica como artifício de estupidificação de um antagonista ignorante X Sujeito F: apresentação de lógica como	Sujeito G: antagonista mau e ocultador (validado por testemunho de envolvimento pessoal) = Sujeito H: repetição da forma de sujeito G, acrescida do componente ameaça ou intimidação = Sujeito I: repetição da forma de sujeito G, acrescida do

<sup>44</sup> Cor azul indica que o contrato/posicionamento partiu de um sujeito adepto ao coletivo de Cláudia Kichler/Carina Nath. Cor verde indica que o contrato/posicionamento partiu de um sujeito adepto ao coletivo de Rosângela Camargo.

			artifício de estupidificação de um antagonista ocultador	componente admoestação, para validação do testemunho
<b>Presença de contraverdades</b>	Sim, por parte de sujeito B	Sim, por parte de sujeito D	Sim, por parte de sujeitos E e F	Sim, por parte de sujeitos G, H e I
<b>Contraverdades invocadas</b>	Discursos considerados “de esquerda” são ideológicos – num sentido pejorativo do termo; professores são esquerdistas e, portanto, comunistas e doutrinadores (negacionismo e conspiração)	Professores “de esquerda” são militantes (num sentido pejorativo do termo); militantes, por serem esquerdistas, são comunistas e doutrinadores (conspiração)	Estrelas vermelhas são, exclusivamente, símbolos do PT (Partido dos Trabalhadores); a mobilização do signo estrela vermelha só pode ser uma doutrinação de esquerda (conspiração)	O grupo de posicionamento político de esquerda é mau e ocultador por defender temas ligados à sua preferência política de maneira subliminar; discursos considerados “de esquerda” são ideológicos – num sentido pejorativo do termo.

Fonte: elaborado pelo pesquisador (2023)

Ao observarmos os dados demonstrados no Quadro (7), chegamos a algumas constatações, que nos guiarão nesta discussão final de análise: a) todas as contraverdades invocadas pelos sujeitos nas interações partiram do coletivo ultraconservador de direita, representado por Rosângela Camargo; b) a consolidação dessas contraverdades deu-se, em todos os casos, pela recorrência a estereótipos, clichês e imaginários sociais de fundo conspiracionista, sobretudo no caso da interação 4; c) a adesão ideológica desse grupo (sua mobilização, na *mise-en-scène*, tal qual a explicitação de seu posicionamento da unidade da consciência verbalmente formalizada) foi maior do que a do grupo antagonista; e d) a recorrência às estratégias retóricas de desqualificação do outro seguiram um padrão definido pela utilização do *pathos*, por parte do coletivo representado por Cláudia Kichler e Carina Nath e utilização do *logos*, por parte do coletivo representado por Rosângela Camargo.

Essas constatações fundamentam-se em uma diferença entre as formas de operação de defesa identitário-ideológica entre os dois coletivos antagonistas. Enquanto o coletivo de funcionários públicos busca, a todo momento, reforçar a credibilidade dessa classe de profissionais (com ênfase no subgrupo específico dos professores), utilizando-se da autoridade política e pública de Cláudia Kichler e Carina Nath para garantir o caráter de veracidade dos saberes expressos em suas declarações, essa credibilidade é, ao coletivo ultraconservador, inválida. Isso porque, a esse coletivo, é cristalizado um conjunto de imaginários sociais baseados em contraverdades de caráter conspiracionista, que não só orientam o seu



posicionamento nas interações verbais, como constituem o horizonte social desse grupo, ideológica, responsável e valorativamente.

Desse modo, independentemente de qual fosse a explicação fornecida pelo coletivo de funcionários públicos, bem como a quantia de provas/evidências apresentadas, nenhuma delas seria suficiente para garantir o sucesso da aposta dessas comunicantes com relação a esse grupo específico de destinatários. As informações transmitidas, a partir de saberes de conhecimento, sempre seriam, no quadro de transação, convertidas em “mentira”, a partir de saberes de crença, fosse por inversão do ônus da prova, desacreditação do comunicante, ou demais processos, conforme analisado – atendendo às premissas de Charaudeau (2022) –, enquanto esses sujeitos continuassem a recorrer a contraverdades para validação de si e dos argumentos apresentados.

O papel das contraverdades perpassa, portanto, o esquema contratual do ato de linguagem (*mise-en-scène*), servindo como uma “base de união” do coletivo ultraconservador, o que justifica tanto a especificidade da refração dos signos ideológicos pela interpretação desses sujeitos, quanto a premissa de que sua adesão (sua mobilização) é maior do que a observada no caso do coletivo de funcionários públicos. Trata-se de uma “ânsia por vencer” que, tal qual definido por Amossy (2017), atravessa o discurso (o ato de linguagem), em função do contexto sociocultural, tornando-se um *embate entre identidades sociais e ideológicas*, cujo fim é a *exclusão do adversário*.

Rememoremos uma premissa apresentada ao final da análise da interação 1: *o outro não é mais uma figura que devo deslegitimar a fim de legitimar a mim mesmo e ao meu coletivo. Ele assume a posição de “alvo” frente a minha luta, enquanto sujeito ideológico, com relação a ideais que são maiores do que eu, mas que, no ato de linguagem, sobredeterminam o meu coletivo*. Os sujeitos oriundos do meio ultraconservador de direita, em vez de corresponderem à expectativa contratual das comunicantes do coletivo adversário (isto é, respeitarem os acordos, as convenções, etc. tanto da situação de comunicação, quanto das circunstâncias de discurso), a partir do estabelecimento de contraverdades, *radicalizam a polarização, voltando-se ao próprio grupo em detrimento a voltar-se ao grupo antagonista, de modo a promover um reagrupamento para “lutar” contra esse coletivo*. Por isso, não é mais importante reconhecer e versar sobre se a informação é verdadeira ou falsa, se a professora municipal teve alguma justificativa para apresentar seus estudantes com uma estrela vermelha, etc. O que importa é, de fato, “vencer a discussão”; excluir o grupo antagonista.

Com efeito, ambos os coletivos se utilizaram das estratégias retóricas de *logos* e *pathos* para induzir o(s) adversário(s) a seu universo de pensamento e isso poderia ser interpretado, também, como uma forma de radicalização da polarização. Entretanto, como visto, houve uma

diferença na recorrência dessas estratégias. O coletivo de Cláudia apela ao *pathos* porque compreende que a informação factual não vai ser compreendida. Por outro lado, o coletivo de Rosângela apela ao *logos* como forma de validação do conjunto de contraverdades evocadas cujo poder pode deslegitimar tanto as ideologias do coletivo antagonista, como a sua própria integridade identitário-ideológica, partindo dos contratos de comunicação, como uma busca em trazer lógica para algo, naturalmente, ilógico.

Em outras palavras, os dois coletivos utilizam *logos* e *pathos* para a consolidação dos contratos de comunicação, estratégias e visadas discursivas, intentando o sucesso da aposta de cada comunicante. Porém, quando o *logos* é utilizado pelo coletivo ultraconservador, é com a intenção de mascarar a natureza empírica dos argumentos utilizados, na busca por agregar, a eles, um caráter científico, enquanto, pela perspectiva do coletivo funcionários públicos, quando o *pathos* é utilizado, é com a intenção de mobilizar, emotivamente, um grupo bivalente de destinatários (constituídos pelo próprio coletivo e o antagonista) que, potencialmente, não tenha sido persuadido pelas informações apresentadas anteriormente (isto é, pelo discurso de Cláudia Kichler e pela legenda de Carina Nath).

Esse conjunto de afigurações ideológicas, contratuais, identitárias e responsáveis fazem com que haja uma assimetria que superpõe o conceito de mesmo nome definido por Charaudeau (2016), pois trata-se de uma radicalização, pela polarização, que é exclusiva das interações verbais polêmicas cujas circunstâncias de discurso são aquelas análogas às redes sociais e suas rotinas interacionais. *Ela provoca o comprometimento das relações alteritárias do contrato de comunicação, a partir da quebra de expectativa diante da oposição manifestada pelas mais variadas contraverdades identificadas.*

O que é posto em xeque não é mais o simples aceite ou recusa dos contratos de comunicação, mas, para além disso, a expressão de oposição ideológica marcada, no discurso, por contraverdades, estereótipos e imaginários sociais cuja função é ambígua: defender a identidade social dos sujeitos e atacar, ideologicamente, os do coletivo antagonista. Em função da polêmica, esses dois componentes tornam-se intrínsecos à sobrevivência um do outro, criando um ciclo de desqualificação do adversário que superpõe o projeto global dos sujeitos comunicantes agente e alvo do ataque.

O signo “estrela vermelha” foi, desse modo, apenas um estopim para o desenvolvimento de um embate identitário-ideológico anterior ao ato de linguagem iniciado pelo discurso de Rosângela Camargo sobre a professora municipal. Se não fosse ele, outro signo teria assumido a mesma função, tal qual centenas de outros signos a assumem, diariamente, nas redes sociais, como instrumento de debates virulentos e discussões inflamadas que alimentam interações

verbais polêmicas de semelhante configuração. A análise que conduzimos nesta dissertação apenas visibiliza essa problemática tendência ideológico-discursiva da sociedade contemporânea, com uma intenção tímida de que essa visibilidade acenda o interesse de outros pesquisadores a também contribuírem para a desconstrução desse tipo de processo.

A seguir, demonstramos as considerações finais do estudo que aqui se encerra.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo representou um enorme desafio desde o momento em que nos propusemos a selecionar um tema tão específico e controverso, mas, ao mesmo tempo, atual. Como argumentamos ao longo de toda a fundamentação teórica e asseveramos no capítulo de análise, fenômenos de polarização discursiva em interações polêmicas preexistem o Facebook. Isso não significa, contudo, que esses fenômenos não configurem novos arranjos no meio digital que, a partir de modalidades muito específicas dos atos de linguagem, podem comprometer as relações alteritárias do contrato de comunicação na rede social. Quanto mais avançamos rumo à resultados concretos de análise discursiva, mais nos aproximamos de uma afirmação, no mínimo, contundente para com relação ao aspecto linguístico-funcional da nossa sociedade: o Facebook faz ver uma fragilidade interpessoal que só aumenta com o passar do tempo, à medida que posicionamentos ideológicos antagonistas extrapolam a esfera ideológica para adentrar, discursivamente, no campo do ataque pessoal.

Em meio a outro desafio, de conciliar três correntes teóricas muito ricas e contributivas a esse tipo de análise, nos comprometemos a organizar as turbulências do nosso tema, mesmo compreendendo a dificuldade em manter um olhar analítico sobre ela. Com o *corpus* escolhido para análise, não foram evidenciados somente as interações verbais polêmicas e os posicionamentos ideológicos antagonistas. Foram os ataques, os descréditos e as desconfianças com relação aos propósitos pedagógicos e ideológicos dos educadores, atos que nos tocam de maneira diretamente pessoal. Doravante, nossa intenção com este estudo não foi outra senão a de, por meio dessas três correntes distintas, mas complementares, auxiliar na desconstrução desses posicionamentos extremos que prejudicam a criticidade dos indivíduos no debate sobre assuntos de interesse comum e que fragilizam, no processo, as próprias relações alteritárias inatas ao aceite do contrato de comunicação proposto no ato de linguagem.

O problema de pesquisa que instituímos para guiar o processo de análise foi o questionamento mais evidente na elaboração do texto, considerando o compromisso que assumimos. Assim, indagamos: como são encenados os atos de linguagem nas interações de comentários no Facebook, mediante a polarização discursiva nas relações de alteridade em caso de polêmica? Evidentemente, esse escopo desdobrar-se-ia conforme compreenderíamos a sua complexidade. Por isso, o ramificamos em três questões complementares: a) por quais circunstâncias de discurso os contratos de comunicação propostos nos comentários do Facebook contribuem para as representações languageiras que instauram a polêmica nas interações analisadas de acordo com as estratégias discursivas do sujeito comunicante? b) De

que maneira é construído o sentido comunicativo do ato de linguagem encenado na polarização discursiva diante das relações de alteridade e responsividade expressas na interação polêmica?

c) Em que medida os discursos encenados no ato de linguagem valem-se de contraverdades para a consolidação de estereótipos, clichês e imaginários sociais que fomentam a polarização discursiva?

A partir desses questionamentos, o objetivo tornou-se claro: descrever e analisar como são encenados os atos de linguagem nas interações de comentários no Facebook, mediante a polarização discursiva nas relações de alteridade em caso de polêmica. Porém, conjuntamente ao problema de pesquisa, também ramificou-se em três objetivos específicos: a) identificar por quais circunstâncias de discurso os contratos de comunicação propostos nos comentários do Facebook contribuem para as representações languageiras que instauram a polêmica nas interações analisadas de acordo com as estratégias discursivas do sujeito comunicante; b) Depreender de que maneira é construído o sentido comunicativo do ato de linguagem encenado na polarização discursiva diante das relações de alteridade e responsividade expressas na interação polêmica; c) Verificar em que medida os discursos encenados no ato de linguagem valem-se de contraverdades para a consolidação de estereótipos, clichês e imaginários sociais que fomentam a polarização discursiva.

Ao selecionarmos três correntes teóricas distintas para o cumprimento dos objetivos instituídos, buscamos um rearranjo de ambas por condensação, de modo a possibilitar uma inter-relação íntima e contributiva, tendo por fim a Semiologia de Patrick Charaudeau (2004, 2005, 2010, 2016, 2019, 2022). Desse modo, o primeiro capítulo de fundamentação apresentou uma intersecção entre a Teoria Dialógica do Círculo de Bakhtin (2010a, 2010b, 2016, 2017, 2020), a Retórica Argumentativa de Ruth Amossy (2017, 2022) e as noções sobre verdade, pós-verdade e contraverdade conforme Charaudeau (2022). Nele, foi possível demonstrar a influência ideológica, identitária e social que os posicionamentos discursivos manifestam na interação polêmica, bem como o papel que os saberes e as questões subjetivas acerca da verdade desempenham no agir ético responsável dos indivíduos inseridos nessa forma de interação verbal, intrinsecamente responsiva.

Na sequência, demonstramos como a Teoria Semiológica de Charaudeau (2004, 2005, 2010, 2016, 2019, 2022), em sua totalidade, compreende as mesmas considerações acerca do indivíduo nas interações sociais: este é um ser dialógico, ideológico, comunicante e interpretante. A partir dessa noção, mergulhamos no caráter assimétrico da comunicação e no desenrolar da *mise-en-scène*; todo ato de linguagem, sob demanda das circunstâncias de discurso e da situação de comunicação, há de manifestar contratos, estratégias e visadas

discursivas que, ancoradas em determinados modos de organização do discurso e em processos específicos de semiotização do mundo, apresentarão uma configuração de quatro sujeitos envolvidos nesse ato de linguagem, tal qual as intenções do sujeito comunicante (EUc) e a interpretação do sujeito interpretante (TUi).

Em seguida, no capítulo 4, nos detemos a conhecer a realidade do *corpus* escolhido para análise por meio de uma contextualização: o caso da professora municipal que, ao distribuir estrelas vermelhas em EVA para os seus estudantes, deu início a uma série de interações verbais polêmicas e polarizadas, que seguem em desenvolvimento até hoje no Facebook, mesmo mais de um ano após o ocorrido. Nesse capítulo, também definimos a afiguração metodológica do estudo, nossas escolhas referentes ao modo de condensação da teoria utilizada e as etapas de análise que foram seguidas pelo capítulo 5, intentando tornar clara a maneira como mobilizamos os pressupostos teóricos para com relação ao *corpus* selecionado.

No capítulo 5, finalmente, prosseguimos com a análise do *corpus*, dividindo-a de acordo com as necessidades teórico-metodológicas da materialidade. Desse modo, a primeira seção foi dedicada à análise do processo de semiotização que orientou a produção discursiva de Rosângela Camargo (a avó), reagindo ao ato da professora municipal, e de Cláudia Kichler (a Secretária de Educação de Sapiranga – RS), e Carina Nath (a prefeita de Sapiranga – RS), retratando-se, em nome da professora, com relação ao ocorrido. Nessa análise, verificamos que partindo de dois processos distintos de transação, cujo início recai sobre a transformação do ato da professora municipal, no discurso, respectivamente por Rosângela Camargo e Cláudia Kichler, as comunicantes assumem dois atos éticos distintos e divergentes, cada um refletindo um tipo de refração do signo ideológico constituinte do mundo a significar. Nesse embate ideológico, ambas as comunicantes buscam deslegitimar a antagonista, alimentando uma polarização que, por meio da recorrência a estereótipos, clichês e imaginários sociais, validam o horizonte social de si e invalidam o do coletivo adversário configurando, diante disso, a interação entre as três comunicantes como uma interação verbal polêmica.

Observamos, contudo, uma diferença notável entre os modos de recorrência estereotípica utilizados por Rosângela Camargo e Cláudia Kichler – endossado por Carina Nath –, que fundamentam seus respectivos processos de transformação do ato da professora municipal. Por um lado, Cláudia Kichler fundamenta seu discurso em saberes de conhecimento de categoria-base evenemencial, recorrendo à credibilidade de si e da professora municipal como agentes do saber e da boa qualidade da educação de Sapiranga. Por outro lado, Rosângela Camargo fundamenta seu discurso em saberes de crença, ancorando-se em contraverdades ligadas a estereótipos de cunho pejorativo sobre professores, funcionários públicos e indivíduos

de posicionamento político de esquerda. Dentre as contraverdades utilizadas por essa comunicante, destacamos o emprego do cunho pejorativo do termo “ideologia”, que pressupõe a ideia de que ideologia, nas escolas, não somente é algo ruim, como é algo a ser evitado, já que, na visão dessa comunicante, é possível promover uma educação “sem ideologia”, composta pela utilização do signo “bandeira do Brasil”.

Partimos, então, na seção 2 do capítulo de análise, ao projeto global (de fala) de EUC Cláudia Kichler, considerando a relação estreita entre o discurso dessa comunicante para com relação aos discursos das interações de comentários que compuseram o *corpus* de pesquisa. Demonstramos, à vista disso, que EUC Cláudia Kichler projeta, no discurso, um EUE “esclarecedor” que busca uma contrapartida de sensibilidade do TUD (um TUD “sensibilizador”), por meio de um contrato de consentimento. Esse contrato, definido pelas estratégias de legitimação e credibilidade e pelas visadas de informação, incitação e demonstração, manifesta a procura de EUC Cláudia Kichler em prever a reação de um público de perfil social genérico e heterogêneo. Tal configuração contratual é utilizada de modo a corroborar o mundo significado pelo processo de transformação conduzido por essa comunicante: o ato da professora municipal não passou de um “mal-entendido”.

Ao revermos as interações de comentários provenientes da publicação de Carina Nath – que, lembramos, endossa o discurso de Cláudia Kichler ao veicular seu vídeo de retratação –, observamos a manifestação dos sujeitos do discurso pela ótica, respectivamente, do processo de interpretação e de produção. Assim, no primeiro caso, porquanto parte dos sujeitos aceitou o contrato de consentimento, identificando-se com TUD “sensibilizador” projetado por EUC Cláudia Kichler, outra parte dos sujeitos recusou esse contrato e, por consequência, a identificação com TUD “sensibilizador”. Estes, por sua vez, manifestaram um TUI “revelador” que, ao contrário do previsto por EUC Cláudia Kichler, não considera a comunicante como um EUE “esclarecedor”, mas sim como um EUE “omissor”.

Doravante, a recusa do contrato por parte dos TUI (sujeitos interpretantes) demonstrou a relação que estes mantiveram com os estereótipos ativados por Cláudia Kichler em seu projeto global. Ao contatar a consciência ideológica de TUI “revelador”, a realidade refletida por Cláudia Kichler sofreu uma refração, explicitando uma nova realidade que é condizente ao horizonte social exposto pela transformação do ato da professora municipal por Rosângela Camargo. Essa realidade refratada é a de que estrelas são símbolos do PT, bem como a cor vermelha e, ainda mais, ambos postos em conjunto: o signo “estrela vermelha” não existe, para esse coletivo, fora dos domínios político-ideológicos do Partido dos Trabalhadores.

A dicotomização discursiva e, conseqüentemente, a polarização discursivo-ideológica ocorreram como um fenômeno natural a esse embate de posicionamentos. Desse modo, no segundo caso, analisado pela ótica do processo de produção dos diferentes sujeitos nos atos de linguagem das interações de comentários, demonstramos haver uma radicalização da polarização que, dadas as circunstâncias de discurso da interação verbal polêmica no Facebook, provocou o comprometimento das relações alteritárias do contrato de comunicação, a partir da quebra de expectativa diante da oposição manifestada pelas contraverdades evocadas pelo coletivo ultraconservador de direita, representado por Rosângela Camargo.

Ainda, elucidamos que os dois coletivos utilizam as estratégias retóricas de *logos* e *pathos* para a consolidação do extenso projeto global de comunicação manifestado na *mise-en-scène*. Entretanto, quando o primeiro foi utilizado pelo coletivo de Rosângela Camargo, observou-se a intenção de validar, logicamente, posicionamentos ilógicos por sua natureza de contraverdade ora negacionista e, em todos os casos, conspiracionista. Já quando o segundo foi utilizado pelo coletivo de Cláudia Kichler e Carina Nath, viu-se a busca por mobilizar e persuadir destinatários que não haviam sido persuadidos logicamente, pelas informações fornecidas, respectivamente, por essas duas enunciatórias.

Desse modo, tal adversidade marcou uma gestão do conflitual que, a partir da assunção das posições de "Proponente" e "Oponente" em face de um "Terceiro" (público espectador do Facebook) por EUc Cláudia Kichler e TUi "revelador", manifestou a busca dos sujeitos em validar os argumentos de si e de seu coletivo e invalidar os do outro. O enfoque, na *mise-en-scène*, passou da esfera discursiva (do aceite ou recusa dos contratos de comunicação) para a expressão de uma oposição ideológica definida pela necessidade de defender a identidade social de cada coletivo e atacar o coletivo antagonista, sobretudo a perspectiva do coletivo de Rosângela Camargo, representado pelos sujeitos que assumiram, no discurso, TUi e, posteriormente, EUe "revelador", criando um ciclo de desqualificação do adversário que superpõe o projeto global dos sujeitos comunicantes agente e alvo do ataque. O conflito agravou uma polarização exterior ao Facebook, constituída pelos polos político-ideológicos de esquerda e de direita, compreendendo todas as suas especificidades.

Compreendemos que ainda há muito a se analisar acerca dessas interações verbais polêmicas que extrapolam a esfera ideológica para manifestar discursos de ódio, de preconceito e de intolerância contra funcionários públicos, educadores e simpatizantes desses dois coletivos. Contudo, podemos vislumbrar algumas contribuições deste estudo, após apresentarmos os resultados obtidos. Esta dissertação pode servir como espaço de exposição dos modos de operação de contraverdades que, como vimos, são utilizadas de maneira muito frequente para



a deslegitimação de educadores e funcionários públicos. Pode auxiliar, também, na desconstrução das rotinas interacionais do Facebook, quando elas pressupõem o apagamento, a invalidação e o ataque ao parceiro de comunicação, prejudicando as relações alteritárias do contrato de comunicação para além do espaço digital.

Não obstante, muitos estudos podem ser realizados utilizando esse mesmo tema-base. Nosso enfoque, como enunciado pelo problema de pesquisa e pelo objetivo geral, foi o de enfatizar o caráter ideológico dos atos de linguagem no Facebook, quando integrantes de interações verbais polêmicas. Esta pesquisa depara-se com limitações no tocante à especificidade do discurso do meio digital, que podem ser exploradas de maneira particular por outras correntes teóricas, em conjunto ou não com as que utilizamos até então. Fortes correntes teóricas têm emergido, nos últimos anos, no que concerne à Análise do Discurso Digital. As especificidades da interação verbal polêmica e das relações de alteridade no Facebook podem encontrar, nela, um espaço profícuo ao aprofundamento da análise linguística e discursiva.

Finalizamos este trabalho de dissertação com algumas considerações condizentes ao envolvimento pessoal do acadêmico autor do texto para com a pesquisa realizada. Permanece o sentimento de gratidão para com a academia e a banca avaliadora, pela oportunidade de qualificar um estudo cujo tema é complexo e, certamente, infindável. Como bem sabemos, o discurso é um instrumento poderoso que, muitas vezes, tem sido utilizado inconvenientemente para a deslegitimação de grupos sociais das mais diversas identidades e posicionamentos ideológicos. Poder ter a chance de contribuir para o desenvolvimento discursivo dos indivíduos rumo a um direcionamento pacífico das polarizações, enriquece a alma pesquisadora e cidadã. Esperamos, com sinceridade, que esse direcionamento motive os leitores a evoluir acadêmica, ideológica e emocionalmente.

## REFERÊNCIAS

- AMOSSY, Ruth. **Apologia da polêmica**. Coordenação de tradução de Mônica Magalhães Cavalcante. São Paulo: Contexto, 2017.
- BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. Tradução de Aurora Fornoni Bernadini, José Pereira Júnior, Augusto Goés Junior, Helena Spryndis Nazário, Homero Freitas de Andrade. São Paulo: Hucitec, 2010a.
- BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b.
- BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. Notas da edição russa de Serguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do ato responsável**. Tradução de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.
- BARONAS, Roberto Leiser; COSTA, Julia Lourenço. De Maingueneau a Amossy: notas de leitura em torno da noção de polêmica. **Polifonia**, Cuiabá, v. 26, n. 43, p. 49-67, 2019.
- BARROS, Melquíades Paceli Sandes. **A intertextualidade e sua relação com a midiatização da ciência na Revista Galileu**. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral II**. Tradução de Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1989.
- BOAVENTURA, Luis Henrique. **A assimetria do ato de linguagem no stand-up comedy**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2013.
- BOAVENTURA, Luis Henrique. **Encenação e ubiquidade em discursos no Twitter: procedimentos de análise**. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2017.
- BOAVENTURA, Luis Henrique; LAGO, Kaian; FREITAS, Ernani Cesar de. Pajubá: manifestação do ethos na polarização discursiva. **Encantar**, Bom Jesus da Lapa, v. 3, p. 1-25, 2021.
- BOAVENTURA, Luis Henrique; FREITAS, Ernani Cesar de. O Brasil e a polarização política no contexto da COVID-19. **EID&A**, Ilhéus, v. 22, n. esp., p. 68-87, 2022.
- BRAIT, Beth. Alteridade, dialogismo, heterogeneidade: nem sempre o outro é o mesmo. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. 46, n. 4, p. 85-97, 2012.
- CAMARGO, Rosângela. **Sem possibilidade de apologia a ideologia política partidária dentro de Escolas**. Sapiranga, 22 fev. 2022. Facebook: Rosângela Camargo. Disponível em: <https://www.facebook.com/100070968777303/videos/677720999925185>. Acesso em: 15 jun. 2023.

CARMELINO, Ana Cristina. Estereótipos do brasileiro em piadas. **Intersecções**, Jundiaí, v. 7, n. 14, p. 1-15, 2014.

CARVALHO, Luciana Menezes. **Contrato de informação do jornalismo no ecossistema midiático**: estratégias semiolinguísticas da instância de produção no Facebook. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venancio Majer. Prefácio de Fernando Henrique Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães *et. al.* A negociação persuasiva para a análise da argumentação nos discursos. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v. 13, n. 25, p. 99-116, 2019.

CHARAUDEAU, Patrick. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. *In*: MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de. **Gêneros: reflexões em análise do discurso**. Belo Horizonte: Nad/Fale-UFMG, 2004. p. 1-13.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. *In*: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigrid (Orgs.). **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 11-27.

CHARAUDEAU, Patrick. O discurso propagandista: uma tipologia. *In*: MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de. **Análises do discurso hoje**, vol. 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010. p. 57-78.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**. Coordenação de tradução de Angela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2019.

CHARAUDEAU, Patrick. **A manipulação da verdade**: do triunfo da negação às sombras da pós-verdade. Tradução de Dóris de Arruda C. da Cunha, André Luís de Araújo. São Paulo: Contexto, 2022.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. Coordenação de tradução de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2018.

DI FANTI, Glória; PAULA, Luciane de; PONZIO, Luciano. A proposta dialógica do Círculo bakhtiniano. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 56, n. 3, p. 395-404, 2021.

EMEDIATO, Wander. Um olhar da Semiolinguística sobre manuais didáticos de Língua Portuguesa. *In*: **II Simpósio Internacional de Análise Crítica do Discurso**, 2007, São Paulo. Área de Download do Núcleo de Análise do Discurso, Universidade Federal de Minas Gerais, p. 1-13, 2007. Disponível em: [http://www.letras.ufmg.br/padrao\\_cms/documentos/nucleos/nad/EMEDIATO%20-%20Um%20olhar%20da%20semiologia%20sobre%20manuais%20didáticos%20da%20língua%20portuguesa.pdf](http://www.letras.ufmg.br/padrao_cms/documentos/nucleos/nad/EMEDIATO%20-%20Um%20olhar%20da%20semiologia%20sobre%20manuais%20didáticos%20da%20língua%20portuguesa.pdf). Acesso em: 15 jun. 2023.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Contexto, 2022.

FREITAS, Ernani Cesar de. A semiolinguística no discurso: práticas de linguagem em situações de trabalho. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, Passo Fundo, v. 4, n. 2, p. 262-283, 2008.

FREITAS, Ernani Cesar de. Cultura, linguagem e trabalho: comunicação e discurso nas organizações. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, Passo Fundo, v. 7, n. 1, p. 104-126, 2011.

GIERING, Maria Eduarda. Contrato de comunicação, estratégias enunciativas e organização do discurso. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 9-17, 2004.

HAWKING, Stephen William. **Uma breve história do tempo**. Tradução de Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (IF/UFRGS). **As estrelas de baixa luminosidade**, nov. 2012. Disponível em: <http://astro.if.ufrgs.br/estrelas/node7.htm>. Acesso em: 15 jun. 2023.

KICHLER, Cláudia. Venho a público me manifestar... In: NATH, Carina. **Esclarecimento**. Sapiranga, 23 fev. 2022. Facebook: carinanath. Disponível em: <https://www.facebook.com/carinanath/videos/811843503543693/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

MACHADO, Ida Lúcia. Algumas reflexões sobre a Teoria Semiolinguística. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 22, n. 2, p. 13-21, 2006.

MACHADO, Ida Lúcia. O ato de linguagem segundo a Semiolinguística: implicações, explicações e aplicações práticas. **Gragoatá**, Niterói, v. 24, n. 50, p. 760-772, 2019.

MACHADO, Irene. Gêneros discursivos. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2021. p. 151-166.

MARCHETE, Ana Clara Partelli; ALMEIDA, Julia. Uma análise crítico-discursiva da polarização ocidente/oriente na polêmica sobre o ataque à revista Charlie Hebdo. **Revista do GEL**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 88-104, 2021.

MIOTELLO, Valdemir. Ideologia. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2021. p. 167-176.

NATH, Carina. **Esclarecimento**. Sapiranga, 23 fev. 2022. Facebook: carinanath. Disponível em: <https://www.facebook.com/carinanath/videos/811843503543693/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

NOVAIS, Karina Nogueira Druve. **Modalização e estratégias de produção de efeitos de verdade em artigos acadêmicos da área da linguística**. Tese (Doutorado em Linguística do Texto e do Discurso) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino. Da língua ao discurso: operações discursivas na escrita e na interpretação de textos. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 65-78, 2004.

PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino. Texto e discurso: processos de semiotização do real. **Diadorim**, Rio de Janeiro, v. 18, edição especial, p. 105-115, 2016.

PONZIO, Augusto. **No Círculo com Mikhail Bakhtin**. Tradução de Valdemir Miotello, Hélio M. Pajeú, Carlos A. Turati, Daniela M. Mondardo. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016.

PONZIO, Augusto. A concepção bakhtiniana do ato como dar um passo. *In*: BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do ato responsável**. Tradução de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. p. 9-38.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REBELLO, Ilana da Silva. Ethos e pathos - a *mise en scène* em capa da IstoÉ a serviço do espetacular. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 61, p. 48-65, 2021.

RECUERO, Raquel. Atos de ameaça à Face e à Conversação em redes sociais na internet. *In*: PRIMO, Alex (Org). **Interações em Rede**. Porto Alegre: Sulina, 2013. p. 51-69.

SOBRAL, Adail. **Do dialogismo ao gênero**: as bases do pensamento do círculo de Bakhtin. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

SOUSA, Jaqueline Salviano de; MOURA, João Benvindo de. Imaginários sociodiscursivos: um estudo a partir da revista *Revestrés*. **Afluentes**, Bacabal, v. 6, n. 17, p. 47-65, 2021.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução, notas e glossário de Scheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.



# UPF

UNIVERSIDADE  
DE PASSO FUNDO

UPF Campus I - BR 285, São José  
Passo Fundo - RS - CEP: 99052-900  
(54) 3316 7000 - [www.upf.br](http://www.upf.br)